

STELA SCHENATO

RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO NO ESPAÇO RURAL FUMAGEIRO (RIO DO SUL: 2000-2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Marlene de Fáveri

FLORIANÓPOLIS, SC

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da

Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Schenato, Stela

Relações de gênero e trabalho no espaço rural fumageiro (Rio do Sul: 2000-2018) / Stela Schenato. -- 2019.

188 p.

Orientadora: Marlene de Fáveri

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

1. Relações de gênero. 2. Divisão sexual do trabalho. 3. Mulheres rurais. 4. História do Tempo Presente . 5. Santa Catarina. I. Fáveri, Marlene de. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Stela Schenato

“Relações de gênero e trabalho no espaço rural fumageiro (Rio do Sul: 2000-2018)”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

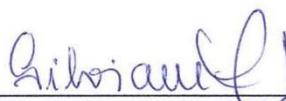
Banca julgadora:

Presidente:



Doutora Mariana Rangel Joffily
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:



Doutora Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:



Doutor João Klug
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 06 de Agosto de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Bolsas Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP/UDESC), pelos primeiros meses de bolsa, que viabilizaram o início desta jornada de pesquisa e a integração com os espaços de ensino do curso de História. Assim como, agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), que assegurou a continuidade da investigação e finalização da mesma.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UDESC) pelo acolhimento, trabalho duro e compromisso. Além disso, aproveito para agradecer todos/as os/as docentes do PPGH, que contribuíram para a minha formação como aluna, cidadã, professora e pesquisadora; sem dúvidas, a História do Tempo Presente transformou o meu modo e ver mundo. Por último, manifesto aquele agradecimento ao Piter Kerscher, por sempre ter tanta paciência com as minhas solicitações via e-mail. Obrigada a todos/as!

Agradeço, especialmente, a orientadora Marlene de Fáveri por ter aceito meu projeto, por ter se envolvido entusiasmado com as histórias das mulheres rurais de Rio do Sul, e por ter me acompanhado com paciência nesta jornada; em especial, por ser essa mulher “porreta” de tantas lutas.

Agradeço aos/as docentes do Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF/UDESC), em especial: Silvia Maria Fávero Arend; Gláucia Assis de Oliveira; Flávia de Mattos Motta; Antero Maximiliano Dias dos Reis. Absolutamente, devo agradecimentos aos/as colegas de laboratório, com os quais compartilhei dias intensos de criação e aprendizado: Jade Liz de Almeida dos Reis; Jorge Luiz Zaluski; Joelma Ferreira dos Santos; Laura Ott, entre outros. Do mesmo modo, agradeço aos colegas de mestrado com quem compartilhei aulas, discussões e muitos cafés: Marcia Peixe; Lucas Kammer Orsi; Giovanni Rocha; Anne Caroline Peixer; Igor Lemos; Gilvan Gomes.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, especificamente, Cristiani Bereta da Silva e Silvia Maria Fávero Arend. A leitura atenciosa e dedicada possibilitou o desenvolvimento da pesquisa, assim como, um direcionamento “firme” sempre que a investigação tomava caminhos malsucedidos. Obrigada por terem aceito fazer parte deste processo.

Agradeço ao meu pai, que iniciou comigo a caminhada no meio rural. Teu entusiasmo e carisma abriram portas para minhas experiências com os/as agricultores/as, pois não tem como

te negar “um dedo de prosa”; sem dúvidas, foi a tua paixão pelo campo que me trouxe até aqui. Ainda preciso agradecer pelas inúmeras ligações que realizou para me incentivar, fazendo a conexão da “gabina” do caminhão até a mesa de estudos. As palavras otimistas, a força e a alegria de viver foram muito importantes nesse processo. Obrigada, por tudo!

Agradeço ao Henrique, meu irmão, que sem pestanejar aceitou compartilhar comigo longos dias de pesquisa de campo. Obrigada por ser o melhor motorista de estrada de chão, pelos dias que ficou sentado no carro esperando as entrevistas acabarem, pela falta de paciência quando deixamos o Monza “morrer” no “interior do interior”. Você sempre deixa as experiências mais leves e engraçadas. Obrigada! É um privilégio imenso compartilhar a “broderagem” contigo.

Agradeço ao Fabio, companheiro de muitas histórias. Obrigada por ter compartilhado comigo dois anos tão desafiadores da minha formação, por ter virados noites comigo nas crises de escrita, por ter me ajudado a recuperar a alegria em momentos “escuros”. Obrigada! Você é a melhor pessoa com quem eu poderia ter escolhido compartilhar a vida.

Agradeço a minha mãe, mais do que imensamente, pois não tenho nem palavras para descrever o quanto importante você é na minha vida. Obrigada pelas horas e horas de ligações me incentivando, por ser sempre aquela pessoa que sabia quando eu precisava de um “empurrãozinho” e por ter se preocupado comigo mais do que deveria – na verdade, desculpa por isso. Obrigada, por mais que tudo!

Agradeço os/as amigos/as de sempre, por cada palavra de incentivo e por terem entendido as minhas várias ausências: Diogo Matheus de Souza; Carla Teixeira; Larissa Pereira; Bruna Gavério, Leonardo de Lara Cardoso, Vanessa Luiza da Silva, Mariana Cristofolini, Isabela dos Santos; Mayara Kuchenbecker; Letícia dos Santos; Marina d’Ornellas; Julhiano Glanert de Castro; Moraes. Obrigada por me apoiarem e compartilharem a vida comigo! Vocês são demais.

Agradeço as mulheres e homens residentes do meio rural riosulense por terem compartilhado suas histórias comigo. Obrigada por terem aberto suas casas e pela confiança em compartilhar suas memórias. Sou imensamente grata por terem aceito fazer parte dessa História.

RESUMO

Nos últimos anos, o meio rural riosulense encontra-se em transformação devido ao declínio da fumicultura, ao aumento do envolvimento dos/as residentes com atividades não-agrícolas, ao êxodo rural, a crise sucessória, ao envelhecimento dos/as residentes, a inserção de novos/as moradores/as, entre outros. Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar, através da perspectiva da História do Tempo Presente, como se constroem as relações de gênero e trabalho nas comunidades rurais fumageiras Serra do Taboão e Alto Albertina, no município de Rio do Sul, entre os anos 2000 e 2018. Procurando compreender como as transformações econômicas e socioculturais reverberam no espaço de atuação das mulheres e nas estratégias de reprodução social e econômica dos/as residentes das comunidades investigadas. Com o intuito de atender o objetivo da pesquisa elegi a História Oral como metodologia de produção e análise de fontes. Utilizarei no estudo entrevistas realizadas com vinte e uma mulheres e quatro homens, residentes das comunidades investigadas. Os conceitos de gênero e divisão sexual do trabalho conduziram a análise das trajetórias dos/as entrevistados/as, para que fosse possível compreender as rupturas e permanências nas relações sociais de gênero e de trabalho empreendidas no âmbito das transformações que atravessam o meio rural riosulense. As análises demonstraram que as relações sociais estabelecidas por homens e mulheres diante das transformações, acabam reelaborando padrões de comportamento hierarquizados, que perpetuam a desvalorização os trabalhos realizados pelas mulheres rurais dentro e fora das propriedades.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Divisão Sexual do Trabalho. Mulheres Rurais. História do Tempo Presente. Santa Catarina.

ABSTRACT

In recent years, the rural area of Rio do Sul is undergoing transformation due to the decline in tobacco growing, increased involvement of residents with non-agricultural activities, the rural exodus, the successor crisis, the aging of old residents, the insertion of new residents, among others. Thus, the overall objective of this research is to analyze, through the perspective of the History of the Present Time, how gender and work relations are built in the rural communities of Serra do Taboão and Alto Albertina, in the municipality of Rio do Sul, between 2000 and 2018. Seeking to understand how economic and sociocultural transformations reverberate in women's working space and in the strategies of social reproduction and residents of the investigated communities. In order to meet the objective of the research I have chosen Oral History as the methodology for production and analysis of sources. I'll use interviews with twenty-one women and four men residents of the investigated communities. The concepts of gender and sexual division have conducted the analysis of the interviewees' trajectories, so that it could be possible to understand the ruptures and permanences in social relations of gender and undertaken work in the context of the transformations that go through the rural area of Rio do Sul. Analysis has shown that social relationships established by men and women in the face of change, reworking behavior patterns that perpetuate the devaluation of the work done by women on and off the farms.

Keywords: Gender Relations. Sexual Division of Labor. Rural Women. History of the Present Time. Santa Catarina.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 O ESPAÇO RURAL RIOSULENSE COMO PALCO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIOCULTURAIS NO SÉCULO XXI | 30 |
| 1.1 "TU DEPENDE DA ROÇA OU DEPENDE DA CIDADE?": O RURAL RIOSULENSE ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIZAÇÃO | 33 |
| 1.2 "MUDOU BASTANTE, MUDOU, MUDOU, MUDOU": OS DIFERENTES OLHARES LANÇADOS AS COMUNIDADES RURAIS SERRA DO TABOÃO E ALTO ALBERTINA | 53 |
| 2 "É TUDO MAIS MODERNO, SE NÃO A GENTE NÃO ESTARIA MAIS AQUI": FUMICULTURA, TRABALHO E ACESSO À TERRA | 77 |
| 2.1 PARA "RETORNAR" É PRECISO COMPRAR: AS ESTRATÉGIAS DE ACESSO À TERRA DAS MULHERES NEO-RURAIS | 84 |
| 2.2 AGRICULTORAS PELO CASAMENTO | 99 |
| 2.3 OS COMEÇOS DE VIDA E BUSCA PELA TERRA | 111 |
| 3 MEMÓRIAS DE ONTEM E EXPERIÊNCIAS DE HOJE: TRABALHO DE MULHERES RURAIS | 125 |
| 3.1 "TINHA QUE SER UM ADULTO JÁ": A SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE DAS MULHERES RURAIS | 127 |
| 3.2 QUINTAL E ENVELHECIMENTO: LUGAR E TEMPO DE MUDANÇA | 133 |
| 3.3 ALTERNATIVAS DE RENDA, ALTERNATIVAS DE VIDA: NOVOS E VELHOS TRABALHOS DAS MULHERES RURAIS | 146 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 164 |
| FONTES | 168 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 174 |
| ANEXOS | 184 |

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar, através da perspectiva da História do Tempo Presente, como se constroem as relações de gênero e trabalho nas comunidades rurais fumageiras Serra do Taboão e Alto Albertina, no município de Rio do Sul/SC, entre os anos 2000 e 2018. Dessa forma, procuro compreender como as transformações econômicas e socioculturais reverberam no espaço de atuação das mulheres e nas estratégias de reprodução social e econômica dos/as residentes das comunidades investigadas.

Durante décadas, os/as residentes do meio rural riosulense se reproduziram social e economicamente através do trabalho na lavoura do fumo e das culturas de subsistência. No entanto, nos últimos anos as comunidades investigadas têm presenciado a intensificação de fenômenos como: o declínio da atividade fumageira; a modernização da lavoura do fumo; a diminuição das atividades agrícolas; o aumento do envolvimento com atividades não-agrícolas; a migração para o meio urbano dos/as antigos/as moradores/as; a crise sucessória; o envelhecimento dos/as residentes; a inserção de novos/as moradores/as; o distanciamento das relações comunitárias; entre outros.

Os fenômenos vêm ganhando tanto espaço no meio rural riosulense que foram objeto de investigação da dissertação do médico veterinário e cientista social Arilde Franco Alves, intitulada *O caráter multifuncional da agricultura: um estudo de caso no município de Rio do Sul – Alto Vale do Itajaí-SC*, que analisa a conjuntura de diminuição dos trabalhos agrícolas e o aumento das atividades não-agrícolas na comunidade Bom Fim, vizinha do bairro Albertina. Por sua vez, os trabalhos não-agrícolas também foram o plano de fundo da tese da geógrafa Claudia Cambruzzi, nomeada *Continuidades e rupturas: as reelaborações das mulheres agricultoras familiares frente à novas ruralidades*, que investigou a inserção das mulheres agricultoras no mercado de trabalho não-agrícola em diversas comunidades rurais do município de Rio do Sul.

No entanto, a caminhada desta pesquisa começou muito afastada da perspectiva de um rural dinâmico, pois a aproximação com a História Rural e Ambiental partiu de um contato tímido na terceira fase do curso de História, através da matéria optativa *História das Atividades Agropecuárias e Meio Ambiente no Brasil*, ministrada pelo historiador João Klug, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Durante aquele semestre diversos temas tratados nas aulas me sensibilizaram, especialmente o documentário exibido *Diversificação*

Produtiva em Áreas Cultivadas com Tabaco, que apresentava as condições de trabalho que as famílias fumicultoras do Vale do Rio Tijucas/SC estavam submetidas¹.

A narrativa do documentário desenvolve-se com a apresentação das alternativas produtivas agroecológicas em desenvolvimento nas propriedades fumicultoras e como as novas perspectivas de trabalho transformaram a vida desses/as agricultoras/as. Após a exibição do documentário em sala de aula questionei-me frequentemente: será que todas as famílias fumicultoras vivem a mesma realidade de trabalho em Santa Catarina?

A ideia de trilhar o caminho dos estudos rurais demorou uns dois anos para se tornar realidade, foi na aproximação com a História Social do Trabalho que percebi que as questões que envolviam a fumicultura eram temas possíveis numa perspectiva histórica, e talvez até mesmo urgentes. A escolha do município de Rio do Sul como local de investigação ocorreu durante a produção do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em História, no início de 2016, por dois motivos: o primeiro, em razão do município reunir as principais empresas ligadas ao setor fumageiro do Alto Vale do Itajaí, como a filial da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e as empresas fumageiras Universal Leaf Tabacos, Alliance One Brasil e Premium Tabacos Brasil; o segundo, porque o Alto Vale do Itajaí comportava uma produção de fumo expressiva em Santa Catarina, desde o século XIX, e não havia nenhum trabalho acadêmico sobre a dinâmica produtiva fumageira da região.

Na primeira conversa que realizei com o instrutor de campo responsável pela filial da Afubra em Rio do Sul, fui informada que o número de famílias fumicultoras estava em progressiva retração no município nos últimos anos, principalmente, por causa do desenvolvimento tecnológico das lavouras de fumo. Na ocasião dessa conversa, um instrutor da empresa fumageira Cia. Souza Cruz S/A estava de passagem pela Afubra e sentou na mesa de reuniões para me informar sobre o panorama da fumicultura na região: “hoje em dia o fumicultor não escolhe mais a empresa, é a empresa que escolhe o fumicultor”, dizia ele (SCHENATO, 2016). Na direção das narrativas oficiais apresentadas a agrônoma, socióloga e cientista social Vilênia Venâncio Porto Aguiar e o agrônomo e sociólogo Valmir Luiz Stropasolas (2010) pontuam que em áreas afetadas pela modernização dos sistemas

¹ O documentário, que pode ser visualizado neste link <https://www.youtube.com/watch?v=oDlIeS6ZtU>, foi produzido pela CEPAGRO no ano de 2014. A Cepagro é uma ONG sem fins lucrativos, localizada no campus do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal de Santa Catarina, que promove a diversificação agrícola agroecologia. O site está disponível no link a seguir <https://cepagroagroecologia.wordpress.com/> e lá estão acessíveis todas as produções e publicações do grupo, assim como notícias e afins. Eles também possuem redes sociais como o Instagram [@cepagro_agroecologia] e Facebook [<https://www.facebook.com/cepagro/>] para que todos possam acompanhar seus trabalhos e atividades.

agroindústrias, a dependência das regras, as exigências do mercado e o aumento da tecnologia, estariam influenciando, significativamente, na permanência das famílias no campo.

Nessa perspectiva, o instrutor de campo da Afubra indicou as comunidades rurais Serra do Taboão e Alto Albertina para realização da pesquisa, pois nesses espaços ainda conseguia encontrar famílias ativas na fumicultura para entrevistar. As pesquisas de campo realizadas nas comunidades levaram ao contato com famílias fumicultoras e ex-fumicultoras, que também descreveram a conjuntura vivenciada pelas comunidades fumageiras a partir dos anos 2000. As narrativas apontavam para a desistência das famílias agricultoras da atividade fumageira; a falta de alternativas produtivas após a desistência da fumicultura; a migração para o meio urbano por parte dos/as desistentes; a crise sucessória; o envelhecimento dos/as residentes do meio rural; o endividamento com as fumageiras; a chegada de novos/as moradores/as, entre outros.

De forma evidente, a questão da modernização da lavoura isoladamente não promoveu a desistência das famílias agricultoras do plantio do tabaco, mas as exigências tecnológicas se inseriram em um rural abalado por fenômenos sociais e econômicos. O êxodo rural jovem, o envelhecimento dos/as trabalhadores/as, o endividamento das famílias com as empresas fumageiras, períodos de variações climáticas, entre outros, contribuíram para a intensificação da desistência. Através da investigação, foi identificado que em três situações as famílias conseguem se manter ativas na atividade fumageira no município de Rio do Sul: quando possuem dinheiro (ou crédito) para o investimento nas novas tecnologias; quanto dispõe de mão de obra; e quando os membros do grupo familiar se inserem em atividades não-agrícolas.

Devo pontuar, que a ideia inicial do TCC não era realizar uma História do Tempo Presente da desestabilização da fumicultura em Rio do Sul, mas como evidencia o historiador italiano Alessandro Portelli (2017, p.183) quando se trabalha com História Oral, “a ordem do dia do historiador entrelaça-se com a ordem do dia no narrador: aquilo que o historiador deseja saber pode não coincidir inteiramente com aquilo que as pessoas entrevistadas desejariam contar”. Isto é, embora minha intenção inicial com a pesquisa fosse realizar uma história do processo de integração das famílias agricultoras no sistema integrado de produção do fumo, a partir da metade do século XX, os/as narradores/as não queriam falar sobre isso, mas sim, sobre a crise da fumicultura e a desestabilização das comunidades.

Ao meu ver, o regime de historicidade presentista, que segundo o historiador francês Christian Delacroix (2018, p.43) “é a relação social com o tempo para o qual o presente se tornou categoria temporal chave de nossa consciência histórica”, se apresenta de forma evidente

nas narrativas dos/as entrevistados/as. O sentimento de que o rural irá acabar em breve pela falta de alternativas de produção, se constrói a partir na análise da conjuntura do presente que passa por transformações e rupturas, com base na ideia de um rural agrícola proveniente das memórias passadas, ou melhor, de uma construção subjetiva do passado fumageiro da região. Dessa forma, a inspiração para definir o presente como recorte temporal veio dos aconselhamentos de Portelli (2017, p.183), que incentiva com que os/as historiadores/as orais absorvam o impacto daquilo que os/as narradores/as falam durante a entrevista:

[...] O resultado é que a agenda da pesquisa pode ser radicalmente transformada nesse encontro: comigo aconteceu sistematicamente de ter, não só que ampliar o âmbito da investigação, mas também transformar a ótica e o ponto de vista, graças ao impacto dos narradores. Por exemplo, saí para uma investigação sobre o movimento operário em Terni, para estudar o período de 1949 e 1953, e terminei escrevendo uma história da cidade que começava em 1831, porque muitos narradores insistiam em relacionar os acontecimentos que me interessavam com as origens de suas histórias familiares e de cidadão; e me convenci de que tinham razão.

Por esta via, o recorte temporal da pesquisa emergiu das narrativas dos/as entrevistados/as e com o apoio de investigações sobre o contexto fumageiro no Sul Brasileiro. Na perspectiva da extensão rural, Ezequiel Redin demonstra na tese denominada *Família rural e produção de tabaco: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS*, que após os anos 2000 o gerenciamento familiar das propriedades fumicultoras foram afetadas com a inserção da mecanização das lavouras. O pesquisador investiga a dinâmica fumageira desde a chamada das famílias europeias na região até a atualidade, propondo uma divisão de pelo menos três fases definidas para esse processo: 1) da colonização até a década de 1960, que pode ser caracterizada como o período de inserção e consolidação de uma forma artesanal de plantar fumo; 2) da década de 1960 até os anos 2000, período de expansão da produção “moderna” através do sistema integrado de produção; 3) após os anos 2000, em que aparecem as “novas” tecnologias e também “novos conflitos”.

De outra maneira, a jornalista e historiadora Ana Carolina Dionísio investigou na dissertação *Memórias de trabalho, veneno e fumaça: uma análise histórica sobre os impactos socioambientais da produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas (SC, 1970-2000)*, os impactos ambientais e sociais da inserção e expansão do sistema de produção do tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas/SC, dos anos 1970 até os 2000. Ana Carolina Dionísio (2016, p.38) justifica que o recorte temporal escolhido para a pesquisa se encerrou nos anos 2000, pois nesse período posterior “começaram a haver mudanças significativas nos processos produtivos em relação aos anos anteriores”.

No TCC acabei analisando a conjuntura de desistência e permanência das famílias agricultoras na cultura do fumo, contudo as narrativas dos/as fumicultores/as e ex-fumicultores/as apresentavam várias outras temáticas a serem problematizadas nesse mesmo tempo e espaço. Na época, entrevistei algumas mulheres residentes das comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina, que, ao meu ver, atribuíam significados únicos aos impactos que as transformações econômicas e socioculturais em andamento nas comunidades conferiam aos seus cotidianos. Como pontua a historiadora Marlene de Fáveri (2004, p.25) “[...] não estou afirmado que existe uma memória feminina exclusiva, o que seria demais naturalizante. Há, sim, aspectos diferenciados no que lembram, que deixam entrever uma “memória educada” [...]”. Mas, visto que a memória emerge das tensões geradas pelas relações sociais de gênero “seria profundamente sexuada”, como afirma o historiador Losandro Antonio Tedeschi (2014b, p.21).

Por isso, como pontuou a historiadora Cristiani Bereta da Silva (2003, p.13) “o próprio caminho foi mudando o modo de caminhar”, pois através das leituras sobre o rural brasileiro no contexto atual, comprovei que os fenômenos que havia identificado nas comunidades fumageiras estavam em plena expansão em vários outros rurais, e que o mais pertinente seria analisar o processo de reestruturação dos sistemas sociais do campo. Como sugere a agrônoma e socióloga Emma Siliprandi (2004, p.121):

Há muita discussão sobre o real significado das mudanças que vêm acontecendo nos espaços rurais do Brasil nos últimos 30 anos: “industrialização” da agricultura, pluriatividade dos moradores do mundo rural, crescente combinação de atividades agrícolas com não agrícolas, mudanças de perfil produtivo e econômico no campo, urbanização do campo, etc. Muitas vezes, no entanto, nos deparamos com pouco interesse dos pesquisadores em saber onde estão e que papel cumprem as mulheres nessas transformações.

Com essas premissas, decidi afastar a análise da perspectiva de um rural baseado apenas na economia agrícola, para evidenciar a heterogeneidade econômica, cultural e social da qual os espaços rurais podem ser compostos no tempo presente; uma vez que, as andanças pela Serra do Taboão e pelo Alto Albertina revelaram que aquelas comunidades rurais são ocupadas por agricultoras agroecológicas, fumicultoras, ex-fumicultoras, trabalhadoras não agrícolas, aposentadas, jovens, velhas, etc. E, como pontua Tedeschi (2014a, p.13), “[...] não narrar alguém ou algo é um mecanismo eficaz de instituí-los metaforicamente como “mortos” [...]. À vista disso, procuro responder com essa investigação a seguinte questão: Quais os impactos das transformações econômicas e socioculturais nas relações de gênero e trabalho na perspectiva das mulheres residentes das comunidades rurais Serra do Taboão e Alto Albertina?

As hipóteses desta pesquisa são provenientes de investigações que analisaram alguns fenômenos que estão presentes no meio rural riosulense, como a inserção das tecnologias na lavoura do fumo, a pluriatividade e o envelhecimento do campo, em outros espaços rurais da região Sul do Brasil. Ezequiel Redin (2015) sugere que no município de Arroio do Tigre/RS uma das consequências da inserção das novas tecnologias na lavoura do fumo foi a ampliação dos espaços de decisão e atuação das mulheres nas propriedades. No entanto, a ideia não é compartilhada por Cambruzzi (2014) que investigou o fenômeno do “novo rural” de Rio do Sul/SC, expondo que o avanço tecnológico nas propriedades ligadas aos Complexos Agroindustriais (CAIs) estaria promovendo a perda do espaço das mulheres nos trabalhos das lavouras; assim sendo, a autora dedica-se a analisar a inserção dessas mulheres nos trabalhos não-agrícolas.

As famílias rurais que optam por se reproduzir social e economicamente por meio da combinação de trabalhos agrícolas e não-agrícolas são denominadas de pluriativas; sendo que, uma propriedade pode ser “encaixada” nessa definição, quando pelo menos um dos membros familiares se dedica às atividades não agrícolas, em jornada de trabalho parcial ou integral. Os sociólogos e cientistas sociais Caroline Braz de Castilho e Silva e Sergio Schneider (2010, p.187) pontuam que pesquisadores que investigaram “os efeitos da pluriatividade nas famílias de agricultores já demonstram que ela é capaz de aumentar, estabilizar e diversificar a renda, ocupar a mão de obra excedente da população do meio rural”. Com base nessas constatações, ainda lançam a hipótese de que a pluriatividade poderia estar contribuindo na transformação do sistema da divisão sexual do trabalho.

Losandro Antonio Tedeschi (2014c, p.149) ainda menciona que a migração, a masculinização e o envelhecimento da população do meio rural “produzem significativas modificações no perfil das famílias rurais, as discussões evidenciam também as potencialidades para o florescimento de uma outra modalidade de relações sociais de gênero”. E Emma Siliprandi (2004, p.127) alerta que existem indícios de que o acesso a renda através de programas sociais, como a aposentadoria rural, estaria melhorando “a posição das mulheres dentro das famílias e dentro das comunidades”.

Com o intuito de atender o objetivo da pesquisa elegi a História Oral como metodologia, pois como sugere a filósofa Marilena Chauí (1994), na atualidade ela seria a mais pertinente para investigar as diferentes formas de vida e grupos sociais que compõem o mundo globalizado. Dessa forma, analisei entrevistas realizadas com vinte e uma mulheres e quatro homens residentes das comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina, entre os meses de

outubro de 2018 e fevereiro de 2019. As entrevistadas foram divididas em dois grupos: o primeiro é composto por doze moradores antigas, que possuem um histórico mais alargado com as comunidades; e o segundo é constituído de nove novas moradores (neo-rurais), que migraram do meio urbano para as comunidades rurais nos últimos anos.

Os quatro homens que integram o corpo documental foram entrevistados com suas esposas, que são algumas das moradoras mais antigas das comunidades. A pesquisa de campo teve como foco central a realização de entrevistas com mulheres, por isso o número de homens que entrevistei é menor. De qualquer forma, as entrevistadas e entrevistados não terão suas identidades reveladas nesta pesquisa, todos/as serão apresentados/as através de nomes fictícios escolhidos pelos/as entrevistados/as ou pela pesquisadora, a fim de reservar o anonimato dos/as mesmos/as.

A metodologia de produção e análise das fontes seguiu as valiosas orientações da historiadora Verena Alberti, no escrito *Fontes Orais: História dentro da História*, de 2005. O formato de entrevista escolhido foi o semi-dirigido, pois prevê um roteiro com interesses centrais do/a pesquisador/a, mas dá liberdade ao/a entrevistador/a para incluir e suprimir questões (MATOS; SENNA, 2011). Alessandro Portelli (2017, p.183) pontua que “diferentemente da maior parte dos documentos dos quais se vale a pesquisa histórica, as fontes orais não são achados do historiador, mas construídas na sua presença, com sua direta e determinante participação”. Portanto, trata-se de uma fonte construída numa relação de troca de questões, que não vem apenas por parte do/a pesquisador/a, e de respostas, que não partem apenas dos/as entrevistados/as.

No livro *O tempo vivo da memória*, a psicóloga Ecléa Bosi (2003) dedica um capítulo a dar conselhos e recomendações aos/as jovens pesquisadores/as que começaram a utilizar a História Oral como metodologia de pesquisa. Absorvi muitas de suas sabedorias de exímia entrevistadora, principalmente, sobre as práticas de condução de uma entrevista. Creio que a recomendação que mais rendeu frutos – que também é pontuada por Portelli (2001; 2017) –, foi a compreensão de que o/a entrevistado/a precisa ter liberdade para falar durante a entrevista, o que gerou gravações com mais de três horas de duração, pois concedi um ouvido atento para as histórias, memórias e vivências cotidianas dos/as entrevistados/as.

Como destaca Bosi (2003, p.56) “[...] se a memória não é passividade, mas forma organizadora, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo de sua experiência e as experiências do seu grupo”. Dessa

forma, cada uma das entrevistadas construiu o seu mapa afetivo através daquilo que lhes era latente em suas trajetórias e no momento da entrevista, como a saída dos/as filhos/as de casa; a chegada de um/a neto/a; a conquista da propriedade da terra; o trabalho de cuidado com a mãe idosa; os sofrimentos do trabalho na lavoura do fumo, dentre outras. E, foi pensando nisso, que dei corpo a estrutura e a narrativa do trabalho, respeitando como cada uma delas, consciente ou inconscientemente, escolheu se inscrever na História.

O corpo documental possui organicidade e espontaneidade, uma vez que investigar comunidades vizinhas, onde as pessoas frequentam os mesmos espaços, é uma oportunidade fascinante de compor um grupo de sujeitos com ligações pessoais e sociabilidades em comum. “Lá vem a menina da pesquisa...”, foi assim que fiquei conhecida nas comunidades durante a pesquisa de campo, pois as mulheres sabiam que em algum momento iria entrar em contato solicitando uma entrevista, para que contassem suas histórias de vida.

As entrevistas eram arranjadas com um contato prévio definido: me apresentava como pesquisadora, explicava o objetivo da pesquisa e as intenções com a conversa. Algumas das mulheres quiseram participar na mesma hora, pois teriam “aquele tempo sobrando”; e com outras agendei para “outro dia”. Mesmo após aceitaram conceder a entrevista, havia sempre um ar de incerteza no ambiente, como se dissessem: “por que ela se interessa pela minha vida?”. Às vezes essa atmosfera pairava durante boa parte da conversa, até que elas me interrogavam: “você é casada?”, “você tem filhos?”, “os seus pais são de onde?”, “você já terminou os estudos?”, entre tantas outras dúvidas. Como evidencia Portelli (2011, p.18-19):

O direito de falar, em particular sobre si mesmo, não é assumido automaticamente, especialmente entre os grupos socialmente menos favorecidos, para os quais os historiadores se endereçam mais frequentemente. [...] Em história oral, entretanto, o processo de legitimação é mais complexo. Começos típicos – “Eu não tenho nada a dizer”, ou mesmo “o que você quer que eu diga?” – podem ser manobras tímidas, mas também podem indicar que o narrador se sente autorizado a falar somente devido ao mandato do entrevistador: “Eu falo somente porque você me pediu (e, frequentemente, diria o que você quer ouvir)”.

Todas as entrevistas foram realizadas nas propriedades das depoentes, habitualmente, elas me convidavam para entrar nas residências e sentávamos no sofá da sala de estar ou na mesa da cozinha. De forma evidente, o trabalho de campo e as entrevistas se estendem muito além das gravações, por vezes, permaneci períodos inteiros na casa das entrevistadas, recebi todas as refeições do dia em seus lares (café da manhã, almoço, café da tarde e jantar), conheci familiares, brinquei com filhos, netos e até animais domésticos, ganhei receitas de família,

conheci as propriedades, as plantações, as estufas, os potreiros, as hortas e os jardins. Vivi, experienciei e absorvi um pouco do cotidiano de cada uma dessas mulheres².

Após as experiências em campo registrar essa história num pedaço de papel foi um grande desafio, dessa forma, para que a escrita fosse possível, realizei o tratamento e análise das fontes orais. Na primeira parte desse processo, segui a instrução de que a entrevista deve ser transcrita pelo/a própria/a entrevistador/a, respeitando a narrativa, a linguagem, as sonoridades, os silêncios, as pausas, as entonações de cada depoente – foi uma experiência inicial de análise sensorial, pois a voz do/a entrevistado/a e os sons do meio rural estavam ali novamente.

Analizar fontes orais significa entender, de antemão, que as memórias das quais elas são formadas se construíram no ato da entrevista, pois a memória é seletiva e se transforma com o tempo (ALBERTI, 2005). Deve-se ter em vista que o exercício de narrar não significa reviver os acontecimentos, mas refazê-los com uma outra roupagem, a do presente. Segundo Chauí (1994, p.20), a memória “é reflexo, compreensão de agora (presente) a partir de outrora (passado); é o sentimento, reaparição do feito e do ido, não uma mera repetição”.

Nesse sentido, os/as historiadores/as necessitam realizar perguntas específicas para analisarem fontes orais, pois elas nos contam mais sobre os significados que os eventos possuem para o/a narrador/a, do que sobre os eventos em si. “Não que sejam mentiras, mas as lembranças, as subjetividades envolvidas nas elaborações das histórias ampliam e alcançam outras questões (igualmente relevantes) da pesquisa história”, como explica Silva (2018, p.92). Além de que, como ressalta Alberti (2005, p.158), uma análise considerando as particularidades da fonte oral é importante, pois “não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas deem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado”.

Da mesma forma, Portelli (1997) pontua que a subjetividade das fontes orais as tornam complexas e únicas, pois os/as narradores/as dificilmente contam aquilo que realmente fizeram, dado que a lembrança emerge num presente, perpassada por uma série de balizadores, que

² Embora tenha explorado algumas leituras sobre recomendações de como construir um diário de campo, a minha forma de experienciar o campo e a escrita desse diário foram um pouco diferentes. De antemão, segui as recomendações de anotar as reações do/a entrevistado/a durante a entrevista, porém essa prática não me deixava tranquila tendo em vista que algumas entrevistadas estavam receosas de realizar a entrevista, pois não tinham certeza do que uma pesquisadora gostaria de saber sobre a vida delas, nesse sentido quando a entrevistada começava a falar, as agitadas anotações no diário as deixavam menos confortáveis, talvez até pensassem “o que tanto ela escreve neste caderno?”. Por uma questão de percepção decidi ouvir atentamente o que os/as entrevistados/as tinham a falar e escrever no diário de campo tudo aquilo que minha memória pudesse lembrar após a entrevista, trazendo as minhas impressões finais sobre as longas entrevistas. Durante as entrevistas, fiz apenas anotações pontuais através de palavras-chave.

levam aos/as sujeitos contarem aquilo que gostariam de ter feito, o que acham que estavam fazendo e o que pensam no momento da entrevista que fizeram. Contudo, elas não devem ser desprezadas historicamente, pois essas narrativas “se tornam únicas e necessárias por causa do seu enredo - o caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores de forma a contá-la. A construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com a sua história” (PORTELLI, 1997, p.31).

Cristiani Bereta da Silva (2018, p.76-77) reitera que analisar trajetórias de vida pressupõe compreender que elas não obedecem uma linearidade, pois foram construídas “obedecendo o fluxo da memória, do tempo vivido e ressignificado no ato da entrevista”. Nesse sentido, irei trabalhar com a concepção de que as narrativas que as mulheres construíram durante a entrevista não representam a totalidade de suas trajetórias, mas são o resultado da ressignificação do passado, daquilo que elas escolherem para que fizesse parte de sua representação na trama histórica.

Como as narrativas orais das entrevistadas são construídas a partir de um tempo e um espaço determinados, é indispensável que se compreenda o “contexto social de elaboração dessas memórias para torná-las legítimas”, como pontuam a historiadora Cristiani Bereta da Silva e a socióloga Maria Ignez Paulilo (2008, p.47). No mesmo sentido, Portelli (1997), explica que a utilização de fontes orais não exclui as fontes escritas, pois elas possuem especificidades e funções diferentes na análise histórica. Posto isso, adensarei a discussão com outros dois grupos de fontes que foram resultado da pesquisa de campo e também de investigações na *internet*.

No primeiro grupo estão os materiais resultantes das pesquisas de campo, como o *folder* de divulgação da XV Domingueira Agrícola, o diário de campo e uma abundante sequência de fotografias tiradas da estrutura física das comunidades, dos caminhos e também das propriedades visitadas (casas, estufas, jardins, hortas etc.). Além disso, durante as viagens para o município de Rio do Sul visitei a Biblioteca Pública Municipal de Rio do Sul para coletar informações pertinentes ao corpo documental da pesquisa, lugar em que adquiri uma unidade da *Revista dos Bairros*, publicada em 2007, e, duas edições da *Revista Rio do Sul: Nossa história em revista*, publicadas em setembro de 2003 e março de 2007.

Referentes ao segundo grupo, utilizei as *Sínteses Anuais da Agricultura de Santa Catarina* (2009-2017), produzidas pelo Centro de Socioeconomia Planejamento Agrícola (Cepa), que estão disponíveis para *download* no site oficial da Empresa de Pesquisa

Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Assim como, foram utilizadas matérias e notícias jornalísticas, sobretudo, veiculadas por canais de divulgação regionais, que contribuem para tecer o plano de fundo dos acontecimentos no meio rural riosulense, durante o século XXI. É importante e necessário lembrar que as duas categorias de registros históricos (orais e escritos) não devem ser consideradas uma superior a outra, mas sim, complementares em suas diferentes abordagens (MATOS; SENNA, 2011). Contudo, atentarei para as fontes jornalísticas através da concepção da historiadora Tânia Regina de Luca (2008, p.139) de que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegeu como digno de chegar até o público”.

Mesmo que atualmente exista uma demanda social crescente pela memória, os/as historiadores/as do presente, ainda são questionados se este seria mesmo o tempo que deveriam estar investigando. Afinal, a história não é sobre o passado? Na verdade, o historiador francês Marc Bloch esclareceu esta questão no início dos anos 1940 no seu livro *Apologia da Historia ou oficio do Historiador*, afirmando que a história não é a ciência do passado, mas a ciência que estuda os homens (e as mulheres) no tempo (e no espaço).

O recorte temporal presentista, que será o foco de investigação nessa pesquisa, emergiu de um campo de forças constituído através do pensamento humano – da pesquisadora e dos/as entrevistados/as. Entendo que, “desacelerando o ritmo” dos fenômenos que estão sendo investigados no meio rural riosulense, poderei compreender o que o presente possui de ruptura e permanência nas relações de gênero e trabalho (DOSSE, 2012; SILVA, 2006). Portanto, a análise do presente irá cobrir a intensificação de fenômenos como a mecanização da lavoura de fumo, a pluriatividade e o envelhecimento da população rural a partir dos anos 2000 até 2018, pois quando se trata sobre o cotidiano de trabalho e relações sociais no meio rural, o instante passado é sempre lembrado nas entrevistas. Nesse sentido, a pesquisa ficará demarcada por duas balizas móveis, como evidencia Delacroix (2018, p.50):

Há, portanto, uma singularização que é ao mesmo tempo metodológica (em que medida a coleta de testemunhos orais de testemunhas ou de atores vivos constitui uma fonte diferente das outras para o historiador?) e “temporal” da HTP [História do Tempo Presente], uma vez que ela é daí definida como a história que “cobre uma sequência histórica marcada por duas balizas móveis. Para cima, essa sequência remonta até os limites da duração de uma vida humana, ou seja, um campo marcado primeiramente e antes de tudo pela presença de “testemunhas” vivas, traço mais visível de uma história ainda em devir. Para baixo, essa sequência difícil de situar, entre o momento presente – a “atualidade” – e o instante passado”.

De forma geral, a História do Tempo Presente (HTP) é compreendida como a investigação das reverberações, tanto rupturas quanto permanências, do passado no presente.

Contudo, a HTP ainda possui críticos que contestam a própria definição (os debates em torno de nomeá-la como história do tempo presente, história contemporânea ou história imediata são amplos), a arbitrariedade da determinação do que seriam os marcos cronológicos do campo de estudos, a prática metodológica do distanciamento do/a historiador/a com as fontes, dentre outras problemáticas (PEREIRA; MATA, 2012; FICO, 2012). O historiador francês Henry Rousso explana, em entrevista à *Revista Tempo e Argumento* em 2009, sobre sua relação com as sensibilidades de uma História do Tempo Presente, e de certa forma, aconselha os/as historiadores/as interessados/as pela temática: será que não temos nada a falar sobre o presente?

Eu comprehendo que sempre existiu uma tensão no trabalho dos historiadores de todas as épocas em relação à concepção de que não se pode investigar sobre o período contemporâneo, pois não se poderia compreender um processo que é inacabado. Essa foi a concepção pela qual, nós, e eu pessoalmente, muito nos “batemos”. Mas é verdade! Pois quando trabalhávamos sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1980, discutíamos sobre um processo (a URSS e o comunismo) que achávamos que duraria mil anos. Ninguém imaginava, em 1980, que o sistema soviético cairia nove anos mais tarde, praticamente sem guerra. Ok, mas a resposta foi bastante simples. Os historiadores não tinham nada a dizer sobre as questões da atualidade e iríamos “abandonar” todas (as análises) aos jornalistas e à ciência política? Não, isso é ridículo! Nós fazemos uma história inacabada. Nós fazemos uma história do inacabado. Nós assumimos o fato de que as análises que vamos produzir sobre o tempo contemporâneo, provavelmente, terão certa duração e que os acontecimentos vindouros podem mudá-las [...] (ARENDE; MACEDO, 2009, p.204).

Assim sendo, mesmo que de forma inacabada e assumindo essa posição, uma História do Tempo Presente com foco nas mulheres rurais se faz relevante, pois a História compõe o registro das relações de gênero. Como pontua a historiadora Joana Maria Pedro (2005, p.87), “a história era, ela mesma, responsável pela produção sobre a diferença sexual”, já que uma narrativa histórica não é neutra e imparcial, ela é escrita por alguém e representa suas escolhas enquanto historiador/a. Como durante longo tempo se relatou os acontecimentos históricos representando apenas o envolvimento dos homens, construir espaços de inserção as mulheres na história, através de fontes diversas, é um compromisso dos/as historiadores do presente.

O aporte teórico utilizado para analisar as relações de gênero e de trabalho no âmbito das transformações econômicas e socioculturais das comunidades rurais riosulenses, evidentemente não poderia se afastar do conceito fundamental que é o gênero como categoria de análise; dado que, não é possível compreender as trajetórias das mulheres sem analisar as relações sociais de poder que as envolvem. A historiadora estadunidense Joan Scott (1990, p.2) afirma que o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

As primeiras pesquisas sobre mulheres, com base nas categorias “mulher” ou “mulheres”, iniciaram com a intenção de investigar o porquê de as funções desenvolvidas por elas serem sempre menos valorizadas do que aquelas que os homens exerciam, independente das funções que as fossem atribuídas, nas diferentes sociedades e culturas. A categoria gênero, a partir dos anos 1980, veio para afirmar que as diferenças que se encontravam no comportamento de homens e mulheres estavam ligadas a cultura, sendo o produto de uma construção com base na interação social (PEDRO, 2008)

Nesse sentido, Scott (1990) evidencia que a posição que as mulheres possuem nas diferentes sociedades, não é resultado daquilo que elas realmente realizam, mas do significado que suas ações ganham através da interação na sociedade. Assim, ao olhar a realidade das mulheres inseridas em contextos rurais, a categoria gênero se torna uma ferramenta de identificação e explicação das desigualdades pré-existentes entre homens e mulheres, seja na distribuição do trabalho, no acesso à terra, nas sociabilidades comunitárias, nas liberdades individuais, entre tantos outros elementos, que se materializam no cotidiano dos/as residentes desse espaço (CAMBRUZZI, 2014). Dessa forma, como demonstra Tedeschi (2014b, p.19):

Ao privilegiarmos a categoria gênero nos estudos históricos e na perspectiva da memória, estamos construindo uma síntese dinâmica das relações materiais, simbólicas, culturais e subjetivas, num tempo em que o passado se constitui como ponto de referência, uma fonte da qual se pode extrair as relações de gênero, econômicas, culturais, sociais presentes, dando a possibilidade de criticar radicalmente os discursos que construíram para essa invisibilidade das mulheres.

Ademais, Pedro (2005) aponta que o uso da categoria de gênero proporciona com que os/as pesquisadores/as analisem além das relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, procurando investigar como em diferentes espaços e tempos os contextos foram produtores do gênero. Creio que no meio rural essa possibilidade de análise se torne visível quando se intersecciona a categoria gênero e geração, pois determinado pela experiência, homens e mulheres de diferentes idades, tem mais ou menos poder dentro do núcleo familiar. O gênero não é exclusivamente construído nas relações familiares e de parentesco, mas é construído também nas influências que sofremos das relações sociais, econômicas, políticas, culturais da sociedade hegemônica (SCOTT, 1990), o que pode causar conflitos e nuances no núcleo familiar rural.

De forma geral, a definição de geração se caracteriza como a “posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou socialização no tempo”, segundo a cientista social e educadora Alda Britto de Motta (2010, p.226). Assim como o gênero, a idade é um dos critérios fundantes da organização e interação social, sendo que, quando se fala da divisão social e sexual

do trabalho no meio rural, o etarismo e o sexismo são perceptíveis, pois as mulheres e crianças sempre são desqualificadas em relação aos trabalhos que realizam nas propriedades. As categorias mencionadas são o centro da discussão do livro *Gênero e geração em contextos rurais* organizado pelo antropólogo Parry Scott, a assistente social e psicóloga Rosineide Cordeiro e a cientista social e socióloga Marilda Menezes, que reúne uma série de trabalhos sobre violência, políticas públicas, novos trabalhos no meio rural e a juventude agricultora.

Segundo a socióloga francesa Danièle Kergoat (2000), a divisão sexual do trabalho possui dois elementos explicativos: a existência de trabalho de homem e trabalho de mulher; e que o trabalho dos homens tem mais valor do que o trabalho das mulheres. No entanto, esse sistema não é imutável, pois ele é fruto das relações sociais e varia conforme o tempo e o espaço. Nesse sentido, essa categoria se expressa de forma evidente quando se pensa o meio rural, pois é o trabalho que orienta o cotidiano familiar no interior da propriedade e os arranjos das sociabilidades comunitárias.

A divisão sexual do trabalho no meio rural foi construída sob as bases de que as mulheres são as únicas responsáveis pelos trabalhos domésticos – considerados reprodutivos, pois não geram renda; e, os homens são responsáveis pelos trabalhos na lavoura – considerados produtivos, pois geram renda. Nesse sentido, no âmbito público e privado, nem sempre os trabalhos realizados pelas mulheres foram considerados como trabalho, sendo mais aproximados em sua descrição de estilo de vida, que não contribuía efetivamente para o núcleo familiar, gerando a desvalorização pessoal das mulheres e a submissão econômica perante os sujeitos masculinos (BONA; MARION, 2016).

A diferença entre a denominação de trabalho reprodutivo e produtivo é uma construção fundamentada na compreensão dos estudos marxistas, de que o trabalho desenvolvido pelas mulheres no âmbito doméstico produz “valor de uso” e não “valor de troca”, que seria o interesse central do capitalismo (MOHR; MORH, 2014). Contudo, o caráter produtivo do trabalho doméstico é negado não só pelo marxismo como também pela economia neoclássica. As críticas feministas a essas perspectivas econômicas é que elas analisam os trabalhos realizados pelas mulheres de forma homogênea e “a-história” (PAULILO, 2013). Nesse sentido, a simples reprodução dessas denominações acabam reforçando a desvalorização do trabalho e a naturalização da desigualdade, pois é preciso encarar o trabalho das mulheres como “não-remunerados” e não como inatividade econômica, problematizando em que espaços e por quê os trabalhos desenvolvidos por elas são desvalorizados (MARQUES, 2017). No trecho a

seguir, Paulilo (2013, p.279-298) reitera a relação do feminismo com a crítica a exploração do trabalho feminino:

Mas nem só de classes vive a exploração. Os grupos feministas lutaram muito para poder falar de uma exploração de gênero, porque assim como a sociedade pode ser supostamente vista como um todo orgânico em que o bem de um se transmite aos outros, a família é geralmente vista da mesma forma, o bem do “chefe”, no caso o homem, traz o bem de todos. Quando as mulheres são lembradas dentro de um contexto desenvolvimentista, as duas noções de “todo integrado” se juntam e se reforçam. Daí decorre o pressuposto de que as mulheres, para saírem de sua situação de subordinação, têm que se igualar aos homens, e mais, essa situação de igualdade será positiva para a família e para a sociedade. Que a família e a sociedade dependem do trabalho não pago feminino não é sequer considerado, ou, quando o é, vê-se o trabalho doméstico como algo facilmente substituível por tecnologias e relações de mercado a serem pensadas do futuro.

O livro *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, organizado pelo cientista político Gustavo Venturi e as sociólogas Marisol Recamán e Suely de Oliveira, reúne uma série de textos que analisam os dados de uma pesquisa de opinião pública realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001³. Nesta obra, Siliprandi (2004) dedica um dos textos a análise das mulheres urbanas e rurais, pontuando que no início do século XXI, 60% das mulheres brasileiras declararam não exercer trabalhos remunerados, sendo que, entre elas, 21% das mulheres rurais afirmaram que nunca haviam trabalhado na vida. Nesse sentido, ampliar o conceito de trabalho é uma questão essencial para a compreensão das diversas tarefas que compõem a vida cotidiana dessas trabalhadoras.

A educadora Maria de Lourdes Tamanini Cipriani (1998, p.17), na dissertação *Representações sociais e perspectivas de vida de mulheres fumicultoras: articulando gênero e trabalho*, explica que “os conceitos e procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho no Brasil, sempre ocultaram a contribuição feminina”. Cipriani ainda ressalta que as mulheres rurais manifestavam a inatividade se autodeclarando como “doras de casa”, independente de quantas atividades econômicas exercessem nas propriedades fumicultoras; dessa forma, a discriminações contra as mulheres rurais alcançavam a sua plenitude, como propõe a autora.

Não é ao acaso, que o emaranhado de impasses vivenciados pelos espaços rurais perpassa pelas questões de hierarquização das relações sociais e de gênero. A desvalorização social feminina provocou a evasão das jovens mulheres do meio rural para a cidade. Valmir

³ A pesquisa foi realizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, em outubro de 2001. Foram entrevistadas 2.502 mulheres, residentes em 187 municípios, em 24 estados das cinco macrorregiões brasileiras (RAGO, 2004).

Luiz Stropasolas (2006), no livro *O mundo rural no horizonte dos jovens*, demonstra a forte rejeição das moças em relação a vida levada pelas mães na zona rural do município de Ouro/SC. Elas pontuam como pontos desfavoráveis para as jovens no meio rural: a não remuneração, a ausência de autonomia e liberdade, inexistência de férias e finais de semana, falta de espaços de lazer, entre outros.

Nesse sentido, a concepção proposta por Paulilo (1987) sobre o peso do trabalho leve, ajudará a pensar em como as relações de trabalho no meio rural constituem muito dos conflitos que permeiam o espaço de atuação das mulheres dentro das propriedades rurais. A socióloga demonstra que as concepções de *trabalho leve* e *trabalho pesado* não são empregados para delimitar o tanto de esforço desprendido para as atividades na propriedade rural, mas define a posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar da propriedade. Isto é, as moças não recebem herança e a possibilidade de se tornaram agricultoras como os rapazes, não porque não trabalham como eles, mas porque são mulheres. Para que se possa compreender as relações de trabalho no meio rural, é preciso entender o sistema que envolve os/as sujeitos e como isso se reproduz socialmente.

Nesse sentido, é fundamental redefinir o conceito de trabalho quando se investiga cientificamente o trabalho das mulheres, tanto no meio rural quanto no meio urbano, analisando-o como “produção do viver em sociedade, como destacada Kergoat (2016, p.18). Assim ele deixa de ser visto como produção material e se transforma na produção da possibilidade de viver em sociedade. No entanto, apesar dessa definição trazer certa dignidade para os trabalhos desenvolvidos por mulheres, ainda não os confere visibilidade, qualificação e melhores salários.

Posto isso, o historiador francês François Dosse (2012, p.13) explica que “hoje, o historiador é levado a explicar de onde ele fala, a tornar mais transparente o seu ofício, suas ferramentas, andaimes, ou todas as mediações, que lhe permitem a construção de sua trama [...]. E, após o cumprimento da transparência que me cabe, pontuo que a trama será dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, *O espaço rural riosulense como palco das transformações econômicas e socioculturais no século XXI*, discuto os processos que resultaram nas transformações que estão em curso nas comunidades rurais Serra do Taboão e Alto Albertina; analisando as causas da desestabilização da fumicultura, a expansão da pluriatividade, a

inserção de novos/as moradores/as, entre outros. Também nesse capítulo historicizo o local de pesquisa, apresento as comunidades e os conceitos de rural e ruralidade.

No segundo capítulo, “*É tudo mais moderno, se não a gente não estaria mais aqui*”: *fumicultura, trabalho e acesso à terra*, discuto sobre como os diferentes acontecimentos do passado foram produtores do gênero e como elas reverberam no presente, pois trato sobre como as mulheres construíram as representações de suas estratégias de reprodução social, seus espaços de atuação nos trabalhos da lavoura, bem como os impactos das transformações econômicas e socioculturais nos espaços da lavoura fumageira.

O terceiro capítulo, *Memórias de ontem e experiências de hoje: trabalhos de mulheres rurais* apresento, trato dos impactos das transformações econômicas e socioculturais nos espaços de atuação das mulheres, e os discuto na perspectiva de gênero e de poder. Observo, o envelhecimento das mulheres como categoria geracional, a pluriatividade como resultado das transformações no meio rural riosulense, e as permanências nas relações de poder e gênero no âmbito do trabalho.

1 O ESPAÇO RURAL RIOSULENSE COMO PALCO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIOCULTURAIS NO SÉCULO XXI

Os meus pais nasceram em distintas comunidades rurais no município de Machadinho, localizado no norte do estado do Rio Grande do Sul. A família da minha mãe migrou da Linha Coqueiro para as margens da cidade na década de 1980; e da Linha Bela Vista migrou a família do meu pai para o centro da cidade no final da década de 1990. Naquela época, em uma cidade pequena de economia agrícola, não existiam muitas oportunidades para os jovens que saíam do meio rural, por isso meus pais não tiveram outra escolha a não ser migrar em busca de melhores oportunidades de trabalho, e o destino escolhido, no início dos anos 2000, foi o município de Itapema situado no litoral catarinense.

A migração de comunidades rurais gaúchas para uma cidade litorânea catarinense não retirou dos meus pais os costumes, as crenças, as expressões linguísticas, o sotaque e, muito menos, as memórias – era como um pedaço do Rio Grande do Sul em uma casa próxima da praia. Apesar de ter crescido escutando as histórias da vida no campo, sabia bem pouco sobre ele quando comecei essa pesquisa. Durante boa parte da vida construí uma identificação profunda com essa “ruralidade contada”, no entanto nunca havia contextualizado suas origens históricas. Foram com as leituras para a dissertação, que compreendi que as memórias da minha família representavam apenas um rural. É nesse sentido que a geógrafa Rosa Maria Vieira Medeiros (2017, p.187) alerta que investigar cientificamente contextos rurais “pressupõe analisar o modo de ser e de viver de grupos societários inseridos num espaço e em determinado tempo”.

A socióloga Maria José Carneiro (2008) revela que as pesquisas recentes sobre o rural brasileiro apontam para significativas mudanças neste espaço, em direção contrária do anunciado pela sociologia rural clássica, que havia previsto uma dualidade demarcada entre a cidade e o campo, e o consequente desaparecimento do rural frente ao avanço da urbanização. A visão dicotômica entre os dois espaços foi construída baseada na ideia do que o rural e seus habitantes deveriam ser e não nos modos de ser e de fazer das populações que são caracterizadas como rurais. Por este motivo, no âmbito da modernidade há uma relação arbitrária entre o rural e o urbano, na qual se valoriza mais aquele que está próximo do conceito de progresso (MEDEIROS, 2017).

Os estudos sobre o espaço rural “na atualidade devem ter como exigência o reconhecimento do rural, considerando suas próprias relações assim como o urbano”, destaca Medeiros (2017, p.183). Além disso, se deve ponderar uma relação bilateral entre os espaços, para não correr o risco de os hierarquizar, tendo em mente a seguinte reflexão: por que não considerar que os espaços rurais e urbanos se influenciam mutuamente? A ideia acerca de uma reciprocidade entre os dois espaços – mesmo que nem sempre a troca seja igualitária – possibilita pensar na ressonância que o rural pode ter sob o urbano e não apenas o inverso. Esse argumento é desenvolvido pelo agrônomo e cientista social Cleyton Henrique Gerhardt (2005, p.6) a seguir:

O que, no entanto, se está querendo chamar a atenção, refere-se ao perigo, subjacente a este tipo de abordagem, de se reproduzir um certo evolucionismo (ou, no mínimo, um determinismo) simplificador da realidade social (como quando o autor⁴ afirma que houve um “transbordamento do mundo urbano naquele espaço”, ou seja, em um “rural”) e, também, a armadilha de se fazer um tipo de sociologia que serve como expressão e instrumento de dominação de ideias e representações hegemonicamente disseminadas e naturalizadas do imaginário social. Visto que nenhum processo de dominação é total e unidirecional, e mesmo porque, como já foi dito anteriormente, um “urbano” só pode existir como evidência concreta por meio de referência ao seu par antagônico (sendo que como demonstrou Martins, 1981, esta dicotomia não desaparece totalmente no caso da ideia de *continuum*) se se aceitasse, sem discussão, o fato de que um tal “transbordamento” teria, de fato, ocorrido, seria perfeitamente lícito imaginar, em contrapartida, que um movimento contrário também poderia estar ocorrendo. O que poderia, quem sabe, seduzir um outro economista ou sociólogo a tentar buscar elementos quantificáveis que permitissem verificar, por exemplo, o “grau de transbordamento do rural sobre o mundo urbano”.

A pesquisa realizada pela antropóloga argentina Mónica Figurelli (2012) evidencia essa relação entre o rural e o urbano, na ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), situada na Zona da Mata no Norte de Pernambuco. Os/as assentados/as migraram da cidade para o campo e o movimento de “vai e vem” fazia parte do cotidiano da ocupação, nesse sentido o campo circulava na cidade todo tempo, através das memórias, histórias e dos alimentos ofertados pelos/as residentes do campo para os/as moradores da cidade. Assim como, a cidade também estava representada no campo, através das memórias, histórias e dos bens de consumo. Nessa perspectiva, a antropóloga sugere que cada um dos espaços construía suas próprias particularidades através dessa relação mútua.

Além do mais, Gerhardt (2005) argumenta que os/as pesquisadores/as utilizam um conceito de rural geralmente absolutizado; inclusive, meu olhar para o rural era constituído por uma visão cristalizada, que o condenava como atrasado. Apenas através do contato com a diversidade de sujeitos que compõem o meio rural de Rio do Sul, comecei a perceber que a

⁴ O autor Cleyton Gerhardt referia-se nessa indicação a reflexão produzida por José Graziano da Silva sobre o transbordamento das relações urbanas no meio rural no livro *O novo rural brasileiro* de 1999.

realidade não condizia com a minha expectativa do que ele deveria ser. Quando avistei esse rural múltiplo, nas primeiras pesquisas de campo em 2016, questionei se ainda poderia encaixá-lo dentro dessa categoria, só porque havia encontrado elementos que se mostravam como definidoras de uma urbanidade (CARNEIRO, 2008). Até aquele momento, não havia percebido que a imagem de rural que havia construído referia-se a um movimento de inserção de memórias do campo na cidade.

Nesse sentido, percebo que o espaço rural, assim como o urbano, esteve, e está, em constante transformação. Observando através dos aspectos econômicos, a modernização brasileira só seria possível nessa relação campo-cidade, visto que modernizar a “base técnica da agricultura, teve como principal intuito viabilizar a eficiência do capitalismo” como explica a geógrafa Claudia Cambruzzi (2014, p.52). Entretanto, é apenas o rural que continua possuindo uma imagem estagnada e frequentemente aproximada da concepção de atraso (CARNEIRO, 2008). Penso que, embora o rural também seja constituído pelas memórias de vivências passadas, ele não é um repositório da tradição, do conservadorismo e da imutabilidade. Como sinalizou a antropóloga Arlene Renk (2001, p.219) “o campesinato é dinâmico, interage com a sociedade maior e tem apresentado estratégias adaptativas que desafiam estratégistas”.

Para não correr o risco de confundir representações sociais com categorias analíticas, optei por trabalhar com uma definição de rural que vem sendo construída por estudiosos/as brasileiros/as como a socióloga Maria José Carneiro (2008), a geógrafa Rosa Maria Vieira Medeiros (2017) e o agrônomo José Graziano da Silva (1999). Nesse sentido, para as análises que serão realizadas nesse trabalho, será utilizada a concepção de ruralidade e, mesmo que esse conceito ainda venha sendo construído, de forma geral, explica o conjunto de fenômenos que se desenvolvem no espaço rural, como segue:

A ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano. A ruralidade sugere uma gama considerável de imagens quando é pensada, quando é discutida. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados. Nesta ruralidade está expressa a capacidade destes sujeitos de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas (MEDEIROS, 2017, p.182).

No caso brasileiro, Cambruzzi (2014) afirma que desde a década de 1990 os/as estudiosos/as do rural vinham pensando em uma definição que fosse além das representações agropecuárias, apesar disso parece que essas discussões ainda não tiveram um fim. Da mesma forma, pensando o contexto do rural argentino, o antropólogo Hugo Enrique Ratier (2012)

reitera que as mudanças na conceituação dessa realidade são amplas e dão lugar a um longo debate. Nessa pesquisa, não tenho como ambição me inserir nessa discussão conceitual, apenas reforço que me encaminho para analisar a capacidade dos/as sujeitos do rural riosulense a se adaptarem aos seguintes fenômenos: a decadência da fumicultura, a crise sucessória, o envelhecimento do campo, a expansão dos trabalhos não-agrícolas e a inserção de novos/as moradores/as.

O agrônomo e economista José Eli da Veiga (2003, p.87) menciona que “em países como o Brasil é muito raro que o meio rural não seja identificado com a agropecuária”. Atualmente, essa visão engessada tem se alterado com novos olhares para as dinâmicas de ocupação e produção. Nesse sentido, embora o aspecto histórico produtivo fumageiro de Rio do Sul tenha se tornado objeto central dessa investigação, é possível explorar a complexidade dos modos de vida e trabalho que a constituem. Visto que, torna-se fundamental, segundo Medeiros (2017, p.181) “conhecer a realidade de cada lugar, de cada município, de cada região e de cada território”. Assim, discuto ao longo deste capítulo os aspectos econômicos e socioculturais que ressoaram na constituição das comunidades rurais Serra do Taboão e Alto Albertina, pertencentes ao município de Rio do Sul.

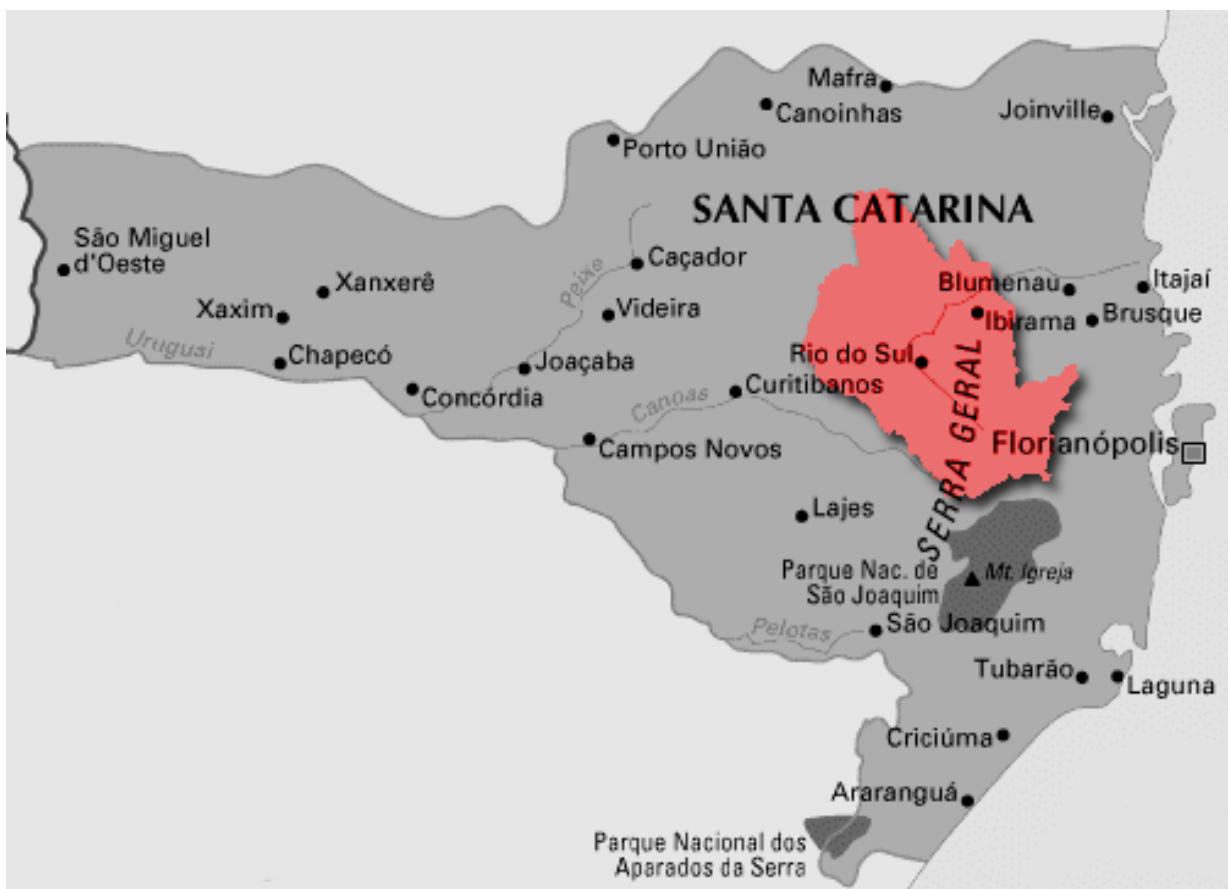
1.1 ”TU DEPENDE DA ROÇA OU DEPENDE DA CIDADE?”: O RURAL RIOSULENSE ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIZAÇÃO

O município Rio do Sul é o principal da região do Alto Vale do Itajaí, localizado no centro do Estado de Santa Catarina, a 190 km da capital Florianópolis (ver Figura 1). Faz fronteira com os municípios de Agrolândia, Laurentino, Ibirama, Lontras, Presidente Getúlio e Aurora (ver Anexo A). As comunidades rurais Serra do Taboão e Alto Albertina, que são os espaços geográficos investigados nesta pesquisa, se localizam no Sul do município, fazendo fronteira com a comunidade rural Fundos Aurora, pertencente ao município de Aurora. Atualmente, dentre os vinte e oito municípios do Alto Vale do Itajaí, Rio do Sul é considerado o mais populoso e com maior taxa de urbanização; especificamente, 93,74% da população vivia em áreas urbanas, no início dos anos 2000 (DAGNONI; CARDOSO, 2007).

O fator da população riosulense ser majoritariamente urbana reflete de forma considerável na análise do espaço rural, pois não se pode deixar de considerar o aspecto relacional entre eles. Em primeiro lugar, se deve ponderar que atualmente o município não é

representado economicamente pelo setor agropecuário (primário); sendo que o setor industrial (secundário) e de serviços (terciário) já dominam a economia municipal (DAGNONI; CARDOSO, 2007). Em segundo lugar, é preciso destacar que há relações estreitas entre o rural e o urbano, seja através da fluidez das fronteiras, da proximidade geográfica, do deslocamento diário de residentes do rural para os trabalhos na cidade, do oferecimento de bens de consumo da cidade para o campo, do escoamento da produção agrícola (alimentícia e de matéria-prima), do turismo rural, etc.

Figura 1 - Localização do Alto Vale do Itajaí no Estado de Santa Catarina



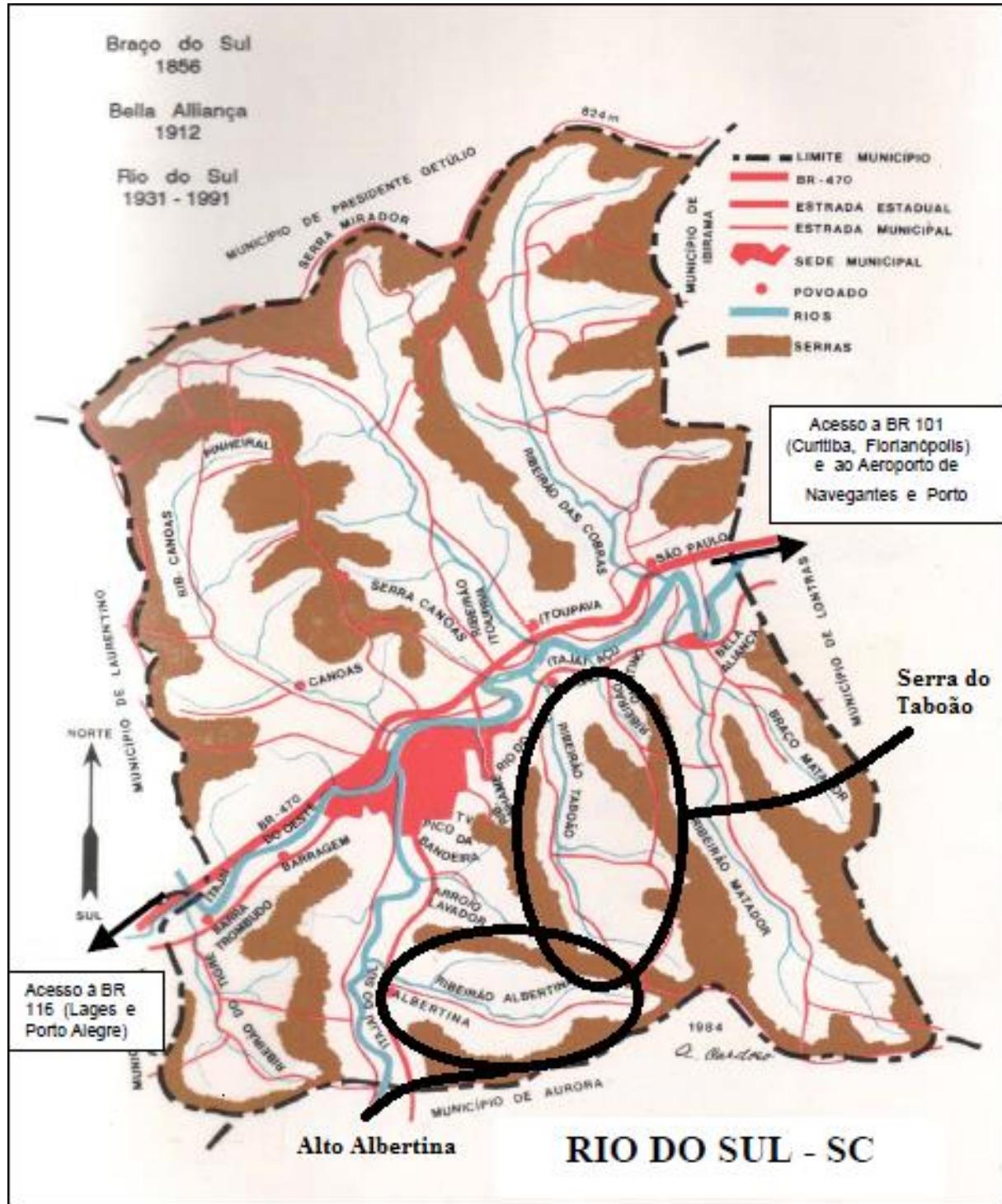
Fonte: AMAVI, 2018.

Apesar de que atualmente a produção agropecuária riosulense tenha menor representatividade econômica, o município se estabeleceu através da exploração de seu potencial agrícola. No final do século XIX, a concessão de terras na região intensificou o estabelecimento de colonos no Alto Vale do Itajaí, e a principal atividade econômica era a agricultura, assim a estrutura fundiária configurada nesse processo tinha como principais

características a pequena propriedade, as famílias medianas e a mão de obra familiar – essas características eram consideradas propícias para a fumicultura (ALVES, 2004).

Conforme explica Cambruzzi (2014, p.48) a região do Alto Vale do Itajaí é caracterizada por ser uma “área com relevo bastante acidentado, com poucas áreas de planície. Por este motivo, no período da colonização, a região não foi de interesse dos grandes latifundiários, criadores de gado da região serrana”. A distribuição geográfica do município de Rio do Sul, representado na Figura 2, também foi responsável pela disposição dos bairros e a denominação das localidades agrícolas como “valadas”, simbolizando uma designação genérica aos vales secundários (ALVES, 2004).

Figura 2 - Esquema do relevo do município de Rio do Sul



Fonte: ALVES, 2004; p.40.

Nessa época, o distrito também explorou economicamente a compra e venda de excedentes agrícolas, os impostos sobre as tropas de gado – se aproveitando da circunstância de estar estrategicamente situado entre os municípios de Blumenau (Vale do Itajaí) e Lages (Serrana) – e, mais tarde, do extrativismo da madeira. De forma notável, o ciclo madeireiro

possibilitou o surgimento de serrarias e indústrias que, até a década de 1980, tinham significativa importância na geração de empregos temporários para os habitantes das áreas rurais riosulenses (COLAÇO; KLANOVICZ, 1999).

Nas entrevistas não é incomum as referências às madeireiras como ocupação destinada aos homens do meio rural. Dona Isabel (53 anos, Serra do Taboão) menciona que assim que os irmãos atingiram a idade para exercer trabalhos fora da propriedade “começaram...um trabalhar no posto de combustível, outro numa madeireira e assim foi indo, né?”. A conquista dos trabalhos temporários e/ou sazonais tornavam-se uma alternativa segura para os/as jovens que almejavam uma vida longe da agricultura (TOMASINI; HOERHNN, 1999). A historiadora e antropóloga Giralda Seyferth (1993) argumenta que a divisão das propriedades era um dos motivos que levava os filhos de agricultores/as a procurarem emprego na indústria (e no setor de serviços), pois os terrenos rurais no Vale do Itajaí, desde a colonização, tinham poucos hectares. Dessa forma, a progressiva divisão das terras e o empobrecimento da população rural levou a sua proletarização lentamente.

Os historiadores Daniel Tomasini e Rafael Hoerhnn (1999) explicam que, entre o final do século XIX e início do XX, o trabalho agrícola na região se estabeleceu pela qualidade dos solos para as lavouras, e as piores terras ainda eram utilizadas para o plantio da mandioca, que era a matéria-prima destinada à produção de fécula; essa atividade industrial foi de significativa importância econômica para Rio do Sul até o início da década de 1990. Devo pontuar, que a diversificação agrícola nas propriedades era, e continua sendo, uma estratégia importante para a reprodução familiar; sendo que, produtos agrícolas como o fumo, milho, batata, mandioca, arroz, feijão, cebola, alho são destaque de produção desde o início da colonização até os dias atuais.

Das vinte e uma entrevistadas que residem nas comunidades investigadas, pelo menos 80% declararam plantar mais de uma cultura na propriedade, e que a diversificação produtiva, geralmente, é responsabilidade delas. Nesse sentido, quinze possuem uma horta com variedade de hortaliças para consumir e/ou vender - duas delas afirmaram que a horta em suas propriedade é sazonal, devido aos períodos intensos de trabalho na fumicultura; dez plantam milho em conjunto com outros membros da família para consumir, vender ou transformar em silagem para os animais⁵; dez possuem roças com tubérculos e raízes como aipim, “batatinha” (batata

⁵ A venda do milho é realizada, sobretudo, a Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí (Cravil). A sede da Cravil está localizada no município de Rio do Sul, ela atua na região desde o início da década de 1970.

inglesa) e batata-doce; sete plantam fumo do tipo *virgínea*⁶; dezesseis possuem criações como suínos, aves, bovinos de leite e corte, peixes, ovelhas, etc. E, finalmente, quatro entrevistadas mencionaram que não praticam nenhum tipo de atividade agropecuária.

De forma geral, as entrevistadas pontuam em suas narrativas as culturas que consideram as principais na propriedade, as que são mais consumidas pelo núcleo familiar ou, até mesmo, as que lembravam na hora da entrevista. Isto é, culturas que “sempre tem” nas hortas e nas roças, constituindo a base econômica e alimentar das famílias. Foram poucas as depoentes que retratam o panorama geral das atividades que praticam nas propriedades, denotando que os números apresentados devem ser mais expressivos, pois algumas ainda citaram culturas relevantes como feijão, cebola, arroz, batata aipo, cana de açúcar, entre outras.

Em meados da década de 1920, o potencial da agricultura familiar riosulense chamou a atenção do deputado estadual Ermembergo Pellizzetti, que foi um dos parlamentares a estimular as famílias agricultoras da região, principalmente, para o cultivo do fumo. As intervenções estavam direcionadas para a modernização das técnicas agrícolas, e com essa finalidade o deputado fundou as Domingueiras Agrícolas, que tinha como objetivo reunir um grupo de agricultores com interesse em comum na discussão do melhoramento da eficiência da agricultura. O grupo auxiliava os migrantes a implementarem melhorias nas propriedades e aumentar a produtividade, assim como, era um espaço de divulgação dos produtos comercializáveis (TOMASINI; HOERHNN, 1999).

No dia 29 de abril de 2018 foi realizada a décima quinta edição das Domingueiras Agrícolas⁷, promovida como parte da programação em comemoração aos 87 anos do município de Rio do Sul, buscando refletir umas “daquelas tardes tradicionais” que se iniciaram em 1929⁸. O *folder* de divulgação do evento (Ver Anexo B) o descreve da seguinte maneira:

Atualmente, possui quinze unidades de beneficiamento e recebimento de grãos, como o milho, soja e arroz, distribuídas em vários municípios do Vale do Itajaí.

⁶ A região sul-brasileira produz predominantemente as variedades *Virginia* e *Burley*. Atualmente, o fumo do tipo *Virgínea* passa por uma secagem em estufa com ar quente para proporcionar as folhas a cor em tons de amarelo e laranja.

⁷ O evento foi organizado pela Associação da Fundação Cultural de Rio do Sul, com apoio da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Fundação Cultural de Rio do Sul, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Padaria Escola e da Associação do Turismo Rural de Rio do Sul (ATUR). A Fundação Cultural de Rio do Sul publicou no dia 04 de maio de 2018 um *aftermovie* do evento em seu canal do *youtube*. Segue o link para visualização da festa promovida: <<https://www.youtube.com/watch?v=QhvFvRYrcXk>>.

⁸ No dia 28 de abril de 2019, foi realizada a décima sexta edição das Domingueiras Agrícolas, também como parte da comemoração dos 88 anos do município de Rio do Sul. As imagens do evento podem ser conferidas no *site* da Fundação Cultural de Rio do Sul www.fundacaocultural.art.br ou diretamente no *link* a seguir: <https://www.fundacaocultural.art.br/imagens/2019/04/imagens-xvi-domingueira-agricola-2019/>.

A XV Domingueira Agrícola terá café, música ao vivo, exposição de produtos e apresentação cultural. O evento objetiva refletir as antigas domingueiras, que começaram a ser realizadas em 1929 e priorizavam a divulgação dos produtos agrícolas para expandir e melhorar o plantio, oportunizando também divertimento e lazer aos participantes (ASFUC, 2018).

O evento em si não é mais um espaço para os/as agricultores/as discutirem o desenvolvimento da agricultura, em verdade, atualmente é um lugar de celebração do passado. O historiador francês Pierre Nora (1993, p.13) entende que os lugares de memória são construções dos restos, “eles nascem e vivem no sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações [...]. Esse sentimento de dever de memória, que pode ser individual ou coletivo, nos torna historiadores/as de nós mesmos. Como a história oficial riosulense enaltece os eventos ligados à colonização, certamente, introduziria na comemoração de aniversário da cidade uma rememoração e saudação aos colonos alemães e italianos, uma vez que a etnicidade europeia não faz mais parte do cotidiano do município.

A partir de 1930, o rural passou a fazer parte da economia industrial, os governos estaduais brasileiros seguiram alinhados às políticas de expansão compulsórias pelos países desenvolvidos (CAMBRUZZI, 2014). Como parte das ações promovidas pelas políticas públicas estaduais, o deputado Ermemberto Pellizzetti ainda foi responsável pela criação do Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Aliança e da Revista Agrícola Catharinense. A pomicultura e a fumicultura eram as culturas de destaque nesse período.

[...] Podemos afirmar que tais culturas puderam prosperar somente através de projetos postos em prática pelo governo blumenauense e pelos imigrantes italianos guiados por Ermemberto Pellizzetti. Pois desde quando chegou em Santa Catarina, no início do século XX, Pellizzetti demonstrou grande interesse e incentivos à produção do fumo. Na época apresentava grande importância na geração de capital na cidade de Blumenau, onde o auge da produtividade de charutos e cigarros foi entre os anos de 1880 e 1925. Entre os diversos motivos, as medidas fiscais excessivas, desestimularam a sua produção, desviando o interesse para outras atividades. Só alguns distritos da antiga Blumenau continuaram a se envolver com a cultura do fumo (TOMASINI; HOERHNN, 1999).

O distrito que se encontrava Rio do Sul foi um dos que continuou o envolvimento com a cultura do fumo, uma vez que havia interesse por parte dos governantes neste produto de exportação altamente rentável (ALVES, 2004). Nesse sentido, muitos dos municípios que faziam parte do antigo distrito como Aurora, Presidente Getúlio, Lontras e Agronômica continuaram tendo sua base econômica voltada para a agricultura, mais especificamente, a produção fumageira.

A emancipação do município de Rio do Sul em 1931 possibilitou seu posicionamento como polo regional do Alto Vale do Itajaí, atraindo indústrias (como a madeireira), empregos e trabalhadores/as ao meio urbano. Como a economia rural não era a única que vinha se desenvolvendo na época, a ocupação citadina deixou de ser espontânea a partir de 1930. Dessa forma, o município se beneficiou novamente da sua localização, articulando o escoamento da produção, um dos aspectos cruciais para o desenvolvimento industrial. O investimento na industrialização por parte do Banco Agrícola também foi significativo para o aumento da urbanização. Nesse momento, se percebe como a relação campo-cidade foi fundamental para o desenvolvimento do município (COLAÇO; KLANOVICZ, 1999).

Sua criação [do Banco Agrícola] foi fundamental para o desenvolvimento de Rio do Sul, pois, além de dar crédito ao agricultor, financiava o comércio e a indústria local. Esta instituição teve papel determinante na emancipação do município, pois após a sua instalação dá-se, em todos os setores da economia riosulense, um crescente desenvolvimento, mostrando dessa forma a autossuficiência do então Distrito. No dia 05 de janeiro de 1936, o Banco Agrícola foi incorporado pelo Banco Industrial e Comercial de Santa Catarina (INCO) e, em 02/05/1968, pelo atual Bradesco (TOMASINI; HOERHNN, 1999, p.162).

A maioria da população de Rio do Sul residia e trabalhava na agricultura até a década de 1950, porém já na segunda metade do século XX, o município deixou de ser rural para se tornar predominantemente urbano. Buscava-se a modernização da cidade por vários meios, principalmente, pelas construções que transformassem visualmente o município, até os jornais de circulação da época enalteceram essa modernização. Porém, as dificuldades que a economia vinha enfrentando eram ocultadas, o escoamento da produção era um problema e a exploração indiscriminada da madeira apontava para uma crise (COLAÇO; KLANOVICZ, 1999; TOMASINI; HOERHNN, 1999).

A transição rural-urbana começava a ser percebida como inevitável, visto que se tratava de um movimento nacional. Analogamente ao desenvolvimento urbano, a modernização rural seguia com a concepção de que as famílias agricultoras deveriam ter acesso à tecnologia. À vista disso, a extensão rural intervém estimulando o conhecimento e o consumo de insumos e mecanização por parte das famílias agricultoras com menor poder aquisitivo, alegando que as práticas poderiam “elevar a produção, a produtividade, a renda líquida e a qualidade de vida das comunidades rurais”, como explica Cambruzzi (2014, p.51).

As práticas desenvolvidas pela modernização agrícola ou “Revolução Verde” se intensificaram ao longo da segunda metade do século XX. Pode-se caracterizá-la como uma série de medidas que levou ao campo tecnologias para promover o aumento da produtividade, com a utilização de maquinários e agrotóxicos. Essa transformação no modo de produção foi

incentivada financeiramente pelo Crédito Agrícola do Estado, beneficiando, sobretudo, os Estados do Sul e Sudeste do Brasil, e os grandes agricultores e as culturas de exportação, segundo a socióloga Marineide Maria Silva (1999).

Na década de 1960, as mudanças do cenário nacional intensificaram-se e atrelada a esse processo ocorreu a emergência dos Complexos Agroindustriais (CAIs), como o fumageiro, leiteiro e de suínos. De maneira geral, essas empresas traduzem a relação de integração da indústria com o meio rural no sul do Brasil. O estado de Santa Catarina foi incorporado pela empresa fumageira Cia. Souza Cruz S/A durante a década de 1950, sendo que as principais unidades de beneficiamento de fumo estavam localizadas no Vale do Itajaí e no Sul do Estado. No Vale do Itajaí foram instaladas duas “estações”, uma em Blumenau em 1952 e outra em Brusque no ano de 1958 (DIONÍSIO, 2016; CIPRIANI, 1998).

No município de Rio do Sul foram instaladas algumas filiais de empresas ligadas ao setor fumageiro como a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e as empresas fumageiras Alliance One Brasil, Universal Leaf Tabacos e a Premium Tabacos Brasil. De forma geral, as famílias fumicultoras passaram a se integrar com as empresas localizadas em Rio do Sul por causa da proximidade, o que possibilitava uma negociação mais próxima na hora da classificação do fumo. O fumicultor Joaquim (67 anos, Alto Albertina) informou que há três anos as empresas Alliance One e a Universal deixaram Rio do Sul para se instalarem nos municípios de Lontras e Ituporanga, respectivamente. Segundo o entrevistado, a transferência se deu porque os locais em que as empresas estavam instaladas começaram a ficar muito movimentados⁹.

O estabelecimento de programas de incentivo para a cultura do fumo, desde o início do século XX, favoreceu a gradual inserção das empresas fumageiras e/ou CAIs, uma vez que as famílias agricultoras “dominavam” as práticas agrícolas específicas dessa cultura. Alguns/mas dos/as entrevistados/as na faixa etária dos 60 anos lembram-se da transição que os familiares realizaram do plantio de fumo como autônomos para a integração nas empresas fumageiras. Dona Leopoldina (55 anos, Alto Albertina) é uma das poucas entrevistadas que nasceu na comunidade que reside, trabalha como integrada na fumicultura há cerca de 30 anos, e lembra da transição da agricultura de subsistência para a integração nas empresas fumageiras.

Ah, naquela época eles [os pais] plantavam mais assim pra sobrevivência, né? Era um pouco de casa coisa, milho, arroz, feijão, batatinha, batata, vender era pouca coisa na

⁹ Joaquim, 67 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

época, no início, né? Aí depois quando eu tinha uns 7 anos, aí eles já plantavam fumo como autônomo, aí uns anos depois começou a planta de estufa¹⁰.

A transição produtiva mencionada pela depoente, contextualizada na década de 1970, demonstra que a cultura do fumo nem sempre era a mais expressiva nas propriedades antes da integração com as fumageiras, embora a comercialização dos produtos alimentícios e do fumo não fosse totalmente desconhecida dos pequenos produtores (REDIN, 2015). No entanto, há uma problemática evidente envolvendo essas agroindústrias, pois elas inserem no meio rural relações de poder no trabalho extremamente desiguais, deixando os/as agricultores/as à mercê de suas decisões e da flutuação do mercado internacional. Como aponta Medeiros (2017, p.180) as empresas agroindústrias controlam as regiões ao ponto de produzirem diferentes lógicas territoriais.

Isto ocorre em diferentes atividades tais como o fumo, frangos, suínos, leite, etc. O território se reorganiza, cria e legitima uma nova racionalidade que vai provocar mudanças nas relações sociais, em diferentes escalas – desde os países até as pessoas – sob a hegemonia do dinheiro e da informação. As fronteiras se fragilizam e o Estado volta-se para atender as demandas do mercado globalizado.

Por conta do modelo de modernização implementado durante este período, o campo encarou uma complexa rede de dificuldades como o desemprego, os baixos salários, o aumento da desigualdade social, a intensificação da pobreza e a da concentração de terras (CAMBRUZZI, 2014). Além dessas problemáticas, a questão mais comentada foi o movimento do êxodo rural, pois a taxa de migração se elevou consideravelmente durante as décadas de 1970 e 1980. No Brasil, a taxa de êxodo rural foi de 30,02%, cerca de 12.489.278 pessoas migraram, sendo que a região sul ficou com a maior taxa dentre as regiões brasileiras, com cerca de 43,88% (ALVES; SILVA E SOUSA; MARRA, 2011). No município de Rio do Sul, segundo os dados do IBGE de 1980, o movimento levou 22 mil pessoas (cerca de 80%) migrarem do campo para a cidade em 20 anos (CAMBRUZZI, 2014).

As famílias rurais que permaneceram na agricultura, a partir da metade do século XX, careciam de alternativas produtivas que gerassem rendimento suficiente em pequenas áreas para garantir a manutenção familiar no meio rural. Dessa forma, a proposta de integração com as empresas fumageiras parecia vantajosa, afinal, elas forneciam todas as condições para o plantio (máquinas, fertilizantes, agrotóxicos etc.) em troca do produto final (CAMBRUZZI, 2014). A inserção das empresas nos estabelecimentos familiares se deu pela desestabilização das áreas

¹⁰ Leopoldina, 55 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

rurais, sendo que foi da década de 1970 em diante que o sistema fumageiro registrou sua maior expansão. Segundo dados analisados pela jornalista e historiadora Ana Carolina Dionísio (2016, p.51-52), entre os anos 1970 e 1978, “há um salto de 54 mil toneladas para quase 190 mil – um incremento de cerca de 250% na produção fumageira de Santa Catarina”.

O sistema integrado de produção de fumo faz com que as famílias agricultoras adquiram um pacote tecnológico com tudo o que elas precisam para a produção da folha de fumo, como: sementes, insumos, agrotóxicos, assistência técnica e transporte. A família agricultora, a partir da assinatura do contrato, tornavam-se obrigadas a vender sua produção para a empresa fumageira. Nesse sistema produtivo existe pouco poder de negociação por parte das famílias fumicultoras, já que o contrato define a quantidade de fumo que se deve produzir, como será realizada a classificação da qualidade do produto e regras em caso de desistência na entrega da produção.

Das vinte e uma entrevistadas, onze começaram a plantar fumo na vida adulta, entre as décadas de 1980 e início de 2000, nas comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina; sendo que quatro delas acabaram desistindo da fumicultura entre as safras de 2003/2004 e 2015/2016. As mulheres que possuem entre 50 e 60 anos de idade começaram a plantar fumo logo após o casamento na década de 1980, elas mencionam que a fumicultura era a única opção de trabalho para os jovens casais que permaneciam meio rural: “naquela época era só fumo, fumo, fumo. O fumo dava dinheiro, era bem trabalhoso, mas dava dinheiro”, destaca a ex-fumicultora e agricultora familiar Mafalda (56 anos, Alto Albertina)¹¹. Nesse sentido, na maior parte das vezes, os jovens casais procuravam as empresas fumageiras com as quais os pais e familiares já eram integrados para começar a vida no fumo. Segundo as entrevistadas, as empresas que estavam presentes na Serra do Taboão e Alto Albertina na década de 1980 eram, principalmente, a Cia. Verafumos, a Cia. Souza Cruz S/A e a TABRA – Exportadora do Brasil LTDA¹².

De forma menos expressiva, no final da década de 1990, a comunidade presencia uma segunda leva de sucessores nas propriedades fumageiras. Dessa forma, na atualidade, são sete as entrevistadas que continuam ativas na fumicultura, dentre elas quatro que estão próximas das

¹¹ Mafalda, 56 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹² As entrevistadas pontuaram que as famílias dificilmente trocavam de empresas fumageiras, entre as décadas de 1970 e 1990. Na maior parte das vezes, as empresas trocavam de nome quando eram compradas ou se uniam com outras, por este motivo, aparecem referências a empresas diferentes ao longo de uma única narrativa. A Verafumos, por exemplo, é citada diversas vezes como uma das empresas que trocou de nome ao longo dos anos, tornando-se Dimon do Brasil e, mais tarde, Alliance One Brasil.

aposentadoria e três agricultoras mais jovens. A fumicultora Ana (31 anos, Serra do Taboão) menciona que ultimamente não é incomum que os/as fumicultores/as das comunidades vendam a produção para mais de uma empresa, promovendo a atuação de mais empresas nas comunidades como a Alliance One Brasil, a Universal Leaf Tabacos, a Continental Tobaccos Alliance S/A (CTA) –, a Indústria de Tabaco e Agropecuária LTDA (Intab) e a Premium Tabacos do Brasil.

A dependência brasileira com o mercado internacional e as políticas antitabagistas geraram uma onda de instabilidade na década de 1990, afetando diretamente os/as produtores/as de fumo e a sua importância na agricultura (DIONÍSIO, 2016). A notícia veiculada pela *Folha de São Paulo Online* (2006), no início do século XXI, trouxe como manchete: “Até 12 mil produtores devem abandonar a fumicultura no Sul”. A previsão realizada pela Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e pelo Sindicato da Indústria de Fumo (Sindifumo) destaca que a queda do dólar e as condições climáticas desfavoráveis daqueles últimos anos reduziram a qualidade do fumo e, consequentemente, o seu valor no mercado. O vice-presidente da Afubra lamentava na época que a indústria repassasse para as famílias produtoras o que eles deixavam de ganhar internacionalmente.

De maneira geral, percebe-se que as famílias que desistiram da fumicultura se arriscaram mais em pontuar o descontentamento de terem suas boas safras desvalorizadas pelas empresas fumageiras; já as famílias que continuam integradas se expõe menos a tecer críticas, normalmente, mencionam que “não tem do que reclamar”. Dona Mariana (56 anos, Serra do Taboão), por exemplo, se posicionou de forma positiva em relação às empresas fumageiras quando questionei se as safras estavam tendo boa remuneração: “sim, até agora tá, tem muitos que se queixam...que eles não pagam bem e coisa, nós não podemos se queixar assim, esse ano foi até que bom pra nós”, explica a fumicultora¹³. No entanto, a insatisfação com o rendimento da lavoura de fumo não é raridade; em 2011, fumicultores realizaram protestos em vários municípios dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em resposta a desvalorização dos preços do fumo.

O *Jornal de Santa Catarina* (2011) e o site da *Rádio 107.9* (2011) noticiaram que diversas empresas fumageiras do Vale do Itajaí ficaram paradas por causa dos protestos. No município de Rio do Sul, os protestos impediram a entrada dos funcionários de três empresas

¹³ Mariana, 56 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

fumageiras, a polícia militar chegou a ser acionada para fazer a segurança daqueles que queriam entrar nas empresas para trabalhar, o que acabou ocasionando no início de um tumulto. O líder do movimento, morador e fumicultor do município de Aurora/SC, mencionou que os protestos estavam sendo realizados em defesa dos fumicultores e de uma melhor classificação do fumo, pois os protestantes acreditavam que a fumicultura sofrendo tentativas de erradicação por parte do governo.

Durante as pesquisas de campo em 2016, o marido da fumicultora Tereza (32 anos, Serra do Taboão) foi o único a comentar sobre os protestos. O entrevistado mencionou que a “grevezinha” que os fumicultores da região tentaram fazer “não deu em nada”, pois as famílias tiveram que vender o fumo por baixos preços da mesma forma, por causa da abundante produção daquela safra (SCHENATO, 2016). O Quadro 1 demonstrará que, da safra de 2010/2011 para 2011/2012, diminuíram trinta e cinco produtores no município de Rio do Sul.

No contexto estudado, a inserção de novas tecnologias na lavoura do fumo também foi um fator de desestabilização das famílias produtoras, que levou a exclusão de muitas delas da atividade, pois as mesmas não possuíam dinheiro suficiente para investir nas novidades lançadas pelas empresas fumageiras (SCHENATO, 2016). A principal tecnologia citada pelos/as entrevistados/as é a estufa de fumo de ar forçado ou Loose Leaf (LL), que surgiu por volta de 2014. A estufa diminuiu a necessidade de mão de obra e reduziu o tempo de trabalho, pois não é mais necessário amarrar as folhas de fumo manualmente para secá-las e a verificação regular da temperatura da estufa no período noturno. A costureira Elsa (44 anos, Serra do Taboão) nota que, nos últimos tempos, o trabalho após a colheita se transformou significativamente: “[...] agora já tem que tira direto da roça e bota direto na estufa [...].” O extensionista rural Ezequiel Redin (2015) pontua que essa nova estufa de fumo tem proporcionado uma coloração mais clara para as folhas de fumo, que deveria estar favorecendo no preço final das safras.

Em 2011, o jornal *Correio do Norte* realizou uma matéria com famílias fumicultoras de Canoinhas/SC, região com a maior produção de fumo do estado de Santa Catarina. Os/as fumicultores/as entrevistados/as pontuaram sobre a relação das novas tecnologias e as empresas fumageiras: “fomos convocados pelas fumageiras a investir em estufas elétricas e agora eles pagam quanto querem pelo nosso futuro”, informou um deles. Segundo a matéria, o mercado tornou-se mais exigente em relação à qualidade da produção e só acaba permanecendo na fumicultura quem se adapta as novas exigências (WASSOASKI, 2011). Percebe-se, através dos dados do Quadro 1, a instabilidade que essas condições geraram no município de Rio do Sul.

Quadro 1 - Número de produtores de fumo de Rio do Sul/SC (2000-2016)

| SAFRA | UF | MUNICÍPIO | PRODUTORES |
|-----------|----------------|------------|------------|
| 2000/2001 | Santa Catarina | Rio do Sul | 134 |
| 2001/2002 | Santa Catarina | Rio do Sul | 140 |
| 2002/2003 | Santa Catarina | Rio do Sul | 148 |
| 2003/2004 | Santa Catarina | Rio do Sul | 153 |
| 2004/2005 | Santa Catarina | Rio do Sul | 148 |
| 2005/2006 | Santa Catarina | Rio do Sul | 151 |
| 2006/2007 | Santa Catarina | Rio do Sul | 120 |
| 2007/2008 | Santa Catarina | Rio do Sul | 135 |
| 2008/2009 | Santa Catarina | Rio do Sul | 163 |
| 2009/2010 | Santa Catarina | Rio do Sul | 116 |
| 2010/2011 | Santa Catarina | Rio do Sul | 97 |
| 2011/2012 | Santa Catarina | Rio do Sul | 62 |
| 2012/2013 | Santa Catarina | Rio do Sul | 70 |
| 2013/2014 | Santa Catarina | Rio do Sul | 80 |
| 2014/2015 | Santa Catarina | Rio do Sul | 81 |
| 2015/2016 | Santa Catarina | Rio do Sul | 51 |

Fonte: AFUBRA, 2016.

O quadro 1¹⁴ demonstra que o município de Rio do Sul de 2000 a 2016, ocorreu uma diminuição de 65% dos produtores de fumo, assim como uma persistente oscilação de produtores de um ano para o outro. A variação pode ser explicada em razão das estratégias que as famílias produtoras articulam para não saírem prejudicadas entre as safras, caso o ano tenha previsões insatisfatórias em relação ao mercado, optam por não se integrar naquele ano; o contrário também é válido, em caso de boas expectativas as famílias podem voltar a plantar fumo após pequenos ou longos períodos de desistência. A estratégia descrita foi documentada por uma reportagem que saiu no *Jornal de Santa Catarina* (2017), com a seguinte manchete: “Agricultores esperam safra de fumo 40% maior no Alto Vale do Itajaí”.

A lei do mercado é implacável: com o produto em escassez, as indústrias de cigarro tiveram que pagar mais. Isso empolgou outras famílias a voltar a apostar na espécie, na contramão de um movimento de saída do cultivo causada pelo êxodo rural das novas gerações (JORNAL DE SANTA CATARINA, 2017).

¹⁴ O quadro 1 foi fornecido pela Afubra no ano de 2016, exclusivamente, para a pesquisa. Destaco que o termo “produtores” representado na tabela engloba a família fumicultura e/ou a unidade de produção. O cadastro das famílias fumicultoras são realizados em nome de um/a representante legal, geralmente do homem, logo a tabela oferece apenas o número de titulares cadastrados na empresa. Nesse sentido, pode-se considerar que o número de produtores e produtoras de fumo no município seja pelo menos o dobro, considerando que pelo menos um casal trabalhe em cada unidade familiar.

A desistência de famílias agricultoras da cultura do fumo não significou a diminuição da produtividade, embora, em alguns momentos, a desistência crescente tenha afetado as perspectivas de estocagem do produto para as empresas fumageiras. Os dados disponibilizados pela Afubra indicam uma considerável retração de produtores de fumo no município de Rio do Sul, embora a produtividade da microrregião continue encontrase estável a partir da safra de 2010/2011, segundo dados do CEPA/EPAGRI (ver anexo C). De modo efetivo, a modernização das práticas e tecnologias na lavoura de fumo acabaram selecionando quem permanece e quem abandona a produção fumageira, pois o interesse central das empresas são as famílias que entregam uma produção em quantidade e de qualidade. (SCHENATO, 2016). Aqueles/as que não tem condições de arcar com o investimento necessário para unir quantidade e qualidade acabam optando por outras estratégias de reprodução social seja no meio rural ou não.

Nesse sentido, diante da conjuntura apresentada surgem algumas questões: 1) as famílias que desistem da fumicultura encontram alternativas de trabalho no meio rural? 2) as que não encontram alternativas de trabalho consideram a migração? 3) e, no caso de migração, quem entra “no lugar” dessas famílias? O geógrafo Nestor Francisco Rambo (2012, p.20) destaca que “no iniciar do século XXI e, mais acentuadamente no correr da última década, verifica-se uma nova dinâmica na agricultura brasileira e catarinense, onde se percebe um aumento das atividades não-agrícolas”. Chamo atenção para a afirmação “acentuadamente no correr da última década”, pois, através da pesquisa de campo observei que há uma inserção expressiva de agricultores/as no trabalho não-agrícola e de novos/as moradores/as no meio rural riosulense a partir de 2010. O aumento das atividades não-agrícolas não se refere apenas às famílias agricultoras em transição, mas, também, ao aumento de novos/as moradores/as no campo no lugar daqueles que saíram do meio rural. Conforme o Quadro 2, percebe-se um crescimento (ou queda da migração) da população rural de Rio do Sul, a partir da década de 1990.

Quadro 2 - Evolução da população de Rio do Sul (1960-2010)

| Ano | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 |
|-------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| População Urbana | 13.052 | 21.528 | 33.362 | 42.766 | 48.418 | 56.785 |
| População Rural | 24.879 | 6.010 | 2.878 | 2.913 | 3.232 | 4.413 |
| Total | 37.931 | 25.538 | 36.240 | 45.679 | 51.560 | 61.198 |

Fonte: CAMBRUZZI, 2014, p.149.

O Quadro 2 demonstra que houve um aumento gradual de moradores/as na zona rural do município no final do século XX e intenso no início do século XXI, nota-se pelos números que o aumento de 354 pessoas das décadas de 1980 a 2000, nem se compara com o aumento de 1.181 pessoas de 2000 a 2010. Claudia Cambruzzi (2014) menciona que o aumento de moradores/as no meio rural não significa um acréscimo de pessoas dedicadas às atividades agropecuárias. Assim, a afirmação da geógrafa se cruza com a constatação do ex-fumicultor Paulo (45 anos, Alto Albertina) sobre a comunidade Alto Albertina:

Só que aí é o tal do negócio, né?! O colono tem que ir pra cidade pra trabalha pra vive. É isso que eu digo...que nem as vezes eles fazem uma pesquisa, ‘ah, mas na Albertina aumentou os colonos’, ah...porque aumentou, né?! Quantos sítios aumentaram, porque eles não perguntam ‘tá, mas o que que tu faz daí? Tu depende da roça ou depende da cidade?’. As vezes muitas pesquisas que eles fazem fora aí ‘ah, mas o interior aumentou, a população, tem um monte de colono’, mas eles só perguntam se tá morando lá, não pergunta ‘mas, tu tá vivendo...’. Que nem a gente, pra dizer a verdade, nós moramos no interior, mas não dependemos mais da lavoura¹⁵.

A conjuntura analisada por Cambruzzi e descrita por Paulo se explica pela diminuição das atividades agrícolas e a presença crescente dos/as neo-rurais, que são aqueles indivíduos que migram do meio urbano para o rural, com o objetivo de usufruir do potencial do “interior”, descansar, viver o modo de vida do campo, compor estratégias produtivas ecológicas, entre outros (CAMBRUZZI, 2014). As motivações para as entrevistadas neo-rurais se inserirem no meio rural riosulense são variadas: para morar enquanto trabalham na cidade, para descansar, para produzir uma boa alimentação, entre outras.

Existem duas situações que devem ser evidenciadas sobre a entrada de novos/as moradores/as no meio rural riosulense: a primeira situação é que, geralmente, os/as casais neo-

¹⁵ Paulo, 45 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

rurais não chegam sozinhos; isto é, existem mais casos de famílias numerosas que chegaram no meio rural durante o século XXI. A chegada da agricultura Leonor (55 anos, Serra do Taboão) evidencia esse aspecto, uma vez que ela se mudou para a comunidade com o marido, um filho, a nora e uma neta – posteriormente mais uma neta nasceu no meio rural.

A segunda situação é que existem famílias agricultoras recebendo “de volta” os/as filhos/as que não conseguiram se estabelecer no meio urbano. Dona Marieta (47 anos, Alto Albertina), por exemplo, recebeu em sua propriedade o filho, a nora, dois enteados menores de idade - posteriormente, um neto também nasceu no meio rural. Dessa forma, percebe-se que as comunidades investigadas possuem algumas propriedades com mais de cinco residentes, o que pode não parecer coerente com a constatação de uma diminuição progressiva dos residentes do meio rural (Ver Anexo D). Apesar da migração de jovens e de casais mais velhos, há um “preenchimento dos espaços” deixados por esses antigos/as residentes, a partir de 2010. No entanto, são poucos/as aqueles/as que chegam no meio rural e trabalham na agricultura, na sua maioria, os/as novos/as residentes optam por trabalhar no meio urbano.

O fenômeno da pluriatividade está cada vez mais inserido nos contextos rurais, “caracterizado como a combinação de atividades agrícolas com tarefas não agrícolas, que podem ser realizadas dentro ou fora das propriedades rurais, que complementam a renda familiar”, segundo Cambruzzi (2014, p.51). Os sociólogos e cientistas sociais Carolina Braz de Castilho e Silva e Sergio Schneider (2010) demonstram que a pluriatividade não é um fenômeno recente, pois sempre foi uma alternativa para as famílias agricultoras de baixa renda, sendo que na atualidade o fenômeno se encontra em um processo de intensificação. Carolina Braz de Castilho e Silva e Sergio Schneider ainda destacaram que:

[...] pluriativas são as famílias que adotam como estratégia de reprodução social combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo que uma família ou unidade familiar pode ser definida como pluriativa quando pelo menos um de seus membros, ainda que de forma parcial, combina o trabalho na agricultura, com outra ocupação não-agrícola. Dessa forma, famílias monoativas ou exclusivamente agrícolas são aquelas que fazem uso somente de atividades agrícolas para a sua reprodução social, enquanto as pluriativas combinam uma ou mais ocupação não-agrícola com a agricultura (CASTILHO E SILVA; SCHNEIDER, 2010, p.9).

As combinações de atividades agrícolas com não-agrícolas nas propriedades rurais e fora delas fazem parte das memórias de infância e trabalho das entrevistadas. A narrativa de dona Mafalda (56 anos, Alto Albertina) traz o período da infância aproximado do ambiente escolar, pois a mãe foi professora primária da escola rural da comunidade Serra do Taboão. Dessa forma, as memórias de trabalho nas atividades agrícolas ficaram em segundo plano, visto que a agricultura não era o principal e nem o único meio de arrecadação de renda da família.

O meu pai era...morava um tempo aqui, depois foi morar em Camboriú, né? Mas ele trabalhava no serviço assim, na estrada, como é que é? De zelador de estrada, né? E trabalhava também, na época que ele trabalhava na agricultura, ele trabalhava de corta madeira no mato. Tinha uma serraria antigamente aqui, né? E a minha mãe era professora, 30 anos ela era professora municipal¹⁶.

No caso de Mafalda foram os pais que combinaram o trabalho não-agrícola com o trabalho na agricultura, já na família de dona Dolores (60 anos, Serra do Taboão), que vivia na comunidade Bela Aliança no município de Rio do Sul, foram ela e os/as irmãos/as que se inseriram nos trabalhos não-agrícolas. A depoente relembra que com dezesseis anos começou a trabalhar de empregada doméstica em uma “casa de família”; assim que ela e os irmãos alcançaram a “idade de trabalho” saíram do trabalho na lavoura para as “casas de família”, mercearias e firmas para garantir a permanência da família no campo. O trabalho não-agrícola desenvolvido pela entrevistada a tirou do convívio familiar, tendo em vista que a função de empregada doméstica exigia que ela passasse a semana toda no local de trabalho¹⁷.

A pluriatividade acompanhou dona Dolores até mesmo depois do casamento, pois o marido sempre realizou trabalhos como pedreiros entre as safras de fumo, desde que chegaram na Serra do Taboão. A experiência do casal é compartilhada por diferentes famílias das comunidades investigadas, visto que a renda da cultura do fumo era recebida apenas uma vez no ano. Dessa forma, durante os meses em que as famílias não estavam plantando fumo, além de diversificarem a produção, também optavam por trabalhos não-agrícolas.

Como evidenciado, a pluriatividade não é um fenômeno recente no meio rural. Segundo Seyferth (1993, p.37) “a proletarização do campesinato vem ocorrendo desde o final do século XIX”. O colono-operário, conceituado por ela, nada mais é do que um indivíduo que se divide entre a agricultura e o emprego urbano, mais especificamente, na indústria. A autora menciona que essa condição de colono e operário era comum no Vale do Itajaí, principalmente, por causa da proximidade do meio rural com o meio urbano, possibilitando o deslocamento diário dos/as trabalhadores/as. A estratégia de reprodução social e econômica das famílias se mostrou persistente ao longo do tempo “e nada indica que possa desaparecer em um curto prazo” (SEYFERTH, 1982, p.67).

Sem dúvidas, a combinação de trabalho agrícolas e não-agrícolas tem se tornado cada vez mais significativa dentro dos contextos rurais, atuando na garantia de permanência das famílias no meio rural e no aumento da renda anual familiar. No município de Rio do Sul, essa

¹⁶ Mafalda, 56 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹⁷ Dolores, 60 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

estratégia é tão significativa no âmbito contemporâneo que foi objeto de pesquisa de Arilde Franco Alves (2004) e de Claudia Cambruzzi (2014), as duas pesquisas investigam a intensificação dos fenômenos da pluriatividade e multifuncionalidade em comunidades rurais de Rio do Sul¹⁸. Maria José Carneiro (2008, p.16) realiza uma relevante reflexão acerca da afirmação de que esses fenômenos fariam parte de um “novo rural”, como segue:

Ao se falar em “nova ruralidade”, o que está em jogo? É a construção de novas dinâmicas sociais, culturais e econômicas em curso no mundo rural? Ou seria a expressão de um novo olhar informado por outras lentes que permitiram enxergar – sobre uma variedade de espaços socialmente habitados – uma realidade dinâmica, mutável e com plasticidade que até então era definidora da urbanidade? Em outras palavras, até que ponto o esgotamento do modelo modernizador nos possibilitou um olhar crítico no sentido de nos liberarmos da imagem hegemônica do rural como espaço da tradição e impermeável a mudanças e, assim, passamos a reconhecer, também no chamado mundo rural, uma diversidade de dinâmicas e de atores sociais.

Pelas lentes dos/as pesquisadores/as da área, o rural já é concebido como um espaço que possui diversidade de sujeitos/as, complexidade econômica e dinamicidade sociocultural, porém pelo olhar na sociedade ele ainda é visto distante do conceito de moderno. As entrevistadas destacam a inexistência ou ineficiência de serviços fundamentais devido ao “esquecimento público”, como por exemplo, de atendimento de saúde residencial – mesmo que a população do meio rural seja idosa –, de coleta de lixo, de atendimento pelos correios, de horários acessíveis de transporte público, da precarização do transporte escolar, da falta de sinalização de endereços/emplacamento, etc.

Pontuo que perceber que as transformações ocorrem de forma corrente no mundo rural, não significa ignorar a intensificação do êxodo rural, da crise sucessória, do envelhecimento do campo e da falta de alternativas produtivas. O emaranhado de problemáticas se dá em consequência de a agricultura familiar da região ter se encontrado tanto tempo dependente da indústria e da falta de alternativas produtivas rentáveis, principalmente para aqueles que querem ficar no meio rural e/ou aqueles que querem buscar alternativas além da fumicultura. Os/as residentes do meio rural riosulense se sentem, de forma geral, desamparados/as pelas políticas públicas.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a Diretoria Executiva de Agropecuária mantém quatro programas de assistência para os/as residentes das áreas rurais, dentre eles: 1) o Programa de *Compra Direta* instituído em 2005, que compra alimentos e produtos agrícolas das famílias agricultoras, para serem fornecidas a merenda escolar das

¹⁸ Multifuncionalidade é um termo utilizado para designar as funções socioeconômicas que o espaço rural desempenha, para além das agropecuárias, como por exemplo, moradia, lazer, turismo etc. (CAMBRUZZI, 2014).

unidades da rede municipal de ensino; 2) o Programa *Calcário da Hora* que distribui calcário para as propriedades desde 2005, sendo apoiado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul e pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); 3) o Programa *Nova Morada* que fornece auxílio para construção da casa própria no meio rural; 4) e o Programa *Patrulha Mecanizada* que fornece serviços de maquinário com menor custo para os/as agricultores/as¹⁹.

Dos quatro programas apresentados, apenas dois deles são citados pelas/os entrevistadas/os. Um casal de entrevistados faz parte do Programa Compra Direta, sendo que a maioria das entrevistadas ora desconhecem o programa ora não tem muitas informações sobre o seu funcionamento. O programa Patrulha Mecanizada, amplamente utilizado pelas/os entrevistadas/os, é citado como um programa vantajoso por oferecer máquinas para o trabalho na lavoura com baixo custo. Para que os/as residentes das comunidades possam utilizar o programa precisam estar filiados/as a Associação de Moradores do bairro em que residem, pois é nestes espaços que é elaborada a escala de trabalho das máquinas disponíveis. No entanto, na maior parte das vezes, são os homens que participam dessas reuniões.

Neste sentido, as expectativas dos/as pequenos/as produtores/as das comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina para o cenário atual da agricultura familiar não é promissor. Dona Dolores (60 anos, Alto Albertina) e seu João (60 anos, Serra do Taboão) são agricultores há cerca de 31 anos, desistiram da fumicultura, se aposentaram recentemente e estão construindo uma casa na cidade para garantir a possibilidade de migrar, caso o envelhecimento não os permita mais continuar no campo. A conjuntura vivenciada pela comunidade os preocupa, pois, a dificuldade de permanecer em contextos rurais também afetou a estrutura familiar: três dos/as quatro filhos/as optaram por deixar a agricultura e se inseriram no mercado de trabalho na cidade; isto é, a propriedade dos ex-fumicultores não possui sucessores.

A família agrega muitas das características predominantemente presentes nas comunidades rurais no século XXI. Além do casal não ter conseguido de manter atuante na fumicultura, devido à falta de mão de obra e idade avançada, três de seus/suas filhas/os optaram por morar no campo e desempenhar ocupações da cidade. O fenômeno é caracterizado como *cummuting* e nas palavras de Cambruzzi (2014, p.62) significa “o ir e vir diários ou semanal da residência [rural] para o local de trabalho em áreas urbanas”. Quando perguntei a seu João sobre

¹⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, **Secretaria de Infraestrutura (Agricultura)**. Disponível em: <<https://riodosul.atende.net/#!tipo/pagina/valor/37>>. Acesso em: 26 set. 2018.

a existência de diferenças entre o rural do passado e do presente, a resposta se referiu a inexistência de uma ideia de futuro para os espaços rurais.

Mas tem diferença. É o que eu disse lá dentro do Banco do Brasil, o agricultor, todo ele, que tá na roça, que tem 18, 19, 20 anos, um filho de agricultor que não tem um pai aposentado ou uma mãe aposentada que mora junto, o próprio prefeito ou o governo deveria dar um mês de salário por mês pra incentivo pra ele fica na roça. E se eles não fizerem assim, daqui 20 anos não vai mais ter um agricultor na roça. Presta bem atenção do que eu tô te falando hoje, [...] se eu for vivo daqui 20 anos e a gente voltar a conversar [...] nós vamos bater nessa tecla de novo. E vai ser que nem tô te falando hoje, presta bem atenção!²⁰.

No entanto, não é a primeira vez que o rural brasileiro é ameaçado frente as transformações consequentes da modernização e inserção de novas tecnologias. Na segunda metade do século XX a sociologia rural brasileira previu o fim do campesinato, baseada no entendimento de um avanço galopante da industrialização e tecnificação do campo (CAMBRUZZI, 2014). Entretanto, o que pontuei até o momento foram as estratégias que o rural e seus habitantes desenvolveram para estabelecer a manutenção desse espaço da colonização até os dias de hoje. Nesse sentido, Medeiros (2017, p.182) esclarece:

A modernidade continua a se surpreender com a manutenção, com a permanência, com a capacidade de transformação e de mudanças que ocorrem no mundo rural. Neste processo de transformações entende que o rural não se “perde”; ao contrário, reafirma sua importância e particularidade.

1.2 “MUDOU BASTANTE, MUDOU, MUDOU, MUDOU”: OS DIFERENTES OLHARES LANÇADOS AS COMUNIDADES RURAIS SERRA DO TABOÃO E ALTO ALBERTINA

A escolha das comunidades a serem investigadas se deu através da indicação do instrutor de campo da Afubra de Rio do Sul. Quando me interessei pela fumicultura como tema de estudo, ainda durante a elaboração do projeto de pesquisa, considerei investigar comunidades rurais em que se encontravam o maior número de famílias produtoras, com o propósito de atingir o panorama mais completo possível das experiências desse grupo de sujeitos. Nesse sentido, o instrutor indicou as localidades que, na visão dele, ainda possuíam o maior número

²⁰ João, 60 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

de famílias fumicultoras ativas em Rio do Sul, entre elas estavam os bairros Taboão, Albertina e Bom Fim.

As primeiras comunidades que visitei foram a Serra do Taboão e o Alto Albertina. Durante a preparação das etapas da pesquisa de campo descobri via *google maps* que as comunidades eram vizinhas, e através das entrevistas com os/as residentes das comunidades, de que existia uma fluidez de suas fronteiras. Por isso, o sentimento de pertencimento à comunidade Serra do Taboão dos/as antigos/a moradores/as, até mesmo por parte daqueles/as que possuem propriedades rurais na área da comunidade Alto Albertina, é generalizado e histórico.

A agricultora Marieta (47 anos, Alto Albertina) relembra que a diferenciação entre as duas comunidades aconteceu no início dos anos 2000, quando a prefeitura colocou uma placa de indicação no início da rua principal da comunidade Alto Albertina, nomeando-a em homenagem a alguém “lá do Dom Bosco”²¹. Na época a comunidade não reconheceu aquela homenagem como legítima, reunindo-se para realizar um abaixo assinado em que solicitavam que o nome fosse trocado. Dessa forma, atualmente a rua faz referência a comunidade Albertina como se visualiza na Figura 3:

²¹ Marieta, 47 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Figura 3 - Placa indicativa no início da comunidade Alto Albertina



Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Marieta se disse indiferente com o nome colocado na rua a partir do abaixo assinado, todavia, acredita que se alguém tivesse que ser homenageado naquela ocasião deveria ter sido o seu pai, em razão dele ter doado as terras para a construção do acesso para o bairro Albertina – a propriedade da entrevistada se localiza na entrada na comunidade Alto Albertina. Já o fumicultor Joaquim (67 anos, Alto Albertina) considera que a rua deveria levar o nome do agricultor Gabriel Lemonje, primeiro morador da comunidade Serra do Taboão, falecido no início da década de 1980. Apesar de que o entrevistado não tenha conhecido pessoalmente o primeiro morador, pois o mesmo faleceu um ano antes da família de Joaquim chegar na comunidade, acredita que o pioneiro deveria ser homenageado²². Sem dúvidas, as histórias de Lemonje circulavam na memória coletiva da comunidade, fazendo parte dos contos nos espaços de sociabilidade que o novo morador do passou a frequentar na época.

²² Joaquim, 67 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Nessa perspectiva, se percebe que até o início dos anos 2000 a identificação dos/as moradores/as com as comunidades acontecia através da participação social nos espaços religiosos, festivos e escolares promovidos por cada uma das comunidades, proporcionando um sentimento de pertencimento mais cultural do que territorial. No entanto, quem chegou recentemente na comunidade Alto Albertina não apresenta essa identificação cultural, pois quando questionados/as sobre o endereço de suas residências respondem com aquele que lhes fora concedido na hora da compra da propriedade, o que não acontece com os/as moradores/as mais antigos/as. Desse modo, ocasionalmente ocorre de residentes de propriedade vizinhas se identificarem com comunidades diferentes no Alto Albertina.

Figura 4 - Localização das comunidades rurais Alto Albertina e Serra do Taboão



Fonte: MAPA de Rio do Sul, 2019.

Os bairros possuem ocupações urbanas e rurais, por isso esclareço de antemão que são considerados como áreas rurais a Serra do Taboão e o Alto Albertina, abrangendo as propriedades localizadas na Estrada Geral Serra do Taboão e na Estrada Geral Ribeirão Albertina. A caracterização territorial das áreas rurais que trago para essa análise provem de pesquisas oficiais do município. A historiadora Cátia Dagnoni e o economista Marcos Roberto Cardoso (2007) destacam que a equipe da Prefeitura Municipal de Rio do Sul realizou um levantamento das áreas rurais do município, com a finalidade de produzir o Plano Diretor de 2006, e a pesquisa trouxe informações acerca de quais eram as áreas rurais e seus pontos positivos e negativos. São elas:

[...] Fundos Canoas, Alto Itoupava, Alto Bela Aliança, Serra do Taboão, Alto Albertina, Serra Pinheiral, Valada ou Ribeirão das Cobras, Ribeirão do Tigre, Serra Canoas, Bom Fim e Serra Tomio. [...] [Como pontos] negativos: desmatamento, falta de saneamento, áreas de reflorestamento, estado de conservação das ruas e a falta de comércio local. Como pontos positivos: atrativos naturais, patrimônios arquitetônicos, cultura e tradição forte, potencial turístico, algumas propriedades e localidades já estão sendo exploradas através do seu potencial. É praticada a agricultura, hoje em pequena escala de produção (DAGNONI; CARDOSO, 2007, p.24).

O diagnóstico da conjuntura vivenciada nas áreas rurais riosulenses expressa uma visão clássica de rural por dois motivos: o primeiro se refere a ideia de uma persistente homogeneidade cultural em comunidades rurais; e o segundo, é o direcionamento de um potencial unicamente campesino e bucólico dessa territorialidade. No entanto, os olhares das/os novas/os e antigas/os residentes das comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina apresentam uma análise acirrada em relação ao que há de mudanças e permanências, pois o rural riosulense possui fronteiras móveis territorial, cultural e socialmente.

Figura 5 - Localização dos bairros Albertina e Taboão



Fonte: MAPA de Rio do Sul, 2019.

Por meio das memórias dos/as entrevistados/as percebi como as comunidades investigadas se distanciam e se relacionam entre si. O bairro Taboão foi colonizado por italianos e a parte rural do bairro possui a Igreja Católica São Jorge (ver Figura 6) e o bairro Albertina foi colonizado por alemães e dispõe de uma Igreja chamada Comunidade E. F. Albertina da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) (ver Figura 7). A estrutura da Igreja

Católica conta com o cemitério da comunidade aos fundos, um salão de festas, uma quadra de esportes e um campo de futebol. Enquanto a IECLB possui uma estrutura menor com um salão de festas ao lado da Igreja. A maioria das entrevistadas, mais especificamente, dezesseis delas, mencionaram que são católicas e que frequentam a Igreja da comunidade, mesmo que ocasionalmente. Apenas duas entrevistadas são luteranas, uma delas frequenta os cultos na comunidade e a outra prefere deslocar-se até os cultos no Centro Evangélico IECLB de Rio do Sul, localizado no centro do município.

Figura 6 - Igreja Católica São Jorge localizada na Estrada Geral Serra do Taboão



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Figura 7 - IECLB Comunidade E. F. Albertina localizada na Estrada Geral Ribeirão Albertina



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

As distintas ocupações nas comunidades foram mencionadas durante as pesquisas de campo em 2016. Na época, o fumicultor Joaquim (67 anos, Alto Albertina) perguntou, durante a entrevista que realizava com ele, sobre o conhecimento que eu tinha acerca da história das comunidades, revelando que os bairros tinham sido colonizados por diferentes etnias europeias, configurando as distintas estruturas religiosas. Nas entrevistas com as mulheres que são moradoras mais antigas, a divisão étnica não compôs suas narrativas quando o assunto era as comunidades “antigamente”, mesmo quando perguntadas diretamente sobre o assunto. De fato, as diferentes ocupações não apareceram como um elemento crucial das sociabilidades para as mulheres na atualidade, assim como pouco fizeram parte das memórias familiares das entrevistadas, sendo que, no máximo, é citada uma receita “alemã” ou outra.

No entanto, supõe-se que havia entre os/as antigos/as moradores/as uma divisão ocupacional e cultural nas comunidades, pelo menos é o que a história oficial oferece como interpretação. Trata-se de forma demasiada nos artigos da revista *Rio do Sul: nossa histórica em revista* sobre os aspectos da colonização e as múltiplas funções políticas, econômicas e socioculturais que essas diferentes ocupações trouxeram para o município. A documentação sobre os bairros rurais parece escasso, o editorial da primeira edição da *Revista dos Bairros*

menciona que tratar da “periferia” do município não foi tarefa fácil, uma vez que se escreveu e se documentou pouco sobre essas localidades (REVISTA DOS BAIRROS, 2007).

A primeira edição da *Revista dos Bairros* apresenta o bairro Taboão; as reportagens voltadas a ocupação dos bairros riosulenses se dispõe entre propagandas de comércios locais. A matéria sobre o bairro possui apenas uma página e menciona que ele foi ocupado por “filhos de emigrantes e até emigrantes” vindos dos municípios de Rodeio e Apiúna, ressaltando que a ocupação do bairro se iniciou por volta de 1905 e que as principais atividades desenvolvidas na região eram a agricultura e a exploração da madeira. Na atualidade, o bairro é apresentado como bem desenvolvido, “muito residencial” e com a economia voltada para a indústria, comércio e agricultura (REVISTA DOS BAIRROS, 2007). Em relação ao aspecto cultural a reportagem menciona:

A grande maioria dos residentes do bairro é de origem italiana (60%). As tradições são cultivadas com muito carinho. A população é de aproximadamente 2,5 mil habitantes, divididos em 750 famílias. Ele está localizado entre os bairros Bremer e Santana, sendo muito importante para o desenvolvimento de Rio do Sul (REVISTA DOS BAIRROS, 2007, p.40).

Primeiramente, se deve destacar que as informações reproduzidas pela revista foram retiradas de uma matéria publicada pelo *Jornal Diário do Alto Vale*, em 02 de agosto de 1997, à vista disso supõem-se que em dez anos os dados e informações já tivessem se alterado (RIO DO SUL, 2003). A população do bairro em 2016 se encontrava em 3.236 habitantes, sendo entre eles/as 1.611 homens e 1.625 mulheres. Apesar dos dados demonstrarem que a maior concentração de habitantes está na faixa etária de até 35 anos, no espaço rural se encontra poucos/as jovens, a maioria das entrevistadas estão na faixa etária dos 31 a 57 anos (POPULAÇÃO, 2013).

Apesar do trecho mencionar uma manutenção das tradições, principalmente de descendentes de italianos, essa questão não foi um ponto de destaque na pesquisa de campo. Cerca de 50% das entrevistadas, residentes da Serra do Taboão, se referiram na questão raça, que compunha o roteiro de entrevista, a partir de sua identificação étnica. Apenas dona Elisabete (51 anos, Serra do Taboão) menciona a etnicidade italiana, pontuando que é uma “mistura” de alemães com italianos. Das treze entrevistadas na Serra do Taboão, cinco se identificaram como brasileiras, cinco como brancas, uma como parda, uma como alemã e uma como alemã e italiana.

Como a comunidade germânica foi mais expressiva na região do Alto Vale do Itajaí, o bairro Albertina é mais mencionado nas produções sobre o município de Rio do Sul. No livro

Rio do Sul: uma história, organizado pelos historiadores João Klug e Valberto Dirkesen, o bairro Albertina é registrado como uma das localidades que foi ocupada por alemães e em função de sua infraestrutura se tornou importante para a manutenção de outros bairros, como a comunidade Bom Fim (COLAÇO; KLANOVICZ, 1999; ALVES, 2004). Arilde Franco Alves (2004) menciona que, até o início do século XXI, os residentes do bairro Bom Fim mantinham uma relação estreita com a Albertina, uma vez que o bairro possuía acesso pavimentando pela rodovia SC-302, posto de saúde, comércio, clube social e Igreja.

A indisponibilidade de uma boa infraestrutura para a área rural do bairro Albertina, impossibilitou o desenvolvimento do negócio que a ex-fumicultora Lucila (41 anos, Alto Albertina) e o marido Paulo (45 anos, Alto Albertina) encontraram após a desistência da fumicultura. O casal tinha montado um restaurante colonial na propriedade, contudo as más condições das estradas foram um dos empecilhos para o desenvolvimento do negócio. A entrevistada destaca que “hoje o pessoal não gosta muito de entra em interior não”, e o marido relatou um dos casos em que ficou evidente que a localização do restaurante era um impedimento para o prosseguimento: “chego gente de eu dá o cartão daí a mulher bem assim, ‘meu, como eu queria uma comida dessas, mas o meu marido não bota carro em estrada de barro’”²³. Devido à dificuldade em prosperar no novo negócio, a família chegou as portas do negócio há mais de um ano e tiveram que “partir” para o trabalho não-agrícola.

O fumicultor Joaquim (67 anos, Alto Albertina) menciona que “aqui até lá na beira do asfalto [SC-350] da sete quilômetros, tem até a planta ali na estrada, mas esse trecho aqui deveria de ser asfaltado, daqui no Taboão até na travessa ali, se eu fosse um prefeito esse projeto eu já tinha feito na câmara”²⁴. No momento que seu Joaquim explanava sua proposta para melhoria da comunidade, conversávamos sobre o final da tarde do dia anterior, quando havíamos presenciado uma onda de poeira que se formava com a entrada de vários carros na comunidade, que se deslocavam para um casamento realizado numa casa de eventos no Alto Albertina. Dona Helena (69 anos, Alto Albertina) concorda com o marido, pois acredita que a substituição das estradas de chão pelo asfalto faria com que mais pessoas explorassem os serviços disponibilizados pelos residentes do meio rural²⁵.

²³ Paulo, 45 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

²⁴ Joaquim, 67 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

²⁵ Helena, 69 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

O bairro Albertina em 2006 possui uma população de 698 habitantes, 328 homens e 370 mulheres, sendo que a maior concentração de residentes está na faixa etária de 25 a 34 anos (31%); apesar disso, conversei com mulheres na faixa etária dos 41 a 69 anos (POPULAÇÃO, 2013). A questão racial também é diversa na comunidade, cerca de 90% delas se refere a questão relacionada a sua descendência étnica, sendo que três delas identificam-se como brasileiras, duas como alemães, duas disseram ser uma “mistura” de italiana com alemã ou de alemã com indígena e uma se identificou como branca.

Apesar da história oficial riosulense enaltecer o discurso de um rural tradicional e que se mantém intacto as intervenções citadinas, 76% das entrevistadas não nasceram nas comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina e podem ser consideradas migrantes. Isto é, a população das comunidades rurais investigadas foi se construindo como uma “colcha de retalhos” de vivências, experiências e visões de mundo e, atualmente, essa diversidade configura o que se chama de rural riosulense.

Quadro 3 - Inserção das mulheres rurais nas comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina (1962-2016)

| Entrevistadas | Década | Ano de inserção no rural |
|---------------|--------|--------------------------|
| Mafalda | 1960 | 1962 |
| Leopoldina | 1960 | 1963 |
| Elisabete | 1960 | 1966 |
| Lucila | 1970 | 1977 |
| Helena | 1980 | 1983 |
| Dolores | 1980 | 1987 |
| Marcelina | 1980 | 1988 |
| Mariana | 1990 | 1991 |
| Marieta | 1990 | 1995 |
| Ana | 2000 | 2003 |
| Maria | 2000 | 2005 |
| Tereza | 2000 | 2006 |
| Severina | 2000 | 2008 |
| Elsa | 2000 | 2009 |
| Adelaide | 2010 | 2010 |
| Leonor | 2010 | 2010 |
| Isabel | 2010 | 2011 |
| Laura | 2010 | 2013 |
| Madalena | 2010 | 2014 |
| Malvina | 2010 | 2016 |
| Joana | 2010 | 2016 |

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

As entrevistadas Mafalda (56 anos, Alto Albertina), Leopoldina (55 anos, Alto Albertina), Elisabete (51 anos, Serra do Taboão), Marieta (47 anos, Alto Albertina) e Lucila (41 anos, Alto Albertina) mencionaram que nasceram “ali mesmo” e, com exceção de Lucila, frequentam os espaços comunitários da comunidade Serra do Taboão. As dezenas entrevistadas restantes não nasceram nas comunidades em que residem, apesar de quatorze delas possuírem origem no meio rural, sobretudo, de municípios do Alto Vale do Itajaí. Os processos de migração não são os mesmos, as mulheres que entraram no meio rural das décadas de 1980 a 2006, chegaram nas comunidades através do casamento e da compra de terras para se reproduzirem como agricultoras. Já as mulheres que chegaram no meio rural de 2008 a 2016 se inseriram através de um movimento de valorização do meio rural pelo meio urbano. As histórias de migração serão analisadas de forma aprofundada no Capítulo 2.

Como a geógrafa Claudia Cambruzzi e a comunicadora Linda Rudim (2013, p.1) ressaltam as mulheres rurais riosulenses exercem um “papel fundamental no processo de

desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural”, dessa forma se verá como as mesmas observam as comunidades onde residem. Será que o rural mudou na perspectiva delas? A ex-fumicultora Marcelina (66 anos, Alto Albertina), que reside na comunidade Alto Albertina há 30 anos, considera que “mudou bastante, mudou, mudou, mudou. Antes tirava mais o tempo, os vizinhos se conheciam, hoje tu tens vizinhos que tu nem conhece, é como na cidade”²⁶. De fato, a colocação da entrevistada vai ao encontro das experiências vivenciadas nas pesquisas de campo, pois mais de uma vez pedi informações para encontrar com maior facilidade as propriedades das entrevistadas, e os/as vizinhos/as não sabiam me informar porque “eram novos ali”.

A compreensão do conceito de comunidade das entrevistadas que são moradoras mais antigas do rural riosulense está marcada por um tempo e um espaço. A visão costumeira considera comunidade rural “um grupo de pessoas que vive nas áreas rurais e que partilham dos mesmos eventos, tradições e costumes”, como apontam as geógrafas Juniele Martins Silva e Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol (2016, p.362). Creio que esse conceito se encontra em estado líquido, parafraseando o sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman, uma vez que encontrei nas comunidades rurais investigadas uma complexidade de trajetórias, que muitas vezes podem ser caracterizadas como individualizadas (SILVA; HESPAHOL, 2016).

Zygmunt Bauman (2003, p.7) inicia o livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* explanando que independente de qual seja o conceito de comunidade utilizado, no imaginário social “é bom ter uma comunidade” e “estar numa comunidade”. Bom, pelo menos, é o que a maioria das entrevistadas considera, porém não nos moldes atuais. Há também aquelas que são céticas quanto a colaboração comunitária, já que as trajetórias e experiências pessoais nem sempre foram agradáveis, tornando-se o “outro” da comunidade.

Na fala das entrevistadas é comum a utilização do advérbio “antes”, que pode significar “antigamente”, “num tempo passado”, “antigo” e do advérbio “agora”, podendo supor “na época corrente”, “nos dias de hoje” e “atualmente”. O discurso apresentado por Dona Marcelina (66 anos, Alto Albertina) é carregado pelo sentimento de mudança do “antes” para o “agora” da qual a sua vida foi acometida com a partida dos/as filhos/as de casa, o falecimento de vizinhos/as próximos e a chegada de novos/as moradores/as, portanto percebo que uma

²⁶ Marcelina, 66 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

multiplicidade de fatores levou a transformação do seu entendimento de comunidade, que no “agora” está aproximada de uma concepção percebida como distante, individual e urbana.

Embora a construção do conceito de comunidade tenha sido pautada em uma ideia de “coesão social e relações recíprocas, partilhando condições básicas de uma vida em comum, fundadas nas relações de parentesco, amizade e vizinhança” como afirmam Silva e Hespanhol (2016, p.363), não quer dizer que não existiam particularidades nessa comunidade rural de “antes”. A fumicultora Mariana (56 anos, Serra do Taboão) problematiza a sua própria não integração na “comunidade imaginada”, pensando em sua infância no campo aurorense e as particularidades das quais a sua família era composta; nesse sentido, ela aponta a sua justificativa:

Porque é difícil assim, de certo acostumada desde criança, a mãe também, assim, não saia muito pra passear, porque não tinha condição e coisa, os parentes era tudo longe. Daí na vizinhança tinha um irmão do meu pai que morava perto, daí a gente ia no domingo à tarde, mas se não...daí assim, de certo, se criou naquilo ali²⁷.

Apesar de ter um conceito de comunidade que os une, as particularidades e experiências podem distanciar os/as sujeitos/as. Dona Marieta (47 anos, Alto Albertina) percebe que a relação da comunidade ‘era mais próxima antes’, mas revela que a ajuda que deu a vizinhança não foi retribuída. Independente das transformações ocorridas no rural com a inserção de novos/as personagens sociais, o que a desanimou na relação comunitária foi a experiência com aquelas pessoas com as quais foi “criada junto” na Serra do Taboão. A descrença na relação comunitária chegou a afastá-la da Igreja São Jorge, sendo que atualmente sua relação com a religião acontece por meio do estudo da bíblia em casa²⁸.

O distanciamento nas relações de vizinhança, amizade e parentesco é apontada por todas as entrevistadas que residem nas comunidades há mais de 12 anos. Da mesma forma, as novas moradoras revelam que a relação comunitária, desde que chegaram nas comunidades, “sempre foi assim”. As narrativas das moradoras consideradas neo-rurais não apresentam muitas expectativas nas relações em comunidade, pois as experiências que procuram no meio rural se aproximam mais do desejo de usufruir da tranquilidade, qualidade de vida e boa alimentação que esse espaço pode proporcionar.

²⁷ Mariana, 56 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

²⁸ Marieta, 47 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Embora se encontre diferentes nuances dentro dessa suposta coesão comunitária, o “antes” é enaltecido em várias narrativas. O casal de ex-agricultores Lucila (41 anos, Alto Albertina) e Paulo (45 anos, Alto Albertina) relembram como operavam as relações de ajuda e trabalho na comunidade Alto Albertina.

Meu, quando eu e ela casamos, isso anos depois ainda mesmo, se um carneava um porco já ia todo mundo ajudar e coisarada, isso tudo se acabou²⁹.

Porque num tempo, quando o vizinho se apertava e não dava conta de quebrar o fumo sozinho, que tava se perdendo, se ajuntava três, quatro vizinho ia lá e ajudava ele, né? A recolher o fumo da roça, colher uma madura e coisa, ajudava assim³⁰.

Em um estudo fundamental sobre as comunidades rurais do município de Ouro/SC, o agrônomo e sociólogo Valmir Luiz Stropasolas (2006, p.131) menciona que o mutirão é “uma das manifestações de reciprocidade mais conhecidas e praticadas entre as famílias de agricultores”, sendo considerada uma prática comum que envolvia um grau de solidariedade e compromisso entre as famílias das comunidades. Pode-se notar pelas narrativas das entrevistadas que o mutirão é rememorado no presente como uma prática do passado, mas nem todas as memórias trazem-no como algo vantajoso, pois gerava certos conflitos. A troca de dias de trabalho no plantio e na colheita de fumo foi mencionada por dona Dolores (60 anos, Serra do Taboão), Marieta (47 anos, Alto Albertina) e Maria (42 anos, Serra do Taboão) como uma prática que não dava “tão certo assim”, porque nem sempre o trabalho rendi como o esperado.

No máximo, a prática de troca de dias de trabalho na lavoura de fumo permaneceu entre as famílias fumicultoras que possuem relações de parentesco. A família da fumicultora Helena (69 anos, Alto Albertina) e da nora Maria (42 anos, Serra do Taboão) continua trocando dias na colheita e compartilhando a máquina de colher fumo. Assim como, a família das cunhadas fumicultoras Tereza (32 anos, Serra do Taboão) e Ana (31 anos, Serra do Taboão) também compartilham a mão de obra durante o período da colheita do fumo.

Valmir Luiz Stropasolas (2006) ainda atenta para a homogeneidade que o conceito de comunidade rural pode trazer ao olhar dos/as pesquisadores/as. É devido a esta perspectiva que aponto para a multiplicidade de sentidos e experiências com as práticas comuns ao mundo rural que foi apresentado através das entrevistas essa comunidade do “antes”. Contudo, sem deixar

²⁹ Paulo, 45 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

³⁰ Lucila, 41 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

de afirmar que, apesar do fenômeno não ser essencialmente novo, há uma acentuação das transformações e das diferenças nas comunidades rurais no tempo presente.

O envelhecimento dos/as residentes do meio rural, a crise sucessória e a desistência da fumicultura são três fatores de intensificação das transformações das comunidades investigadas. Neste caso, se não fosse o estabelecimento de uma rede de contatos entre conhecidos/as e vizinhos/as, localizar fumicultores/as, ex-fumicultores/as e agricultores/as seria uma missão complicada por dois motivos: primeiro, pela escassez de fumicultores/as e ex-fumicultores/as nas comunidades, considerando o pequeno número de lavouras fumageiras ativas e a saída das famílias desistentes do meio rural; segundo, pela dificuldade de iniciar o contato com os/as futuros/as entrevistados/as, pelo receio ou vergonha de conversar com uma pesquisadora. O pertinente das pesquisas de campo foi encontrar os/as neo-rurais na tentativa de buscar um modelo único de ocupante, que até aquele momento pensava representar o meio rural.

Figura 8 - Estufa de fumo abandonada na comunidade Alto Albertina



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Os resquícios desse espaço fumageiro em decadência pode ser visualizada através da paisagem pelas estufas abandonadas, representada na Figura 8, como se fosse um monumento

daquilo que as comunidades já foram e hoje estão a olhos vistos, denunciando um ontem que não é mais tão presente. Da mesma forma, as marcas desse passado apresentam-se na memória, como pontua dona Marieta (47 anos, Alto Albertina) “o pessoal tudo aqui plantava fumo”, mas que nos dias atuais não poderia se fazer a mesma afirmação. O anunciado pela agricultora é fala recorrente entre as entrevistadas.

As narrativas informam que “antes existiam entre 30 a 40 famílias fumicultoras, no entanto “agora” tem uns sete oito produtor”. A desistência da fumicultura e a saída dos jovens do campo são explicadas pela dificuldade de se manter ativo/a na agricultura. Marieta ainda avalia que só consegue se manter na agricultura aquele que “é forte, que tem bastante terra, que pode plantar bastante e tem implementos” próprios, considerando que a ausência dessa estrutura leva a desistência da agricultura e muitas vezes também do meio rural. À vista disso, ela pontua que “vai chegar um tempo que ninguém vai querer ficar aqui”, porque “a lavoura tá caro, tem que tá bem calçado para se manter na roça”. A mesma perspectiva é apresenta por dona Elsa (44 anos, Serra do Taboão), pois quando ela e a família se mudaram para a Serra do Taboão há nove anos tentaram viver da agricultura, no entanto a alternativa de vida não deu certo.

Daí nós viemos de lá [Ibirama/SC] com a intenção de planta pepino, né?! Mas pepino já diz tudo, né? Pepino! (risos). Até nós plantamos milho, né? No demais era consumo, que nem batata, aipim, né? Mas não adiantava investir muita coisa não.

A desistência da fumicultura e o desmembramento de propriedades possibilitou que oito das entrevistadas pudessem se mudar para o rural riosulense de 2008 a 2016; sendo que pelo menos três das neo-rurais, como Madalena (57 anos, Serra do Taboão), Leonor (55 anos, Serra do Taboão) e Malvina (65 anos, Alto Albertina) compraram sítios de famílias ex-fumicultoras. Os/as neo-rurais, como são chamados aqueles/as que se mudam da cidade para o rural, são considerados/as pelos/as antigos/as comunidades como os/as menos integrados/as e participativos/as na vivência da comunidade. A questão da participação foi uma inquietação presente em quase todas as conversas, por exemplo, a fumicultora Leopoldina (55 anos, Alto Albertina) ressalta que “o pessoal participava mais, né?!”, atrelando a falta de atuação comunitária a saída dos/s antigos/as moradores/as que eram participativos/as e também aos novos/as moradores/as que não participam, como segue:

Aí entrou novas famílias, muitos aqui faleceram, outros saíram, né? Aí entrou família nova, tem sítio, daí esse pessoal as vezes não participa, sabe? Dentro da comunidade assim, né? Aí é onde os morador mais antigo que ficam ainda³¹.

³¹ Leopoldina, 55 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

A falta de participação não é apenas observada nos espaços de sociabilidade da comunidade como nas missas, festas e jogos, mas também no dia a dia do campo. A ex-fumicultora Marcelina (66 anos, Alto Albertina) descreve o sentimento de isolamento e desamparado quando olha para a nova vizinhança.

Às vezes, assim, tu necessitava de chamar uma pessoa porque passa mal aqui, aí eu vou ter que chamar o bombeiro ou chama um filho, mas as vezes o filho tá no serviço e não pode atende o telefone, tu tem que chama o bombeiro, porque tu não consegue acha um vizinho por aqui perto³².

Dona Marcelina conta que dois casais de vizinhos idosos mais próximos da sua propriedade faleceram e as herdeiras vieram morar nas propriedades, ela considera que essas novas moradoras “são tudo gente ocupada” e que “tem o serviço fora”. A questão da não atuação e colaboração dos/as novos/as integrantes da comunidade pode ser entendida através da questão do tempo, uma vez que o tempo e ritmo de trabalho dessas pessoas é diferente da maioria dos/as agricultores/as e ex-agricultores/as da comunidade. A própria entrevistada percebe que a questão do tempo pesa nas relações familiares quando menciona que para conseguir visitar um/a filho/a precisa marcar com antecedência; ao contrário deles/a que a “visitam quando querem”.

Contudo, as neo-rurais também tem a sua perspectiva em relação à comunidade, elas mencionam que “não são muito de ir na casa dos outros”, mas consideram o convívio na comunidade satisfatório. A costureira Adelaide (32 anos, Serra do Taboão) se mudou para a Serra do Taboão há oito anos, porém desde que chegou na comunidade sempre trabalhou na cidade, ela faz parte do movimento de ida e vinda diária entre o campo e a cidade, conhecido como *cummuting*. Quando perguntei sobre o convívio na comunidade, ela mencionou que “a gente só tem contato quando precisa de ajuda”, mas não considera que seja um ponto negativo, pois considera como vantagens de morar no meio rural: “é mais saudável, silencioso e não tem vizinho pra incomoda”³³.

A visão do rural como um lugar de descanso e tranquilidade é uma característica marcante nas narrativas das mulheres neo-rurais; já os discursos das antigas moradoras, geralmente, refletem uma idealização da vida social em comunidade em referência ao “antigamente”. A concepção de comunidade vai se alterando com a observação da intensificação dos movimentos de saída e entrada ou conforme a experiência pessoal de cada sujeito. Percebe-se as diferentes significações dessa transformação de acordo com a narrativa

³² Malvina, 65 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

³³ Adelaide, 32 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

da fumicultora Maria (42 anos, Serra do Taboão), que chegou na comunidade há treze anos, e mencionou que “quando eu cheguei aqui não era muito diferente, de certo antigamente era, né?! Porque sempre escuto o sogro [seu Joaquim] dizer que ia bastante gente na missa”³⁴. A concepção de comunidade da entrevistada é mais próxima da atual, pois ela ancora seu entendimento a própria experiência, apesar de ser envolvida nessa rememoração do passado através das histórias do sogro.

A fumicultora Ana (31 anos, Serra do Taboão) avalia que a intensa diminuição da participação dos/as residentes da comunidade na Igreja São Jorge começou a uns “cinco seis anos, porque aqui antigamente tinha bastante pessoal que morava aqui, né? Aí foram vendendo aqui e foram indo pra cidade, virou muito sitiante, aí começou a dar muita pouca pessoa na Igreja (...)"³⁵. No entanto, as narrativas das novas moradoras não vão de encontro com essa informação, pois mencionam que desde que chegaram ali a comunidade “sempre foi assim”, com poucos espaços de sociabilidade na comunidade. Em geral, as entrevistadas esclarecem que atualmente são oferecidas duas missas no mês ou a cada catorze dias aos sábados à tarde;

Destaco que o horário das missas é percebido como contribuinte para que poucas pessoas frequentem as celebrações, como a costureira Adelaide (32 anos, Serra do Taboão) mencionou: “o pessoal do campo nesse horário não vai, esse horário começa a tirar leite, os homens não vão, vai mais mulher”³⁶; o horário também foi citado por ela como o motivo pelo qual ela não frequenta regularmente a Igreja da comunidade. A maioria das entrevistadas menciona que a participação nas missas da Igreja diminuiu, mas raramente se incluem como as não participantes.

A decisão de diminuir o número de celebrações, tanto das missas quanto dos cultos aos domingos, se deu por causa da diminuição dos/as participantes. A fumicultura Ana, que é ministra e zeladora da Igreja São Jorge, menciona que as missas já haviam sido diminuídas há mais tempo e que em substituição “antigamente a gente fazia o culto, as celebrações dominicais, né? Mas daí dava três quatro pessoas, daí a gente conversou com ele [pároco] e desistimos de

³⁴ Maria, 42 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

³⁵ Ana, 31 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

³⁶ Adelaide, 32 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

fazer o culto”³⁷. Mesmo com a redução dos encontros na Igreja os agentes da comunidade não passaram a participar mais das missas.

A fumicultora Ana ainda informa que ela e a cunhada Tereza (32 anos, Serra do Taboão) são aquelas que participam mais ativamente da manutenção da Igreja, realizando a limpeza, organização das missas, coordenando os ministros e o grupo de catequese. O Conselho da Pastoral da Comunidade (CPC) é integrado por outros/as membros da comunidade que realizam a parte “burocrática”, como a representação da comunidade em reuniões, prestação de contas etc. O trabalho na Igreja ficou “nas mãos de poucos” por dois motivos: a saída do meio rural das pessoas que eram atuantes na comunidade e o desinteresse na participação daqueles/as que ainda permanecerem no meio rural.

[...] é que na verdade tinha os [que participavam]...esses que foram embora, que era o pai da minha cunhada, [...] a irmã da minha cunhada [...], eles eram os ministros antigamente, né? A dona Marcelina, a Mari que agora já tem setenta e lá vai cacetada e acabou desistindo de ser por causa da idade, aí ficou mais pra gente. Aí eu também pensei quantas vezes em desistir, só que eles não deixaram (risos). Porque daí assim a juventude ninguém quer assim assumir, né? Tem bem poucas, assim que participa da nossa comunidade, que frequenta a Igreja, dá em torno de dezessete vinte pessoas. [Na missa] dá dez, doze, catorze pessoas no máximo, a não ser quando dá assim primeira comunhão, né? Ou batizado, uma coisa assim...³⁸

Durante a entrevista com os fumicultores Helena (69 anos, Alto Albertina) e Joaquim (67 anos, Alto Albertina), ele tomou a palavra quando o assunto central foi a Igreja, pontuando de forma enfática sua relação com a comunidade, pois a diminuição das missas afetou diretamente a prática religiosa que havia aprendido desde a infância com os familiares. Na época atual, o fumicultor evidencia que a religiosidade não possui o mesmo significado para os/s filhos/as que vivem e trabalham na comunidade, mas que noutros tempos a igreja era o ponto de encontro para a prática das sociabilidades, como segue:

Mas isso quando tinha buteco pra depois da reza ir tudo toma cerveja, mas quando a gente chegou aqui de muda, ali no domingo, uhhhh, enchia de gente, enchia, enchia, mas só porque depois...rezava ligeiro e ia pro buteco todo mundo toma cerveja, ia todo mundo pra igreja e agora não tem mais buteco aberto vai pouca gente pra igreja, mas eu vou, eu fui criado no ensinamento de que domingo era obrigado a ir na igreja, se nós não fosse quando nós casemo, as vezes eu não ia pra igreja, ficava em casa ia serra lenha, arruma um serviço pra fazer pra segunda-feira tá pronto, o velho ia lá e brigava com nós “domingo tem que ir na igreja, depois pode trabalhar, mas primeiro tem que ir na igreja” e hoje a gente que fazer nos filho e os filho são negado³⁹.

³⁷ Ana, 31 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

³⁸ Ana, 31 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora. Os nomes citados pela entrevistada foram alterados para preservar a identidade dos sujeitos.

³⁹ Joaquim, 67 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

O depoimento situa uma cultura religiosa transmitida pela família, da qual todos os componentes do grupo familiar deveriam participar. No entanto, a descrição das sociabilidades se aproxima mais dos costumes dos homens da comunidade, que se reuniam para beber, no que o fumicultor chama de “buteco”, após as obrigações religiosas. As mulheres não cabiam nesse espaço, elas direcionavam-se para as propriedades para dar conta das tarefas como fazer o almoço, cuidar das crianças e fazer a manutenção das pequenas criações. Posso inferir que o “buteco” era um espaço de sociabilidade exclusivo dos homens, em que circulavam informações sobre a lavoura, colheita e problemas cotidianos das propriedades. Ao rememorar as idas a Igreja nos finais de semana e associá-las ao “buteco” como lugar de encontro, o entrevistado evoca memória de suas experiências como homem.

Segundo Stropasolas (2006, p.130), a Igreja em uma comunidade rural servia como “espaço de convergência, [...] da transmissão e intercâmbio de informações, de reconstrução do mundo cultural”. Além disso, esse espaço era visto como essencial para a dinamização da vida social das famílias que moravam no campo, ainda mais para as mulheres que tinham a Igreja como um dos poucos pontos de encontro e de sociabilidade feminina.

De fato, as mulheres pontuam os espaços como a Igreja, as festas e os jogos de futebol como lugares de socialização importantes para elas e para os/as filhos/as. A fumicultora Leopoldina (55 anos, Alto Albertina) relembra que “[...] antes tinha [missa] todos os domingos, né? A gente se encontrava, tinha o campo de futebol que todo mundo frequentava, tava sempre reunido [...]”⁴⁰. Assim como, a agricultora Madalena (57 anos, Serra do Taboão) relembra que no período da juventude o espaço da Igreja e do campo de futebol era um lugar privilegiado para o encontro com as amizades⁴¹. Nos dias atuais, os jogos de futebol continuam acontecendo com a participação exclusiva dos homens, até mesmo no “bailezinho fora de época”, promovido pela diretoria do campo de futebol, são poucas pessoas que participam.

As memórias de homens e mulheres acerca das práticas e espaços de sociabilidade são diferentes, pois enquanto as memórias masculinas estão ligadas ao “buteco” e aos jogos de futebol, elas pontuam as missas, os arredores do campo e o trabalho na organização das festas (cozinhar, lavar, limpar), que eram os espaços em que as mulheres mantinham suas relações de amizade. Por meio das narrativas foi possível notar que há um deslocamento das mulheres dos

⁴⁰ Leopoldina, 55 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁴¹ Madalena, 57 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

espaços de encontro na comunidade para o âmbito doméstico, enquanto os homens mantem as suas sociabilidades, principalmente, através dos jogos de futebol semanais.

Além disso, mesmo que menos mencionado pelos/as entrevistados/as, a escola também perdeu seu espaço nas comunidades rurais. Para que o assunto emergisse nas narrativas era necessário perguntar diretamente: “o que aconteceu com a escola rural aqui da comunidade?”. A escola municipal “Gabriel Lemonje” (ver Figura 9), localizada ao lado da Igreja São Jorge, foi desativada em torno do final da década de 1990. As entrevistadas Marieta (47 anos, Alto Albertina) e Helena (69 anos, Alto Albertina) tinham filhos que frequentavam a escola primária (de primeira à quarta série) na época que aconteceu a transição dos/as alunos/as do meio rural para as escolas da cidade. Dona Helena calcula que a escola foi desativada através da idade que a filha tinha na época: “porque a Marília estudou aqui em cima até a quarta série, né? Aí depois ela começou a ir lá pra baixo que ela tinha dez anos e agora ela tem trinta, quase vinte anos” que a escola deixou de funcionar⁴².

Figura 9 - Escola Municipal “Gabriel Lemonje” localizada na Estrada Geral Serra do Taboão



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

⁴² Helena, 69 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora. O nome citado pela entrevistada foi alterado para preservar a identidade do sujeito.

As duas entrevistadas mencionaram que a escola foi desativada porque tinham poucos alunos/as para atender, circunstância que levou a administração municipal considerar que seria mais vantajoso financeiramente transportar os/as alunos/as para as escolas da cidade do que manter professores nas escolas rurais. Nesse sentido, a partir da entrada dos anos 2000, o transporte escolar começou a passar três vezes ao dia (manhã, meio dia e final da tarde) na Estrada Geral Serra do Taboão para buscar os/as alunos/as; algumas entrevistadas mencionaram que o ônibus escolar às vezes também concede caronas para os/as residentes das comunidades em direção a cidade.

Os/as estudantes que residem na comunidade Alto Albertina precisam se deslocar até o ponto de ônibus mais próximo na Serra do Taboão para conseguir acessar o transporte escolar. Dona Lucila (41 anos, Alto Albertina) menciona que a Escola Municipal da Albertina (ver Figura 10) também foi desativada por causa do reduzido número de crianças que a frequentavam. Atualmente a antiga estrutura escolar, que estava abandonada, foi doada pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul para a Associação de Moradores da Albertina transformá-la em sua sede.

Figura 10 - Escola Municipal Albertina localizada na Estrada Geral Ribeirão Albertina



Fonte: Fotografia compartilhada no *facebook* “Ambo Albertina”, em 15 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=130202267885908&set=pb.100026884073857.-2207520000.1563586201.&type=3&theater/>>. Acesso no dia: 04 fev.2019.

Sobre a Igreja Comunidade E. F Albertina IECLB possuo apenas uma testemunha. A ex-fumicultora Lucila menciona que a igreja foi perdendo a participação ao longo do tempo, e que também aconteceram algumas “rixas” entre os colaboradores da Igreja, o que resultou em uma decisão conjunta de diminuir os cultos na comunidade para apenas um ao mês. Ela ainda relembra que a convivência na comunidade era mais próxima “antigamente” e que aconteciam todos os anos a Festa da Colheita: “as festas davam boas”, enfatiza a entrevistada⁴³.

Dessa forma geral, o espaço da Igreja Católica é ressaltado com grande importância na memória das mulheres mais antigas da comunidade, uma vez que as ações/projetos oferecidos pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul, em conjunto com a EPAGRI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), eram desenvolvidos na Igreja São Jorge. Esses encontros que reuniam católicas e luteranas em um mesmo espaço eram lugar de conversa, aprendizado e divertimento.

Aqui tinha um tempo que a gente fazia os cursos, assim, que tinha da EPAGRI, a gente fazia bastante cursos, fizemo curso de panificação, fizemo outro curso de geleia, negócio assim, aí tinha de negócio de confeitaria, tinha bastante curso aí em cima que a gente fazia, era bem bom, depois que a Arlinda da EPAGRI se aposentou que parou, não pareceu mais ninguém pra fazer, de dizer “vamos fazer um curso” fazer alguma coisa assim⁴⁴.

Dona Mariana declara que recebia incentivo do marido para ir realizar os cursos “ele sempre dizia: ah, aproveita pra fazer, já que é de graça (risos)” e ainda ressalta que a época escolhida para a realização dos cursos era muito proveitosa, pois “era na época sempre que não tinha serviço de roça, né?”. Os cursos direcionados para as mulheres eram diferentes dos realizados pelos homens, no entanto elas lamentam a extinção porque os consideravam “aproveitativo”.

Os espaços de sociabilidade das mulheres nas comunidades estão em progressivo encolhimento, já que elas não frequentam a casa uma das outras, participam menos das atividades da Igreja e não possuem mais os cursos profissionalizantes. O momento em que esses cursos deixaram de ser ofertados na comunidade foi uma das informações que as entrevistadas, de modo geral, não souberam indicar. Dona Isabel (53 anos, Serra do Taboão) indicou que os cursos passaram a ser ofertados em um único espaço e que as pessoas que querem participar devem procurá-los através das divulgações oficiais; a entrevistada possui essa informação porque o marido é funcionário do Departamento de Agropecuária de Rio do Sul, e as outras

⁴³ Lucila, 41 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁴⁴ Mariana, 56 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

entrevistadas apenas acreditam que o programa foi extinto⁴⁵. A diretoria Executiva de Agropecuária divulga todas as semanas os eventos, cursos e notícias que o setor promove para o público através da página no *Facebook* “*Rio do Sul Agropecuário*”.

Como demonstram Cambruzzi e Rubim (2013, p.2) o espaço rural é constituído histórica e culturalmente através das representações sociais dos atores e das atrizes que ocupam esse território. Apesar das mulheres rurais terem sido atreladas a um “papel histórico invisível” é cada vez mais comum que as mulheres procurem novos espaços e novas formas de se inscrever, permitindo-se ser não apenas observadoras, mas agentes da transformação. E com essa pesquisa, produtoras do conhecimento, pois suas falas levam o conceito de rural a um outro nível de complexidade.

⁴⁵ Isabel, 53 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

2 “É TUDO MAIS MODERNO, SE NÃO A GENTE NÃO ESTARIA MAIS AQUI”: FUMICULTURA, TRABALHO E ACESSO À TERRA

O acesso à terra é imprescindível para ser um/a morador/a do meio rural, seja a ocupação através da aquisição por herança, compra, locação/arrendamento, concessão, entre outros. O agrônomo e sociólogo Valmir Stropasolas (2006) afirma que, de modo geral, os/as agricultores/as se esforçam para se tornarem proprietários da terra, principalmente, quando procuram se estabelecer economicamente através do trabalho coletivo dos/as agentes familiares em uma propriedade. Não obstante, é evidente que nas últimas décadas se perceba diferentes interesses na ocupação do meio rural, principalmente, com a chegada dos/as novos/as moradores/as que buscam repouso, tranquilidade, lazer e um modo de vida “saudável”. A geógrafa Rosa Maria Vieira Medeiros (2017) propõe que esses “novos” interesses podem ser caracterizados como um efeito da revalorização urbana no modo de vida do campo⁴⁶.

Os dados do IBGE de 2006 revelam que os estabelecimentos agropecuários do município de Rio do Sul ocupavam cerca de 19 mil hectares, sendo que, aproximadamente, 18.458 hectares eram ocupados pelos/as proprietários/as das terras. Os hectares restantes eram ocupados por arrendatários/as (36 hectares), ocupantes (415 hectares) e parceiros/as (75 hectares) (CAMBRUZZI, 2014). Os dados do IBGE de 2006 ainda indicam que:

[...] Rio do Sul possui 764 estabelecimentos agrícolas. A maciça maioria destes, 731 estabelecimentos, são propriedades agrícolas familiares, com uma média de 21 ha, em uma área total de 19.000 ha, o que caracteriza a presença de minifúndios, observando-se que o módulo rural regional é de 24 hectares (CAMBRUZZI, 2014, p.146).

De forma geral, estes dados demonstram que a maioria dos estabelecimentos agrícolas de Rio do Sul são propriedades familiares, com pequena extensão de terras e ocupadas pelos/as

⁴⁶ O programa semanal Vale Agrícola, um informativo sobre a agricultura de Santa Catarina, publicou em 2019 uma reportagem sobre um condomínio rural fechado localizado no município de Rio do Sul, mais especificamente no Vale das Cachoeiras. O corretor da imobiliária, que administra o condomínio, menciona que ele conhecia o local há anos e que a família dona da propriedade “comprou a ideia”. A proposta foi transformar o terreno rural em um condomínio fechado de chácaras que “não dá trabalho”, próximo do centro da cidade, utilizado pelos condôminos apenas para desfrutar do que aquele espaço pode oferecer de melhor, como ar fresco, tranquilidade, contato com a natureza, entre outros. Como os terrenos rurais possuem exigências diferentes em relação a escritura da terra, nesse local a proposta é um documento comum a todos os condôminos, sendo que cada um possui sua área reservada de no mínimo sete mil metros quadrados (menos de um hectare), podendo usufruir das áreas comuns do condomínio como a piscina, o salão de festas e a cachoeira. Os condomínios rurais, dentre outros tipos de ocupação, têm se tornado cada vez mais comuns no espaço rural riosulense e catarinense. A reportagem do programa Vale Agrícola está disponível no canal do youtube com o título “Condomínios rurais: a alternativa para quem tem o sonho de morar no interior!” e pode ser visualizado nesse link: <https://www.youtube.com/watch?v=H0lx5-g06dc&t=290s>.

proprietários/as. As propriedades rurais que visitei não destoam da realidade apresentada nesses dados, pois 90% delas são ocupadas pelos/as proprietários/as.

Com tais características, a estrutura fundiária riosulense assemelha-se ao indicado pelos economistas José Luiz Alcântara Filho e Rosa Maria Oliveira Fontes (2009) sobre a estrutura fundiária brasileira a partir do índice de Gini⁴⁷. Os economistas apontam que a região Sul, possui os estados com os menores índices de concentração fundiária, em contrapartida as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste que apresentam índices demasiadamente desiguais. Porém, Filho e Fontes (2009, p.78) salientam que “essas diferenças são válidas apenas para realizar comparações relativas, pois, em geral, todos os estados brasileiros pertencem ainda às escalas mais desiguais do índice de Gini”, que explica a desigualdade na distribuição de terras mundialmente⁴⁸. Para além da categoria de classe, estes dados possibilitam uma análise através da categoria de gênero, pois como apontam as economistas domésticas Márcia Botelho de Oliveira, Neuza Maria da Silva e a linguista Maria Carmen Aires Gomes (2016, p.396):

[...] diante da situação em que era principalmente por meio da herança que os recursos de homens e mulheres eram inicialmente estabelecidos, se a herança fosse partilhada, de maneira igualitária entre todos os filhos, independentemente do gênero, a distribuição de terras e bens de maneira geral no Brasil e na América Latina seria relativamente mais equilibrada.

Como pontua a socióloga Maria José Carneiro (2001, p.23) “apesar do Código Civil estabelecer a igualdade de condições entre todos os filhos [...] sobre a herança, as regras culturais modificam a lei de acordo com os interesses de um ator coletivo, que se impõe aos interesses individuais”. A estrutura fundiária do sul brasileiro foi formada por uma política que concedeu terras, sobretudo, para imigrantes europeus, cujas estratégias de reprodução patrimonial e/ou sucessão das propriedades rurais até hoje seguem um determinado padrão de herança cultural, no qual, geralmente, os filhos homens são beneficiados com terras, “bastante comum no campesinato europeu”, nas palavras de Stropasolas (2006, p.133)⁴⁹.

A antropóloga Arlene Renk (2001) investigou as estratégias de reprodução social e acesso à terra por mulheres rurais do Oeste catarinense, as quais mencionaram que os filhos homens, por ocasião do casamento recebiam terras como herança; e, as filhas mulheres um dote

⁴⁷ O coeficiente de Gini é utilizado para medir a desigualdade social, e foi desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912.

⁴⁸ Os dados analisados pelos/as autores/as são referentes ao ano de 2003.

⁴⁹ Uso as palavras de Alessandro Portelli (2000, p.68) para dizer que a discussão sobre imigração e ocupação de terras no Sul brasileiro “é um pouco mais sofisticado do que isso, mas demoraria mais de 15 minutos para explicar”. Dessa forma, creio que se deve reter dessa discussão que as mulheres, historicamente, no meio rural catarinense não são sucessoras nas propriedades das suas famílias, pois a ideia é que a mulher se casem e façam parte de um outro núcleo familiar. A estratégia visa proteger o território conquistado pela família.

(uma novilha, enxoval, máquina de costura etc.)⁵⁰. A socióloga Maria Ignez Paulilo (2003) reitera que a circunstância das mulheres não mencionarem o alijamento da terra de forma espontânea nas entrevistadas, dá a impressão de que ele é considerado normal, no entanto existem muitas mulheres que se sentem desvalorizadas no âmbito familiar por causa dessa estratégia cultural.

[...] em momentos de descontração de não havendo homens presentes, fomos surpreendidas mais de uma vez por manifestações de profunda revolta por parte mesmo de mulheres já idosas. Elas alegam que “trabalharam tanto quanto seus irmãos na terra dos pais”, alegação que só faz sentido se atentarmos para o fato de que a herança está associada ao pagamento dos serviços prestados na terra, tanto assim que os filhos que receberam apoio financeiro para estudar já se sabem de antemão excluídos da partilha dos bens. O alijamento das mulheres significa que seu trabalho não é reconhecido como tal (PAULILO, 2003, p.189).

O acesso à terra é uma garantia importante de sobrevivência no meio rural que, historicamente, foi precário para as mulheres. A agrônoma e socióloga Emma Siliprandi (2004, p.127) destaca que “[...] diversos autores, em estudos sobre vários países, já mostraram que tanto as regras de herança, como mercado de terras e as políticas de reforma agrária não são neutros quanto ao gênero, discriminando as mulheres”. Isto é, não é difícil compreender porque as jovens e mulheres geralmente não escolhem ficar no campo, dado que para se tornarem agricultoras na vida adulta eles precisariam se submeter a um casamento, preferencialmente, com um homem que fosse herdeiro de terras.

Tendo em vista essas problemáticas, foi privilegiada no roteiro de entrevistas a questão da condição de moradia e acesso à terra, propus a todas as entrevistadas que falassem sobre qual era a condição de acesso a propriedade que residiam. Nas respostas geralmente mencionavam que “aqui é nosso”, denotando a propriedade da terra na qual estavam inseridas; o que não significa que as terras estejam em seu nome. Destaco, que a partir dessa questão introdutória, cada entrevistada deu ênfase a diferentes aspectos para a sua relação com a terra; como se verá, algumas deram maior realce do que outras ao tema em suas narrativas, conforme a importância atribuída em seus itinerários individuais.

As pesquisas de Paulilo (2003) e Carneiro (2001) atentaram para a importância da compreensão do âmbito legal do acesso das mulheres à terra. Dessa forma perguntei para algumas entrevistadas “e a terra está no nome de quem?”, que imediatamente me olhavam com

⁵⁰ A socióloga Maria Ignez Paulilo (2003) ressalta que o valor do dote recebido pelas mulheres não possui relação com o valor da terra, pois não se equivale ao que elas poderiam receber se a partilha da terra fosse realizada de forma igualitária. De toda forma, se as mulheres recebem alguma compensação em dinheiro, seja pela partilha ou venda, elas sempre recebem menos do que os homens.

inquietação. As sutis negativas me fizeram compreender que a questão poderia ser íntima demais, sendo que a situação descrita levou a refletir sobre a observação realizada por Paulilo (2003), de que a questão do alijamento da posse da terra é uma questão delicada, até mesmo para as mulheres que participam de movimentos sociais do campo.

As entrevistas realizadas para esta pesquisa nos confirmaram o que sempre observamos antes, ou seja, que a questão do alijamento das mulheres da terra por ocasião da partilha da propriedade por herança é uma questão delicada. Tudo o que se consegue é que as mulheres digam, com timidez, que elas deveriam ter os mesmos direitos. O próprio tom de voz é o de quem confessa uma heresia. Mesmo as mais militantes não reivindicam para seu movimento essa bandeira de luta. Uma líder do MMA, ao ser perguntada sobre isso, disse que daria apenas sua própria opinião: “não põe o movimento aí, é particular”. Trazer à baila o assunto causa constrangimento [...] (PAULILO, 2003, p.197).

Desde a época da realização da pesquisa de Paulilo, houveram muitas mudanças nos movimentos de mulheres do campo em Santa Catarina; o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) se tornou Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), assumindo uma identidade feminista, sendo que os aspectos ditos “particulares” têm se tornado cada vez mais políticos. No entanto, esta investigação não trata de mulheres organizadas em movimentos sociais, que estão inseridas dentro da discussão de que o “pessoal é político”. Nas palavras do historiador Alessandro Portelli (2001, p.14) “a questão sobre quão histórica é a vida privada e quão pessoal é a história pode ser posta pelo narrador, pelo historiador ou por ambos [...]. Neste caso, as narradoras deixaram evidente que aquela informação era íntima demais para tornar-se História.

De toda forma, a presença de cada uma das mulheres entrevistadas nas comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina compõe o meio rural riosulense. Das vinte e uma entrevistadas, doze delas são moradoras mais antigas e nove são novas moradoras, sendo que nenhuma das categorias compostas por essas mulheres apresenta uma homogeneidade na condição de acesso à terra. No entanto, se a análise da trajetória das mulheres investigadas estiver alinhada à categoria de gênero, serão encontrados muitos elementos que se cruzam com a bibliografia sobre o acesso à terra no meio rural catarinense.

Creio que as investigações de Paulilo (2003), Renk (2000) e Carneiro (2001) foram de extrema importância para a interpretação e composição do cenário de acesso à terra, casamento, partilha da herança e relações de trabalho no meio rural riosulense. Dado que, em suas pesquisas as pesquisadoras demonstram o quão diversas podem ser as estratégias de reprodução social desenvolvidas pelas famílias rurais. Desse modo, Paulilo (2003, p.188-189) evidencia que até mesmo o padrão europeu, que o meio rural do Sul brasileiro parece apresentar, possui suas variações e exceções.

Há, no sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Esse padrão, é claro, comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdam a terra enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento. Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais até que eles morram. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos ou quando os pais têm propriedades grandes. O que importa reter aqui é que, se for preciso excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas.

Apesar de Paulilo apresentar as condições de variações e exceções no acesso à terra, se percebe que as mulheres que são filhas de agricultores/as, dificilmente se tornam sucessoras e agricultoras nas terras da própria família. De forma evidente, as estratégias de reprodução social são variadas, ainda assim existe motivo para que não se tenha registros abundantes de mulheres como sucessoras no meio rural, arrisco sugerir que é porque elas ainda não são. Alguns dados preliminares, que são resultado do Quadro 4, podem ajudar a visualizar a questão do alijamento no acesso à terra das mulheres investigadas nesta pesquisa:

Quadro 4 - Condição de acesso à terra das mulheres residentes das comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina

| Nome fictício | Comunidade | Condição de acesso à terra | Tamanho da propriedade | Tempo de residência na comunidade | É migrante? | Nasceu no meio rural? |
|---------------|-----------------|-----------------------------------|------------------------|-----------------------------------|-------------|-----------------------|
| Dolores | Serra do Taboão | Herança da própria família/compra | 9 hectares | 31 anos | Sim | Sim |
| Laura | Serra do Taboão | Alugada | Não sabia informar | 5 anos | Sim | Não |
| Madalena | Serra do Taboão | Comprada | 3 hectares | 4 anos | Sim | Sim |
| Isabel | Serra do Taboão | Comprada | 6 hectares | 7 anos | Sim | Sim |
| Joana | Serra do Taboão | Concessão de moradia | 20 hectares | 2 anos | Sim | Sim |
| Tereza | Serra do Taboão | Herança do marido | 32 hectares | 12 anos | Sim | Sim |
| Mafalda | Alto Albertina | Herança da própria família | 13 hectares | 56 anos | Não | Sim |
| Marieta | Alto Albertina | Comprada da própria família | 3 hectares | 23 anos | Não | Sim |
| Severina | Alto Albertina | Comprada | 3 hectares | 10 anos | Sim | Sim |
| Adelaide | Serra do Taboão | Comprada | 9 hectares | 8 anos | Sim | Não |
| Leonor | Serra do Taboão | Comprada | 9 hectares | 8 anos | Sim | Sim |
| Malvina | Alto Albertina | Comprada | 3 hectares | 2 anos | Sim | Sim |
| Marcelina | Alto Albertina | Herança do marido | 20,7 hectares | 30 anos | Sim | Sim |
| Lucila | Alto Albertina | Herança do marido | 48 hectares | 41 anos | Não | Sim |
| Leopoldina | Alto Albertina | Comprada da família do marido | 30 hectares | 55 anos | Não | Sim |
| Elsa | Serra do Taboão | Herança do marido | 5 hectares | 9 anos | Sim | Sim |
| Maria | Serra do Taboão | Comprada | 21 hectares | 13 anos | Sim | Sim |
| Mariana | Serra do Taboão | Comprada | 15 hectares | 27 anos | Sim | Sim |
| Ana | Serra do Taboão | Herança do marido | 13 hectares | 15 anos | Sim | Sim |
| Helena | Alto Albertina | Comprada | 25 hectares | 35 anos | Sim | Sim |
| Elisabete | Serra do Taboão | Comprada | 15 hectares | 52 anos | Não | Sim |

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Observando estes dados, são reveladores de que:

- 1) Das 21 mulheres entrevistadas, 16 são migrantes (76%); isto é, não nasceram nas comunidades rurais que residem atualmente;
- 2) Das 16 mulheres que migraram de seus locais de origem para as comunidades investigadas, apenas duas não nasceram no meio rural;
- 3) Das 21 mulheres entrevistadas, 5 nasceram e permaneceram (24%) nas comunidades investigadas;
- 4) Das 5 mulheres que nasceram e permaneceram nas comunidades investigadas, apenas uma delas herdou terras da própria família;
- 5) Das 21 mulheres entrevistadas, 13 compraram terras (60%) para residir no meio rural;
- 6) Das 21 mulheres entrevistadas, 5 ocupam terras que foram herdadas pelos maridos.

Os dados evidenciam a dinâmica de acesso à terra e mostram que a maioria das mulheres migrou para estar no meio rural riosulense no tempo presente; em sua maioria, adquirindo terras através da compra ou do casamento. A aquisição da terra foi realizada por dois grupos distintos de mulheres: as que não herdaram terras quando se casaram e precisaram adquirir terras com o marido para se reproduzir como agricultoras; as que saíram do meio rural na juventude, não herdaram terras e compraram um sítio com a finalidade de descansar. De forma geral, as mulheres que compraram terras não se registram deslocadas dos processos de decisão, como evidenciaram a maioria das entrevistadas “aqui é nosso”, referindo-se a propriedade das terras. Ainda há mulheres que se casaram com homens que herdaram terras e, em sua maioria, vem de espaços rurais diferentes e urbanos para se casarem com os herdeiros. Por fim, a única agricultora que herdou terras da própria família, teve a herança dividida com os irmãos e irmãs após o falecimento da mãe, conquistando o seu próprio pedaço de terra para se reproduzir socialmente como agricultora. Avaliando estes dados, percebe-se que a maioria das mulheres não herdaram terras das suas famílias.

A geógrafa Claudia Cambruzzi (2014, p.88) explica que a “agricultura familiar em nosso país é fortemente marcada pela participação de todos os membros da família no processo produtivo[...]”, mas apenas o homem adulto era visto como o “[...] detentor de conhecimento e do domínio de toda a cadeia produtiva”. As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho constroem espaços de participação específicos para cada um dos membros familiares: as mulheres adultas são consideradas responsáveis pelos serviços domésticos e de quintal; as filhas mulheres são socializadas nos trabalhos do espaço doméstico; os homens são considerados responsáveis pelos trabalhos na lavoura; e os filhos homens são socializados nos trabalhos da

lavoura. De maneira geral, são os filhos do sexo masculino os escolhidos para serem os sucessores, porque eles tiveram acesso aos saberes das lides agrícolas e da administração da propriedade. A circunstância das filhas mulheres não receberem terras ou herança pode ser explicada pela “indissociabilidade entre divisão sexual do trabalho, divisão sexual do poder e divisão sexual do saber”, como indica a filósofa Helena Hirata (2015, p.4).

Nesse sentido, apesar das mulheres participarem ativamente dos trabalhos considerados produtivos, aquele que é considerado como trabalho, as suas posições não são o resultado daquilo que realizam, mas dos significados que as suas ações ganham através da interação social e cultural (SCOTT, 1990). Logo, como menciona Cambruzzi (2014, p.81) “[...] há uma construção cultural que as classifica como menos capazes de administrar, de decidir, ou empreender [...]. Nesse sentido, como sugere Siliprandi (2004, p.126):

Uma primeira questão a ser analisada diz respeito às condições de sustentação econômica dessas mulheres. Aqui é relevante identificar se o acesso aos meios de sobrevivência (trabalho, propriedade, rendas, etc.) é garantido a elas ou em que condições ele se dá. De uma forma geral, percebe-se que este será mais uma decorrência das relações de gênero que estruturam a sociedade, à medida que estas definem a divisão sexual do trabalho, o direito das mulheres a ser proprietárias, o acesso ao trabalho assalariado e à instrução, a expectativa dos papéis sociais relacionados com os gêneros etc.

2.1 PARA “RETORNAR” É PRECISO COMPRAR: AS ESTRATÉGIAS DE ACESSO À TERRA DAS MULHERES NEO-RURAIS

O acesso aos terrenos rurais por parte das mulheres neo-rurais nas comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina é realizado, sobretudo, através da compra, apesar de que se tenha identificado entre as entrevistadas um caso de locação de moradia e outro de ocupação da terra através do trabalho como caseira. As narrativas das moradoras antigas sugerem que o acelerado declínio das famílias fumicultoras levou a inserção de neo-rurais nas propriedades desocupadas que, em sua maioria, foram desmembradas em pequenos sítios⁵¹; das propriedades de neo-rurais visitadas, três eram de antigas famílias fumicultoras e quatro tinham apenas três hectares.

⁵¹ Nas comunidades investigadas o sítio é definido por uma questão cultural, tanto entre os/as autoproclamados/as sitiantes quanto entre os/as outros/as ocupantes, podendo ser entendido como um espaço ocupado por novos/as moradores/as que vieram da cidade para usufruir do meio rural. Isto é, na maior parte das vezes os/as sitiantes compram pequenas propriedades, destinadas ao lazer ou moradia e não buscam se reproduzir social e economicamente através da agricultura. Dessa forma, o sítio no meio rural riosulense não é definido por uma questão técnica, mas com base na vivência e experiência.

A fumicultora Elisabete (51 anos, Serra do Taboão) declarou que a decisão que os/as agricultores/as tomam de sair do meio rural não é fácil, porque às vezes ocorre dessas pessoas não acostumarem a morar no meio urbano e se arrependem de terem migrado. Um desses casos aconteceu com um ex-vizinho: “Tem ali dentro também o seu Lineu, que também vendeu, foi pra cidade guria, não deu e agora, esses dias, deu de ele fazer um negócio ali pra compra um terreninho de três hectares, [...] nunca vi fazer o negócio tão ligeiro e vim de muda [...]”⁵². A fumicultora observa que retornar é uma opção apenas para aqueles/as que possuem dinheiro, tendo em vista que a maioria daqueles/as que venderam as propriedades não se encontravam em boas condições financeiras. O retorno dos/as ex-moradores/as do meio rural torna-se uma ocorrência rara, concedendo espaço para novos/as moradores/as que possuem maior capital para o investimento em terras.

Observo que nove mulheres neo-rurais chegaram no meio rural riosulense entre os anos de 2008 e 2016; sendo que, sete delas nasceram no meio rural, começaram a trabalhar na agricultura na propriedade dos pais, deixaram suas comunidades em busca de alternativas de vida, entre as décadas de 1970 e 1990, e deslocaram-se para o meio rural riosulense no século XXI⁵³. A conjuntura descrita poderia inspirar uma análise propondo que as mulheres neo-rurais, quando chegam no meio rural retornam às suas origens e se sentem como se estivessem voltando para casa, no entanto seria desconsiderar que o meio rural e seus habitantes estão em constante transformação e que nenhum rural é igual ao outro. A compreensão de que o rural “não parou no tempo” permite afirmar que as mulheres neo-rurais e antigas moradoras possuem pontos de encontro e desencontro em suas trajetórias, que perpassam os âmbitos do trabalho, família, moradia etc.

Darei início a análise pontuando a trajetória da agricultura aposentada Madalena (57 anos, Serra do Taboão) que passou a infância, juventude e parte da vida adulta na Serra do Taboão. Destaco que, as memórias de trabalho no meio rural da entrevista fazem parte da memória coletiva construída pela comunidade da “época dourada” da fumicultura na região.

⁵² Elisabete, 51 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora. O nome citado pela entrevistada foi alterado para preservar a identidade do sujeito.

⁵³ De forma geral, as entrevistadas neo-rurais migraram de municípios do Alto Vale do Itajaí ou de outras regiões de Santa Catarina, como: Atalanta, Aurora, Salete, São Pedro de Alcântara e Curitibanos, etc. Apenas uma das entrevistadas não possui origem em Santa Catarina, a costureira Adelaide é natural do município do Ceará localizado no Estado de Fortaleza.

No entanto, se deve considerar que suas memórias foram construídas baseadas nas experiências que teve tanto no meio rural como no urbano.

Dona Madalena nasceu na comunidade São Miguel no município de Atalanta/SC, localizado a 41 km de Rio do Sul. A família migrou para a Serra do Taboão no final da década de 1960, “lá em Atalanta eles plantavam milho, chuchu, essas coisas, né? Aí aqui plantava fumo, milho”, relembra a entrevistada⁵⁴. A migração era uma estratégia de reprodução social que as famílias com poucos recursos dispunham para tentar a vida, como agricultores/as em outros espaços rurais ou para se tornarem trabalhadores/as assalariados na cidade (RENK, 2000; REDIN, 2015). A estratégia de migração para adquirir terras também faz parte das trajetórias da fumicultora Helena (69 anos, Alto Albertina), da fumicultora Mariana (52 anos, Serra do Taboão) e dos pais da ex-fumicultora Lucila (41 anos, Alto Albertina), como se verá posteriormente.

Na propriedade comprada na Serra do Taboão, a família de Madalena se integrou a fumicultura e continuou plantando milho para vender; culturas que ainda fazem parte do cotidiano de trabalho dos/as agricultores/as da região. Deve-se levar em conta que na época a cultura do fumo estava em expansão no rural riosulense e que a família da entrevistada possuía os requisitos procurados pelas empresas fumageiras, como a pequena extensão de terras e a abundante mão de obra (DIONÍSIO, 2016). Conforme aponta Paulilo (1990, p.140) a mão de obra é o elemento “que mais pesa no custo de produção do fumo. É por isso que famílias numerosas e com poucos recursos optam por essa lavoura”.

As memórias do trabalho na fumicultura da entrevistada trazem o pai como protagonista, poucas referências à mãe e experiências de trabalho compartilhada com/as irmãos/as, pois “ia tudo pra roça, até a Lisete [irmã mais nova], nunca esqueço, ela tinha...era titiquinha, pegou um montinho de fumo pode ir pra roça, daí ela vinha com um montinho de fumo assim e vinha, né?”, relembra Madalena. Da mesma forma, o extensionista rural Ezequiel Redin (2015) destaca que, no município de Arroio do Tigre/RS, as crianças começavam a trabalhar na lavoura de fumo desde os seis anos de idade, em trabalhos que eram considerados “leves”.

A colheita do fumo não é considerada um trabalho pesado entre as entrevistadas, justamente, porque mulheres e crianças o realizavam; no entanto, essa etapa do trabalho é citada como cansativa, demorada, trabalhosa e, muitas vezes, minuciosa. Apesar dos trabalhos

⁵⁴ Madalena, 57 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

realizados pelos/as filhos/as serem considerados fundamentais para o desenvolvimento da atividade fumageira na época, eram concebidos apenas como ajuda e/ou aprendizagem (REDIN, 2015). Nesse sentido, a entrevistada pontua que a desvalorização do trabalho na fumicultura foi o que levou os/as irmãos/as a desistirem de permanecer no meio rural na juventude.

A experiência de migração de Madalena foi diferente dos/as irmãos/as, porque ela tentou trabalhar na fumicultura com o primeiro marido antes de migrar para a cidade. Foi um período de variações climáticas que a fez optar, junto com o ex-marido, a migrar para a cidade de São Paulo, no final da década de 1980⁵⁵.

Nós plantamos fumo, né? É que esse é o segundo marido. Daí nós plantamos fumo e daí tinha o tal do custeio e daí o fumo deu pedra, na cerca ali com a minha cunhada nós chorava...cabô tudo, né? Daí ficamos devendo oitenta reais na época pro pai, porque era ele que comprava as comida pra nós, né? Aí o que foi...a minha irmã morava em São Paulo e mandou um convite de se a gente queria ir pra São Paulo, aí fomos pra São Paulo, em um mês nós tiramos dinheiro pra pagar ele [pai], porque na época era dinheiro, né? E ainda sobrou um dinheiro, nós ficamos admirados, né? Porque aqui tinha que trabalhar o ano inteiro pra pega uma ‘mixaria’, daí foi isso, daí fu morar em São Paulo, fiquei quatorze anos morando lá⁵⁶.

Na metade da década de 1980, um período de inflação gerou a perda do potencial de investimento das famílias fumicultoras. A cultura do fumo exige alto investimento das famílias e isso começou a impactá-las, pois o plantio requer a aquisição de um pacote tecnológico que tem um alto valor e juros embutidos, implicando no processo de descapitalização das famílias, “agravando o quadro de dependência reativa aos custeios agrícolas”, como esclarece Redin (2015, p.12). Isto é, a dependência dos custeios, num tempo em que a lavoura não ia bem, poderia acarretar na aquisição de altas dívidas com as empresas fumageiras. De forma geral, dona Madalena rememorou os momentos difíceis que passou na lavoura do fumo, como esse aniversário chuvoso:

É terrível plantar fumo, é sofredô. É dia de chuva, é de manhã cedo, aquilo tudo molhado, né? Aí tu tinha que levanta da cama e ir para aqueles capim tudo molhado assim, né? E quanto tu ia planta muda podia tá chovendo...um dia fui plantar fumo no dia do meu aniversário, guria...chovia...é porque tinha que aproveita a chuva. Era sofredor demais...⁵⁷.

⁵⁵ Nessa época, alguns/mas dos/as entrevistados/as e seus conhecidos/as foram para a cidade de São Paulo tentar a vida; cito alguns como seu João (60 anos, Serra do Taboão) que permaneceu dois anos trabalhando como caseiro e voltou para a comunidade; e dona Maristela (56 anos, Alto Albertina) que foi morar em São Paulo durante a juventude, porque as irmãs também tinham ido, no entanto pouco tempo depois voltou a morar com a mãe;

⁵⁶ Madalena, 57 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁵⁷ Madalena, 57 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Nas narrativas das entrevistadas o trabalho na fumicultura de “antigamente” é retratado como “sofredor” e da atualidade como “mais fácil”, pois a modernização possibilitou com que não se necessite mais aproveitar um dia chuvoso para transplantar as mudas de fumo. De forma geral, o trabalho na agricultura é percebido como menos penoso por causa dos agrotóxicos, técnicas agrícolas e maquinários. Na pesquisa desenvolvida por Redin (2015, p.127), a redução da penosidade da lavoura de fumo também é apontada pelos/as seus/suas entrevistados/as.

[...] A redução da penosidade é uma das principais características apontadas pela família rural no decorrer do tempo, das suas vivências e experiências sociais e produtivas na roça. A partir dos depoimentos orais, nota-se a redução da penosidade do trabalho como uma das principais mudanças visualizadas pelos informantes rurais na agricultura da última metade do século. De forma equivalente à diminuição da penosidade, nesse modelo de desenvolvimento agrícola, também diminuiu a necessidade de braços na agricultura, requisitava sistemática força de trabalho para obter a quantidade e qualidade do produto final, pois é uma produção intensiva

O olhar lançado por Madalena ao meio rural, tanto sobre os eventos passados quanto os do presente, é carregado por valores urbanos, como quando se dedica a tecer sobre a desvalorização por parte dos/as residentes da cidade aos alimentos orgânicos produzidos no meio rural. A entrevistada destacada em sua narrativa a distinta relação que construiu com o rural de “ontem” e de “hoje”, pois considera nesta conjuntura que “é gostoso morar no sítio, não é nem difícil, tem criação, tem bicho, né? E as plantações agora é tudo maquinário, né? Mas é gostoso, um silêncio, tu dorme e pode acordar dez hora da manhã”. O retorno a comunidade aconteceu há cerca de quatro anos, através da compra de um sítio desocupado por ex-fumicultores, em que foi construída uma casa que se destacada na paisagem.

A percepção de que o trabalho na agricultura ficou mais fácil também compõe a narrativa da costureira Elsa (44 anos, Serra do Taboão), que saiu do meio rural do município de Aurora/SC, em meados da década de 1990. A entrevistada nasceu em uma propriedade fumicultora, migrou para a cidade, trabalhou como costureira e “retornou” para o meio rural com o ex-marido para trabalhar como agricultora; o ex-marido de Elsa herdou terras por parte do pai falecido, por isso decidiram se arriscar nessa nova possibilidade de vida do meio rural. Creio que não seria possível “encaixar” a experiência da entrevistada no modelo clássico das mulheres que se tornam agricultoras através do casamento, como documenta a Paulilo (2003). No entanto, se pode realizar uma aproximação pensando que a costureira dificilmente teria herdado terras por parte da própria família para tentar a vida como agricultora, dado que ela deixou o meio rural na juventude⁵⁸.

⁵⁸ Elsa, 44 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Nesse sentido, há cerca de oito ano a costureira experimentou novamente trabalhar no meio rural. O trabalho na lavoura do pepino, no milho e em outras culturas alimentícias para a venda e garantia da subsistência familiar era realizado por ela e a filha mais velha. Na época, o ex-marido já trabalhava como servente de pedreiro na cidade, para conseguir uma renda fixa por mês para a manutenção da propriedade. A alternativa de reprodução social através da agricultura “não deu frutos” como a família almejava, sendo assim a entrevistada voltou a trabalhar como costureira.

Destaco que a entrevista com a costureira foi realizada de forma conjunta com a fumicultora Maria (42 anos, Serra do Taboão), uma vez que as duas vizinhas trabalham juntas como costureiras na residência dela. Dessa forma, numa terça-feira de manhã as duas me concederam uma entrevista enquanto tomavam café antes de começarem o trabalho na máquina de costura e, inevitavelmente, a fumicultura logo se tornou assunto entre as amigas. De forma geral, quando o tema é o trabalho durante a infância, a memória das entrevistadas aciona de forma imediata o trabalho na lavoura, sendo considerado como tal por ser remunerado e garantir a subsistência das famílias.

A costureira Elsa comenta que no tempo que trabalhava na lavoura do fumo os processos eram mais manuais e árduos se comparados aos dos tempos atuais, principalmente, na etapa pós-colheita por causa das tecnologias das estufas de secagem das folhas. A comparação do trabalho na fumicultura do “tempo dela” e do “tempo atual” se estabeleceu com a observação do trabalho na vizinhança na comunidade Serra do Taboão, mais especificamente, na propriedade da amiga; visto que a costureira não voltou mais a trabalhar com a cultura do fumo desde que saiu da propriedade dos pais na década de 1990. Ela não menciona os motivos que a levaram a migrar do meio rural, mas pontua que durante a juventude exercia diversos trabalhos na propriedade, inclusive na roça de fumo e no espaço doméstico.

Há pouco tempo a entrevistada se divorciou e colocou três hectares de terra à venda na *internet*. Ela menciona que está enfrentando dificuldades para realizar a venda e para conseguir uma casa na cidade para morar, uma vez que “como a gente sabe que na cidade não é fácil, de repente a gente tá no interior e vê o pessoal tudo se apavorando com a enchente, a gente não vai entra lá junto pra passa por isso, né?!” O município de Rio do Sul, assim como outros municípios do Vale do Itajaí, é afetado pelas enchentes e cheias. De fato, esses acontecimentos não aparecem com frequência na memória das entrevistadas, a não ser quando mencionam algum evento relacionado à cidade. À vista da problemática das enchentes enfrentadas do meio urbano riosulense, as imobiliárias realizam anúncios de venda de imóveis e terrenos pontuando

a ausência do problema no meio rural. Como, por exemplo, a menção no anúncio de um terreno rural localizado no bairro Albertina “fora de enchente de área de risco”⁵⁹ e de outro sítio, localizado no bairro Taboão, que anuncia “livre de cheias!”⁶⁰.

A agricultora aposentada Isabel (53 anos, Serra do Taboão) também migrou do meio rural na década de 1980 e comprou uma propriedade na Serra do Taboão recentemente. Ela cresceu na comunidade Valada São Paulo, conhecida popularmente como Ribeirão das Cobras, localizada no leste do município de Rio do Sul. A aposentada ressalta na entrevista a proximidade do local onde reside com o centro da cidade e, mais especificamente, com a comunidade em que nasceu: “de vez em quando a gente vai lá visitar os parentes, porque não é longe daqui, dá uns vinte e poucos quilômetros só”, informa Isabel. Na propriedade dos pais a família toda trabalhava “com fumo, com gado, no mais assim era só pra consumo, né?”. A agricultura de subsistência era o foco central da propriedade, pois a família era numerosa, constituída de treze irmãos/as⁶¹. Na época a monetarização não era desconhecida dos/as agricultores/as, no entanto tornou-se mais intensa com a inserção das tecnologias agrícolas e a aproximação com as agroindústrias, que interviram diretamente no processo produtivo através de uma integração vertical (REDIN, 2015).

A entrevistada informou que “no começo”, referindo-se ao período da infância e juventude, todos/as os/as irmãos/as trabalhavam na lavoura, “depois foram tendo a idade e começaram a ir trabalhar fora, né? Daí começaram...um trabalhar no posto de combustível, outro numa madeireira, e assim foi indo, né? De um em um foram indo todos (risos)”. Quando as entrevistadas relatavam sobre o período em que saíram da casa dos pais, normalmente, perguntei a elas sobre como percebiam o sentimento dos genitores ao verem os/as filhos/as deixando as propriedades. Isabel foi a única entrevistada a atrelar a questão da migração dos jovens rurais para o meio urbano com a sucessão familiar na propriedade, pontuando que: “olha, no final eu acho que o pai e a mãe achavam até bom sair, não tinha mais tanta terra pra todos, né? Porque daí talvez a terra era pouca, né?”.

A estratégia de partilhada da terra da família de Isabel assemelha-se ao que documentou Paulilo (2003) no Oeste catarinense. A entrevistada relatou que “a herança a maioria foi...os

⁵⁹ CHARLES CIMARDI (Rio do Sul). **Terreno Rural:** Opção 719. 2018. Disponível em: <<http://www.cimardi.imb.br/imoveis/2015>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

⁶⁰ IMOBILIÁRIA RESITER (Rio do Sul). **Terreno Rural:** Opção 102. 2018. Disponível em: <<http://www.resiter.com.br/imovel/11794-terreno-para-venda-em-rio-do-sul-sc>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

⁶¹ Isabel, 53 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

mais velhos desistiram e ficou um lá, né? Ficou o último e ele ficou com a terra, mas todo mundo desistiu da parte e ficou um só daí lá, né?”. As terras da família ficaram para o filho mais novo, que permaneceu na propriedade para cuidar dos pais na velhice. Em alguns casos, as filhas mulheres também poderiam receber as terras na família se cumprissem o trabalho de cuidado, no entanto, usualmente, eram os maridos que ficavam com a responsabilidade de administrar as terras.

Maria Ignez Paulilo (2003) explica que nas experiências dela em campo o acesso à terra raramente é citado espontaneamente pelas entrevistadas, dando a impressão de que as mulheres consideram o alijamento da posse da terra normal. Na narrativa de dona Isabel, ao contrário das outras entrevistadas, a questão do acesso à terra emergiu naturalmente, revelando que a estratégia empreendida pela família não a deixou descontente ou com sentimento de injustiça. Com efeito, o contato com valores urbanos apresentados como mais igualitários quando se trata da partilha da herança, pode coexistir com a manutenção da ideia de que as mulheres (e outros herdeiros) devem ser excluídas da herança para que exista reprodução familiar na agricultura (BRUMER; ANJOS, 2008). Segundo Oliveira, Silva e Gomes (2016, p.400) a sucessão e a não sucessão nas terras são estratégias que as famílias planejam desde cedo no meio rural catarinense:

[...] Vale ressaltar que em Santa Catarina o processo de sucessão não é um assunto tratado abertamente e sem constrangimento, sendo a partilha feita de forma velada, mas legitimada pelos membros familiares. Assim, existem os filhos que vão sendo guiados desde a mais tenra idade para buscar outras alternativas de trabalho como, por exemplo, mudar para a cidade, e aqueles que são incentivados a exercer atividades agrícolas (sucessor). Percebe-se nesta situação que esses agricultores guardam grande semelhança com gaúchos descendentes de italianos e alemães. Desta forma, nota-se que a saída dos filhos do campo não está totalmente atrelada ao “fascínio” exercido pela cidade, mas também ao “destino” que os não sucessores têm. Por meio de um projeto coletivo criado dentro e com a família, determinam-se como uma estratégia sucessória processual, que imprime entre os filhos, desde criança, formas de classificação de sucessores e não sucessores, que vão sendo por eles interiorizados e assumidos ao longo da vida.

Dessa forma, a migração do meio rural para o urbano tornava-se uma alternativa de reprodução social, as vezes até mesmo planejada pelas famílias, para os/as filhos/as não sucessores/as. A trajetória de dona Isabel não foi diferente, visto que migrou do meio rural para o urbano, depois que se casou em meados da década de 1980. Nos primeiros cinco anos, residindo no município de Presidente Getúlio/SC, trabalhou sazonalmente em uma empresa de fumo. Mesmo tendo saído da casa dos pais, a entrevistada não se afastou imediatamente do contato com o fumo, uma vez que o setor fumageiro empregava muitas pessoas nos locais em que se estabeleciam, além das famílias agricultoras (SILVA, 2003). Considerando o passado

fumageiro da depoente, perguntei se ela havia pensando em voltar a plantar fumo recentemente, contudo a resposta foi negativa.

Não e também não quero. Não quero porque não tem necessidade pra isso. Porque o fumo não é serviço, né? (risos). Porque no fim ele acaba com a pessoa, né? Porque é aquela temporada, mas é aquela temporada pesada. Depois tá, tu tem um descanso, mas no descanso já tem que preparar a terra, já tem que começar tudo de novo. Deixa eu ficar com meus bichinho ai, uma vaquinha de leite, uma porquinha pra criar os leitão. E assim vai...⁶²

Em 2011, a família de Isabel comprou um sítio na Serra do Taboão, ocupando-se com a agricultura, sobretudo, para a subsistência familiar. A entrevistada até compara o modelo de economia da propriedade em que cresceu, com as atividades que desempenha atualmente no sítio: “daí no caso que nem eu tenho aqui (risos), aí a gente tem mesmo pro consumo, né? Porque daí quanto menos tu compra, melhor pra gente, né?”. Os motivos que levaram a família buscar um terreno rural foram, especialmente, alinhados a um estilo de vida que já levavam residindo na cidade.

[...] A gente já tava procurando, porque nós temo cavalo, meu marido tem CTG, né?! Participa de rodeios, então a gente tinha os cavalos, daí então a gente tinha terreno, mas alugado, mas daí a gente queria ter um terreninho próprio pra gente, né?! Mesmo que a gente tava morando lá embaixo [na cidade], trabalhando fora, eu sempre tive as vaquinha, sempre, então tinha o terreno alugado, tinha as vaquinhas, fazia meu queijo, as galinha, os porco, pra mata de vez em quando. Então, a gente sempre tava, a gente sempre tinha produto pra nós mesmo. Aí deu certo de achar um terreno aqui e viemo pra cá⁶³.

Dona Marieta (47 anos, Alto Albertina) revelou que também não voltaria a plantar fumo, “não, fumo é só veneno, né? É só veneno, só veneno, tá louco”, além de considerar que o trabalho nessa cultura é “bem difícil, né?! Quem trabalha na agricultura, assim com o fumo, é bem difícil, é uma luta, né? [...]. A entrevistada trabalhou na fumicultura durante a infância na propriedade dos pais, e na vida adulta como “diarista” e “ajudante”, na propriedade do irmão e dos/as vizinhos/as⁶⁴. Há um intervalo de dez anos entre essas experiências, já que os pais de Marieta resolveram migrar para a cidade, quando ela tinha em torno de quatorze anos de idade – se está falando de meados da década de 1980⁶⁵.

⁶² Isabel, 53 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁶³ Isabel, 53 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁶⁴ Marieta, 47 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁶⁵A experiência de dona Marieta na lavoura do tabaco não se restringiu ao período da infância, pois, logo depois de retornar para o Alto Albertina, o irmão que morava com a mãe retomou o plantio do fumo: “eles [irmão e cunhada] plantaram fumo uns seis sete anos eu acho, eu ajudava eles também e nós plantava cebola na época”, explica a entrevistada. Dona Marieta relembra que, frequentemente, a lavoura de fumo dava uns “apuros”, que impulsionavam o deslocamento da sua mão de obra para a lavoura do irmão. A dureza do trabalho no fumo e na

A entrevistada não relatou o motivo que levou os pais migrarem para a cidade, mas afirmou que eles não se acostumaram com a vida no meio urbano e retornaram para a propriedade no Alto Albertina – as terras da família tinham ficado sob os cuidados de um irmão, que continuou explorando as terras economicamente “plantando fumo”. Naquela época, Marieta não voltou com os pais para o meio rural, pois havia se casado. Ainda assim, ela não se distanciou do meio rural, pois quando precisou voltar a comunidade Alto Albertina para cuidar da mãe, estava morando com o marido em um sítio no município de Lontras/SC. Nessa propriedade, a agricultora “trabalhava na roça também, né? Plantando milho, mandioca, de tudo, né? Criava galinha pra vende, ovos e coisa...” e quando retornou para a Serra do Taboão continuou trabalhando com a agricultura de subsistência.

Dentro de pouco tempo, após o retorno dos pais de Marieta ao meio rural, o pai faleceu e a mãe solicitou seus cuidados, promovendo seu retorno à comunidade natal em meados da década de 1990. A família se mudou para um terreno rural de três hectares, propriedade que foi comprada da mãe dela. A decisão de adquirir uma pequena extensão de terras, em vez de apenas ocupá-las, se deu “pra não ter problema, a gente tem que tá prevenido, porque a gente não sabe” do futuro. Uma das estratégias de acesso à terra comuns as mulheres que foi registrada por Paulilo (2003), é a prática do cuidado dos pais na velhice. No entanto, dona Marieta preferiu garantir a propriedade da terra porque “nunca se sabe, a gente não é mais novo, não dá pra sempre estar começando de novo”. Mesmo que haja uma pessoa realizando o trabalho de cuidado com a mãe, a conjuntura descrita pela entrevistada, sugere que ela não possuía certeza da estratégia de repartição da herança que a família iria adotar.

Durante cinco anos, a família de dona Leonor (55 anos, Serra do Taboão) procurou um sítio no meio rural riosulense para desfrutar da vida no campo. Ela enfatizou que durante o período em que estiveram procurando, “puxava sempre pro Taboão, sempre sempre”, e foi, justamente, nessa comunidade que compravam o sítio que tanto sonharam. Desde que a família saiu da propriedade em que vivia na comunidade Ribeirão do Ouro, localizado no município de

cebola levou a desistirem das culturas. Ela calcula uma datação para a conjuntura pela idade da filha: “[...] mas ela era pequena [filha], a menina tinha uns quatorze anos, ela já tá com vinte e novem, faz tempo já...”. Pode-se dizer que Marieta e o irmão pararam com a produção de fumo e cebola por volta de 2003, e desde então “eu continuei plantando milho, mas milho é também o que eu te falei, né? Milho...se tu tem pouca terra tem que pagar tudo, aí não compensa, é muito caro”. A entrevistada apresenta em sua narrativa que é muito difícil manter-se com o trabalho exclusivo na agricultura, quando se tem pouca terra e ausência de mão de obra.

Salete/SC, a entrevistada sonhava em morar no meio rural de novo; e considera que “acertaram na loteria” quando realizaram o negócio em 2011⁶⁶.

A propriedade que a família morava em Salete foi vendida pelo pai da entrevistada, numa tentativa de não perder a propriedade para o banco, após contraírem dívidas na safra de fumo de 1985. Dona Leonor considera que o “[...] pai era muito trabalhador, mas ele não sabia fazer negócio coitado, então daí fomos assim”. O pai-administrador era considerado o responsável pela administração da propriedade e dos negócios da família, mesmo que muitas vezes não fosse considerado “bom negociador” ou “bom de usar a cabeça” (RENK, 2000).

Arlene Renk (2000, p.191) menciona que entre os/as seus/suas entrevistados/as, moradores/as do meio rural do município de Palmitos/SC, havia certo ressentimento e cobrança pelos pais-administradores não terem feitos bons negócios no passado: “nós hoje podia estar bem, se o pai tivesse usado a cabeça”, pontua um deles. Dona Leonor não se opôs ao negócio e a estratégia de migração projetada pelo pai, uma vez que havia acordado com os genitores que iria cuidá-los na velhice. Percebe-se que a hierarquia de gênero e as relações de poder permeavam as relações familiares, pois ainda que todos/as os/as membros estivessem sofrendo uma violência patrimonial, tinham que aceitar as decisões do pai por causa do poder imposto; como se fosse natural o homem administrar o patrimônio familiar, mesmo que inadequadamente.

Minha mãe queria que nós cuidava deles, ela gostava muito do meu marido, meu deus o meu marido era tudo pra ela. Daí, [o fumo] era a única renda, né? Daí plantava batatinha também pra vende, né? Mas daí meu pai bebia, daí quando ia vende batatinha vinha quase sem dinheiro pra casa, daí eu disse ‘oh, chega! Se não nós vamos embora’, então daí a gente começou mais com o fumo, né? Daí depois saímos de lá e não plantamos mais fumo⁶⁷.

Dona Leonor não esconde as dificuldades que viveu durante o período em que trabalhou no fumo: “ah, o fumo fazia mal pra mim, eu ficava magra, andava até assim corcunda de tão magra que eu ficava por causa do veneno, né?”. Ela, o marido, o pai e os irmãos trabalhavam na fumicultura, “daí a mãe cuidava dos filhos e eu ia pra roça, aí a mãe cuidava das crianças”. De forma enfática, explica que os filhos não trabalhavam na lavoura, “porque não era bom”, ressaltando que eles faziam companhia para a família no “galpão”, na etapa da classificação das folhas do tabaco.

⁶⁶ Leonor, 55 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁶⁷ Leonor, 55 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Dessa forma, no momento que a questionei sobre a possibilidade de plantar fumo nos dias de hoje, rememorou a chegada na propriedade: “é..aqui tinha estufa e tudo quando nós chegamos, daí a estufa foi arrancada, foi feito ali um rancho, onde eles fazem festa, né?! Daí não, não, fumo não”. De forma simbólica, a estufa que trazia tanto sofrimento nos tempos de roça, foi arrancada para colocar no lugar o símbolo do que hoje para ela representa a felicidade de estar no campo, que é a reunião da família em festas recheadas de comida que ela mesma produz e prepara, “porque eu sou de comida antiga”, ressalta dona Leonor.

O notável da chegada de Leonor e do marido no meio rural é que o casal não migrou sozinho, uma vez que o filho, a nora e uma neta também passaram a residir na mesma propriedade. Adelaide (32 anos, Serra do Taboão), nora da entrevistada, ressalta que nunca havia morado no meio rural antes, migrou para dar “uma assistência no que precisa ali no campo” para os sogros. No decorrer da entrevista, percebi que o trabalho de cuidado e o acesso à terra possuem forte relação no núcleo familiar das depoentes: dona Leonor cuidou dos pais; Adelaide cuida dos sogros; e a segunda filha da entrevistada só não migrou para o meio rural, pois cuida da sogra de quem ganhou o terreno em que mora e “porque pra dizer ela [a sogra da filha] cuidou dos netos, né?”.

A família de Leonor migrou de Salete para Taió/SC, porque o pai havia comprado dois terrenos urbanos no município, após a venda da propriedade rural, em meados da década de 1980; anteriormente mencionei que a entrevistada considerada que o pai não sabia fazer negócios, dessa forma destaco que foi essa a negociação realizada que não considerou vantajosa para o patrimônio familiar. A falta de oportunidade de emprego em Taió levou a família a migrar para o bairro Fundo Canos, localizado no município de Rio do Sul, onde todos conseguiram “serviço” – a depoente trabalhava em uma fábrica de cerâmicas; o marido começou a trabalhar como caminhoneiro; o pai dela trabalhava como caseiro na residência de um médico conhecido no município; e a mãe trabalhava como dona de casa e cuidava dos netos.

Os pais de Leonor faleceram há cerca de vinte anos, deixando como herança a casa que compraram em Rio do Sul, pois a entrevistada cumpriu o compromisso de cuidá-los na velhice. Anos depois a residência foi trocada praticamente “de mano” pelo terreno rural na Serra do Taboão; a depoente conta que eles haviam anunciado a casa em um imobiliária para vender ou trocar e, por acaso, no dia que o filho foi verificar se havia alguma proposta, o ex-dono da propriedade que compraram estava procurando uma casa, as negociações correram rápido e o negócio foi fechado.

O tema da compra e venda de terrenos rurais leva as experiências de Elsa (44 anos, Serra do Taboão) e Malvina (65 anos, Alto Albertina), que chamam atenção para a oferta de terrenos rurais, sítios e chácaras na *internet*. A costureira Malvina nasceu em uma propriedade rural em São Pedro de Alcântara/SC, localizado a 175 km de Rio do Sul. A depoente não focou sua narrativa em contar sobre o período da infância e juventude, falou mais sobre a propriedade onde reside e do porquê de estar ali. Há dois anos a família encontrou “pela *internet*” a propriedade que compraram, entretanto, a entrevistada mencionou que não sabia informar os detalhes do negócio: “eu sei que compramos na imobiliária aqui embaixo, agora não me pergunte o nome que eu não sei (risos)”.⁶⁸ A compra do terreno rural de três hectares foi realizada em conjunto com a filha, sendo que a decisão de morar no meio rural se baseou, principalmente, na questão do cuidado.

[...] a gente já se combinou antes que compramos, porque ela trabalhava ali em Rio do Sul, morava no Canoas, lá no Fundo Canoas. [...] Eu tinha três filhas, duas faleceram, [...] a gente resolveu sair e comprar um sítio, até queria comprar lá, mas daí ela disse “mãe, só tem eu mais, vamos pra Rio do Sul, perto do meu trabalho que eu posso sair do trabalho pra cuidar da mãe e do pai, daí vamos morar junto que é mais fácil, né?” e foi aí que a gente veio pra cá⁶⁹.

Apontando para as propriedades em torno da que comprou, Malvina conta que a propriedade foi desmembrada por herança e que o ex-proprietário era filho de fumicultores, que “vendeu aqui porque ele tinha gado e era muito pequeno para ele, daí ele comprou do outro lado lá da estrada, ele comprou 30 hectares”. Arilde Franco Alves (2004) demonstra que as diversas estratégias de sucessão das terras rurais riosulenses levaram a um quadro progressivo de diminuição do tamanho das propriedades; nos anos 2000, aproximadamente, 21,31% das propriedades rurais investigadas por ele na comunidade Bom Fim tinham menos de 2 hectares. De forma geral, em Rio do Sul, 80% dos estabelecimentos possuem menos de 20 hectares. As antigas moradoras Marieta (47 anos, Alto Albertina) e Maria (41 anos, Serra do Taboão) questionam a regularidade desses desmembramentos em suas narrativas, dado que, pelo conhecimento delas, os terrenos rurais no município precisam ter no mínimo três hectares para possuírem a “escritura”⁷⁰.

⁶⁸ Malvina, 65 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁶⁹ Malvina, 65 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁷⁰ Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que mantem o cadastro dos imóveis rurais no Brasil, há, sim, possibilidade de registrar imóveis que tenham a área menor de um módulo fiscal, que em Rio do Sul é de três hectares. Contudo, há uma série de exigências para registrar as matrículas dos minifúndios, que são os imóveis rurais com área menor de um módulo, sendo que cada município estabelece a metragem do módulo rural. A metragem de três hectares que as entrevistadas se referem confere a uma pequena propriedade.

A artesã aposentada Severina (60 anos, Alto Albertina) também comprou uma pequena propriedade de três hectares na comunidade Alto Albertina. Ela é nascida em Curitibanos/SC, localizado na região Serrana do estado, a 111 km de Rio do Sul. Os pais da entrevistada eram caseiros em uma fazenda na região e também possuíam o próprio pedaço de terra em que cultivaram fumo. No entanto, a artesã aposentada relembra que não gostava de trabalhar na roça, por isso decidiu ir morar na cidade para estudar. Durante a juventude, migrou com o marido para o Vale do Itajaí, trabalhou a vida inteira como professora de artesanato contratada pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul, até a sua aposentadoria há cerca de cinco anos; inclusive, a entrevistada chegou a ministrar aulas para as agricultoras das comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina, quando os cursos eram ofertados na Igreja Católica São Jorge. Com a finalidade de descansar, ela e a família se mudaram para o meio rural, em um pequeno sítio resultado de um desmembramento, que gerou vários terrenos rurais vizinhos uns aos outros. Na Figura 11 percebe-se a proximidade das residências:

Figura 11 - Paisagem composta por telhados de diferentes residências e terrenos rurais na comunidade Alto Albertina



Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

A agricultora Joana (29 anos, Serra do Taboão) tem uma trajetória diferente das outras entrevistadas. Ela é natural de Curitibanos/SC, e migrou com o companheiro para o Vale do

Itajaí, em busca de melhores oportunidade de emprego. Na região Serrana, os pais da entrevistada trabalharam como caseiros durante longo período, mas não tiveram oportunidade de conquistar terras próprias para se reproduzirem como agricultores, por isso a depoente não tinha perspectivas de receber um terreno rural ou herança. Atualmente, Joana também trabalha como caseira em uma propriedade na Serra do Taboão, mas espera um dia conquistar terras para trabalhar como agricultora. A propriedade na qual reside com a família (marido e cinco filhos/as) fica localizado próxima da área urbana do bairro, pertencente a uma família que mora no município de Itapema/SC, situado no litoral catarinense a 166 km de Rio do Sul. A depoente contou que o proprietário colocou o terreno rural à venda e que sua função é realizar a manutenção até que um comprador apareça; destaco que até a última visita que realizei na propriedade em 2019, nenhum negócio tinha sido fechado. O casal não tem garantia de permanência na propriedade, por isso não se dedica exclusivamente à agricultura⁷¹.

A maioria das entrevistadas mencionadas acima trabalharam na lavoura durante a infância e juventude, no entanto, nenhuma delas teve oportunidade de se tornar agricultora nas terras da família. Como se pode perceber, as estratégias de reprodução social são variadas, mas aproximadas pela identidade comum de gênero. Para concluir, não se pode deixar de mencionar a singularidade na condição de acesso ao terreno rural de Laura (20 anos, Serra do Taboão), uma vez que a mesma menciona que aluga uma residência apenas para moradia, sem qualquer finalidade produtiva. A entrevistada declara que morar no rural é vantajoso, porque o valor do aluguel das residências é mais baixo em relação às áreas urbanas. A presença de Laura no meio rural evidencia uma das novas funções do território rural riosulense, que é como local de moradia.

De forma geral, as mulheres que chegaram no meio rural a partir de 2008, ocuparam os espaços deixados por famílias que buscaram outras estratégias de sobrevivência na cidade. Outrora, essas mesmas mulheres provocaram um esvaziamento no meio rural catarinense, quando partiram para o meio urbano no período de suas juventudes. A migração do campo para a cidade nas últimas décadas do século passado foram fruto da modernização agrícola, mas também possui um recorte de gênero evidente, pois as jovens mulheres eram incentivadas a procurarem alternativas de vida para além da agricultura. Dessa forma, a maioria delas “retornou” depositando na compra da terra o dinheiro que provêm de anos de trabalho nos espaços urbanos, denotando novos significados para a questão da posse da terra. Como o ato de

⁷¹ Joana, 29 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

rememorar não é viver de novo o passado, as mulheres neo-rurais vão inserindo no meio rural suas experiências citadinas, colaborando na construção das “novas ruralidades” no tempo presente.

2.2 AGRICULTORAS PELO CASAMENTO

Maria Ignez Paulilo (2003), Maria José Carneiro (2001) e Arlene Renk (2001) apontam que, geralmente, são os filhos homens que herdam as terras da família, por isso uma das estratégias empreendidas pelas mulheres para se tornarem agricultoras é o casamento com um herdeiro. Neste estudo, não são muitas as mulheres que se tornaram agricultoras pelo casamento, entretanto os casos que serão analisados a seguir são bastante pertinentes para a discussão sobre herança, casamento e reprodução social no meio rural no Vale do Itajaí. Antes de tudo, se deve perceber que a questão da migração é um elemento importante para ser analisado nesta seção, pois das cinco mulheres que se tornaram agricultoras através do casamento, quatro delas vieram de fora do meio rural riosulense para se casarem com sucessores e/ou homens que possuíam terras.

Nas comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina não é comum que os/as jovens permaneçam no meio rural para trabalharem como agricultores/as. Nas pesquisas de campo, não encontrei nenhuma mulher na faixa etária dos 30 anos que tenha nascido nas comunidades investigadas e tenha permanecido para trabalhar como agricultora; também foram poucos os homens jovens nessa faixa etária que nasceram nas comunidades e trabalham como agricultores. De forma geral, identifico que os/as jovens no meio rural, tanto homens quanto mulheres, sofrem com a hierarquia de gênero nas propriedades – por falta de autonomia, espaço de decisão, baixa remuneração, entre outros – e preferem deixar o campo em busca de trabalho assalariado e/ou de “estudo”. Como as jovens mulheres da comunidade não permaneceram no meio rural, os poucos homens que herdaram ou compraram terras para se tornarem agricultores, arrumaram casamentos na cidade ou em outras comunidades rurais; destaco que a chegada das jovens mulheres contribuiu significativamente para o elevado índice de migrantes que foi encontrado na Serra do Taboão e Alto Albertina.

A fumicultora Maria (42 anos, Serra do Taboão) nasceu no meio rural de Trombudo Central/SC, município localizado a 20 km de Rio do Sul. Apesar de ter começado a trabalhar durante a infância na lavoura de fumo, migrou cedo para a cidade com a mãe, após a separação

dos pais; ela mencionou que foi um período difícil da vida da família, em que a mãe trabalhava como costureira e manicure para sustentar ela e os/as irmãos/as. A depoente acabou casando com um jovem que tinha um destino certo na fumicultura, dado que em meados da década de 1990, ele já tinha adquirido terras para continuar plantando fumo como os pais⁷².

Atualmente, a entrevistada trabalha como costureira, na lavoura de fumo, no âmbito doméstico e no quintal, mas menciona que “a gente planta [fumo] porque tem que planta”, porque se tivesse opção não trabalharia nessa cultura. A fumicultura é a única alternativa que o marido visualiza: “ah, é de família, né? Isso aí não larga nunca, ele até quando nós casamos fomos morar na cidade, foi pra trabalhar, mas não se fez. Depois, aqui a criação das crianças é bem melhor, né?”. Dona Maria ressalta que o marido não se adaptou ao meio urbano no período em que moraram lá, por isso a estratégia empreendida foi o “retorno” para a Serra do Taboão para trabalhar com o fumo e tem sido assim há cerca de treze anos.

Na percepção da entrevista “a agricultura judeia muito da gente, se bem que hoje é bem mais fácil, ele [marido] fez uma máquina, a gente colhe [fumo] sentadinho”. A máquina de colher fumo construída pelo marido de Maria virou modelo em Santa Catarina e foi até citada em matéria de jornal. A nova tecnologia tornou-se um grande facilitador para o trabalho da família que é toda fumicultora – os pais e irmãos do marido também trabalham com a cultura⁷³. Para dona Maria, o pior do trabalho na fumicultura é “o sol e depois a venda, né? Porque enquanto tu tá lá no ar-condicionado, tudo bem, né? Nós aqui com o cu pra cima, tu coloca o fumo lá embaixo, esse é o pior”. O rebaixamento da classificação do fumo pelas empresas fumageiras, depois de uma longa jornada de trabalho, torna-se “o pior” de todo o processo, pois o “dinheiro maior” gerado pelas safras de fumo é o que permite a reprodução anual da família. No entanto, a fumicultora destaca que as dificuldades encontradas na lavoura atualmente não se comparam às de antigamente.

⁷² Maria, 42 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁷³ O quadro “Tecnologia Agrícola”, do programa semanal Vale Agrícola, trouxe uma reportagem sobre a máquina de colher fumo. Um jovem fumicultor de Pouso Redondo, município localizado a cerca de 30 km de Rio do Sul, viu pela primeira vez uma máquina de colher fumo na Expoagro da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) – exposição que acontece todos os anos em Rio Pardo/RS – e decidiu que faria uma para facilitar o trabalho na propriedade. Ele ficou sabendo que existiam quatro máquinas de colher fumo ativas no Sul do Brasil e uma delas estava localizada em Rio do Sul, ele agendou visitas com a família de dona Maria para poder ver como a máquina funcionava e poder reproduzi-la. No restante da reportagem eles demonstram como a máquina foi projetada e como ela funciona na lavoura, o vídeo pode ser procurado no youtube através do título “Máquina para colher fumo!” e pode ser acessado no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=7U3Epr17NEI&list=WL&index=11&t=120s>. A máquina de colher fumo de Rio do Sul pode ser visualizada através do vídeo caseiro que dona Maria fez e postou no youtube, através do seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=GsLnJX8Lx5Y>.

Antigamente era cavalete, só no cavalete, né? Colocava três folhinha em cada lado do pauzinho, [...] aí passaram pra máquina, colocava assim na máquina, costurava e levava pro estaleiro, do estaleiro levava pra estufa, agora não, chega da roça e já joga lá dentro da estufa. (...) tá bem mais fácil e o agricultor que quer ficar na roça ele tem que facilitar cada vez mais o seu trabalho⁷⁴.

Dona Maria descreveu em sua narrativa as tecnologias da estufa de fumo que já utilizou nos anos em que trabalha na fumicultura, da mais rudimentar para a mais tecnológica; assim como, da que precisava de mão de obra abundante para a que passou a liberar as “mãos extras”. Claudia Cambruzzi (2014, p.81) pontua que “[...] há uma tradição cultural que prioriza os homens às mulheres na execução dos trabalhos mais tecnificados e mecanizados [...].” De fato, há seis anos dona Maria passou a trabalhar como costureira, sendo que o trabalho na fumicultura passou a entrar na sua rotina apenas na época da colheita, denotando uma diminuição de sua participação na lavoura do fumo. Foi assim que ocorreu no último ano, como a entrevistada pontua na descrição de seu cotidiano de trabalho: “a gente levanta cedo, vai trabalhar, vai pra costura, quando não tem fumo, a gente costura e quando tem fumo é um dia só pra colher também. Assim diz o ano passado, né? Não sei esse ano como é que vai ser...”.

Noto no depoimento de dona Maria, que quando o trabalho fica menos árduo nas lidas do campo, por causa das novas tecnologias, as mulheres são as primeiras a serem afastadas das atividades ditas como masculinas ou aquelas que geram “a renda maior”, assim como sugere Cambruzzi (2014). Isso denota que, por um lado as mulheres perdem espaço de poder dentro da agricultura e por outro que aliviam a rotina de trabalho na propriedade; em contrapartida, se deve atentar que as mulheres são direcionadas para os espaços que são considerados eminentemente femininos, como o trabalho doméstico e o trabalho remunerado na costura, como no caso da entrevistada. Em decorrência das relações de gênero que estruturam o sistema no meio rural, quando as mulheres perdem seus espaços na lavoura significa que sofrem uma desvalorização como sujeitos que trabalham e geram renda.

No entanto, na compreensão da entrevistada, a circunstância de ter começado uma atividade não-agrícola não diminuiu suas responsabilidades com a propriedade, pois ela não se considera apenas responsável pelo trabalho doméstico, mas “lá fora junto, né? De quintal, da roça... se a gente não acompanhar, o homem não vai, é difícil, tem que estar sempre grudada no pé”. Dona Maria evidencia em sua narrativa que considera que as mulheres são a sustentação da família, porque na visão dela “o homem [sozinho] não vai”.

⁷⁴ Maria, 42 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

A fumicultora Ana (31 anos, Serra do Taboão) é a mais jovem das mulheres que trabalha na fumicultura nas comunidades investigadas. Nascida no município de Trombudo Central/SC, localizado a 20 km de Rio do Sul, ela explica que começou a plantar fumo com os pais em torno dos dez anos de idade, quando eles se mudaram para o município de Aurora/SC, onde residem e trabalham na atividade até hoje. Dessa forma, a história de trabalho da entrevistada com o fumo começou no final da década de 1990⁷⁵.

A depoente conheceu o marido em uma festa de Igreja, se casou aos dezesseis anos de idade; dessa forma, desde 2003, ela reside na propriedade que ele herdou da mãe, localizada na comunidade Serra do Taboão. Ana explica que o marido trabalhava na fumicultura desde meados da década de 1990, sendo assim a decisão de continua plantando fumo se deu porque “é a única coisa que dá dinheiro”. Atualmente, a entrevistada trabalha na lavoura de fumo, na manutenção da horta e dos jardins, no cuidado dois filhos menores de idade, na limpeza e organização do ambiente doméstico, na produção de queijo para venda na comunidade e ainda como zeladora e ministra da Igreja Católica São Jorge.

Na trajetória da fumicultora Ana fica evidente a ressonância das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, pois ela se inseriu muito jovem em uma propriedade em que as decisões produtivas tinham sido tomadas há tempos pelo núcleo familiar do marido; além de ficar representado que a divisão do trabalho é desigual no número de funções atribuídas a ela na propriedade. De forma espontânea, a entrevistada ressalta que não possui titularidade no bloco de notas e nem o nome na escritura da terra, por isso foi orientada pelo sindicato que deveria regularizar os papéis para que um dia consiga de aposentar como agricultora. As mulheres que se casam com homens sucessores acabam se inserindo num espaço em que as relações de gênero se perpetuam, ao mesmo tempo que se mantém, pois, o dono das terras é considerado o responsável pelo sustento da família, pelas decisões e pela administração da propriedade (OLIVEIRA; SILVA; GOMES, 2016).

A história de Tereza (32 anos, Serra do Taboão) é semelhante à da cunhada Ana, pois ela migrou de Aurora para a comunidade Serra do Taboão há cerca de doze anos, após o casamento com um jovem sucessor da comunidade. Da mesma forma, o casal continuou trabalhando com a fumicultura na propriedade dos pais do marido; destaco que a sogra dela reside com eles desde então. A jovem fumicultora trabalha na lavoura do fumo, no ambiente

⁷⁵ Ana, 31 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

doméstico, no cuidado dois filhos menores de idade e como zeladora e catequista na Igreja Católica São Jorge⁷⁶.

O contato inicial com as duas entrevistadas levantou a confirmação de que suas trajetórias seriam extremamente relevantes para a pesquisa, dado que são poucas as jovens agricultoras no meio rural. No entanto, o desenvolvimento das entrevistas não correu como o esperado, visto que a rotina de trabalho as impedia de parar e conceder uma entrevista longa; sempre há alguém para atender, um trabalho para executar, uma responsabilidade a cumprir. Depois de um tempo, me conformei com os silêncios produzidos pelas jovens agricultoras, pois me pareceu que expressava significativamente sobre suas múltiplas jornadas.

Durante bastante tempo, o silêncio fez parte da vida da ex-fumicultora Marcelina (66 anos, Alto Albertina). Numa altura da entrevista, enquanto a depoente preparava o café da tarde para desfrutarmos juntas, ela se vira em minha direção e comenta o seguinte: “é bom conversar, porque eu tenho sobrinhas que eu amo muito, a gente se encontra pra ir danças, mas elas conhecem pouco da minha vida e conheço delas assim o que a gente vê [...]”. Embora a historiadora Cristiani Bereta da Silva (2018, p.76-77) mencione que as narrativas orais que compõe trajetórias de vida não obedecem uma linearidade, porque são constituídas “obedecendo o fluxo da memória, do tempo vivido e ressignificado no ato da entrevista”, alguns momentos da história que a ex-fumicultora contou parecia uma autobiografia escrita.

Dona Marcelina trabalhou praticamente a vida inteira na fumicultura, sendo que fazem apenas dez anos que a família encerrou o plantio do fumo na propriedade. A desistência vem acompanhada de dois fenômenos crescentes no meio rural: o envelhecimento e a crise sucessória. No entanto, antes de contar o desfecho dessa história, devo contextualizar o caminho que trouxe a entrevistada para o meio rural riosulense, pois ela também é uma migrante⁷⁷.

A trajetória da entrevistada se iniciou na comunidade rural Piava no município de Vidal Ramos/SC, localizado a menos de 60 km de Rio do Sul, onde começou a trabalhar na lavoura de fumo, “eu deveria ter uns seis anos e meio”. Com essa idade, dona Marcelina lembra que já “ajudava a fazer o pacotinho, dava lá pros amarrador amarrar e tinha que ajudar, porque não tinha outro jeito, né? A família grande, dez irmão, a gente trabalhava lá na roça”. A maioria das entrevistadas que trabalharam na lavoura de fumo na infância lembram do trabalho que

⁷⁶ Tereza, 32 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁷⁷ Marcelina, 66 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

realizavam na estufa, pois era um espaço de contribuição geracional, em que crianças e idosos participavam. No entanto, ela não permaneceu no meio rural durante muito tempo, uma vez que saiu da propriedade dos pais no início da década de 1970. Dona Marcelina salienta que as vezes deixar o lar não era bem uma opção, mas uma estratégia de sobrevivência, porque “lá no fundo, lá no fundo, não dava nem pra gente...tinha bastante em casa”.

Dessa forma, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela família no campo e o surgimento de uma oportunidade de ir morar com a avó no município de Blumenau/SC, ela saiu direto do trabalho na lavoura para o trabalho na cidade, “eu cheguei lá em uma semana eu tava empregada”. Em Blumenau, dona Marcelina tornou-se mãe solo e decidiu voltar para a propriedade dos pais, em meados da década de 1980. Na época, com o intenso trabalho que estava realizando na casa dos pais, ela não pensava em um casamento, mas uma cunhada atuou como cupido e foi aí que a história que ela diz ser “uma novela bastante complicada” começou.

O seu Ivo [marido]⁷⁸ ficou viúvo e perdeu a esposa dele e daí colocou um anúncio na Mirador [Rádio Mirador AM 540]. [...] Daí eu voltei pra casa e ali começamos a plantar fumo com meu pai, plantava fumo, eu, o meu pai...assim, meu pai e minha mãe não trabalhavam mais na lavoura de fumo, então seria dois casal de irmão, que eram casados, e um irmão solteiro e eu, a mãe ficava em casa com a minha menina. Mas eu fazia todo o serviço pra ela em casa e chegava em casa da roça e ia terminar a comida pra nós, deixava toda a limpeza, ela só...como se diz? Organizava só, mas ela não fazia. Daí eu e minha cunhada, quando chegou na época da escolha do fumo, a gente tinha um ‘radinho’ assim atrás pra escutar música bem baixinho, porque os pais não gostavam, né? Daí ela dizia assim pra mim, “vai, escreve!”, era o clubinho da amizade naquela época da Rádio Mirador, daí eu peguei o endereço desse...dele, eu não sabia o nome dele, era só por apelido “viúvo simpático”. Só que ele não dizia que tinha tanto filho, dali eu escrevi pra Rádio Migrador e mandei, mas eu escrevi pra duas pessoas, minha cunhada me atiçava porque eu não tava afim de arruma um casamento, daí o outro não respondeu, ele respondeu e ele tinha que oito ou nove correspondente. Ele foi conhecendo todas elas pessoalmente e foi dispensando, foi dispensando, porque ninguém aceitava os filhos, era muito filho, criança pequena, daí a última que...não, a penúltima, porque depois de mim ele só conheceu outra, mas daí quando ele me conheceu e falei pra ele que eu tinha uma filha, daí não teve jeito, né? Daí ele disse “não, vou conhecer teus pais” e daí começamos a nos conhecer pessoalmente em junho e em agosto tava casado⁷⁹.

Dona Marcelina assumiu uma família de oito filhos: “é uma situação bastante difícil, a gente não pensa antes, só depois de estar no fogo é que a gente pensa assim ‘como?’”, explica a entrevistada. Quando ela chegou na propriedade, a família já plantava fumo e “plantavam o arroz, tudo as coisas pra casa eles plantavam, plantava cana e fazia melado [...]. Mas, eu era nova, tava com 36 anos, eu tinha saúde, tinha força, conseguia fazer tudo, hoje não...”. Segundo Renk (2000), um homem viúvo com filhos não poderia ficar sem uma nova esposa, pois, o

⁷⁸ As pessoas mencionadas pelos/as entrevistadas/os em citações tiveram seus nomes modificações, com a finalidade de preservar a identidade dos/as sujeitos.

⁷⁹ Marcelina, 66 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

homem não saberia viver sozinho na concepção da sociedade camponesa, seria preciso de uma mulher para realizar os trabalhos domésticos e de cuidado na propriedade.

Apesar de ser uma estratégia de reprodução social “comum” nos casos de viuvez masculina, não identifiquei na bibliografia consultada relatos que demonstrassem o que as mulheres sentiam e como percebiam essa situação. A conjuntura vivenciada por Marcelina gera certa hostilidade moral por parte do marido, como ela relata: “[...] hoje ele pega no meu pé e diz assim ‘ela tava de-ses-pe-ra-da pra arrumar um marido’, daí eu falo pra ele assim ‘era eu que tinha um monte de filho dentro de casa e precisava de uma mãe pra cuidar deles porque não arranjava uma empregada?’ (risos)”. Marcelina vive com o marido há 30 anos, por certo lançou mão de diversas estratégias de sobrevivência na educação dos filhos e para dar conta das tarefas que as mulheres eram cobradas no meio rural. E, será que ela foi feliz? Dona Marcelina apenas declara que “as vezes eu fico pensando, eu fico pensando e penso bastante, tenho certeza que eu fiz a minha parte muito bem feita!”.

A narrativa de Marcelina remete a um tipo de violência silencioso, pouco relatado pelas mulheres, que é a violência moral. Nas entrevistas realizadas na Serra do Taboão e Alto Albertina não foram narrados cenários de violência física ou análogos. No entanto, ouvi muitas mulheres falarem que nunca participaram da administração do dinheiro do trabalho na lavoura, por exemplo; infelizmente, não é raro que as mulheres agricultoras não tenham acesso ao dinheiro dos trabalhos que geram a renda familiar. Nacionalmente, os movimentos de mulheres do campo vêm discutindo os vários tipos de violências de que as mulheres rurais podem sofrer, como a violência moral, financeira, patrimonial, psicológica, física, sexual etc.

O tema da violência no meio rural ainda é um grande *tabu*, no entanto ele precisa estar em discussão, pois como demonstrou a *web* documentário *Sozinhos* (2017), realizado pela jornalista Ângela Bastos, se trata de um fenômeno invisível, alarmante, doloroso e que mata as mulheres do campo. A reportagem evidencia que ano de 2016, o Disque Denúncia (180) recebeu 2.554 ligações em Santa Catarina, das quais 184 tinham saído do campo; levando em conta a distância dos espaços rurais, o isolamento e a falta de estrutura para atender essas mulheres, o dado se torna no mínimo desanimador. As mulheres que foram entrevistadas pela jornalista, denunciam casos de agressão física, violência moral, terror psicológico, causadas pelo alcoolismo dos maridos e muitas vezes “por motivo nenhum” (BASTOS; CARNEIRO, 2017).

Dona Marcelina é apenas uma das agricultoras que não administrava o dinheiro recebido com as safras de fumo, de forma geral, as mulheres não eram consideradas aptas a serem administradoras da propriedade, consequência das relações de gênero que definem o espaço doméstico como lugar legítimo de administração das mulheres e a lavoura como dos homens. Quando a entrevistada precisava de algum recurso financeiro tinha que pedir para o marido, “as vezes eu dizia pra ele ‘oh, tá faltando alguma coisa’, daí ele já sabia que precisava, que as meninas tavam precisando de alguma coisa, porque pros menino sempre os mais velhos tinham, que eram os dois maior”.

Dona Marcelina expõe que os filhos homens mais velhos ganhavam uma porcentagem do dinheiro das safras, possibilitando que saíssem de casa com um montante para começar a vida, denotando a valorização dos trabalhos exercidos pelos filhos homens na propriedade em direção contrária aos trabalhos das filhas mulheres. Apesar disso, todos/as os/as filhos/as migraram para a cidade. Ela percebe que a decisão deles/as pode estar atrelada a rigidez do marido, tanto na administração da propriedade como na criação dos/as filhos/as:

Ninguém, ninguém ficou, ninguém quer trabalhar na roça. Ninguém quer...o pai é uma pessoa que foi criado num regime aonde “você vai ter que obedecer”, “você vai ter que fazer o que eu mando e do jeito que eu quero”, “aqui é como eu quero”. Ele tá com quase oitenta anos e ele não admite certas coisas, então ele foi muito rígido com os filhos, muito, muito, muito, muito mesmo. Ele é do regime bem antigo e eles querem a liberdade, né?⁸⁰.

A relação de poder importa pelo marido esvaziou a propriedade, deixando-a sem sucessor, até mesmo, colaborando para a desistência da lavoura do fumo. Dona Marcelina expõe que foram dois, dos últimos três filhos que tinham permanecido na propriedade, que tomaram a iniciativa de dizer que não queriam mais continuar na lavoura, “daí eles disseram ‘não, essa é a última safra que nós plantamo, nos vamos arrumar serviços pra trabalhar fora e não queremos mais’, daí ficou só nós três [ela, marido e filha caçula], vamo fazer como?”.

A historiadora Joana Maria Pedro (2005) sugere que o gênero, como categoria de análise, pode ser utilizado para analisar as relações de poder entre homens e mulheres, mas também entre homens e entre mulheres. Dessa forma, nota-se na narrativa da ex-fumicultora, que as relações sociais baseadas no gênero produziram tensões entre homens e mulheres, como também entre os próprios homens, pois os filhos se recusaram a ficar sob a dominação e o poder

⁸⁰ Marcelina, 66 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

do pai. Nesse caso, identifica-se uma certa “falência dos modos masculinos de organizar e gerir a vida social”, nas palavras da historiadora Margareth Rago (2004, p.37)

Além disso, a aposentadoria do casal também contribui para a tomada de decisão de finalizar o plantio o fumo, pois a renda estaria assegurada mensalmente. Dona Marcelina ressaltou que faz “quase onze ano que eu consegui a minha independência”, demonstrando que a aposentadoria foi “bastante, bastante importante. Mudou assim que eu vou te colocar, que eu não preciso pedir pra ele...”. Como mencionado, durante o longo período que a entrevistada trabalhou na fumicultura, nunca conseguiu tirar um dinheiro para ela, nesse sentido a aposentadoria possibilitou a administração do próprio dinheiro.

[...] porque às vezes tu queria um mimo pra ti, como se diz assim um perfume, um brinquinho a mais, coisa que eu não uso muito. As vezes tu queria uma pintura, um batom, queria um creme pra passar no rosto, um creme pra mão, ‘ah, mas já precisa de novo?’, não é que ele negava, ‘mas já precisa de novo?’⁸¹.

Ela cita, algumas vezes, os incômodos de ter que “pedir dinheiro” para o marido, mas reitera que o dinheiro das safras os deixavam mais seguros, no caso de precisar para médico ou algo de mais valor. Embora tenha se aposentado, ainda trabalha na propriedade para complementar a renda, pois “tu sabe que a aposentadoria não dá, né?”, interroga a entrevistada. Os alimentos consumidos na propriedade são, praticamente, todos produzidos por ela na horta, nas pequenas roças, na atividade leiteira, entre outros. Noto que apesar do acesso a aposentadoria ser uma condição importante para a igualdade entre os gêneros, não é suficiente para romper com as relações de poder, pois como a entrevista menciona: “[...]" hoje ele tenta me mandar o máximo que ele pode, e que eu tenho que fazer como ele quer [...]"”. Ou seja, a aposentadoria pode conferir “algum poder” as mulheres, aumentar sua autonomia em relação ao dinheiro, mas não muda, necessariamente, a estrutura das relações de gênero e poder; e, algumas vezes, nem mesmo a realidade cotidiana.

Como visto na trajetória de dona Marcelina, ela se tornou agricultora através do casamento, e foi uma das poucas entrevistadas a pontuar espontaneamente seu direito à terra. Como o marido tinha filhos/as antes do matrimônio, saber sobre a situação legal do casamento e da propriedade era uma questão imprescindível de proteção futura para ela. Dessa forma, destacou na narrativa que se casou no religioso, no civil e em comunhão de bens, isto é, informando que a terra que era dele passou a ser metade sua a partir do casamento. A conjuntura descrita denota uma estratégia de sobrevivência, pois a única entrevistada que entende sobre a

⁸¹ Marcelina, 66 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

situação legal do casamento e da propriedade, é a única que não teve um casamento considerado como “ideal” para a época: era mãe solo e casou-se com um viúvo.

A ex-fumicultora Lucila (41 anos, Alto Albertina) também se tornou agricultora pelo casamento. Ela e o marido Paulo (45 anos, Alto Albertina) se conheceram na comunidade, namoraram, e assim que se casaram entraram no plantio do fumo, como explica Paulo “querendo ou não a gente dá continuidade sempre no que tão fazendo, né? Daí eles plantavam fumo e a gente começou também”. Em verdade, a família de Paulo migrou para o Alto Albertina no início de 1990 e a família de Lucila comprou terras para trabalhar na atividade fumageira no final da década de 1960⁸².

Os pais de Lucila foram “arrendeiros” durante anos, até que conseguiram dinheiro para comprar uma propriedade na comunidade Alto Albertina: “era o lugar mais barato pra compra na época”, ressalta a entrevistada. A estratégia de comprar terras com o dinheiro do próprio trabalho foi documentada por Arlene Renk (2000), no meio rural de Palmitos/SC, uma vez que nem todos/as recebiam terras de herança. A entrevistada conta que os pais “sofreram a vida inteira no fumo (risos)”, pois considera que “na época deles” o plantio do fumo era mais difícil do que quando começou, no final da década de 1990⁸³.

Então assim, no tempo do meu pai e da minha mãe era muito sofrido, meus irmãos, né? Como eu sou a mais nova da casa, eu já tenho uma diferença de dez anos com os meus irmão, como diz o outro a minha mãe teve eu e a minha outra irmã “temporona”, porque depois de oito anos é que ela veio a ter eu e mais outra minha irmã, depois eu né? Nós duas só temos um ano de diferença assim, né? Daí que nem diz o outro continuamos, né? Só que pra eles era muito pior do que pra gente, a gente já tinha maquinários e coisa assim, era mais fácil, pra eles não, era tudo amarrado fumo na mão, não tinha máquina, não tinha nada, não tinha estufa elétrica, era tudo estufa alta ainda, né? Naquele tempo era bem batalhado, então a gente era batalhado, mas tinha as vantagens, né?⁸⁴

A ex-fumicultora afirmou que começou a trabalhar “desde pequena no fumo”, com a mãe e os/as irmãos/as mais velhos/as. De forma surpreendente, na narrativa de Lucila a mãe é a protagonista das memórias do trabalho na lavoura, pois, como destaca a entrevistada “ela e a minha irmã mais velha era quem carregada tudo, né?”. O pai da ex-fumicultora ficou impossibilitado de trabalhar por causa de problemas de saúde, quando tinha em torno de 50

⁸² Paulo, 45 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁸³ Lucila, 41 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁸⁴ Lucila, 41 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

anos de idade, assim sendo, a propriedade passou a ser administrada pela mãe que plantava fumo para gerar renda e cultivava alimentos para a subsistência da família.

Meus Deus! Eu sempre digo pra ele [marido] que fome nunca passamo, nunca passamo, porque além do fumo, a minha mãe plantava tudo, tudo, tudo, arroz, feijão, comida nunca faltou na mesa, carne e essas coisa a gente sempre tinha. Não tinha sobrando de rolo, porque a ‘sobrinha’ que dava se desse vendia, né? Mas comida nunca faltou na mesa, era sofrido? Era! Mas fome nunca ninguém passou⁸⁵.

A economia da propriedade que Lucila cresceu possui relação com o período anterior à expansão das agroindústrias, em que as famílias agricultoras focavam na produção alimentícia, para prover o núcleo familiar, sem deixar de realizar a comercialização do fumo e do excedente da produção alimentícia para os comércios locais. Como narra dona Lucila, “naquela época era bem difícil se manter na roça assim e a família era grande, né?”, por isso que a maioria dos/as irmãos/as procuraram alternativas de vida distantes da agricultura.

A ex-fumicultora não recebeu terras por parte da família, na época que se casou tornou-se agricultora na propriedade herdada pelo marido. O casal permaneceu na atividade do fumo cerca de quinze anos, mas acabaram desistindo após uma safra mal paga, acompanhada da contração de dívidas com a fumageira – em torno de 2011. Em seguida, tiveram jornadas difíceis para encontrar uma alternativa que permitisse a familiar se reproduzir socialmente no campo. Os entrevistados evidenciam que a maioria daqueles/as que desistiram da fumicultura venderam as terras e migraram para a cidade, principalmente, nos últimos anos. Essas ocorrências explicam os condomínios fechados e casas de grande porte que cercam a propriedade em que residem. A Figura 12 demonstra a presença dos grandes muros de um condomínio fechado, com pequenos chalés e um grande jardim, próximo da propriedade dos entrevistados.

⁸⁵ Lucila, 41 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Figura 12 - Muros de um condomínio fechado localizado na Estrada Ribeirão Albertina



Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Diferentemente da maioria das propriedades nas comunidades investigadas, em que os/as jovens/as estão deixando o meio rural para estudar e/ou trabalhar, na casa de Lucila um dos seus filhos quer ficar. O jovem de 19 anos sonha em continuar trabalhando na agricultura, mas seu Paulo enfatiza que “a gente tá tirando da cabeça dele, mas ele quer a roça, quer a roça, quer a roça”. O ex-fumicultor acredita que não há oportunidades para os pequenos produtos, citando a dificuldade que os agricultores familiares enfrentam para conseguir um empréstimo, como o maior empecilho para seu desenvolvimento⁸⁶. Segundo Carneiro (2008, p.13):

[...] Um dos fatores responsáveis por essa evasão da população rural do setor agrícola é a queda dos preços dos produtos agrícolas, afetando diretamente a renda das famílias produtoras, o que tem sido demonstrado não só pelos levantamentos estatísticos, como também, e principalmente, pelos depoimentos da população afetada. O desejo manifestado pelos agricultores familiares de verem seus filhos longe da atividade agrícola, sob a justificativa de que “não dá mais pra viver da agricultura”, tem sido uma das evidências contundentes desse processo revelada por pesquisas qualitativas [...].

As chances de a família continuar empenhando-se na manutenção das terras parece diminuta, como Redin (2015, p.121) menciona ‘as famílias que não suportam o peso da

⁸⁶ Paulo, 45 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

capacidade de improvisação [do fumo] tendem a abandonar a atividade agropecuária”, procurar por trabalhos não-agrícolas e acabam até mesmo vendendo a terra. O ex-fumicultor Paulo conta que “é, na realidade, nós também vamos. Nós vamos partir em pedaços e vamos...vender”, pois a família não tem “dado conta” de manter a propriedade limpa e organizada, uma vez que todos os componentes da família estão exercendo trabalhos não-agrícolas. À vista das dificuldades, eles decidiram que a melhor opção é desmembrar a propriedade em pequenos terrenos rurais e começar a vender antes que eles percam as terras por causa do avanço na mata⁸⁷.

O contexto vivenciado pela família investigada faz parte de um movimento apontado pela *Oxford Committee for Famine Relief (Oxfam)*, de que as pequenas propriedades, que são responsáveis por cerca de 80% das explorações registradas na América Latina, ocupam apenas 13% da terra produtiva, causando o encerramento e o desaparecimento das mesmas, pois é mais difícil encontrar alternativas produtivas quando não se tem a quantidade de terras para isso e quando o seu único bem para negociação da sobrevivência é a terra. O que se precisa pontuar é que esse não é um problema regional ou de poucos, pois a questão da concentração fundiária afeta diretamente o combate da exclusão, do empobrecimento e das desigualdades nas sociedades latino-americanas (ARANTXA GUERENA, 2016).

2.3 OS COMEÇOS DE VIDA E BUSCA PELA TERRA

A vida de casados de dona Mafalda (56 anos, Alto Albertina) e seu José (54 anos, Alto Albertina) começou na fumicultura, como quase todos os casais jovens que resolveram permanecer no meio rural na época. Os pais de José eram fumicultores e os de Mafalda trabalhavam mais em atividades não-agrícolas, quando se casaram ocuparam um pedaço de terras da família dela. Depois da morte da mãe, ela recebeu uma parcela das terras: “é um terreno, mas é nosso pedacinho, né? Da divisão daí”, menciona Mafalda. A herança foi dividida entre os/as irmãos/as na época, sendo que ela e uma das irmãs mais velhas, que cuidaram da mãe na velhice, ficaram ocupando a propriedade. Das moradoras mais antigas da comunidade, ela foi a única que entrevistei que recebeu terras por parte da família, possibilitando sua

⁸⁷ Os entrevistados Lucila e Paulo mencionaram que se há um avanço considerável de matas nativas nas propriedades, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) configura essas áreas como destinadas à proteção ambiental. Dessa forma, se houver alguma denúncia de desbaste de áreas consideradas de preservação, os/as proprietários/as podem ser enquadrados/as em crime ambiental.

reprodução como agricultora⁸⁸. Maria Ignez Paulilo (2003) explica que a herança igualitária e/ou o acesso à terra pelas mulheres, pode ocorrer quando a propriedade não possui mais valor simbólico para a família e/ou importância como meio de produção.

“Primeiro nós começamos a planta fumo, né? [...] depois nós passamos pra planta cebola, daí diminuiu as mão de obra na comunidade, tinha as pessoas que plantavam fumo daí entre safras ali eles ajudavam a gente...” conta seu José, sobre a dinâmica da propriedade e da comunidade na época que começaram a plantar o fumo⁸⁹. Dona Mafalda alerta que essa prática consistia em “um trocava dias assim, sabe? Essa troca...” e essa troca comunitária os ajudaram a permanecer na fumicultura e no plantio da cebola, pois essas culturas necessitavam de muitas mãos para o trabalho “render”⁹⁰.

A falta de mão de obra, o descontentamento com o rendimento da produção e as dificuldades que o casal enfrentava na época, ocasionaram na desistência da fumicultura em 2003; ou melhor, as circunstâncias os levaram buscar por melhores alternativas de reprodução social no meio rural. Como dona Mafalda menciona “nós dois não se demo muito bem com o fumo assim, a gente não fazia aquilo tudo de fumo assim, nós via que aquilo não era nós assim, né?”. A ex-fumicultora e agricultora familiar ainda considera que para trabalhar com o fumo “tem que ter vocação”, embora consiga perceber que o plantio do fumo já não é mais como antigamente.

Aquelas pessoas que ficavam acabada assim, não tem mais, agora eles trabalham, mas você não olha assim e diz que eles estão assim judiado [...] Quanta mulherada tudo doente, com negócios assim, por causa que eles volta com aquelas bandeja cheio de veneno e coisa, né? Isso tudo, as pessoas não veem agora assim, como é que é? Às vezes não faz na hora aquele mal, mas tá fazendo mal⁹¹.

Da fumicultura “daí passemos pra cebola, a gente plantava daí batatinha, daí a gente já tinha o mel também, né? Era sempre assim meio variado, né? Mas daí continuemos assim e a gente tá vivendo melhor agora assim né?”, declara dona Mafalda, sobre as alternativas produtivas que estabeleceram na propriedade. As novas possibilidades de vida despontaram com a participação ativa do casal nos sindicatos, na associação de moradores e no contato com a secretaria de agricultura, dessa forma eles passaram a participar do Programa Compra Direta,

⁸⁸ Mafalda, 56 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁸⁹ José, 54 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

⁹⁰ A questão do desaparecimento da prática dos mutirões na comunidade é tratada no Capítulo 1.

⁹¹ Mafalda, 56 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

da Acolhida na Colônia e da Associação do Turismo Rural de Rio do Sul (Atur), que promovem feiras nas sextas e sábados no centro da cidade⁹².

Em 2016, a Câmara Municipal de Rio do Sul outorgou a comenda Francisco Frankerberger para Mafalda e José, pelo destaque nas atividades agrícolas⁹³. O prêmio começou a ser concedido em 2005, “[...] daí primeiro era pro a-gri-cul-tor, mas a agricultora ajudava, mas era o agricultor, né? Agora não, agora vai o casal...”, ressaltou dona Mafalda. Através de sua declaração, a entrevistada manifesta que apenas recentemente as mulheres agricultoras do município foram reconhecidas como trabalhadoras no âmbito público riosulense. Observo que o próprio poder público reproduzia as relações de gênero e poder, desqualificando as mulheres como trabalhadoras, à medida em que as omitia ao conferir a comenda.

Dona Mafalda ressalta que foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Rio do Sul (STRAAFRS) que orientou as mulheres agricultoras do município a registrar nos documentos a profissão de agricultora, pois “primeiro [...] dizia assim que era do lar, né? Quantas que custaram ainda...não se aposentaram por causa disso? Se tu dizia que era do lar, né?”. Ela conta que depois da orientação passou a se registrar como agricultora, o que a ajudou a se aposentar sem quaisquer problemas.

No ano de 2017, a entrevistada adquiriu a aposentadoria que é destinada, sobretudo, para pagas as contas da residência. No entanto, agora que passou a administrar o próprio dinheiro, pode comprar artefatos do seu interesse e também pagar por alguns serviços: “[...] comprar todo mês uma coisinha pra casa, a gente talvez compra uma roupinha melhor, ir no cabeleireiro, fazer uma coisinha diferente, né? Eu acho que mudou bastante assim, né? Dá um presentinho melhor pras filha, que às vezes a gente gosta, né? E é isso, né?”. Ainda que a entrevistada tenha menciona que ela e o marido sempre administravam o dinheiro juntos, ele sempre foi mais direcionado ao melhoramento da propriedade, sendo que com a aposentadoria passou a poder utilizar um pouco mais em proveito próprio.

⁹² A Atur é uma associação composta pelos agricultores e agricultoras das comunidades rurais de Rio do Sul, que promovem a Feira do Turismo Rural, na praça Ermemongo Pellizzetti, no centro de Rio do Sul. As feiras acontecem todas as sextas-feiras e sábados no período da manhã e tarde, oferecendo produtos coloniais e hortaliças. Além desses produtos a feira oferece flores naturais e produtos artesanais como tapetes, almofadas, mantas, etc. A associação pode ser conhecida e acompanhada através da página no facebook: <https://www.facebook.com/turismoruralriosul/>. A Acolhida da Colônia é uma associação de agricultores/as que promove visitas às propriedades de agricultores familiares, com objetivo de valorizar a agricultura, preservar a natureza e produzir alimentos de qualidade. Para quem quiser conferir o site da associação, lá são oferecidas as principais informações sobre o que esses/as agricultores/as promovem: <http://acolhida.com.br/>.

⁹³ Decreto legislativo nº 1443/2016.

Percebe-se que mesmo quando as mulheres têm acesso à terra por parte da família, a condição de proprietária não garante uma maior fluidez nas relações de gênero e trabalho, pois o homem continua sendo o principal administrador perante o âmbito público. Dona Mafalda precisou ser orientada pelo sindicato para ter sua profissão reconhecida, com o propósito de conquistar seus direitos no futuro, sem maiores problemas.

A fase que adentrou os anos 2000, com os produtos alimentícios, é considerada como qualidade de vida, pois gera remuneração, satisfação pessoal e integração com as famílias agricultoras familiares do município – e também de outros lugares através das viagens que realizam com as instituições que participam. No entanto, a agricultora familiar ressalta que sair da fumicultura e encontrar alternativas produtivas realmente não é fácil.

E é uma das coisas melhores [o fumo] que tem para os agricultores permanecer na agricultura, porque isso é assim é garantido, sabe? Ah, vai mudar, muda...deixa de planta fumo, vai plantar a verdura, mas tu não sabe as vezes onde tu vai vender, né? Lá [no Programa Compra Direta] a gente vende, às vezes até pode demorar, as vezes o dinheiro alguma coisa, mas é certo né?! Daí a gente sabe a quantidade que nós vamos leva já né?⁹⁴.

O casal de ex-fumicultores propõe que a diversificação produtiva e a integração no âmbito público são os motivos que os fizeram permanecer na propriedade, pois o programa que participam assegurou a compra dos produtos que dispõe. A garantia da venda é uma preocupação frequente das famílias que almejam deixar a fumicultura ou se estabelecer economicamente através da agricultura. A agricultora aposentada Madalena (57 anos, Serra do Taboão), por exemplo, mencionou que há dois anos decidiram plantar batata-aipo (conhecida como mandioquinha ou batata-baroa) para vender, pois o preço de venda no mercado estava valendo a pena. Ela relembra que a alternativa ia bem até que o preço abaixar, em seguida “pegaram e levaram [a produção] pra cozinhar e bota pros porco, porque não compensa tira dali, leva lá, gasta gasolina, e tudo por dois reais”.

A ex-fumicultora Dolores (60 anos, Serra do Taboão) não foi sucessora na propriedade dos pais e nem recebeu herança, mas foi um “comecinho de vida” que a trouxe de volta para o meio rural, no final da década de 1980. A entrevistada nasceu no meio rural do município de Aurora/SC, tendo lá permanecido por um tempo, até se mudar para a comunidade Bela Aliança, localizada em Rio do Sul. Nesse período, a propriedade dos pais poderia ser considerada pluriativa, pois a família se mantinha através da agricultura de subsistência e dos trabalhos não-agrícolas. A ex-fumicultora relembra que começou a trabalhar como empregada doméstica na

⁹⁴ Mafalda, 56 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

juventude, para ajudar na manutenção da casa, visto que o dinheiro que recebia era entregue diretamente para os pais. Ela trabalhava de segunda-feira de manhã até o início da tarde de domingo numa “casa de família” e na propriedade dos pais na tarde que possuía de folga⁹⁵.

Num desses domingos, que Dolores estava de folga do trabalho, foi a um baile de comunidade, onde acabou reencontrando o velho conhecido da infância João (60 anos, Serra do Taboão), com quem se casaria seis meses depois. Ela menciona que o namoro e o casamento foram bem aceitos pelos seus familiares, pois as duas famílias se conheciam há tempos. A circunstância do noivo não possuir terras e nem herança não foi um embargo para o relacionamento⁹⁶. O casal não começou a vida na agricultura em seguida ao casamento, pois eles não tinham terras para explorar, por isso a migração para o meio urbano tornou-se inevitável.

Os pais de Dolores deram o primeiro “chãozinho” para construírem uma casa, posteriormente, foi trocado pelo terreno rural na Serra do Taboão. Sobre o “chão”, a historiadora e antropóloga Giralda Seyferth (1982, p.77) afirma que quando os pais não tinham possibilidade de dar uma “colônia”, davam para os/as filhos/as um “chão-de-casa”, que bastava para construir uma casa e ter uma horta. Maria Ignez Paulo (2003) menciona que não era incomum que os pais desse “um começo de vida” ou estudos para os filhos que não eram sucessores, no entanto, no “modelo” apresentado a prática era mais comum entre os filhos homens.

À vista disso, dona Dolores só recebeu um “chão-de-casa” porque se casou com um homem despossuído de herança; mas, de toda forma, o valor daquilo que as mulheres recebiam não guardava relação com o valor total das propriedades. No caso, o que chama atenção na trajetória de dona Dolores é a questão do casamento entre desiguais do ponto de vista econômico, pois como explica Renk (2001), era preferível esse tipo de casamento do que o celibato, apesar de que não era comum que os pais das moças aceitassem que elas se casassem com jovens despossuídos de terras ou herança⁹⁷.

⁹⁵ Dolores, 60 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora

⁹⁶ Os pais de João se separaram quando tinha um ano de idade, sendo assim, foi “entregue” para que os avós criarem. Ele menciona que trabalhou na fumicultura desde muito jovem na propriedade em que cresceu, mas como não era filho, sabia que não teria direito à terra. Com 18 anos decidiu migrar para a cidade de São Paulo - sendo mais um dos jovens da Serra do Taboão que tentou a vida na “cidade grande” na época. Anos depois, quando retornou ao meio rural riosulense, reencontrou dona Dolores.

⁹⁷ A antropóloga Arlene Renk (2000) demonstra que embora o acesso à terra fosse uma exigência para realização do casamento, a estratégia não tem sido cobrada com tanta imposição como em outros tempos.

Há 31 anos, o casal “retornou” ao meio rural riosuense, para trabalhar na fumicultura. O “comecinho de vida” levou a conquista de mais terras através da negociação com os vizinhos e a propriedade foi sendo formada aos poucos como uma “colcha de retalhos”. Ao todo, os ex-fumicultores conquistara nove hectares de terras, que passaram a ser utilizados para o plantio de fumo, milho e culturas de subsistência. Seu João menciona que numa época eles tinham um considerável rebanho gado leite e chegaram a pensar na atividade como alternativa, mas a cooperativa que pegava o leite decidiu não trabalhar mais na região por falta de produtores. A família é pluriativa desde que estabeleceu residência na Serra do Taboão, pois seu João trabalhava como pedreiro entre as safras de fumo, tanto no meio urbano como nas comunidades rurais.

Nos períodos em que seu João se afastava para realizar trabalhos não-agrícolas, dona Dolores comandava o trabalho na propriedade em conjunto com os/as filhos/as. O ex-fumicultor relembra que “quando acabava o serviço do fumo, eu só ajudava a bota dentro de casa [estufa] e ela que se virava com o resto [...].” Noto que a estratégia utilizada pela família poderia manifestar um estreitamento nas relações de gênero e na divisão sexual do trabalho, afinal havia uma suposta distribuição do poder dentro da propriedade. No entanto, a entrevistada só passava a exercer poder na ausência do marido, quando ele retornava a propriedade, o poder continuava sendo dele, como uma prescrição do gênero naturalizada nas relações sociais.

A desistência da fumicultura na safra de 2014/2015 se deu por três motivos: 1) falta de mão de obra; 2) envelhecimento; 3) a conquista da aposentadoria. Em 2013, o filho que morava na propriedade decidiu procurar emprego no meio urbano, logo que se “juntou” com a companheira, causando um desajuste nas condições para o trabalho na lavoura de fumo. Além disso, a conquista da aposentadoria de dona Dolores foi critério decisivo na desistência, pois os todos os meses entraria um dinheiro para pagar as contas básicas da casa.

De forma similar, a fumicultora Elisabete recebeu apoio dos pais para iniciar a vida depois de casada, pois a mesma casou-se com um homem despossuído de terras. Ela e o marido trabalharam durante um tempo nas terras emprestadas pelo pai, com o objetivo de conquistar um terreno rural próprio⁹⁸. A entrevistada nasceu na Serra do Taboão, em uma propriedade localizada próxima da área urbana do bairro. Ao contrário da maioria da entrevistada, durante a infância trabalhou exclusivamente no âmbito doméstico, pois teve paralisia em uma perna

⁹⁸ Elisabete, 51 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

com apenas sete anos de idade, o que provoca seu afastamento da lavoura. Ela acabou ficando responsável pelo cuidado das crianças menores, a preparação da alimentação da família, a limpeza da casa e de seus arredores, funções que evidenciam as relações de gênero que estruturavam a propriedade, pois eram considerados mais leves do que aqueles realizados na lavoura.

As dificuldades do trabalho na fumicultura foram mencionadas pela entrevistada diversas vezes, principalmente, a situação de ter que levar os/as filhos para a lavoura de fumo e a baixa remuneração com as safras. As relações de gênero que constituem as práticas sociais do espaço rural direcionavam (e ainda direcionam) para as mulheres os cuidados com os filhos, por isso a fumicultora precisava buscar sozinha estratégias para conseguir conciliar o trabalho que realizava na lavoura e suas obrigações exclusivas com o espaço doméstico. Por isso, dona Elisabete contextualizou a lavoura do fumo através de suas dificuldades como uma mulher trabalhadora, pontuando a assistência de recebia da sogra com os filhos pequenos na época da colheita.

A fumicultora pontua que poucos anos a lavoura do fumo resultou numa remuneração considerável para a família, destacando que quase sempre os ganhos beiravam o prejuízo. Dessa forma, após quase trinta anos dedicando-se a fumicultura, a família interrompeu pela primeira o plantio na safra de 2015, principalmente, por causa do histórico de desvalorização do que consideraram “boas produções”; no entanto, eles retornando ao plantio na safra de 2016, porque no ano em que desistiram as empresas pagaram bem. Dona Elisabete passou a trabalhar como costureira no período da desistência, para fugir das flutuações dos ganhos que a fumicultura proporcionava.

Ao contrário das trajetórias anteriores, os fumicultores Helena (69 anos, Alto Albertina) e Joaquim (67 anos, Alto Albertina) tiveram que comprar terras para conseguirem se reproduzir socialmente como agricultores, afinal de contas nenhum dos dois recebeu “um início de vida” ou herança após o casamento. O casal trabalhou um pouco na propriedade dos pais de Helena, localizado no município de Aurora/SC, e mais um período na propriedade dos pais de Joaquim, localizado em Agronômica/SC. Após os períodos de trabalho em terras de outrem, decidiram tentar a vida no meio urbano do município de Rio do Sul. Como pontua Seyferth (1982, p.70):

[...] não é demais repetir que o tamanho reduzido das propriedades é sempre o principal motivo para os filhos de camponeses deixarem o campo. Sendo imprudente a partilha da terra, um dos filhos pode ficar com a propriedade e aos demais só resta o caminho da proletarização. No caso das famílias procedentes de outras regiões o problema é sempre fundiário, mas as razões da migração são variadas: ou são

trabalhadores rurais, sem terras com o objetivo de buscar uma vida melhor como operários residindo em área urbana [...].

O casal não se adaptou morando no meio urbano, tendo sido caracterizado como uma experiência de grande decepção – dona Helena relembra que emagreceu um quilo em cada mês que ficou morando por lá⁹⁹. Como a construção cultural do gênero prescreve ao homem o comando dos negócios e a administração da propriedade, no decorrer da entrevista as memórias da compra da terra foram narradas pelo fumicultor, com poucas interferências da esposa que açãoava detalhes, como datas e nomes. Nesse sentido, seu Joaquim narra que na primeira oportunidade compraram uma propriedade no meio rural riosulense, “[...] aqui o terreno valia 15 milhão naquela época, um dinheirão, todo mundo queria comprar esse terrno lá no Taboão, todo mundo queria compra, ele [dono] já tinha vendido pra dois e tinham dados pra trás”. O entrevistado menciona que na época a escritura só era passada para os novos proprietários quando o valor das terras era quitado, dessa forma, o dia de “passar a escritura” aconteceu dois anos depois da chegada na Serra do Taboão¹⁰⁰.

Quando a família chegou na propriedade por volta da década de 1980, um instrutor da empresa Cia. Souza Cruz S/A apareceu na propriedade propondo a integração e sem demora “fizeram o pedido”; como destaca dona Helena, a opção pela cultura se deu porque elas já tinham trabalhado com a lavoura do fumo. Na época que eles chegaram na comunidade todos trabalhavam com a fumicultura, nesse sentido optaram pela lavoura que dava um “dinheiro maior”. Seu Joaquim é grande defensor da fumicultura, pois acredita que “foi o fumo que endireitou Santa Catarina, se tira o fumo fica tudo favelado, pobre, [com] o fumo que a gente paga dívida, paga trator”.

A fumicultura é uma cultura relevante na reprodução social e econômica da família, tanto que os três filhos homens do casal permanecerem no meio rural plantando fumo; destaco que dois deles trabalham na propriedade dos pais, um possui uma propriedade própria e filha mais jovem mora no meio rural, mas trabalha como massoterapeuta no meio urbano. Dona Helena afirmou que a filha preferiu ficar no meio rural por causa das vantagens e porque “ela achou mais fácil”, afinal, conseguiu construir uma casa na propriedade dos pais, não possui conta de água e a energia elétrica é mais barata.

⁹⁹ Helena, 69 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹⁰⁰ Joaquim, 67 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Dona Helena quando perguntada sobre sua profissão mencionou que era “do lar, em casa”, pois acredita que com a diminuição da sua participação no trabalho da lavoura do fumo, não é mais agricultora como antigamente. No que tange às questões de gênero e trabalho no meio rural, quando há disponibilidade de sucessores e tecnologias na propriedade, a primeira pessoa a ser excluída do trabalho na lavoura é a mulher, sendo automaticamente direcionada para cumprir as funções que são consideradas como de sua responsabilidade no âmbito doméstico. Nesse sentido, alguns elementos contribuem para que a fumicultora não se identifique mais profissionalmente como agricultora: 1) a aposentadoria; 2) o posicionamento exclusivo no âmbito doméstico; 3) a sucessão dos filhos na propriedade.

A desigualdade na atuação e no posicionamento dos sujeitos diante do trabalho, promovida pelas relações de gênero e de poder, é evidente na propriedade do casal fumicultor, pois apenas a identificação profissional da mulher se transformou. Além do mais, a mão de obra do homem não foi afastada da lavoura do fumo com o avanço da idade, “enquanto eu não morre, eu não paro” de trabalhar, mencionou seu Joaquim. A posição do homem como o administrador e principal trabalhador na propriedade transparece nas narrativas dos/as próprios/as entrevistados/as da comunidade, quando estes citam que os filhos “do seu Joaquim” foram os únicos jovens que ficaram trabalhando na agricultura na comunidade. Devo pontuar, que até o momento da entrevista com dona Helena não sabia o seu nome, mesmo que os seus filhos fossem os mais citados entre os/as moradores/as da comunidade.

Mario Botelho de Oliveira, Neuza Maria da Silva e Maria Carmen Aires Gomes (2016) afirmam que a prática do homem representar a família no âmbito público, como o administrador da propriedade, era apoiada pelos códigos civis. Dessa forma, a construção cultural do gênero posicionava os homens como os principais agricultores nas propriedades e as mulheres como as “ajudantes”. Como pontua a historiadora estadunidense Joan Scott (1990) a posição das mulheres da sociedade não guarda relação com o que elas realizam, mas com o significado que suas ações ganham através da interação social. Nessa perspectiva, se pode compreender que embora dona Helena tenha trabalhado ativamente na lavoura de fumo e na produção da possibilidade do viver na propriedade (cuidando dos filhos, produzindo os alimentos, fazendo a manutenção dos animais domésticos, entre outros), em nenhum momento foi considerada a agricultora administradora, tanto do âmbito privado quanto no público.

Dona Leopoldina (55 anos, Alto Albertina) nasceu, cresceu e casou na comunidade Serra do Taboão. Nas propriedades de origem, tanto os pais dela quanto os do marido eram fumicultores, e foi através do trabalho na cultura do fumo que eles começavam a vida, num

pedaço de terra comprado do pai dele. Como a fumicultura exige uma pequena extensão de terras para o plantio, começaram com uma propriedade pequena e foram expandindo-a no decorrer dos anos com a aquisição de terras que estavam sendo desmembradas por vizinhos, principalmente, por parte daqueles que abandonavam o meio rural. A fumicultora evidencia que nenhum dos dois recebeu terras ou herança quando se casaram, porque os pais de ambos continuavam a trabalhar nas propriedades¹⁰¹.

A entrevistada rememorou o tempo da infância, calculando que quanto tinha mais ou menos sete anos de idade os pais “já plantavam fumo de galpão” e “uns anos depois começou a plantar de estufa, né?”. Ademais, as atividades produtivas da propriedade “na época eles plantavam mais assim pra sobrevivência mesmo, né?”. Ezequiel Redin (2015) menciona que a integração das famílias na lavoura de fumo de estufa poderia resultar na diminuição da produção de alimentos, no entanto era difícil pensar na eliminação total, pelos menos não dos produtos considerados básicos para a alimentação da família. Ela explica que sempre trabalhou no fumo “desde pequena, desde os meus sete anos eu lembro que eu já ajudava eles” e na sua avaliação naquela época o trabalho na fumicultura era mais pesado.

Era mais pesado, era mais na enxada, essas coisas assim, né? Hoje em dia usa mais veneno, a gente dificilmente vai em uma roça de fumo aí com enxada, é muito pouco (risos), é só com veneno mesmo mais no início e depois cresce pouco, plantio direto também, né? Aí já fica mais limpo. É tudo mais moderno, né? Aí vai...se não a gente nem estaria mais aqui porque não é fácil, mas assim, como vai modernizando vai facilitando também o trabalho da gente¹⁰².

No entanto, mesmo com a facilitação do trabalho na lavoura nos dias de hoje, dona Leopoldina diz que o melhor do fumo mesmo “é a hora de vender (risos), [...] no final a gente já tá mais cansado porque aí já trabalhou bastante e tal, né? A gente dá uma judiada boa...”. A entrevistada menciona que ela e o filho, o único que permaneceu na propriedade, participam do plantio, depois “vai ajudando” conforme for preciso e que a maior dedicação do trabalho no fumo “é na hora de começar a colher mesmo, que precisa de mais gente”, porque o mais difícil é colher agora, né? Como tá hoje em dia...”.

Observa-se na narrativa de Leopoldina que ela utiliza a palavra “ajuda”, para explicar que os trabalhos que ela e o filho realizam entre o plantio e a colheita do fumo, são de responsabilidade do marido. Com a inserção das tecnologias e técnicas agrícolas houve diminuição da necessidade de mão de obra para alguns trabalhos, sendo assim os homens são

¹⁰¹ O marido de dona Leopoldina recebeu herança há 15 anos, após a morte do pai; os pais da entrevistada ainda são vivos e venderam a propriedade na comunidade Serra do Taboão para migrar para o meio urbano.

¹⁰² Leopoldina, 55 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

considerados os mais aptos as tecnologias e os responsáveis pela lavoura do fumo (CAMBRUZZI, 2014). Nesse sentido, os estereótipos de gênero em conjunto com as tecnologias acabaram direcionando os homens para o trabalho na lavoura e a mulher para o âmbito doméstico.

A depoente ainda enfatiza que as decisões relacionadas a propriedade e as atividades agrícolas são tomadas de forma conjunta com o marido, embora não se considere “muito mandona”. Nesse sentido, ela atua dentro das prescrições de gênero, como estabelece as relações de poder, até porque ela ressalta que não possui participação na administração do dinheiro proveniente da lavoura do fumo. Apenas com a aposentadoria, que está por vir, a entrevistada terá acesso ao próprio dinheiro.

Ah, meu separado até então não, agora eu vou ter o meu dinheirinho da aposentadoria (risos). A gente tinha sempre junto, né?! Quando eu precisar...eu precisei fazer uma cirurgia é claro que ele paga, né?! Se precisou de remédio comprava, se precisou de roupa compra, tudo...só não tinha uma conta separada não. É a conta conjunta nós dois temos. Daí a gente economizava assim, “ah, ele quer fazer tal coisa”, daí economizava, né?! Pra compra um carro, pra troca o trator, aí a gente vai fazendo os negócios juntos, né?!¹⁰³.

A família de dona Leopoldina realiza o que Redin (2015) chama de “lavoura tipo ideal”, que pode ser desempenhada por uma família de no mínimo três integrantes (homem adulto, mulher adulta e filho homem), com uma “média boa” de fumo, que ocupa poucos hectares e possui tecnologia e maquinário à disposição. Nessa lavoura, o trabalho de todos os componentes da família é extremamente importante para o desenvolvimento da produção, mas que nem sempre é considerado como um trabalho contribuinte, como se pode visualizar através da narrativa da fumicultora.

A fumicultora Mariana (56 anos, Serra do Taboão) nasceu na comunidade Fundos Aurora, que faz divisa com a Serra do Taboão. Ela se dedica pouco a rememorar a infância de trabalho, mas ressalta que na propriedade que cresceu, a família plantava um pouco de tudo: “aipim, milho, negócio de criação pra vende, porco, essas coisas [...] e plantava fumo”. A entrevistada saiu da propriedade dos pais após se casar com um homem despossuído de terras, por isso começaram a vida de casados há mais de trinta anos trabalhando como arrendeiros no plantio de fumo. Durante longo anos estiveram sob essa condição, até que conseguiram financiar a propriedade onde residem atualmente na Serra do Taboão, pelo Banco da Terra¹⁰⁴.

¹⁰³ Leopoldina, 55 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹⁰⁴ Mariana, 56 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

A entrevistada menciona que chegou na comunidade quando a “minha guria fez sete anos, quando nós viemos pra Serra ela fez sete anos, quando a gente chegou aqui em cima em agosto e agora nós já temos...ela fez trinta e quatro”. Conforme o indicado, se calcula que a chegada na propriedade aconteceu no início da década de 1990. Dona Mariana enfatiza que a maior realização pessoal da vida dela foi adquirir a escritura das terras, pois passaram anos pagando as parcelas do financiamento – de 1991 até 2010. Ela narra de forma metafórica que só conseguiu respirar depois que a terra estava quitada e, orgulhosamente, menciona que pagaram até antes do esperado. Em relação à terra, ela diz que os conhecidos frequentemente perguntavam “qual é a pressa de pagar essa terra tão rápido?”, dona Mariana respondia que queria dormir tranquila, sem deita a cabeça no travesseiro pensando na dívida.

Após a quitação do financiamento da terra, puderam adquirir maquinário e tecnologias para facilitar o trabalho na lavoura de fumo. Foi realizado a compra de um trator e construíram uma estufa de fumo de ar forçado (ver Figura 13) – que compraram mais barato de um fumicultor da comunidade que desistiu da atividade. Dona Mariana menciona que estão se “dando bem” com a nova estufa, que o trabalho ficou menos intenso na época da colheita e que recebem elogios das fumageiras pela boa qualidade da folha que produziram nas últimas safras. Devo ressaltar que ainda na primeira década deste século, o casal trabalhava na preparação da terra com cavalos, sendo uma prática pontuada entre as entrevistadas como árdua e de épocas anteriores.

Figura 13 - Estufa de fumo de ar forçado na propriedade da entrevistada Mariana



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

A entrevistada enfatiza que as decisões acerca da propriedade sempre foram realizadas em conjunto, sendo que até os filhos tinham poder de decisão quando trabalhavam ativamente na lavoura do fumo. Contudo, a remuneração com as safras é administrado apenas pelo marido, como evidencia dona Mariana: “ele traz tudo já contadinho o que nós podemos gastar e o que nós não podemos (risos)”. Dessa forma, a fumicultora menciona que a vida dela mudou muito com a aquisição do próprio “dinheirinho”:

A vida muda bastante já, muitos dizem que é uma mixaria, mas me ajuda, porque pra mim eu faço compra da casa tudo, pago a primeira prestaçõozinha, é que daí a gente tinha as coisas, mas na agricultura não sobre aquele dinheirão todo pra gente tá comprando as coisas à vista, daí agora depois que eu me aposentei comprei uma máquina grande de lava pra mim porque tava precisando, um freezer grande também, daí eu vou pagando com o meu dinheirinho, uma parte pra comida e uma parte pra minhas prestaçõozinha, tá ajudando bastante”.

A entrevistada expõe em sua narrativa que com o dinheiro da aposentadoria conseguiu, principalmente, realizar as melhorias no ambiente doméstico, como comprar uma máquina de lavar roupas, que fazia falta no seu dia-a-dia, pois os trabalhos domésticos são de sua responsabilidade. Apesar do investimento na otimização dos trabalhos que realizada no âmbito doméstico seja um bom empreendimento, perguntei a ela se naquele tempo de aposentada já

tinha conseguido tirar um dinheiro para ela: “comprei roupa já (risos), eu disse...daí a gente tem que também ter um pouco mais pra gente, né?”, destaca dona Mariana.

Nos últimos tempos alguns fatores têm impulsionado a diminuição da participação de dona Mariana na lavoura de fumo: 1) a inserção de tecnologias; 2) a introdução de mão de obra; 3) o acidente de trabalho que sofreu em 2017. Primeiramente, ela menciona que com as tecnologias, “tá bem mais fácil, primeiro a gente plantava com a enxadinha e coisa, agora não, tem a máquina, o trator faz mochão e já fica fácil pra plantar tudo”; logo, diminuiu a necessidade de mão de obra para esse trabalho. Em segundo lugar, a filha voltou a residir no meio rural, por isso o genro que estava desempregado passou a trabalhar na lavoura de fumo, a substituindo na maioria dos trabalhos. Em terceiro lugar, ela sofreu com grave acidente num dos membros superiores na máquina de “picar trato”, o que a impossibilitou de continuar trabalhando como antes.

Nesse sentido, Mariana menciona que a conjuntura tem influenciado no cotidiano de trabalho, pois a redução do esforço tem proporcionado que ela até consiga escutar um rádio a noite antes de dormir, porque antigamente “só tratava os bicharedinho, fazia comida, comia, tomava banho e cama (risos), pra descansar, porque era cansativo, meu deus, agora não, agora já chega de noite mais descansado”. No entanto, tecnologia nenhum substitui o cansaço que o corpo vem carregando com o tempo de trabalho no fumo e a lavoura tem um fim anunciado na propriedade:

Ele disse que talvez no ano que vem talvez não planta mais, porque ele tá com muita dor nas costas assim e coisa, né? Mais dificuldade ele tá sentindo de uns tempos pra cá, ele começa passa veneno ele disse e daí começa um pique na língua, não sei se é dos veneno que muda de um ano pro outro, (...) “eu também já tô velho”, ele disse¹⁰⁵.

Nas narrativas das mulheres é perceptível que o trabalho na lavoura é cansativo e não reconhecido, mas elas se submetem como expectativa de uma vida melhor no futuro, para si, o marido e os/as filhos/as; muitas vezes reféns da produtividade exigida pelas empresas fumageiras, das dívidas e da ausência do poder de decisão. O acesso à terra proporciona segurança patrimonial, e o trabalho duro e diário é sentido como necessidade de proteger o pouco que foi conquistado. No próximo capítulo, se adentrará na discussão dos trabalhos considerados como “coisa de mulher”, procurando compreender como as transformações econômicas e socioculturais têm impactado os seus cotidianos.

¹⁰⁵ Mariana, 56 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

3 MEMÓRIAS DE ONTEM E EXPERIÊNCIAS DE HOJE: TRABALHO DE MULHERES RURAIS

A organização estrutural do capítulo emergiu dos trabalhos que as mulheres mencionaram ter exercido ao longo da vida. Contudo, esse esclarecimento inicial é mais do que uma ponderação metodológica, ele representa um alerta para o caráter de imobilidade da divisão sexual do trabalho no tempo presente. Trata-se aqui de mulheres designadas aos trabalhos nas propriedades, como no ambiente doméstico, no quintal e na lavoura, assim como, aos trabalhos assalariados considerados femininos, como a costura e a limpeza. Fica evidente que, quando se entrelaça numa pesquisa científica as mulheres e o trabalho no meio rural, o impedimento para a formulação de uma estrutura renovadora, se dá pela constatação de que as mudanças nas relações de gênero caminham a passos lentos.

Ainda que o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (2017, p.43) não esteja referindo-se, especificamente, sobre as relações de gênero no meio rural na afirmação que segue, creio que ela se adequa a conjuntura representada nesta investigação: “[...] sabemos que tudo está mudando, e nada mudou ainda inteiramente [...]”. À vista disso, a pesquisa encontra-se entre as evidentes permanências e as sutis transformações nas relações de gênero e trabalho, que demonstram o quanto complexo é o processo histórico, ainda mais quando se trata da história do cotidiano de trabalho de mulheres rurais.

A impressão de que tudo está mudando de forma acelerada se dá, principalmente, pelo contexto de mudanças econômicas e socioculturais que perpassam o meio rural, como a mecanização da agricultura, o crescimento das atividades não-agrícolas, a diminuição das pessoas dedicadas às atividades agrícolas, o envelhecimento, a falta de sucessores nas propriedades, a mudança da paisagem etc. (SILIPRANDI, 2004). No entanto, o que se sabe sobre o que há de mudanças na vida das mulheres que residem nos espaços rurais em transformação?

Assim sendo, destaco que com a diversidade de mulheres que são fontes de análise desta pesquisa, é evidente que elas não compartilham as mesmas experiências de vida, ainda mais que nem todas experienciaram os trabalhos agrícolas. Em outras palavras, quero dizer que a economia agrícola não é mais um ponto de referência fixo quando se trata da análise dos espaços rurais na atualidade. Mas, então, há um ponto de convergência na trajetória dessas mulheres? Na introdução do livro *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, o cientista social

Gustavo Venturi e a socióloga Marisol Recamán (2004, p.18) apresentam um breve prognóstico dos resultados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), no início do século XXI, deflagrando o ponto central da discussão: a identidade comum de gênero.

Em suma, mais que a mulher brasileira, os dados de perfil de atividades logo evidenciam que existem mulheres brasileiras, oriundas de – e vivendo em – realidades sociais bastante distintas. Herdeiras de quinhões muito desiguais de recursos materiais e simbólicos, era de esperar que tanto sua leitura de passado e do presente, quanto suas opções de vida e expectativas em relação ao futuro estivessem influenciadas por visões de mundo diferentes. De fato, estão, mas, como se verá, partilham também fortes traços de uma identidade comum de gênero.

O trabalho doméstico é, certamente, o único trabalho que converge todas as mulheres em uma experiência única do gênero e da divisão sexual do trabalho. Dentre as vinte e uma entrevistadas que residem nas comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina, dezoito disseram serem as responsáveis pelo trabalho doméstico em suas residências. Como afirma a socióloga Bila Sorj (2004, p.112) “o padrão de atribuir as responsabilidades domésticas e familiares aos indivíduos do sexo feminino constitui uma das principais convergências da experiência feminina [...]”, e no meio rural ela engloba as agricultoras agroecológicas, fumicultoras, ex-fumicultoras, trabalhadoras não agrícolas, aposentadas, jovens, velhas etc.

Ainda, a partir da pesquisa da Fundação Perseu Abramo, Sorj (2004, p.112) menciona que “96% dos domicílios pesquisados, a principal responsável pelas tarefas domésticas era uma mulher”, o que corresponde com a proporcionalidade de 95% das mulheres que declararam serem responsáveis ou que uma outra mulher é a responsável pela realização dos trabalhos domésticos no meio rural riosulense¹⁰⁶. Segundo as sociólogas Laís Abramo e María Elene Valenzuela (2016, p.118):

[...] as pesquisas de uso do tempo mostram a persistência de padrões tradicionais de divisão sexual do trabalho. As mulheres trabalham mais em atividades não remuneradas e os homens em atividades remuneradas; somando-se ambas as jornadas, o tempo total de trabalho das mulheres é superior ao dos homens e elas dispõem de menos horas de descanso e lazer.

De fato, as mulheres residentes no meio rural ainda são conduzidas a percorrerem os “caminhos historicamente determinados às mulheres”, nas palavras da socióloga Maria Ignez Paulilo e da historiadora Cristiani Bereta da Silva (2008, p.51), uma vez que, na maior parte

¹⁰⁶ A pesquisa conta com vinte e uma mulheres residentes das comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina, das quais dezoito declararam serem as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos. Entre as mulheres que declararam não serem responsáveis por esses trabalhos estão: dona Lucila (41 anos, Alto Albertina), que mencionou dividir a responsabilidade da maioria dos trabalhos domésticos com o marido e o filho; dona Malvina (65 anos, Alto Albertina), que informou que paga uma diarista para realizar os trabalhos domésticos e que o marido participaativamente; dona Severina (60 anos, Alto Albertina), que afirmou que divide o trabalho doméstico com o marido e a filha.

das vezes, o contrato de casamento¹⁰⁷ não as concede escolha de fazer ou não quando se trata do trabalho doméstico ou do cuidado com os/as filhos/as. Há, sobretudo, uma condenação moral que rege a obrigatoriedade da atuação das mulheres nessas funções (SORJ, 2004; PAULILO, 2013).

Nessa pequena introdução, estive constantemente afirmando que as mulheres rurais trabalham, porém, sempre elas foram consideradas trabalhadoras, porque “sob as mulheres [sejam elas rurais ou urbanas] sempre recai a desconfiança de que são inativas e desocupadas” como afirmam a socióloga Margaret Maruani e a estatística Monique Meron (2016, p.59). Por isso, tratar sobre mulheres e trabalho só seria possível através de categorias analíticas que privilegiam a discussão, como conduz a socióloga Danièle Kergoat (2016, p.18) a pensar o trabalho como “produção do viver em sociedade”. Essa definição vai além daqueles pensadas pelos teóricos marxistas, clássicos e neoclássicos, que fizeram com que o trabalho das mulheres não fosse reconhecido como tal, durante longo tempo (PAULILO, 2013).

Isto é, apenas através da perspectiva feminista e da implosão desse conceito “clássico” é que o trabalho das mulheres pode elevar-se como trabalho. Kergoat (2016, p.19) ainda menciona que embora essa definição proporcione dignidade para o trabalho que as mulheres realizam, ele não deixa de ser “mal qualificado, mal pago, não reconhecido, e que as mulheres normalmente não têm a opção de escolher fazê-lo ou não”. Ainda lembro que há importância incontestável em dar visibilidade para o labor feminino, através de qualquer meio de divulgação (científico, midiático etc.) e que “realizar uma investigação que aborde a reorganização do grupo familiar, do tecido social [...], a partir das figuras femininas do rural exigia escutar as próprias atrizes dessa revolução”, como afirma a geógrafa Claudia Cambruzzi (2014, p.21).

3.1 “TINHA QUE SER UM ADULTO JÁ”: A SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE DAS MULHERES RURAIS

[...] São as mulheres responsáveis pelo cuidado individual no cotidiano da família. As meninas, mesmo crianças, são lentamente iniciadas no cuidado quando aprendem a preparar os alimentos, a cumprir os diferentes rituais de limpeza da casa, do pátio, a plantar hortaliças e flores. A característica da mulher cuidadora vai sendo ensinada

¹⁰⁷ O contrato de casamento, segundo as sociólogas Maria Ignez Paulilo (2013) e Bila Sorj (2004), se trata de um contrato que estabelece que as mulheres devem se ocupar das necessidades cotidianas (alimentação, limpeza, cuidado etc.) e os homens das necessidades financeiras da família. O contrato, mesmo que não escrito e formal, pressupõe a obrigatoriedade dessas funções para que a família seja bem-sucedida.

pela vó, mãe ou responsável (madrinha, tia) de forma muito peculiar [...] (HECK; LANGDON, 2002, p.142).

O trabalho doméstico é apenas uma das formas pelas quais as mulheres residentes do meio rural entram no mundo do trabalho, dado que a maioria das entrevistadas foi inserida no trabalho da lavoura desde cedo também; principalmente, na colheita e na amarração das folhas de fumo de estufa, como visto no Capítulo 2. As pesquisas voltadas para a questão da organização do trabalho na unidade familiar no meio rural, como as produzidas por Paulilo (1987; 2013), demonstram que os/as integrantes das famílias rurais vivem sob o regime da divisão social e sexual do trabalho e possuem funções pré-determinadas. Num conceito mais amplo de divisão sexual do trabalho, a filósofa Helena Hirata (2015, p.4) apresenta o significado e as implicações desse sistema na vida das mulheres, como segue:

A divisão sexual do trabalho remete ao conceito ampliado de trabalho, que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não-remunerado. Nós postulamos a indissociabilidade entre divisão sexual do trabalho, divisão sexual do saber e divisão sexual do poder. Acreditamos que não se pode pensar a divisão social e sexual do trabalho entre homens e mulheres sem associar essa divisão e repartição do saber e do poder entre os sexos na sociedade e na família. Trata-se aqui do que Nancy Fraser [...] chama de “processos de subordinação mediados pelo mercado”. As responsabilidades tradicionais das mulheres pela educação das crianças estruturam mercado de trabalho que são desvantajosos para as mulheres, resultando em um poder desigual no mercado econômico que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família. Essas relações entre trabalho/família/sociedade e trabalho/saber/poder, formam um círculo vicioso e não virtuoso [...].

Seguindo a argumentação de Hirata (2015) da inseparabilidade entre a divisão sexual do trabalho, do saber e do poder serão analisadas as memórias de infância das mulheres rurais e os aspectos que as levaram a entrar nesse “círculo vicioso e não virtuoso” que é o espaço privado e doméstico. Que portas se fecham para as mulheres que foram direcionadas a cumprir funções pré-determinadas apenas por serem mulheres?

Antes de tudo, deve-se pontuar que a divisão sexual do trabalho na unidade familiar em que cresceram é negada pelas entrevistadas. Assim que são questionadas pela entrevistadora sobre uma possível divisão de tarefas na propriedade dos pais, elas produzem falas que representam as relações de trabalho como igualitárias. “Todo mundo era igual, não tinha atividade de menina vai fazer isso e menino vai fazer aquilo, o serviço era dividido e era feito de igual para todos eles”, afirma dona Marcelina (66 anos, Alto Albertina). A entrevistada estava empenhada em demonstrar que os/as integrantes da família, independente do sexo, trabalhavam igualitariamente nas atividades da propriedade¹⁰⁸. A mesma afirmação é realizada

¹⁰⁸ Marcelina, 66 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

por dona Isabel (53 anos, Serra do Taboão), “lá [na propriedade dos pais] cada um o que chegava fazia, não importava, ah...eu vou tirar leite, aquele lá vai tirar trato, vai capinar...cada um o que tinha pra fazer fazia”¹⁰⁹.

O aspecto que deve ser levado em consideração nessas afirmações, é que as entrevistadas apresentam em suas memórias apenas os trabalhos realizados no roçado e no quintal, nesse sentido algumas interpretações são possíveis: a primeira é de que realmente não havia divisão de tarefas no roçado e no quintal das propriedades rurais do Alto Vale do Itajaí; a segunda é que as mulheres não percebiam e/ou não lembram de haver divisão de tarefas nos trabalhos externos ao ambiente doméstico – mesmo que a bibliografia sobre o rural catarinense indique que havia atividades específicas para cada gênero e geração no interior das unidades produtivas; a terceira é que as mulheres, inicialmente, não quiserem pontuar a existência dessa divisão, pois através das afirmações puderam expressar que todos/as os/as integrantes da família trabalhavam para manter a propriedade. De toda forma, nas memórias das entrevistadas, as mulheres e crianças aparecem inseridas na lavoura, sinalizando que esses/as sujeitos “sempre trabalharam, sempre e em toda parte, mas [que] esse trabalho não é necessariamente visível e reconhecido”, nas palavras de Maruani e Meron (2016, p.59).

No entanto, as declarações sobre o trabalho igualitário nas unidades familiares, cai em contradição quando as entrevistadas são questionadas diretamente sobre o trabalho doméstico, pois emerge na memória aquela personagem que, habitualmente, é invisível quando o assunto é o trabalho. A personagem que, geralmente, era a irmã mais velha ou em alguns casos a própria mãe, permanecia em casa enquanto o restante da família ia para a roça, com obrigações determinadas e imprescindíveis para a organicidade da propriedade, como a preparação das refeições e do café da tarde para ser levado na roça, limpeza da casa, lavagem das roupas, cuidado das crianças que ainda não trabalhavam etc.

Dessa forma, apenas a partir da questão “e quem realizava os trabalhos domésticos?”, emerge da memória das entrevistadas aquelas mulheres que não eram consideradas trabalhadoras. Dona Marcelina redefine sua fala, de que não havia divisão do trabalho na propriedade em que cresceu em Vidal Ramos/SC, a partir da questão mencionada acima: “tinha uma que ajudava a mãe em casa, uma ficava com...então aquilo era serviço de menina, né? Uma ficava com os irmãos em casa, fazia comida, cuidava dos irmãozinhos mais pequenos, porque

¹⁰⁹ Isabel, 53 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

a mãe ia pra roça, então...”. Da mesma forma, a lembrança recorre a dona Isabel: “tinha a irmã mais velha, a que ficava em casa, aquela era difícil ir pra roça”. As sociólogas Anita Brumer e Gabriele dos Anjos (2008, p.9) mencionam que nesta fase de socialização profissional:

[...] há diferenças entre rapazes e moças, as quais geralmente são “poupadas” ou “excluídas” da atividade agrícola principal, sendo-lhes reservadas atividades consideradas como “domésticas”. Estas, embora incluam a produção para autoconsumo, são identificadas como tarefas de limpeza, preparo dos alimentos, cuidados das crianças, trabalho na horta e no quintal (cuidados de pequenos animais e ordenha) e transformação artesanal de produtos alimentícios para consumo dos membros da família. Seu desempenho nessas atividades não é considerado como trabalho, uma vez que não inclui no mercado de bens e serviços e, assim, não envolve a circulação de recursos monetários. Ao mesmo tempo, elas podem assumir um papel auxiliar nas atividades produtivas, em momentos de falta de mão de obra masculina. Este papel, o que também é assumido por outros membros “não chefe” da unidade produtiva como filhos e filhas, é subsumido como “ajuda”, com base na gratuidade próprias as relações familiares.

Nesse caso, a não socialização dessas jovens no trabalho da lavoura pode explicar o fato de não ter encontrado as “irmãs mais velhas” no meio rural como sucessoras das propriedades dos genitores, pois a administração da propriedade era concedida aos filhos homens que foram educados e socializados para o trabalho considerado produtivo (BRUMER; ANJOS, 2008). A única ‘irmã mais velha’ que entrevistei tornou-se agricultora através de herança da família do companheiro. Elsa (44 anos, Serra do Taboão) cresceu em uma comunidade em Aurora/SC, município vizinho de Rio do Sul, sendo que além de trabalhar na lavoura de fumo e de produtos alimentícios, lembra que foi direcionada para as responsabilidades com os serviços domésticos e de cuidado na época que a produção na propriedade dos pais estava em expansão¹¹⁰.

[...] quando eu era solteira, né? Daí a mãe teve gêmeos, eu já tinha quase dezenove anos, daí eu tinha que ficar em casa, né? Tinha camarada ajudando a colher batatinha, na época era batatinha ou cebola, eu tinha que fazer comida as vezes pra dez vinte pessoas todo dia, pão eu fazia nove todo dia e era naqueles forno de lenha, daí tinha os gêmeos pra cuidar, roupa pra lava e não era roupa de máquina de hoje, né? Era máquina de carambola, tinha que ficar enxaguando, nem centrífuga na época não tinha. Era complicado¹¹¹.

Elsa demonstra que o trabalho doméstico que realizava era constituído de tarefas que amparavam diretamente o trabalho na lavoura, uma vez que alimentava a família e os “camaradas” ao longo do dia, proporcionando o sustento necessário para o trabalho na lavoura. Além de dedicar a sua força de trabalho em atividades domésticas, oferecia atenção aos irmãos mais novos, “implicando um sentido de responsabilidade em relação a vida e ao bem-estar de outrem” nas palavras de Kergoat (2016, p.17). Elsa considera que foi ensinada desde criança a

¹¹⁰ Elsa, 44 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹¹¹ Elsa, 44 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

ocupar o espaço doméstico e quando se casou entendia que esse seria o seu lugar na organização familiar.

As memórias de infância da agricultora Marieta (47 anos, Alto Albertina), que cresceu na comunidade em que reside, foram contextualizadas no período em que ela iniciou sua trajetória no trabalho doméstico e de cuidado. Ao contrário do que pontuaram a enfermeira Rita Maria Heck e a antropóloga Esther Jean Matteson Langdon (2002), sobre a inserção lenta das meninas nas atividades de cuidado, a experiência da entrevistada foi de uma iniciação repentina e que ainda veio acompanhada do abandono escolar; inclusive, a agricultora foi uma das poucas entrevistadas a mencionar a escola em sua narrativa, e o fez lamentando a sua retirada precoce dos estudos para cuidar da casa, dos irmãos, do pai e da mãe “que vivia doente”¹¹². A antropóloga Arlene Renk (2000, p.220) expõe que, no meio rural do Oeste catarinense, existiam causas determinadas para as jovens não frequentarem a escola:

[...] em alguns casos, tratava-se de difícil acesso à escola; outros, de ausência de escola; e outros, de uma decisão do pai, que permitia a alguns elementos da prole a frequência às aulas e a impedia a outros. Nesse último caso, quando o fato é rememorado notam-se ressentimentos vivenciados como sentimento de injustiça. Tensão e autoridade paterna apresentam-se também sob o rótulo de machismo, na avaliação feminina.

Era início da década de 1980, quando dona Marieta foi retirada da escola pela irmã mais velha para assumir, permanentemente, a responsabilidade pelos trabalhos domésticos e de cuidado, pois a mesma iria se casar e sair de casa. Percebe-se nessa estratégia de reprodução e reorganização familiar um padrão de gênero determinado, uma vez que a responsabilidade pelos serviços domésticos e de cuidado passaram da irmã mais velha para a próxima mulher da família; enfaticamente, a entrevistada informou que tinha uns “oito nove anos” na época. As mulheres rurais dão o primeiro passo para dentro do ciclo da vulnerabilidade quando a elas é negado o direito à instrução formal, pois há uma “indissociabilidade entre divisão sexual do trabalho, divisão sexual do saber e divisão sexual do poder”, como sugere Hirata (2015, p.4).

Arlene Renk (2000) observa que no meio rural a escola não era vista pelos pais como um local que ensinava os valores do trabalho, pelo contrário, ela era considerada como um espaço que retirava da propriedade a mão de obra dos/as filhos/as no trabalho agrícola e doméstico; ainda mais quando algum/a deles/as decidiam ir além do ensino primário, precisando estudar fora das comunidades. Segundo a agrônoma e socióloga Emma Siliprandi

¹¹² Marieta, 47 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

(2004), as mulheres rurais estudavam menos anos do que as urbanas, por causa das distâncias das escolas e também da inserção precoce no trabalho, contribuindo para um maior índice de mulheres analfabetas no campo. No caso de Marieta, mesmo que a escola ficasse a poucos metros da propriedade que residia, lhe foi retirado o direito à instrução devido as relações de gênero, que atribuía as mulheres a responsabilidade com o âmbito doméstico.

A conjuntura de saída da escola para atuar nos trabalhos domésticos está arraigada aos padrões de gênero do meio rural catarinense, presente nas trajetórias de Luci Choinaski e Adélia Schmitz, duas lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC). Segundo Paulilo e Silva (2008, p.51) elas “interromperam seus estudos cedo, pois precisavam ajudar em casa, tanto no trabalho doméstico e na agricultura, a exemplo do caso de Luci, como para contribuir com o sustento da casa por meio de outro trabalho, como foi o caso de Adélia”.

Dona Marieta rememora sua condição em tom de ressentimento e inevitabilidade, pois a negação da instrução formal as mulheres parecia ser uma situação comum. De fato, no território rural as prescrições de gênero estão centradas na divisão sexual do trabalho, em que aos homens são direcionados os trabalhos na lavoura e as mulheres os trabalhos domésticos. Nesse sentido, ela evidencia que na propriedade tinham sobrado apenas irmãos homens, “daí eu tinha que se vira fazer tudo, né? Porque ficou uma ‘homaiada’, né?!”. E continua...

É...minha irmã me tirou da escola, me tirou da escola porque tinha que cuida da mãe, que não era certo eu tá lá estudando e a mãe doente, [...] mas ela também poderia fazer, né? Porque eu já tinha vinte e poucos anos, mas ela não vinha fazer, teve que me tira da escola pra mim fazer. Todos os dias, desde pequeninha, minha vida foi sempre ralado, desde pequeninha [...]¹¹³.

Na trajetória de Marieta, o tempo da escola foi substituído pelo do trabalho e a infância foi tomada pela responsabilidade. Ambas as situações são definidas pelas relações de gênero, pois a ela foram conferidas obrigações com o ambiente doméstico e o cuidado, que são indispensáveis para a produção do viver na propriedade.

Desde pequenininho [se trabalhava], é que tinha que ser, porque era um filho atrás do outro que eles tinham e daí a gente tinha que cuida, tinha que ser responsável que nem um adulto, tinha que ser um adulto já, tinha que ter a responsabilidade de cuidar. Aí eles iam pra roça e tu tinha que ficar em casa tomando conta de um bebezinho, daí tu tem que ser adulto, né? Tem que ter uma atitude de responsabilidade já desde criança, mas hoje em dia eu acho que não deve ser mais assim [...]¹¹⁴.

¹¹³ Marieta, 47 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹¹⁴ Marieta, 47 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

A diferenciação de gênero é profunda na socialização das mulheres na infância, pois a elas eram destinadas responsabilidades que as construíam como “adultas”; assim como, internalizava a concepção de que seus trabalhos eram menos importantes e mais fáceis de realizar do que aqueles que os meninos faziam na roça. Nesse sentido, é evidente que quando aparece no roteiro de entrevista uma pergunta sobre o trabalho na infância, o primeiro lembrado é aquele que era considerado o mais imponente e que garantia a sobrevivência familiar. De forma geral, no mundo rural era negado as filhas mulheres o conhecimento para a manutenção e administração da propriedade, deixando evidente que os filhos homens seriam escolhidos para exercer tal função, porque eram os únicos a serem educados e socializados no trabalho na lavoura (CAMBRUZZI, 2014). Como evidencia Paulilo (2013), a educação das meninas era voltada para o espaço doméstico e não a preparada para que conseguissem o próprio sustento, pois no futuro um homem deveria fazer isso por ela.

3.2 QUINTAL E ENVELHECIMENTO: LUGAR E TEMPO DE MUDANÇA

A divisão sexual do trabalho é um dos ramos de investigação das relações de gênero, sendo que quando o gênero e o trabalho são aproximados revelam que: 1) existe trabalho de homem e trabalho de mulher; 2) os trabalhos dos homens têm mais valor do que o das mulheres (KERGOAT, 2000). No meio rural, a divisão do trabalho é baseada no gênero, pois aos homens são atribuídos os trabalhos na lavoura e as mulheres os trabalhos no ambiente doméstico, sendo que essa diferenciação gera a hierarquização das funções desempenhadas, geralmente, desqualificando os trabalhos exercidos pelas mulheres. Nesse sentido, elas sofrem dupla desvalorização: primeiramente, porque os trabalhos que realizam na lavoura são considerados ajuda; em segundo lugar, porque os trabalhos que realizam no espaço doméstico nem são considerados como trabalho, pois eles não geram “valor de troca” (PAULILO, 2013).

A socióloga Valdete Boni (2005) menciona que no meio rural, invariavelmente, os homens “não gostam” de participar dos trabalhos domésticos, porque estes são percebidos como desqualificados. Contudo, a dinâmica no ambiente doméstico tem apresentado certas alterações, mesmo que os homens resistam a exercê-los por considerarem “coisa de mulher”. Maria Ignez Paulilo (2013, p.294) revela que, mesmo que haja uma participação masculina mais evidente nos últimos tempos, “a diferença entre homens e mulheres quanto ao trabalho doméstico está longe da paridade”.

O historiador Losandro Antonio Tedeschi (2014c) lançou a hipótese de que a migração, a masculinização e o envelhecimento da população do meio rural estariam fazendo emergir uma nova modalidade das relações de gênero, proporcionando um estreitamento no poder de homens e mulheres. Por sua vez, Cambruzzi (2014) identificou que no meio rural riosulense as mulheres mais velhas têm convivido com uma realidade menos dura da divisão sexual do trabalho, principalmente, quando se trata dos trabalhos prescritos a elas pelo gênero. Ela pontua o trabalho de quintal como o lugar privilegiado de inserção da mão de obra masculina, como se visualiza abaixo:

Nas famílias em que as mulheres se encontram na faixa etária dos 40 anos, a realidade é um pouco menos dura. Elas afirmam que os maridos as ajudam em algumas tarefas, principalmente no entorno da casa, mas ainda como uma exceção, não a regra. *Meu marido dá uma ajuda, ele corta a grama, cuida das frutas, poda, essas coisas, recolhe a roupa se vê que vai chover* (CAMBRUZZI, 2014, p.177).

Da mesma forma, as mulheres entrevistadas consideram que o avanço da idade contribuiu para que os maridos começassem a participar dos trabalhos domésticos e de quintal (jardim, horta e animais domésticos). Noutros tempos, elas se enxergavam e eram consideradas pelo grupo familiar como mulheres que “davam conta” de todos os trabalhos, por causa da vitalidade que o corpo apresentava na juventude e da prescrição de gênero. Destaco que a participação dos homens nos trabalhos considerados femininos acontece mais por causa do envelhecimento, do que pelo questionamento do sistema das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho.

A análise desenvolvida por Cambruzzi (2014), aponta que a realidade das mulheres rurais riosulenses está apenas tornando-se “menos dura”, o que não significa dizer que o sistema das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho tenha sido rompido. Dado que, no início do deste capítulo, levanto um dado que apresenta que 96% das entrevistadas mencionaram serem as responsáveis ou que uma mulher era a responsável pelos trabalhos domésticos. Entretanto, a identificação de nuances nas relações de gênero e trabalho só é possível quando se toma o conceito de divisão sexual do trabalho como não estagnado. Segundo Kergoat (2000, p.2) é necessário analisar os seguintes elementos:

[...] a dialética entre invariantes e variações, pois se este raciocínio supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, ele implica estudar simultaneamente os deslocamentos e as rupturas daquilo bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência mesma dessa divisão.

Nesse sentido, analisarei as “invariantes e variações” através da descrição do cotidiano de trabalho das entrevistadas, pois é a forma mais utilizada por elas para construir a dinâmica dos trabalhos que realizam no ambiente doméstico, no quintal e na lavoura. À vista disso,

arrisco iniciar a discussão com o trabalho no quintal, que é frequentemente demonstrado pela bibliografia como um trabalho exclusivamente feminino, sendo percebido pelas mulheres rurais como extensão do trabalho doméstico (PAULILO, 2013). No tempo presente, este é um espaço no qual os homens tem começado a participar mais ativamente, principalmente na horta e na manutenção das pequenas criações; no entanto, apenas para salientar, a participação dos homens nos trabalhos de quintal não é uma regra no meio rural.

O contexto de trabalho na propriedade de dona Madalena (57 anos, Serra do Taboão), moradora do meio rural há cerca de quatro anos, demonstra que existem mudanças acontecendo na divisão sexual do trabalho no meio rural com a inserção de novos/as moradores/as, mas que também podem haver previsíveis permanências nas relações de gênero. Desde que ela e o marido chegaram no meio rural trabalham com a agricultura de subsistência e com produtos orgânicos para a venda; assim sendo o espaço doméstico, da lavoura e do quintal são privilegiados em sua narrativa¹¹⁵.

Eu levanto de manhã, as vezes é seis horas, às vezes seis e meia, depende. Aí eu levanto, faço café, daí ele [marido] levanta é sete hora, sete e quinze, quase oito horas...daí a gente vai tratar os bicho, tira o leite, né? Junto! Eu trato as galinha, daí vamo tratar as criação, mas tudo junto, né? Daí eu fico limpando a casa ou quando tem outra coisa eu vou ajudar lá fora, né? Ou tem que tá aqui, limpa tudo e deixa tudo em ordem. Esses negócios de flores, essas coisas, isso aí é tudo ele que faz e às vezes tem um rapaz que vem aqui ajudar, né? Um amigo dele vem ajuda aqui, mas é isso o meu serviço aqui, que nem mata um frango, uma coisa assim...¹¹⁶.

De forma atenciosa, a entrevistada descreve a divisão dos trabalhos na propriedade, enfatizando que trata as criações em conjunto com o marido, que se divide entre o trabalho doméstico e a “ajuda” na lavoura, e que não se envolve na manutenção do jardim. Quando salienta ao final da descrição que não é a responsável pelo trabalho no jardim, estabelece uma pequena renovação no significado deste trabalho, pois as mulheres riosulenses são consideradas as principais agentes da manutenção da paisagem cultural do meio rural, como argumenta Cambruzzi (2014). Contudo, a entrevistada reitera no decorrer da narrativa que “aqui é tudo junto, tudo junto, aqui é nós dois juntos, menos dentro de casa, né?”. Nesse contexto de transformações, alguns elementos pontuais se modificam, mas “as posições masculinas e femininas ainda divergem. Não se chegou a um estágio de igualdade de participação”, como pondera Tedeschi (2014c, p.137).

¹¹⁵ Madalena, 57 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹¹⁶ Madalena, 57 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Apesar da entrevistada destacar a colaboração mútua no trabalho na lavoura e com as criações, não se pode deixar de considerar as permanências das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho que compõe a sua descrição do cotidiano, por causa dos seguintes elementos: 1) destaca que é a única responsável pelo serviço doméstico; 2) salienta que começa sua jornada de trabalho antes do marido para cumprir funções com o trabalho doméstico – Paulilo (2013) pontua que essa era uma prática comum as mulheres rurais; 3) descreve os trabalhos que realiza “lá fora” (na lavoura) como ajuda ao marido. Dessa forma, a conjuntura descrita por dona Madalena lança luz para uma situação de dupla condição, entre a ruptura e a permanência, uma vez que a atuação do homem na manutenção das criações e nos trabalhos do jardim é relativamente nova na bibliografia sobre o meio rural, e a posição da mulher como a única responsável pelo trabalho doméstico é histórica.

Dessa forma, dona Madalena parece compreender que possui funções indispensáveis para a manutenção do sítio e na produção para a subsistência familiar, mas as relações de gênero que são construídas socialmente no meio rural a impedem de afirmar que colabora igualmente nas atividades que são consideradas produtivas; na narrativa dela o “lá fora” são as pequenas roças e a lavoura do milho. Por isso, o seu posicionamento frente aos trabalhos que passou a realizar há quatro anos no meio rural, após um longo período de trabalho na cidade, acaba desqualificando sua atuação na propriedade (CAMBRUZZI, 2014).

No início de 2018, o quintal também teve certo protagonismo na propriedade de dona Dolores (60 anos, Serra do Taboão). Após a desistência da fumicultura há três anos, a entrevistada e o marido vinham vivendo apenas da aposentadoria, no entanto a ex-fumicultora passou a vender verduras e temperos orgânicos, higienizados e “picadinhos”, para o restaurante que a nora Laura (20 anos, Serra do Taboão) trabalhava no centro da cidade. Assim que o trabalho passou a ser remunerado, o marido passou a participar do plantio dos produtos destinados a comercialização, mas a responsabilidade por esse trabalho continuava sendo dela, como sempre foi¹¹⁷. Destaco que a atividade estava contribuindo significativamente para o orçamento familiar, mas se encerrou depois de seis meses com a saída da nora do emprego, pois ela realizava o escoamento da produção diariamente quase sem custos¹¹⁸.

¹¹⁷ Dolores, 60 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹¹⁸ A entrevistada apenas informou que a dona do restaurante preferiu não continuar realizando a compra dos produtos.

Contudo, não é a primeira vez que o casal de ex-fumicultores tenta uma alternativa de renda para se reproduzirem economicamente. Durante os quase trinta anos em que dona Dolores e seu João (60 anos, Serra do Taboão) trabalharam na fumicultura, em nenhum momento conseguiram sobreviver exclusivamente do dinheiro das safras do tabaco, por isso empreenderam no plantio do milho, na atividade leiteira e nos trabalhos não agrícolas.

No Oeste Catarinense, Valdete Boni (2005) identificou que há participação masculina na atividade do gado leiteiro, exclusivamente, nas agroindústrias familiares; estas são propriedades que realizam a transformação da produção agrícola para a comercialização. Ela evidencia que a ordenha do gado leiteiro, historicamente considerado um trabalho feminino, começou a ser integrado pelos homens “quando este passou a ter uma renda significativa” (BONI, 2005, p.80). Ou seja, a integração dos homens nos trabalhos considerados femininos não aconteceu por acaso, pois eles envolveram-se em trabalhos que geram lucro. Portanto, as relações sociais permeadas por novas condições econômicas, continuam reproduzindo as relações desiguais entre os gêneros, pois os homens ainda mantêm o poder quando se responsabilizam apenas por trabalhos que geram remuneração e que, consequentemente, não são desvalorizados.

No início dos anos 2000, quando dona Dolores e seu João passaram a vender leite para a Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí (Cravil), o trabalho se tornou exigente em mão de obra pelo maior número do gado leiteiro, requerendo maior participação familiar. Como a atividade passou a ser rentável, seu João era o responsável pela comercialização do produto, por isso foi ele quem narrou sobre a época “do leite” na propriedade, procurando detalhes em sua memória, reproduzindo as conversas com a empresa, os dados de produção e os valores gerados. Dona Dolores, ao longo da narrativa, foi inserindo sutilmente o seu ponto de vista, ressaltando que era ela quem levantava mais cedo pela manhã para “cuidar do leite”; por fim, retratando que se sentia a responsável por aquele trabalho.

A combinação do trabalho na lavoura com os trabalhos não-agrícolas impulsionou diversas vezes a saída de seu João da propriedade, isso quer dizer que a responsabilidade com todos os trabalhos recaiu a dona Dolores: “eu com a piazada [filhos], tinha que fazer...”. A estratégia de reprodução social conferia o caráter pluriativo da propriedade e extensa jornada de trabalho agrícola e doméstico para a ex-fumicultora. Nesse sentido, a entrevistada afirma que não percebe diferença nos trabalhos que realizava na lavoura se comparado aos do marido, pois também efetuava os trabalhos considerados “pesados” do fumo, como passar veneno e cortar lenha; como a entrevista foi realizada de forma conjunta, seu João intervém na conversa,

apontando que também considerava que os trabalhos eram feitos todos da mesma forma¹¹⁹. No entanto, a mesma afirmação não poderia ser aplicada para os trabalhos domésticos e de quintal, pois quando Dolores adentrava nas portas do ambiente doméstico, ela tinha que trabalhar mais uma vez, só que agora sozinha. As jornadas de trabalho das mulheres sempre foram maiores do que a dos homens (ABRAMO; VALENZUELA, 2016).

A ex-fumicultora indica que as nuances na divisão sexual do trabalho passaram a ser mais visíveis após a desistência da fumicultura e a chegada da aposentadoria há cinco anos; “[...] porque mulher de agricultor é com 55 anos, né?!””, destaca dona Dolores, reproduzindo o discurso que tange às relações de gênero e trabalho no meio rural. Adquirir a aposentadoria como agricultora não significou a internalização de um discurso de reconhecimento como tal, dado que lhe foi posto durante anos de que era “mulher de agricultor”, pois o marido sempre foi o titular no bloco de notas, assinava os contratos de integração, comprava os bens em seu nome etc. Como evidencia Cambruzzi (2014, p.91), os movimentos de mulheres do campo foram “um incentivo para que as mulheres agricultoras familiares iniciassem um processo de consolidação de sua identidade como trabalhadoras e buscassem ganhar visibilidade na família e na esfera pública”, no entanto nem sempre esse discurso é realidade dentro um rural em que as mulheres não tiveram acesso a esse debate.

Dona Dolores destaca que a entrada de um dinheiro mensal “muda bastante coisa, né?”, pois antes dependiam “de marca no mercado às vezes três, quatro meses, até que entrava um dinheiro pra paga o mercado [...]. E, ainda possibilitou diminuir o ritmo de trabalho na lavoura de fumo e nos trabalhos não-agrícolas, dado que as marcas da idade no corpo já tinham chegado para os dois. Nessa perspectiva, a interação do marido passou a ser mais frequente nos trabalhos domésticos, na horta e na manutenção das criações, pois com o envelhecimento “precisa se ajuda”.

Valdete Boni (2005) indica que estudos realizados sobre a agricultura familiar no caso espanhol, revelam que os homens só passavam a contribuir nos trabalhos domésticos após a aposentadoria; sendo que o descontentamento das mulheres jovens com a estrutura da divisão sexual do trabalho era apontado como o agravante dos fenômenos de masculinização do campo e celibato masculino. De fato, a nora de dona Dolores enfatizou que o companheiro não realizava os trabalhos domésticos quando foram morar juntos, pontuando que o comportamento

¹¹⁹ João, 60 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

dele era baseado no que vivenciada na casa dos pais. Por isso, Laura (20 anos, Serra do Taboão) disse que a inserção do companheiro no trabalho doméstico foi permeada por conflitos, porque considerava indispensável que os trabalhos fossem divididos igualmente.

De forma similar ao indicado por Boni (2005), sobre a participação masculina na atividade leiteira, o trabalho na horta que era (e continua sendo) praticado majoritariamente pelas mulheres, tornou-se alternativa de produção para a família de dona Mafalda (56 anos, Alto Albertina), após a desistência da fumicultura em 2003¹²⁰. O trabalho considerado feminino acabou contraindo uma participação mais estreita do marido; nesse caso, se tornou a principal atividade da propriedade, passando a ser de responsabilidade do homem, pois deixou de ser um trabalho não remunerado e não qualificado.

A agricultora familiar Mafalda desistiu da fumicultura depois de dez anos de trabalho, dentre os motivos para a saída estava a falta de mão de obra e a não adaptação à cultura não-alimentícia. Como na propriedade a família sempre trabalhou com a diversificação, fizeram da horta e de outras culturas alimentícias, a alternativa de trabalho que precisavam para continuarem se reproduzindo como agricultores. A entrevistada mencionou que a participação no programa Compra Direta foi de grande importância para a transição, no qual são responsáveis por fornecer verduras, legumes e produtos beneficiados para as escolas municipais de Rio do Sul¹²¹; o casal também passou a fornecer alimentos para o Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul. Nesse sentido, dona Mafalda e o marido José (54 anos, Alto Albertina) passaram a integrar juntos o trabalho com as culturas alimentícias.

A questão da divisão do trabalho na propriedade tem dois momentos demarcados na narrativa da entrevistada: 1) quando rememora a época de transição do fumo para as culturas alimentícias, em que as duas filhas ainda eram crianças; 2) os tempos mais atuais em que ela e o marido são os únicos a trabalharem na propriedade. À vista disso, ela mencionou que atualmente é “[...] difícil ver a divisão, porque assim...”, num momento de entreolhares com o marido, sugerindo que não possuía palavras naquele momento para explicar, seu José completa a fala da esposa pontuando que “a gente faz tudo junto, né?”.

Durante a realização da entrevista, pude presenciar um momento em que a divisão do trabalho na família parecia fluída, pois enquanto entrevistava dona Mafalda na sala de estar,

¹²⁰ Mafalda, 56 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹²¹ A família de dona Marieta fornece para a alimentação escolar, exclusivamente, verduras, legumes, feijão e mel. A contextualização do programa Compra Direta foi realizada no Capítulo 1.

seu José fazia o almoço na cozinha, atento a conversa e participativo quando a esposa solicitava – “essa você pode ajudar pai...”, dizia ela quando a questão requeria algum dado de produção da propriedade¹²². Porém, esse “tudo junto” tem suas nuances, mesmo que pareça sutil no olhar de dona Mafalda e seu José ainda existe separação entre trabalho de homem e de mulher.

É a gente faz tudo junto, só assim, o pesado sempre fica pra ele, né? Porque eu já tenho 56 anos, tenho problema de pressão, essas coisinha assim, eu não consigo mais fazer essas coisas, né? E daí eu faço, assim, por exemplo, tem a casa do mel, daí eu limpo, higiene, essas coisas é tudo comigo, essas coisinha assim é tudo comigo, né? E o serviço da casa, e tem muita coisinha, e na horta lá eu capino, eu né ajudo a planta. Só fica o mais pesado pra ele (risos)¹²³.

A historiadora estadunidense Joan Scott (1990) explica que a posição que as mulheres se encontram não é o resultado de suas realizações, mas do significado que estas ganham através das relações sociais de gênero. Nesse sentido, Paulilo (1987) evidencia que o trabalho das mulheres rurais só é considerado como ajuda, quando posto em relação a posição hierárquica do homem como o responsável pelos trabalhos remunerados. Isto é, um trabalho só é considerado leve quando uma mulher o realiza, sendo encaixando nessa categoria “mesmo que os trabalhos de ambos [homens e mulheres] demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelos outros” (PAULILO, 1987, p.3).

Além disso, a narrativa da agricultora familiar alcança a questão da idade, esse registro do tempo no corpo como causador das limitações nos seus trabalhos, como se as atividades que realiza nos tempos atuais não fossem contribuição suficiente na propriedade, denotando uma desvalorização arraigada no gênero e na geração. De maneira crescente, o envelhecimento vem sendo pontuado pelas entrevistas como o motivo que as levaram a assumir outros ritmos de vida e de trabalho, tanto no âmbito doméstico como na lavoura; assim como, de necessitarem de “ajudas” que outrora não eram necessárias, principalmente, em trabalhos considerados como de sua responsabilidade. Dona Mafalda relembrava o “pique” que possuía noutros tempos:

Porque só nós dois [ela e o marido], a gente vai ficando velho também né? (risos). E não é? A gente não tem mais todo aquele pique, né? Que ia pra roça, cuidava das menina, fazia comida, cuidava da roupa e coisa. Agora a gente tem mais máquina de

¹²² O desfecho de uma pesquisa de história oral na pós-graduação brasileira é ainda, na grande maioria dos casos, uma dissertação escrita. No entanto, esse formato de análise dos dados não permite que os/as leitores/as observam os lugares visitados, as expressões dos/as entrevistados/as e os sons por trás das palavras ditas na entrevista. Apenas como uma forma de contextualizar, ao longo de toda essa entrevistada se escuta na gravação em áudio os sons da comida sendo feita...batidinhas nas panelas, carnes sendo refogadas, saladas sendo lavadas etc.

¹²³ Mafalda, 56 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

lava melhor, tudo melhor...mas não é tudo aquilo não (risos), a gente não dá conta de tanto, a gente embruma, embruma às vezes e o serviço não sai (risos)¹²⁴.

A narrativa de dona Mafalda é conduzida através do pronome pessoal “nós”, sugerindo que o casal cumpria todas as funções elencadas na narrativa de forma conjunta num passado. No entanto, se a composição for melhor avaliada, traz mais as descrições de trabalhos que são considerados de responsabilidade das mulheres, como o cuidado das crianças, a preparação da alimentação familiar, a lavagem das roupas, que revelam as múltiplas funções que ela realizava na propriedade, para além do trabalho na lavoura. Finalmente, ela considera que esse ritmo de trabalho não é mais atingido com o envelhecimento, fazendo com que os homens passem a participar dos trabalhos domésticos, indicando um deslocamento da divisão sexual do trabalho, como permite avaliar Kergoat (2000)

A relação de aproximação do homem com o trabalho doméstico no envelhecimento, também pode ser percebida na propriedade dos fumicultores Helena (69 anos, Alto Albertina) e Joaquim (67 anos, Alto Albertina). Como a entrevista foi realizada com o casal de forma conjunta, em vários momentos se estabelecia um diálogo entre os dois, disputando memórias. Em certo momento, quando contavam sobre os problemas de saúde que a fumicultora enfrentou nos últimos tempos, seu José mencionou que por isso “agora as vezes eu ajudo a limpa a casa” e dona Helena ressaltou “porque antes ele não fazia, né?”¹²⁵. Então, o fumicultor explicou a conjuntura:

Ela fazia tudo sozinha...agora eu vejo que ela tá mais fraca e eu ajudo um pouco. Porque é necessário, se não, não ajudaria...(risos). Hoje em dia é direitos iguais, mas a mulher é mais dentro de casa e o homem é mais dos mato. É, homem antigamente era machista, a nossa filha ali casou com um que quando ela tá trabalhando ele faz tudo, limpa a casa, faz comida, igual uma mulher, mesma coisa...¹²⁶

O discurso do fumicultor demonstra a internalização das concepções de gênero e da divisão sexual do trabalho, pois apesar de identificar que “hoje em dia” os direitos entre homens e mulheres estão se aproximando, considera que “a mulher é mais dentro de casa e o homem é mais dos matos”. Como evidencia Paulilo (2003, p.192), “seria inocência pensar que uma maior liberação feminina não entraria em choque com a organização familiar na qual tradicionalmente o papel da mulher foi a parte subordinada”; neste caso, a maior “liberação” da filha mais nova entrou em choque com as concepções engendradas de José, que foi o único de todos/as os/as

¹²⁴ Mafalda, 56 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹²⁵ Helena, 69 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹²⁶ Joaquim, 67 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

entrevistados/as a citar termos como “direitos iguais” e “machismo”. No entanto, seria otimismo demais considerar que as soluções para as desigualdades entre homens e mulheres proveriam apenas de esclarecimento, debates e empenho por parte das atrizes sociais interessadas (PAULILO, 2003).

Durante a entrevista com os fumicultores, o trabalho na horta também foi pontuado, gerando um diálogo entusiasmado. Dona Helena indicou que a manutenção da horta sempre foi uma responsabilidade “mais minha”, apesar de que nos últimos tempos a prática tenha perdido espaço na propriedade, pois “não adianta a gente bota muita coisa assim ali na horta...”; ela mencionou que não se consome mais tantos alimentos como antigamente na propriedade, até mesmo por causa da saída dos/as filhos/as de casa. De outro lado, seu Joaquim realizava algumas colocações, pontuando que ele e o filho também participavam da atividade, que ela teve mais expressão em outros tempos na propriedade, entre outros. Contudo, a fumicultora finaliza o assunto dizendo “é, mais é, no mais é eu” que possuía, e continua possuindo, a responsabilidade com esse trabalho na propriedade.

Devo destacar que as entrevistas realizadas com Dolores, Mafalda e Helena foram realizadas em conjunto com os respectivos maridos. A psicóloga Ecléa Bosi (2003) sugere que o/a pesquisador/a deve avaliar se uma entrevista com pessoas além daquela interessada é vantajosa ou não para contemplar os objetivos da pesquisa. Nesses três casos, creio que elas teriam sido melhor aproveitadas se tivéssemos realizado apenas com as mulheres; no entanto, há certo “cercamento” na propriedade por parte dos homens após a aposentadoria, pois eles não saem mais de casa com tanta frequência. Confesso, que diversas vezes pensei em recuar nas entrevistas em que os homens observaram e/ou participavam, mas fiquei com receio de que as mulheres não quisessem conceder uma entrevista diante de tal atitude. No caso de dona Helena, consegui entrevistá-la apenas na terceira tentativa, então admiti que seria melhor uma entrevista em conjunto do que nenhuma; no caso de dona Dolores, nunca tivemos a oportunidade de conversar sozinhas, pois sempre que chegava na propriedade a família se reunia para conversar com a pesquisadora; e, no caso de dona Mafalda, realizamos uma entrevista em conjunto com o marido e uma sem mais companhia. A historiador Joana Maria Pedro (2017) destaca que o gênero também se manifesta no ato da entrevista, quando as mulheres são interrompidas pelos homens, por exemplo, pois invariavelmente eles tentam falar por elas; pontuo que nessa pesquisa não tive como ambição incluir a análise da ocasião da entrevista, mas é uma possibilidade vigorosa para os estudos do gênero.

Dando seguimento a discussão, pontuo que nenhuma experiência com o envelhecimento e com a divisão sexual do trabalho é igual a outra. Como a ex-fumicultora Marcelina (66 anos, Alto Albertina) afirmou, sua rotina de trabalho sempre foi “bastante pesada, bastante, continua sendo ainda”. Ela considera que quando começou a trabalhar na fumicultura, na propriedade em que reside, conseguia sustentar o ritmo de trabalho por causa da juventude, “eu era nova, tava com 36 anos, eu tinha saúde, tinha força, conseguia fazer tudo, hoje não...”¹²⁷.

A desistência da fumicultura, a saída dos/as filhos/as de casa e a aposentadoria não diminuíram o número de trabalhos exercidos por ela, pois considera que não é possível viver apenas com o dinheiro das aposentadorias: “precisa muito complemento”, menciona a entrevistada. Dessa forma, ela descreve a rotina de trabalho como não organizada, enfatizando que sempre possuiu funções determinadas como limpar a casa, lavar a roupa, preparar as refeições, tratar as criações, tirar o leite, entre outros. A divisão sexual do trabalho é apontada como um pensamento persistente do marido: “[...] para ele, homem é o serviço lá fora, aqui dentro é tudo da mulher”. Por isso, o espaço da horta é o único que o marido passou a atuar, como ela menciona:

É eu que cuido da horta, às vezes ele dá uma ajuda, né?! Porque nessa idade a gente tem que se ajuda, né?! Porque preciso consertar uma cerca, uma coisa, eu tô lá com ele, né?! Daí ele me ajuda também na horta, mas das flores ali sou eu. Ah, eu gostava de ter um belo jardim, mas a gente ainda tem galinha, só que agora vamos acabar, só tem mais doze, vou acabar com o resto meio logo [...]¹²⁸.

A ajuda se repete na narrativa de dona Marcelina, sugerindo que ambos auxiliam em atividades que não são consideradas de sua responsabilidade, com base na divisão sexual do trabalho afirmada pelo marido. A organização desigual dos trabalhos na propriedade, levou a entrevistada a interpretar que acostumou “a estar sempre trabalhando”, pois quando o marido sai nos domingos à tarde, ela continua trabalhando nos serviços domésticos e de quintal; “[...] eu não consigo ficar parada, eu vou olhar uma flor, eu vou olhar alguma coisa que tem pra fazer...”, finaliza a depoente. As condições pelas quais a propriedade perpassa – como o envelhecimento e a diminuição da mão de obra – poderiam promover uma organização do trabalho diferenciada do ponto de vista do gênero, mais igualitária e menos hierarquizada, no entanto só seria possível se houvesse uma contrapartida masculina mais atuante (CAMBRUZZI, 2014).

¹²⁷ Marcelina, 66 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹²⁸ Marcelina, 66 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Há, ainda, mais uma experiência que apresenta nuances na divisão sexual do trabalho entre as entrevistadas, que vai além da questão do envelhecimento e da desistência da fumicultura. Como evidencia a cientista social e educadora Alda Britto de Motta (2010, p.240), a velhice possui uma “definição [...] tão arbitrária quanto a de outra qualquer idade”, sendo resultado da construção social. A próxima entrevistada também chegou na idade da aposentadoria, mas não vincula o envelhecer com a diminuição do ritmo de trabalho.

Dona Leopoldina (55 anos, Alto Albertina) relembra durante a entrevista que havia distribuição dos trabalhos na propriedade na época em que a filha e o filho mais velhos estavam em casa, sendo que a socialização no mundo do trabalho dos mesmos era baseada nas diferenciações de gênero: “a menina sempre me ajudava mais em casa, né? Daí o rapaz ajudava o pai, mas ele sempre foi mais ajudando o pai, mas ele também, em casa se for preciso fazer alguma coisa ele faz também”¹²⁹. A divisão sexual do trabalho, que é indissociável da divisão sexual do saber e da divisão sexual do poder, conduziu a trajetória de trabalho de ambos os filhos para a cidade de diferentes maneiras. A filha tornou-se contadora e o filho instrutor de uma empresa fumageira.

No entanto, dona Leopoldina menciona que com o filho mais novo o processo de inserção no trabalho foi diferente. Quando perguntei sobre a responsabilidade com o trabalho doméstico, a entrevistada informou que se considera a responsável, mas que recebe “ajuda” do filho mais novo: “[...] o meu filho ajuda um pouco também, né? Quando precisa ele me dá uma mão, se é pra limpar a casa, ele limpa, se ele precisa fazer comida...que nem hoje eu cheguei meio dia da cidade e tava fazendo o almoço já, né?”.

Além disso, a entrevistada considera que de forma concomitante ela e o filho são os responsáveis pelo trabalho na horta. Dona Leopoldina, ainda menciona que a participação do marido nos trabalhos de quintal e domésticos aconteceu por causa da saída dos/as filhos de casa e a mecanização da lavoura de fumo. Isto é, com mais tempo livre proporcionado pelo trabalho mecanizado, o marido passou a se responsabilizar pelos trabalhos que eram anteriormente funções dela e dos/as filhos/as que saíram da propriedade nos últimos anos. “E o marido também ajuda?”, perguntei a dona Leopoldina:

Ah, alguma coisa às vezes se precisa ele ajuda, mais é pra se tem que tirar leite da vaca, daí ele trata tudo e tira, né? Não precisa eu me preocupar porque ele faz, mas sempre assim ele ajudava. Daí antes tinha os filhos que ajudavam, daí ele era mais

¹²⁹ Leopoldina, 55 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

afastado (risos), mas se precisa ele faz. Eu fui até viajar esses dias com meu filho e ele ficou em casa, né? Sozinho! Aí ele teve que se virar, teve que se virar¹³⁰.

Valdete Boni (2005, p.80) indica que sem condições adversas “o homem raramente ajuda”, e quando ajuda, a parte dele “no serviço casa limita-se, quase sempre, a preparar a comida e tirar o leite”, sendo difícil realizar trabalhos como limpar a casa e lavar as roupas. Ainda é identificado pela socióloga, que os homens ajudam quando as mulheres estão fora de casa; como no caso de dona Leopoldina, que o marido ficou responsável por todos os trabalhos na propriedade, enquanto ela estava viajando.

Apenas para finalizar, identifiquei que as mulheres neo-rurais aposentadas trazem uma atmosfera de tranquilidade nas descrições sobre o cotidiano de trabalho, pontuando a relação de moradia e descanso que elas têm com o local em que vivem. O meio rural como lugar de descanso é identificado nas narrativas de Severina (60 anos, Alto Albertina), que há dez anos se mudou para o Alto Albertina porque estava “malexina” de saúde, em suas próprias palavras. Com isso, ela destaca que trabalha pouco, embora quisesse ter um jardim “bem organizado”¹³¹. Adiantando brevemente a discussão sobre os trabalhos não-agrícolas no meio rural, evidencio o caso de Malvina (65 anos, Alto Albertina) que reside há pouco mais de um ano no meio rural, destacando que a condição de saúde a levou a repassar a função dos trabalhos domésticos para o marido, e também a impulsionou a contratar uma diarista na comunidade para realizá-lo. Dessa forma, quando questionada sobre sua rotina de trabalho, menciona que realiza “muito pouco, porque eu não posso nem limpar a casa por causa da coluna, né?”¹³².

Losandro Antonio Tedeschi (2014c) pontua que não se deve desprezar ou descartar nenhuma das mudanças no comportamento social quando se está analisando as relações sociais no meio rural, pois acredita que mais do que significativas modificações, a migração, a masculinização e o envelhecimento do campo tem contribuído para a emergência de uma nova modalidade de relações de gênero no meio rural. Ao que tudo indica, a realidade das mulheres residentes do meio rural tem se tornando menos dura, tanto entre as moradoras antigas como entre as neo-rurais. No entanto, como destaca a socióloga Karolyna Marin Herrera (2016, p.221):

[...] apesar de haver um aparente equilíbrio na divisão de tarefas realizadas, pode-se observar, no entanto, que o homem, apesar de participar dessas tarefas cotidianas, não

¹³⁰ Leopoldina, 55 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹³¹ Severina, 60 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹³² Malvina, 65 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

tem participação proporcional. As principais diferenças são evidenciadas pelo desequilíbrio entre as horas dedicadas a essas atividades, assim como pela importância relativa atribuída a essas tarefas [...].

Nesse sentido, a inserção dos homens nos espaços domésticos e de quintal são tímidas, pois as mulheres ainda são consideradas as responsáveis por esses trabalhos, em que dedicam mais tempo e responsabilidades. Nas narrativas, ainda se observa que as relações de gênero são representadas de formas dissemelhantes, uma vez que “há extrema diversidade na percepção que têm as mulheres sobre o passado tanto quanto a diversidade das experiências diferentes por gênero”, como aponta a historiadora Maria Bernardete Ramos Flores (2001, p.281).

3.3 ALTERNATIVAS DE RENDA, ALTERNATIVAS DE VIDA: NOVOS E VELHOS TRABALHOS DAS MULHERES RURAIS

Como esclarecido no Capítulo 1, a população residente no meio rural de Rio do Sul tem cada vez mais optado pelos trabalhos não-agrícolas, tanto as famílias de moradoras antigas quanto as de neo-rurais. Nesse sentido foi quase impossível encontrar uma propriedade nas comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina em que nenhum dos membros da família tenha experienciado, pelo menos uma vez, os trabalhos não-agrícolas, dentro ou fora da propriedade. Assim mesmo, o médico veterinário e cientista social Arilde Franco Alves (2004) constatou que os trabalhos agrícolas não deixaram de ter importância na economia familiar do meio rural riosulense, pois a produção da alimentação ainda é mantida, configurando o que se entende como pluriatividade. Os/as entrevistados/as rememoram alguns desses momentos em que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas foi importante para a reprodução familiar, demonstrando que não é um fenômeno recente. Dessa forma, os sociólogos e cientistas sociais Carolina Braz de Castilho e Silva e Sergio Schneider (2010, p.186) indicam que “o que antes era uma situação temporária e transitória, agora parece assumir feições estáveis e duradouras”, até mesmo promovendo um crescimento de famílias que moram no meio rural e trabalham exclusivamente na cidade.

Caroline Braz de Castilho e Silva e Sergio Schneider (2010, p.187) ainda pontuam que pesquisadores/as que se dedicam ao estudo desse fenômeno têm indicado que “os efeitos da pluriatividade nas famílias de agricultores já demonstraram que ela é capaz de aumentar, estabilizar e diversificar a renda, ocupar a mão de obra excedente da população do meio rural”. Por fim, com base em estudos sobre a pluriatividade, eles lançam a hipótese de que ela poderia

estar contribuindo para alterar a estrutura da divisão sexual do trabalho, auxiliando na permanência das mulheres no campo.

Nesse sentido, como uma propriedade pode ser considerada pluriatividade quando pelo menos um dos membros da família realiza trabalhos não-agrícolas, acredito que seja indispensável analisar o fenômeno em relação a divisão sexual do trabalho nas propriedades em duas circunstâncias: 1) quando as mulheres trabalham nas atividades agrícolas e os/as membros da família trabalham em atividades não-agrícolas; 2) quando as mulheres trabalham nas atividades não-agrícolas e os/as membros da família trabalham na agricultura. O direcionamento para buscar compreender os dois tipos de inserção vem do que foi apontado Sorj (2016, p.112):

A distribuição desigual dos investimentos femininos entre o mercado [de trabalho] e a família se sustenta no princípio cultural de que as propriedades femininas residem na esfera doméstica e as masculinas nas atividades profissionais. Este princípio faz que homens e mulheres entrem no mercado de trabalho em posição qualitativamente diferentes. Os homens estão em uma situação privilegiada porque o contrato de casamento os libera das responsabilidades domésticas. Seu contrato de trabalho, com as atividades e atribuições decorrentes, pressupõe um “contrato sexual” que inclui uma contraparte feminina, uma esposa que se ocupa das necessidades diárias do grupo familiar. Por sua vez, quando as mulheres entram no mercado não estão livres, da mesma maneira que os homens, para o trabalho contratado e o fazem a partir de uma posição inferiorizada pelo trabalho doméstico.

Nesse último caso, Venturi e Recamán (2004, p.21) sugerem que se investigue os seguintes elementos: em primeiro lugar, a “qualidade dessa inserção”, no caso se as mulheres se inserem no mercado formal ou informal; em segundo lugar, a questão da divisão sexual do trabalho, se há uma “contrapartida da participação masculina da divisão do trabalho doméstico” e no quintal; e, em terceiro lugar, se há uma “reação masculina violenta” em relação a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Com essas premissas, aponto para a descrição da vivência e experiência no meio rural de dona Isabel (53 anos, Serra do Taboão). A agricultora aposentada¹³³ trabalha na propriedade desenvolvendo individualmente a maior parte dos trabalhos na lavoura, no quintal e no ambiente doméstico; tendo como principal finalidade destes trabalhos a produção de alimentos para o consumo familiar e “uma venda ou outra”. Neste caso, partindo da reflexão de Paulilo (1987, p.3) sobre a responsabilidade do homem no sustento familiar, creio que seja possível identificar que mesmo o homem trabalhando na cidade, ele continua sendo o provedor familiar,

¹³³ A entrevistada Isabel não se aposentou como agricultora, uma vez que desde que saiu da casa dos pais trabalhou de forma assalariada em empresas e no setor de serviços. No entanto, na questão sobre a profissão ela diz considerar-se aposentada, mas também agricultora “das poucas coisas que planta”. Dessa forma, ela tornou uma aposentada que se identifica como agricultora.

indicando que os trabalhos que a mulher realiza na propriedade são apenas “um dinheiro a mais”.

No ano de 2011, dona Isabel migrou com o marido e duas filhas para a Serra do Taboão, sendo a única do grupo familiar a se dedicar exclusivamente aos trabalhos na agricultura. A caracterização do caráter pluriativo da propriedade emerge do seu trabalho na agricultura, pois o restante da família trabalha na cidade. Nesse sentido, quando questionada sobre a divisão dos trabalhos doméstico e no quintal, expressou que era a única responsável e que não recebia ajuda, pois “eu tô em casa o dia todo” e “porque a filha trabalha fora, né?”. Nessa fala, ela indica a obrigatoriedade em realizar os trabalhos domésticos e no quintal, porque é uma mulher que “fica em casa”, assim como, a necessidade de investimento do tempo feminino no âmbito doméstico para que o grupo familiar trabalhe na cidade¹³⁴. No discurso das entrevistadas as filhas mulheres são, frequentemente, apontadas como aquelas que deveriam auxiliar ou auxiliavam nos trabalhos domésticos e de quintal; conformando com o dado apresentado por Sorj (2004, p.112) de que “quando uma outra pessoa participa das responsabilidades pelo trabalho doméstico, em 49% dos casos trata-se também de uma mulher”.

Ao final da entrevista, estávamos “jogando papo fora” sobre a propriedade quando dona Isabel explanou orgulhosamente sobre o trabalho que havia terminado naquela semana: “[...] essa semana colhemos milho ali, naquela roça ali” – referindo-se a roça limpa que havia do lado de cima de sua casa. Nesse momento, sem grandes formalidades, perguntei se o trabalho havia sido realizado em conjunto com o marido e prontamente ela me responde que não.

Não, meu marido não. Eu e minha cunhada, porque ele trabalha na prefeitura, né? Foi eu e minha cunhada, à tarde ele ajudava ali. O nosso ali nós colhemos com trator, a gente fez o secador e colhemos com o trator, mas ali nós colhemos tudo na mão¹³⁵.

Karolyna Marin Herrera (2016, p.211) aponta que no meio rural do município de Quilombo/SC “nas lavouras para a produção de grãos, as mulheres quase não participam”, sendo os “maridos e filhos” os responsáveis por tal trabalho, segundo as entrevistadas da socióloga. Nas comunidades investigadas, a colheita do milho é, habitualmente, mencionada como um trabalho masculino – se for realizado pelos membros da família, há um homem; se for solicitado ajuda na comunidade, há um homem; se for contratado profissionais para realizar a colheita, há um homem. No entanto, dona Isabel demonstra através da exposição que o

¹³⁴ Isabel, 53 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹³⁵ Isabel, 53 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

trabalho da colheita do milho também pode ser realizado por duas mulheres em um sistema de parceria.

Nas comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina a ‘roça do milho’ é mencionada como um trabalho realizado pelos homens, com a ‘ajuda’ das mulheres. Na fala de dona Isabel ela inverte essa ordem de ajuda, mencionando que era o marido que ajudava quando chegava em casa após o trabalho na cidade. O caso da agricultora Marieta (47 anos, Alto Albertina) é semelhante, pois era a responsável pelo plantio do milho na propriedade e recebia ajuda do marido que trabalhava na cidade¹³⁶; destaco que Isabel e Marieta são as principais responsáveis pelo trabalho no roçado, uma vez que os maridos trabalham/trabalhavam no meio urbano.

Destaco que, a análise das “conversas jogadas fora” é incentivada pelo historiador italiano Alessandro Portelli (2017), sob a justificativa de que após a finalização formal da entrevista e/ou do roteiro de entrevista, o/a sujeito pode se sentir mais à vontade para retornar ou tocar em temas que são pertinentes a ele/a. O conselho concedido a Portelli, pelo historiador e editor italiano Gianni Bosio, de não desligar o gravador após a entrevista ser concluída, proporcionou a presente pesquisa uma aproximação com temáticas íntimas das entrevistadas, como, por exemplo, as questões de saúde, solidão etc.

Dona Isabel considera-se agricultora “do pouco que planta”, uma vez que é através desse trabalho que incrementa o salário de aposentada. No entanto, ela está longe de considerar a possibilidade de tornar a agricultura de pequena escala em um projeto maior ou fazer parte dos programas da prefeitura destinados ao meio rural.

Olha, eu...a gente já pensou nesse lado aí, mas eu disse que no final é uma responsabilidade, sabe? Porque daí tu tem aquela responsabilidade de “ah, eu prometi que vou plantar, por exemplo, aipim, chega na safra do aipim eu tenho que ter aipim pra fornecer, né?”. Então, assim, não, eu planto o que eu gosto e quando eu tenho pra vender, eu vendo e também eu não preciso tá ali trabalhando pra ter que nem tal data eu ter que apresentar esse produto, né? Porque vai que às vezes acontece que o produto dá e às vezes não dá, né? Aí tu tem que...às vezes tu tem que comprar de outro agricultor pra fornecer, porque tu prometeu. É uma responsabilidade e a gente já pensou, porque meu marido é funcionário da prefeitura, ele trabalha com a agricultura mesmo, ele já até pensou nessa possibilidade, de até esses dias ele disse “acho que nós podia fazer de planta verdura pra escola, né?”, “ah”, eu disse, “deixa assim, tá tão bom” (risos)¹³⁷.

A agricultora aposentada demonstrou que para ela o meio rural é um espaço de descanso após uma vida de trabalho, dando a entender na narrativa, que a ideia de aderir a um programa

¹³⁶ Marieta, 47 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹³⁷ Isabel, 53 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

como o Compra Direta era mais do marido do que dela, isto é, fazer parte de um programa traria mais responsabilidades para o seu cotidiano de trabalho do que para o dele. Durante a entrevista, ela não pontua pesar por exercer os trabalhos da propriedade cotidianamente sozinha, mas enfatiza que não agregaria nenhum outro trabalho como a venda em larga escala de verduras e/ou uma lavoura monocultora.

Do mesmo modo, a agricultora Joana (29 anos, Serra do Taboão) é responsável pelo comando da propriedade e o marido trabalha na cidade. A entrevistada reside com a família, há cerca de dois anos, uma propriedade na comunidade Serra do Taboão, na qual ela trabalha como caseira. O trabalho de caseira lhe confere uma série de responsabilidades na propriedade como a manutenção e limpeza do espaço que considera prioritário no cotidiano de trabalho, pois assegura a permanência da família na terra – se observa que a experiência dela já difere, significativamente, do restante das entrevistadas porque não é proprietária da terra¹³⁸.

Joana chegou no meio rural após um período trabalhando em empregos no setor de serviços na cidade de Rio do Sul. Em verdade, ela deixou o emprego para se dedicar exclusivamente ao trabalho na propriedade, pois assim a família não teria que pagar aluguel. Apesar de ter buscado alternativas para obter uma renda exclusivamente sua, é exatamente do salário fixo que o emprego na cidade a proporcionava que ela sente mais falta.

[...] eu queria assim meio período trabalhar aqui no sítio e meia parte trabalha fora. Porque eu tenho a minha renda, eu tenho os ovos, daí em esse carvãozinho que um amigo nosso trouxe pra mim vender, é uma renda pra mim, só que não é aquela renda de você ganhar 957 por mês, não dá isso, né? Daí que nem eu digo, por mais que você não pague o aluguel, você tem seus gastos ainda, daí então eu preferia meio período aqui e meio período fora¹³⁹.

O marido de Joana continua trabalhando na cidade em tempo integral e corta a vegetação na propriedade nos finais de tarde e de semana. Dessa forma, ela explica que não consegue trabalhar na cidade e no meio rural ao mesmo tempo, devido aos cuidados com os/as filhos/as, uma vez que nem todos/as vão à escola no mesmo período; isto é, cabe a mulher abdicar de suas preferências profissionais para cuidá-los em tempo integral. Assim como o indicado por Sorj (2016), o marido da entrevistada entra no mercado de trabalho sendo privilegiado pelo contrato de casamento, pois a construção cultural do gênero prescreve que ela é a principal responsável pelo trabalho doméstico e cuidado.

¹³⁸ Joana, 29 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹³⁹ Joana, 29 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

A conjuntura vivenciada pela agricultora acaba se destacando na paisagem rural, pois na frente da propriedade em que reside se dispõe duas placas uma ao lado da outra (ver Figura 14), denunciando o caráter possivelmente temporário de sua estadia e as alternativas de renda produzidas pela agricultora.

Figura 14 - Placas dispostas na entrada da propriedade ocupada pela entrevistada Joana, localizada as margens na Estrada Geral Serra do Taboão



Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

A entrevistada ainda realiza os trabalhos domésticos, de cuidado com os/as cinco filhos/as e na agricultura, ou seja, quando questionada sobre seu cotidiano de trabalho enfatiza o quanto repetitivo e cansativo ele se torna.

Doméstico é todo dia a mesma coisa (risos). Todo dia, todo dia, todo dia. Primeira coisa, eu levanto cinco horas [da manhã], vou ajudar lá tirar o leite, venho, acordo eles [filhos/as], dou café, troco roupinha deles, escovo o dente, escovo o cabelo e eles vão pra creche. Vou tirar o café da manhã da mesa, já coloco cozinhar uma carne, cozinha feijão, limpo a casa e já vou pra fora, daí de tarde como o sol já é mais quente daí eu pego pra dobra roupa e passa roupa. E daí dá tipo cinco horas [da tarde] eles já chegam e têm que tá com o café pronto na mesa, um quer café, o outro quer suco, um quer pão com margarina, o outro não quer, sabe? É bem...¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Joana, 29 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Caso a frase fosse finalizada, creio que a entrevistada terminaria com a expressão “exaustivo”. A rotina de trabalho de Joana é o que as mulheres agricultoras e ex-agricultoras mais velhas indicam como a rotina de “antigamente”, quando tinham que cuidar dos/as filhos/as, da casa, do quintal e do trabalho na lavoura. A depoente elencou cerca de cinco diferentes funções (manutenção das criações, cuidado dos filhos, preparação da alimentação da alimentação da família, limpeza da casa e organização do quintal da propriedade) que exerce do longo do dia em relação ao trabalho na agricultura, no cuidado dos/as filhos/as e no trabalho doméstico. Como aponta o sociólogo francês Marc Bessin (2016, p.237), mais do que “dupla jornada de trabalho” denunciada pelos movimentos feministas por meio dessa formulação contábil, a experiência temporal das mulheres consiste em uma “vida em duas”, que se administra como uma “dupla presença”.

Nesse sentido, emerge da descrição cotidiana de trabalho da agricultora a noção de presença, sendo um termo adequado para expor a vivência das mulheres na divisão social e sexual do trabalho, em razão de que as mulheres não estão apenas disponíveis compondo duplas, triplas ou múltiplas jornadas, elas são uma presença continua na vida do outro (BESSIN, 2016). A noção de presença fica evidente na resposta de Joana sobre a divisão da responsabilidade no cuidado com os/as filhos/as, como segue:

É minha! Minha e dele na verdade, porque quando eu tô cansada ele me ajuda a limpa a casa. As vezes tem pra dobra a roupa e ele me ajuda a dobra, sabe? Cuida dos filhos é...eu já digo que é nós dois, porque um briga com o outro é a mãe, daí a mãe briga vai lá pro pai, sabe? É assim....¹⁴¹.

Não é incomum as mulheres construírem suas falas esforçando-se para sinalizar a contribuição dos maridos no ambiente doméstico, promovendo uma suposta igualdade entre os gêneros. Danièle Kergoat (2016) traz um olhar sociológico e de gênero para o trabalho do cuidado explicando a complexidade dessa função que recai sobre os ombros das mulheres nas relações familiares. A definição produzida pela socióloga consiste no seguinte:

O cuidado não é apenas uma atividade de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerado ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação a vida e ao bem-estar de outrem (KERGOAT, 2016, p.17).

A definição de cuidado demonstra que ele é um trabalho que muitas vezes é encarado apenas como uma função de amor, principalmente quando se trata dos/as filhos/as, mas, na

¹⁴¹ Joana, 29 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

verdade, é um trabalho intenso que exige doação de atenção e tempo por parte da pessoa que o exerce (KERGOAT, 2016). Dessa forma, as mulheres além de serem responsáveis pelo cuidado e educação das crianças, cada vez mais tem se tornado responsáveis pelo cuidado de pessoas idosas e doentes devido ao envelhecimento da população, vale dizer que esse fenômeno não se restringe apenas ao meio rural. Assim sendo, o envelhecimento do campo – que pode ser facilmente observado na faixa etária das entrevistadas (ver Anexo D) – promove progressivamente a demanda de pessoas que cumpram o trabalho de cuidado.

No meio rural riosulense, se encontrou menos deslocamentos na divisão sexual do trabalho entre as mulheres jovens, principalmente, quando se trata dos trabalhos domésticos e de cuidado. A fumicultora Ana (31 anos, Serra do Taboão) apresentou dificuldades para encontrar tempo na rotina de trabalho para conceder uma entrevista. As conversas que realizamos foram breves e aceleradas, manifestando a imutabilidade da divisão sexual do trabalho. Na primeira conversa, ela teve assistência do filho mais velho (menor de idade) para conceder a entrevista, pois enquanto conversávamos o menino acalentava a irmã mais nova. Na segunda conversa, que durou pouco mais de dez minutos, a entrevistada estava realizando faxina na casa, cuidando da filha doente e dando assistência para o filho que estava saindo para o jogo de futebol. Nas duas ocasiões ela estava sozinha em casa com os filhos¹⁴².

De outra forma, a propriedade em que Ana reside pode ser considerada pluriativa, pois a família se reproduz economicamente através da lavoura do fumo e do trabalho que o marido exerce como motorista de caminhão de uma empresa fumageira. Nesse sentido, a construção cultural do gênero concede ao homem a entrada nos trabalhos não-agrícolas livre de obrigações, pois os trabalhos domésticos, de cuidado, no quintal são todos realizados pela mulher. A fumicultora, sem dúvidas, é a principal responsável por grande parte dos trabalhos na propriedade, e expõe com certo cansaço na voz que faz “o que dá”. No momento em que perguntei sobre a rotina no período do fumo, ela destacou que o trabalho é “puxado” e que se preocupa com o cuidado da filha mais nova na época da colheita.

É puxado (risos), é bem puxado, é assim...na época da safra a minha sorte é minha irmã que cuidou bastante dela [filha menor], porque aí eu levava de manhã e buscava a noite, ou, quando a gente ia trabalhar lá na Tereza, porque nós e o marido da Tereza trocado dia pra colhe fumo, né? Aí quando a gente ia colhe fumo lá na casa da Tereza, aí a Tereza cuidava pra mim, a Tereza e a minha sogra. Mas se não tinha que se vira nos trinta, porque daí é casa, é filho, é roupa, é roça, é bastante coisa¹⁴³.

¹⁴² Ana, 31 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹⁴³ Ana, 31 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Da mesma forma, com a fumicultora Tereza (32 anos, Serra do Taboão) não foi possível adentrar no roteiro de entrevistas, pois ela estava constantemente ativa, trabalhando em casa, cuidando dos filhos, saindo para trabalhar na igreja etc. Vale notar na narrativa de Ana, como a relação entre mulheres também é produtora do gênero nesse contexto, pois os trabalhos de cuidado com as crianças são apenas direcionados às mulheres – a irmã, a cunhada, a sogra. Arlene Renk (2000, p.157) relata que, geralmente, quando as mulheres ficam viúvas vão morar com um dos/as filhos/as, onde auxiliam “nas lides domésticas, cuidando dos netos e desempenhando outras tarefas”.

Joana Maria Pedro (2008) menciona que através da categoria de gênero é possível analisar a relação entre as mulheres, procurando compreender como em diferentes contextos, os embates foram produtores do gênero. Ela exemplifica a questão citando o estudo realizado pela historiadora Cleci Eulália Favaro, sobre as famílias italianas que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, que demonstrou que havia certo embate entre sogras e noras, produtor da hierarquização do que era ser “feminina”. Nas comunidades investigadas, percebe-se que as sociabilidades reproduzem as representações de gênero quando designam o trabalho de cuidado apenas as mulheres, produzindo certa sororidade entre elas. Ou seja, há o surgimento de uma relação de companheirismo entre sogras e noras, e entre noras, que se auxiliam mutuamente nas atividades que são prescritas ao seu gênero.

Num contexto aproximado, a costureira Adelaide (32 anos, Serra do Taboão) cumpre no meio rural a função de cuidado com os sogros, assim como, eles cumprem a função de cuidado com as duas netas; a depoente ainda faz parte do movimento dos/as moradores/as que se deslocam todos os dias do meio rural para a cidade. Dessa forma, a descrição da rotina de moradora do campo e trabalhadora da cidade é menciona como: “olha (risos), é bem corrido assim, trabalho fora, daí chego em casa, faço a janta, daí dou uma ajeitadinha na casa, dá uma varridinha, aí no final de semana, sexta-feira, eu limpo a casa de verdade”. Ela afirma que o marido não contribui muito com os trabalhos domésticos, pois trabalha no quintal e na lavoura.

Ele [marido] ajuda na parte externa, né? A parte interna fica pra mim e a parte externa fica pra ele, daí ele cuida do jardim, das lagoa, das coisas lá junto com o meu sogro e a minha sogra também, né? E dos bichos quando precisa vacinar e coisa assim, daí ele cuida da parte externa e às vezes quando ele tá em casa de boa ele faz alguma coisinha dentro de casa, né? Mas o grosso mesmo dentro de casa sou eu¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Adelaide, 32 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Adelaide afirma que não “leva jeito” para o campo, pois foi criada na cidade e não tem o “esforço” necessário para realizar os trabalhos na lavoura, com os animais domésticos e no quintal. Por consequência, declara que não se envolve nos trabalhos desenvolvidos pelos sogros e pelo marido, preferindo a dupla jornada de “dona de casa” no meio rural e costureira na cidade. Ela e a sogra Leonor (55 anos, Serra do Taboão) concordam que existem diferenças entre a mulher do campo e a mulher da cidade, na verdade, as duas se veem de maneiras diferentes quando se trata, principalmente, das experiências de trabalho e habilidades desenvolvidas durante a vida.

Quando propus a questão durante a entrevista, “vocês acham que tem diferença entre as mulheres que moram no campo e as que moram na cidade?”, se estabeleceu um diálogo pertinente entre as duas entrevistadas. Elas pontuaram, principalmente, as próprias diferenças: “Ah, tem né Adelaide? Meu Deus”, questiona dona Leonor na direção da nora, que responde afirmativamente à questão pontuando sua experiência, “eu sou da cidade, moro no campo, mas sou da cidade e é que nem eu digo, eu não sirvo pra nada aqui no campo, se a galinha tiver lá botando o ovo e tiver que tirar a galinha do lugar pra pegar o ovo, eu não tiro (risos). Dona Leonor gargalhou com a resposta da nora e afirmou: “mas é verdade, eu não, eu já faço tudo”¹⁴⁵.

A diferença entre as duas entrevistadas atinge apenas o âmbito da experiência no trabalho no meio rural, uma vez que quando o assunto é o trabalho doméstico, elas exercem as mesmas funções. A entrevista com elas foi realizada em conjunto num domingo ensolarado, aliás, foi após meia hora de entrevista com Adelaide, que adentrou na porta da cozinha dona Leonor, com uma panela de batatas em mãos, prontas para ir ao fogo e serem preparadas para o almoço em família. Leonor mencionou que a nora “[...] vai fazer o almoço hoje, pelo menos eu descanso um dia de fazer comida”. Adelaide, então, informou que a sogra “faz a semana toda, né? Ela faz a semana toda pra eles [marido, sogro, filhas]”, por isso no final de semana toma como responsabilidade a preparação das refeições. No que tange as relações de gênero, mais uma vez se vê as desigualdades entre homens e mulheres contribuindo na manutenção da divisão sexual do trabalho, pois as estratégias de amparo nos trabalhos domésticos precisam ser construídas por elas.

O trabalho de cuidado no meio rural não é recente, com efeito ele tem sido indispensável para a sobrevivência do mundo camponês, no entanto sempre foi invisível aos olhos dos

¹⁴⁵ Leonor, 55 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

familiares. Como demonstra Hirata (2015, p.9-10), “o trabalho de cuidado foi exercido por muito tempo pelas mulheres, no interior do espaço doméstico, na esfera dita “privada”, de forma gratuita e realizado por amor com idosos, crianças, doentes [...]”, demandando atenção, responsabilidade e dedicação exclusiva; sendo, indiscutivelmente, acompanhada por uma dose pública de desvalorização e indiferença. Dona Marieta (47 anos, Serra do Taboão) releva em um desabafo emocionado sua realidade cotidiana como uma mulher que cuida.

[...] Eu tenho nove irmãos, agora um faleceu, mas eles vem um pouquinho e já se mandam, porque eles não gostam se ela [mãe] reclama muito, ela é muito de reclamar, todo dia ela reclama, todo dia tem uma coisa de diferente, então eles não tem aquela paciência de escutar, sabe? Não é que eu tenha paciência, é que deus tá me dando paciência, porque a gente tem que ter uma paciência de jó, porque não é fácil. Aí eu tenho que dar insulina pra ela, os medicamentos, aí eles vem ali um pouquinho, faz as festinha deles, sabe? Aquelas bagunceira deles lá de música, carne e coisaradas no final de semana, lá uma vez ou outra eles vêm, aí é aquele turma, sabe? Então, daí eles pegam e se mandam, ficam a semana inteira na vida deles, né? Ganhando o dinheiro deles, né? E a gente tá aqui, eu tô aqui dedicando a minha vida cuidando dela, até que agora eu tô saindo um pouquinho indo trabalha um dia ou outro, mas não é sempre. Mas é assim, eles não vêm buscar ela pra ficar uma semana com eles, que era bom pra mim também, dava um descansinho, sabe? Às vezes tu precisa dar uma aliviada também, né? Sempre só tu, só tu, só tu, tem que levar no médico, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo [...]. E já tô fazendo a minha parte, tô fazendo a minha parte, cuidando dela há mais de vinte e poucos anos, né? Tô fazendo a minha parte. Eles não fazem, então não enxergam, né? O básico, que eu acho que é o básico, vim pelo menos um final de semana, que eu sei que todo mundo trabalha fora, que todo mundo tem que trabalhar, ganhar dinheiro e a burra velha não precisa de dinheiro, não precisa pagar conta, não precisa de nada, entendesse? Então, é assim e eu acho que tudo é egoísmo, né? Pelo menos um final de semana vim um filho ou outro vim buscar, né? [...]¹⁴⁶.

Dona Marieta manifesta em sua narrativa o quanto as mulheres ainda são cerceadas de seus direitos fundamentais, como a possibilidade de trabalhar remuneradamente, por causa do machismo (e não egoísmo) produzido pelas relações de gênero que permeiam a estrutura familiar. Karolyna Marin Herrera (2016) afirma que o cuidado, especificamente, é plenamente ligado a uma questão de gênero, pois a atividade é direcionada às mulheres como se fosse algo inerente a elas, mas como pontua a entrevistada: “[...] não é que eu tenha paciência, é que deus tá me dando paciência [...]” Ela ressalta em sua fala que precisa construir essa relação com o cuidado diariamente, pois não “nasceu” com aptidões para exercer tal trabalho.

Nota-se que para os familiares de dona Marieta estarem trabalhando de forma remunerada, alguém precisa estar cumprindo silenciosamente o trabalho não remunerado, não visto e desvalorizado. Como pontua Paulilo (2013, p.288), “diferentes grupos feministas já demonstram que as atividades de “cuidado” com crianças, idosos e doentes não é facilmente

¹⁴⁶ Marieta, 47 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

substituída por outra solução que não a atenção constante”, corroborando com a noção de presença proposta por Bessin (2016). Segundo a entrevistada, esse não é o único trabalho que realiza, cotidianamente, que não é reconhecido no âmbito familiar, uma vez que o trabalho doméstico também é um trabalho que “ninguém valoriza”; destaco que nessa afirmação ela também inclui o trabalho doméstico que realiza de forma remunerada.

A percepção de que há formas diferentes de organização familiar e divisão dos trabalhos no âmbito doméstico vem da troca de experiências com a filha, que mora e trabalha na cidade, uma vez que ela descreve para a mãe a contribuição que recebe do companheiro nas tarefas domésticas. A entrevistada pontua essa relação conjugal como ideal e traça um paralelo com sua experiência: “tem que ser, tem que ter uma parceira, né? Eu já não tive essa parceria, sabe? De marido ajudar em casa, ele nunca gostou de fazer tarefa de casa, arruma a casa, [...] foi criado em um estilo diferente, né?”. A percepção de que o que vivenciou (e ainda vivencia) no ambiente doméstico não é a única possibilidade parte da troca de experiências, vivências e conhecimentos com a geração que “têm mundo”, nas palavras de Renk (2000).

As mulheres rurais que possuem diversas funções constroem sua identificação profissional de forma fluída, não obstante pautadas nas amarras de gênero. Em resposta à pergunta, “qual é a sua profissão?”, Marieta elaborou no decorrer da narrativa esse processo de identificar-se, como se vê: eu sou dona de casa, eu sou...planto de tudo um pouco, é...agricultora e dona de casa. Eu faço de tudo um pouco, trabalho como diarista duas vezes na semana...”. A identificação profissional da entrevistada perpassa por todos os trabalhos que exerce cotidianamente.

De forma singular, percebe-se que a primeira função mencionada é relacionada ao trabalho doméstico. Arlene Renk (2000, p.20) ressalta que “anteriormente aos anos oitenta, raras eram as mulheres que obtinham a qualificação de agricultora nos documentos oficiais”, registrando-as, mais frequentemente, como “prendas domésticas” ou “do lar”. Denominar as mulheres que trabalham no meio rural como “do lar” é uma estratégia de não reconhecimento como trabalhadoras e de desqualificação dos trabalhos que realizam, tanto no âmbito doméstico como na lavoura.

Dessa forma, a identificação de Marieta como “dona de casa” é resultado das relações de gênero que a atribuem as responsabilidades com os trabalhos domésticos; sendo, também, uma forma de afirmar como trabalho uma função que ocupa mais tempo no seu dia-a-dia do que os trabalhos remunerados. Por outro lado, contrariando a desvalorização que,

habitualmente, as mulheres rurais atribuem a si quando não se reconhecem como agricultoras, a entrevista se identifica como tal, pois é um dos meios de obtenção do seu próprio “dinheirinho”.

Ao longo dos vinte e três anos residindo no meio rural, Marieta produziu e comercializou cebola, melancia, batatinha, aipim, batata doce, verduras, milho, queijo, entre outros. A escolha de realizar uma roça de produtos alimentícios orgânicos se dá pela falta de pessoas para trabalhar com ela na agricultura e pela demanda de tempo com o cuidado da mãe. Permanecer no trabalho agrícola é uma decisão dela, e se não fosse essa escolha a família não seria considerada pluriativa, como ela explica: “[...] por ele [marido] eu não planto nada, não faço nada (risos), mas eu não sou de ser assim. Eu fui acostumada, eu fui criada assim de ir lá plantar as coisas, de colher, de se eu precisar de um aipim eu vou lá e colho [...]”.

Ainda que dona Marieta não cite o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) ou afirme que desenvolve uma agricultura agroecológica, decide uma parte de sua narrativa para falar sobre a relação dos agrotóxicos com a saúde familiar. A cientista social Yamara de Souza Barbosa (2016) analisou a relação das mulheres organizadas em movimentos sociais com a questão do trabalho e o cuidado com a natureza, apresentando ao longo de sua discussão o relato de duas agricultores que receberem críticas na comunidade em que residiam por praticarem uma agricultura sustentável. Nem sempre uma agricultura mais próxima da de um discurso sustentável, sem agrotóxicos e não mecanizada é bem aceita pelo setor tradicional, tanto que Marieta acredita que não é considerada agricultora na comunidade.

A terceira identificação profissional de dona Marieta é como diarista, que demonstra a incansável busca do salário próprio. Como pontua Paulilo (2013, p.290), “as mulheres [rurais] conseguem empregos que são considerados como capacidades “inatas” femininas, como a delicadeza [...]”, ressaltando problemáticas como a falta de instrução e indisponibilidade de outras opções. O trabalho como diarista é sazonal, pois ela informou que havia começado a trabalhar fora da propriedade há “uns três, quatro meses, ou mais”, na época da entrevista. No entanto, a trajetória de Marieta no trabalho doméstico assalariado não começou nesses últimos meses, na verdade ele oscila conforme a disponibilidade de tempo e de trabalho, como destaca: “[...] eu já fazia sempre, eu ia naquela casa grande lá em cima, eu ia lá embaixo [cidade] trabalhar”. No entanto, com a maior inserção de neo-rurais nas comunidades, passou a trabalhar na própria vizinhança:

Ali é um casal que trabalha fora, ele é enfermeiro e ela trabalha lá na agrotécnica, lá embaixo, daí ela trabalha a semana inteira e daí cada quatorze dias eu trabalho na casa

dela. E no outro casal que eu vou, é um casal de idade já, eles são aposentados, né? Ela tem problema na coluna, né?¹⁴⁷.

A entrevistada reconhece que o trabalho que realiza como diarista é mal remunerado, não garante direitos trabalhistas e não possui uma projeção futura. Segundo Sorj (2004, p.108), as investigações científicas sobre as esferas de produção econômica e reprodutiva, propiciou o conhecimento de que os compromissos domésticos “impõe limites às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres no mercado de trabalho, cujas atividades se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas em tempo parcial”. Na trajetória da entrevistada, percebe-se que os trabalhos domésticos e de cuidado a impedem de assumir trabalhos com carga horário integral e promovem a busca de alternativas de renda de forma fragmentária.

Claudia Cambruzzi (2014) investigou trajetórias de agricultoras familiares de Rio do Sul que optaram por trabalhar com atividades não-agrícolas, tanto dentro quanto fora das propriedades. De início, ela menciona que algumas mulheres rurais não quiserem participar da pesquisa, por medo de serem reconhecidas e de que “alguma forma, implicasse na perda de benefícios adquiridos, a partir de seu reconhecimento como agricultoras profissionais” (CAMBRUZZI, 2014, p.21). A afirmação da pesquisadora e as narrativas das entrevistadas, apontam para o fato de que as mulheres agricultoras que optam por trabalhos não-agrícolas não possuem carteira assinada, uma vez que não teriam direito a aposentadoria rural se tivessem em algum momento da vida, trabalhado de forma remunerada em trabalhos não-agrícolas mais de 120 dias de forma contínua ou intercalada.

Dona Marieta não tinha como preocupação a impossibilidade da aposentadoria rural por causa dos trabalhos remunerados que realiza fora da propriedade, pois acredita que não conseguiria o benefício de qualquer forma, mesmo possuindo nota de produtor em seu nome como titular e pagando o sindicato; anos atrás ela foi informada que a comercialização de produtos agrícolas em pequena escala não garante a aposentadoria rural, por isso passou a desacreditar na possibilidade. Não obstante, o caso de Lucila (41 anos, Alto Albertina) carrega uma experiência diferente com o trabalho não-agrícola e a formalização do mesmo, pois ela recusou uma oferta de sua empregadora para assinar a carteira de trabalho como “auxiliar de serviços gerais”. A entrevistada mencionou que preferiu não assinar a carteira porque pretende sair do trabalho, mas caso esse período de trabalho não-agrícola não seja comprovado, ainda há

¹⁴⁷ Marieta, 47 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

possibilidade dela se aposentar como agricultora, uma vez que mantém o bloco de notas em dia e o pagamento do sindicato¹⁴⁸.

A ex-fumicultora Lucila (41 anos, Alto Albertina) começou a trabalhar como diarista há “um ano e pouco” e menciona que o marido tem feito pedidos para que ela deixe o trabalho que realiza fora da propriedade. No entanto, ela mantém em seu discurso que acredita que não seja a hora certa para sair do emprego, embora o marido deposite convicção de que o novo negócio que montou dará lucros e estabilidade para a família. Gustavo Venturi e Marisol Recamán (2004) possibilitem refletir que os pedidos do marido para que ela deixe o trabalho na cidade seja uma reação masculina a desestabilização do modelo em que o homem é o principal provedor da família, promovendo uma movimentação das relações de poder. Claudia Cambruzzi (2014, p.175) pontua que “a manutenção da figura masculina como a provedora da família ainda é muito importante para a sustentação moral das famílias agricultoras na região [...]” de Rio do Sul.

Desde que começou a trabalhar na infância na lavoura do fumo, essa foi a primeira vez que dona Lucila saiu do meio rural para trabalhar na cidade. De forma descontraída, expressa que está gostando do emprego, sinalizando a carga horária de trabalho e a remuneração como as principais vantagens.

[...] assim que fechamos o restaurante apareceu essa oportunidade, ganho bem, não reclamo (risos). Muitas reclama, “aí diarista é...”, é pesado, não vou negar, o serviço é... só que eu começo oito, oito e meia e saio quatro horas da tarde, né? E eu pego uma faixa de 150 até 200 reais o dia. Então, trabalho quatro dias por semana, é uma renda boa, é uma renda livre. Então, ele [marido] quer que eu larga, mas eu tenho muito medo de sair do meu serviço assim ganhando...ganhando! Eu disse “espera que tudo tem seu tempo, ainda não é...”¹⁴⁹.

O restaurante citado na narrativa foi uma alternativa que a família encontrou após a desistência da fumicultura; o negócio ficava localizado na propriedade, utilizava mão de obra familiar e servia alimentos frescos produzidos na horta de casa. O ex-fumicultor Paulo (45 anos, Alto Albertina), marido de Lucila, mencionou que durante algum tempo os projetos do município voltados para o turismo rural deram retorno para o restaurante, mas assim que a gestão municipal mudou os projetos acabaram e “antes que comece a dar prejuízo, a gente contou o mal pela raiz (risos)”, mencionou dona Lucila.

¹⁴⁸ Lucila, 41 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹⁴⁹ Lucila, 41 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Após o encerramento do negócio da família, todos os integrantes buscaram empregos fora do meio rural, “parti pra trabalhar fora, né?”, enfatiza dona Lucila; ela e o filho mais velho conseguiram empregos assalariados na cidade, o marido e filho mais novo montaram um novo negócio na propriedade de produção de artefatos e brinquedos de madeira. Após a desistência da fumicultura diversas possibilidades de trabalho foram cogitadas pela família, até mesmo o programa Compra Direta; no entanto, dona Lucila informou que o programa efetua pagamentos atrasados e não viabilizaria a sobrevivência de uma família de seis pessoas mensalmente. Contudo, mesmo com as transformações econômicas da propriedade, a ex-fumicultora não deixou de se considerar agricultora, “ainda me considero, porque querendo ou não a gente ainda faz alguma roça, alguma coisa, né?”¹⁵⁰. A família compõe a renda familiar com os trabalhos agrícolas e não-agrícolas.

Ainda é necessário avaliar se na inserção das mulheres no mercado de trabalho há uma contrapartida de participação masculina na divisão do trabalho doméstico (VENTURI; RECAMÁN, 2004). Como se pode perceber, na trajetória de Marieta (47 anos, Alto Albertina) o acréscimo de trabalho fora da propriedade no seu cotidiano não mudou a divisão sexual do trabalho, ela continua sendo a principal responsável pelos serviços domésticos, de quintal e de cuidado. Não obstante a conjuntura legítima de Marieta, a ex-fumicultora Lucila afirma que a partir do momento que saiu para trabalhar fora, a família careceu de uma reorganização dos trabalhos para que todas as funções, que antigamente eram de sua responsabilidade, fossem cumpridas – incluindo o ambiente doméstico e o cuidado. Dessa forma, quando a questionei se a responsabilidade com os trabalhos domésticos era exclusivamente sua, negou.

Não...quando eu não tô, daí eu deixo pouca coisa encaminhado e daí o outro rapaz quem faz, né? O outro é bom de cozinha, esse aqui [filho mais velho] também, mas esse não para em casa. [...] O outro [filho do meio] é que daí ajuda ele [marido] em tudo, na comida, o outro ajuda até na roupa, é quase uma dona de casa (risos). Eu sempre digo que quem casar com eles fome não vai passar, porque cozinhar eles sabem bem (risos). Eles ajudam em tudo, eles...é que nem diz o outro, eles têm que ajudar, porque a gente não tá quase todos os dias, daí é complicado. Daí tem os dois mais pequeno [filha e filho menores de idade] que ainda vão pra escola de tarde, né? Daí ele [marido] tem que deixar arrumado, banho tomado nos pequenos e tudo. E é assim...¹⁵¹.

A experiência de dona Lucila com a divisão dos trabalhos doméstico na família foi impulsionada por sua ausência na propriedade depois que passou a “trabalhar fora”. No entanto, a experiência dela difere dos casos das fumicultoras Maria (42 anos, Serra do Taboão) e

¹⁵⁰ Lucila, 41 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹⁵¹ Lucila, 41 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Elisabete (51 anos, Serra do Taboão), pois a inserção em trabalhos não-agrícolas, não resultou na divisão do trabalho doméstico e de quintal. Dona Maria começou a trabalhar como costureira depois de seis anos dedicando-se, exclusivamente, ao plantio do fumo no meio rural. A entrevistada afirmou que resolveu aprender a costurar para ter uma “uma renda a mais”, sendo que atualmente, se pudesse, permaneceria trabalhando “só na costura”.

No presente, a entrevistada considera que a “costura” é a sua principal função, embora não tenha parado de trabalhar na fumicultura: “quando não tem fumo, a gente costura e quando tem fumo é uns dias só pra colher também”. O trabalho como costureira que as mulheres rurais realizam é informal, sazonal e sem direitos trabalhistas assegurados, funcionando da seguinte forma: 1) as mulheres deslocam-se até a fábrica na cidade para buscar as peças a serem montadas e costuradas 2) quando as peças estão prontas, retornam à cidade para devolver a produção; 3) quanto mais peças forem “montadas” maior é o retorno financeiro; 4) elas costuram quando quiserem e se não costurarem não ganham – dona Maria alerta que “a pressa é da gente, né?”. Na experiência de dona Maria, o trabalho não-agrícola lhe propiciou renda própria e também autonomia, pois com “uns 38 anos eu fiz a minha carteira, [...] não sabia dirigir”¹⁵².

A fumicultora Elisabete começou a trabalhar em uma “facção” (de roupas) localizada no bairro Taboão em 2015. A família não estava suportando a flutuação dos preços da lavoura do fumo, dessa forma com o “dinheirinho” que ela recebe com a montagem de peças consegue pagar as contas do mercado e a conta da energia elétrica¹⁵³. As duas entrevistadas, que são costureiras em tempo parcial, atribuem grande importância a remuneração que geram através do trabalho não-agrícola, ao contrário do indicado por Cambruzzi (2014, p.93), de que “muitas vezes, as próprias mulheres atribuem pouca importância a estas atividades, percepção que se soma a valores e normas culturais tradicionais existentes na sociedade”.

Dona Elisabete ainda afirma que não se identifica com apenas uma profissão, mas como “agricultora, de casa, de tudo um pouco, bastante coisa, não é só uma, não adianta dizer que é só uma”, pois trabalha no ambiente doméstico, do cuidado com as criações, da horta, “monta umas pecinhas” e [...] quando é tempo de roça, trabalha na roça, agora que acabou a safra, daí eu monto umas pecinha, eu comprei a máquina, daí eu monto”. Durante a entrevista, diversas

¹⁵² Maria, 42 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

¹⁵³ Elisabete, 51 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

vezes ela mencionou que possui todas essas funções, “porque esses homem olha...”, denotando que não possui ajuda do filho e nem no marido nos trabalhos que realizada na propriedade.

O envolvimento das mulheres rurais com trabalhos não-agrícolas de jornada parcial é permeado pelas rupturas e permanências nas relações de gênero. Primeiramente, elas só conseguem empregos de jornada parcial porque são consideradas as responsáveis pelos trabalhos no espaço doméstico. Em segundo lugar, elas inserem mais uma jornada de trabalho em suas rotinas, o que pode conferir até quatro jornadas cotidianamente (na lavoura, no ambiente doméstico, no quintal e no não-agrícola). Em terceiro lugar, elas conseguem a remuneração que nunca tiveram com os trabalhos agrícolas, no entanto direcionam os ganhos para a casa e os/as filhos/as. Em quarto lugar, as mulheres entendem a importância desse ganho para a manutenção familiar, o que lhes proporciona uma “sensação de poder”.

Identifica-se nos casos das agricultoras Marieta, Lucila, Maria e Elisabete que os trabalhos não-agrícolas desenvolvidos por elas foram capazes de “aumentar, estabilizar e diversificar a renda”, como apontam Silva e Schneider (2010, p.187). No entanto, não se pode confirmar a hipótese de que a pluriatividade estaria contribuindo para alterar a estrutura da divisão sexual do trabalho, pois as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos, de cuidado e no quintal. Como evidencia Cambruzzi (2014, p.96):

As pontuações aqui elencadas sobre a divisão sexual do trabalho contribuem para a evidenciação de que a complexidades das relações sociais transcendem respostas simplificadoras. Impossível uma única resposta diante das inumeráveis dinâmicas de relacionamento entre homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações econômicas e socioculturais impactam de distintas maneiras nas relações de gênero e trabalho nas comunidades rurais fumageiras Serra do Taboão e Alto Albertina. Como pontua a agrônoma e socióloga Emma Siliprandi (2004, p.126), “[...] em todos os casos, vamos encontrar pessoas mais ou menos permeáveis às mudanças sociais, mais ou menos inovadoras em termos de visão pessoal e de organização social, mais ou menos dispostas a modificar a realidade em que vivem”.

Embora todas as mulheres que residem no meio rural riosulense sejam provenientes de famílias, comunidades e cidades diferentes, elas compartilham entre si uma identidade comum de gênero, pois foram socializadas em espaços permeados pelas relações de poder. A primeira evidência que apresento na investigação é de que as mulheres rurais não tiveram acesso à terra para se tornarem agricultoras, partindo de um lugar desigual em relação aos homens. De forma geral, as antigas moradoras e as neo-rurais foram socializadas durante suas infâncias e juventudes nos espaços domésticos e nas lavouras, mas apenas os filhos homens tiveram os seus trabalhos reconhecidos através do recebimento da herança. As mulheres que resolveram ficar no meio rural se casaram com herdeiros ou com homens que também buscavam por terras; já as mulheres que resolveram migrar, transbordaram as cidades com experiências e memórias do meio rural, até que resolveram “retornar”.

A partir do momento que os seus trabalhos não foram reconhecidos como tais e que lhes é negado o direito à reprodução social como agricultoras, as mulheres constituem uma nova família, na qual as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho se perpetuam, pois, invariavelmente as mulheres não possuem poder de decisão e nem acesso a remuneração. A divisão sexual do trabalho confere a essas mulheres as responsabilidades com os trabalhos domésticos e de quintal e aos homens as responsabilidades com os trabalhos na lavoura; no entanto, isso não quer dizer que as mulheres não trabalham ou trabalhavam nas lavouras. Construir uma história com base na perspectiva de gênero e através das narrativas de mulheres, possibilitou compreender que elas sempre trabalharam nas lavouras de fumo e possuíam múltiplas jornadas. No entanto, geralmente são conduzidas pelas amarras de gênero a representar seus trabalhos como “ajuda”, embora apresentem o entendimento que de que trabalharam muito durante toda a vida.

A historiadora estadunidense Joan Scott (1990) e a socióloga francesa Danièle Kergoat (2016) conduziram a compreensão de que as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho estruturam as diferentes sociedades, tanto as populações urbanas quanto as rurais, mas que as relações sociais de onde emergem essas categorias não são imóveis, por isso impõe variações e nuances. Nessa perspectiva, como o meio rural riosulense passa por diversas transformações, pretendi compreender como elas impactam nas relações sociais de gênero e de trabalho no cotidiano das mulheres residentes das comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina.

Nesse sentido, conduzi a análise através de algumas constatações e hipóteses produzidas por pesquisadores e pesquisadoras que investigam áreas rurais na contemporaneidade. A primeira hipótese lançava luz sobre a inserção de tecnologias nas lavouras de fumo de duas maneiras distintas: o extensionista rural Ezequiel Redin (2015) sugeriu que no meio rural fumageiro do município de Arroio do Tigre/RS, a inserção das tecnologias no plantio do fumo estaria ampliando os espaços de atuação e decisão das mulheres fumicultoras; de outra forma, a geógrafa Claudia Cambruzzi (2014) identificou que no meio rural do município de Rio do Sul, o avanço tecnológico nas propriedades ligadas aos Complexos Agroindustriais (CAIs), estaria promovendo a perda de espaço de atuação das mulheres nas lavouras.

As narrativas das entrevistadas levaram a confirmar a hipótese de que as mulheres têm perdido espaço de atuação na lavoura de fumo no meio rural riosulense, ainda mais quando há mão de obra masculina disponível. De forma geral, como as mulheres não são consideradas responsáveis pelos trabalhos na lavoura, também não são consideradas aptas ao conhecimento do manuseio das novas tecnologias, por isso são as primeiras a terem a sua mão de obra “liberada”. Elas continuam trabalhando na lavoura do fumo, em etapas como a colheita, que a tecnificação ainda não chegou para todos/as e, posteriormente, são conduzidas a ocuparem os espaços historicamente destinados às mulheres rurais que são os espaços domésticos, de quintal e o cuidado.

A segunda hipótese proveniente do estudo dos sociólogos e cientistas sociais Carolina Braz de Castilho e Silva e Sergio Schneider (2010), indicava que os trabalhos não-agrícolas estariam auxiliando na manutenção das famílias agricultoras no campo e contribuindo na transformação do sistema da divisão sexual do trabalho. Os trabalhos não-agrícolas têm feito parte das estratégias de reprodução das famílias do no meio rural riosulense há longo tempo, no entanto tem se intensificado nos últimos anos por alguns motivos: a desistência da fumicultura, a diminuição da necessidade de mão de obra nas lavouras de fumo e a inserção de novos/as moradores/as.

Identifiquei que os trabalhos não-agrícolas contribuem para a permanência das famílias residentes das comunidades Serra do Taboão e Alto Albertina, tanto entre antigos/as moradoras/a quanto entre neo-rurais; na verdade, em muitas propriedades as atividades agrícolas têm se tornado fonte de renda secundária, principalmente quando as mulheres permanecem nas propriedades trabalhando com as culturas alimentícias. Nesse sentido, encontrei duas situações distintas quando o assunto foi os trabalhos não-agrícolas: 1) quando as mulheres passam a realizar trabalhos não-agrícolas e os homens continuam trabalhando na propriedade; 2) quando os homens passam a realizar trabalhos não-agrícolas e as mulheres continuam trabalhando na propriedade.

A posição das mulheres nas propriedades apresenta particularidades quando começam a realizar os trabalhos não-agrícolas, pois assim elas conquistam o próprio dinheiro, passando a dispor de uma sensação de poder por estarem contribuindo nas despesas da casa; assim como, asseguram a permanência da família no meio rural com essa remuneração. No entanto, a divisão sexual do trabalho não apresenta muitas nuances, pois as mulheres continuam responsáveis pelos trabalhos que são considerados como de sua responsabilidade e acabam tendo suas jornadas de trabalho expandidas; conferindo a elas triplas e quadruplas jornadas diárias. Quando os homens exercem trabalhos não-agrícolas não possuem a preocupação com os trabalhos na propriedade, as mulheres geralmente assumem para si todas as responsabilidades, seja com os trabalhos na lavoura, domésticos, de quintal e de cuidado. Assim sendo, neste caso as mulheres também têm suas jornadas de trabalhos expandidas; além de terem seus trabalhos conferidos como secundários.

A terceira hipótese lançada pelo historiador Losandro Antonio Tedeschi (2014c) e por Siliprandi (2004) sugere que o envelhecimento e a aposentadoria estariam contribuindo para aflorar nuances nas relações de gênero, assim como, estariam colaborando para uma melhor posição de poder das mulheres frente às famílias. Constatei que o envelhecimento é um dos fenômenos que têm conferido maior dinamicidade nas relações de gênero e trabalho no meio rural riosulense, pois tem contribuído para a diminuição dos ritmos de trabalhos das famílias e no aumento da participação dos homens nos trabalhos considerados como “femininos”.

No entanto, a participação masculina nos trabalhos domésticos e de quintal não vêm acompanhados de uma problematização do sistema das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, pois os homens ainda consideram que estão “ajudando” nos trabalhos que são de responsabilidade das companheiras. As mulheres aposentadas manifestam em suas narrativas a compreensão de que sempre trabalharam muito, podendo serem consideradas responsáveis pela

produção do viver das famílias, mas que só com o envelhecimento recebem a aposentadoria como recompensa por uma vida de trabalho. Como indica dona Mariana (56 anos, Serra do Taboão) “a vida muda bastante já [...]” com o acesso da administração do próprio dinheiro.

De forma geral, se percebe que as transformações econômicas e socioculturais, que estão em andamento nas comunidades fumageiras Serra do Taboão e Alto Albertina, impactam consideravelmente na paisagem, no perfil de residentes nas comunidades, nas relações comunitárias, na reprodução social e econômica das famílias, entre outros. Entretanto, quando se trata das relações de gênero e trabalho identifica-se uma desaceleração no impacto dessas mudanças, “que mantêm mulheres e homens permanentemente refazendo padrões de comportamento e de ação social”, nas palavras de Siliprandi (2004, p.132).

FONTES

1- FONTES ORAIS/ENTREVISTAS

Entrevistadas realizadas em 2018

Dolores, 60 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

João, 60 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Laura, 20 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Madalena, 57 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Isabel, 53 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 06 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Joana, 29 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Tereza, 32 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Mafalda, 56 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

José, 54 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 07 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Mafalda, 56 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Marieta, 47 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Severina, 60 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 20 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Dolores, 60 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

João, 60 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Adelaide, 32 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Leonor, 55 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Malvina, 65 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 21 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Marcelina, 66 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Lucila, 41 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Paulo, 45 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 22 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Leopoldina, 55 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Elsa, 44 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Maria, 42 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Mariana, 56 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Ana, 31 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de outubro de 2018. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Entrevistadas realizadas em 2019

Helena, 69 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Joaquim, 67 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Elisabete, 51 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Ana, 31 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Mariana, 56 anos, Serra do Taboão. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Lucila, 41 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

Marieta, 47 anos, Alto Albertina. Entrevista concedida a Stela Schenato. Rio do Sul, 24 de fevereiro de 2019. Entrevista. Arquivos e transcrições estão depositados no arquivo pessoal da pesquisadora.

2- FONTES ESCRITAS

ASFUC. XV Domingueira Agrícola. *Folder de divulgação*, 2018.

DAGNONI, Cátia. CARDOSO, Marcos Roberto. Territorialização e ocupação do espaço urbano em Rio do Sul (SC). **RIO DO SUL: Nossa história em revista**. Rio do Sul: Continental, n.1, mar. 2007. Mensal.

EPAGRI/CEPA. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2008-2009. Florianópolis: Epagri, 2009. 312 f. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/>>. Acesso em: 01 maio 2018.

EPAGRI/CEPA. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010. Florianópolis: Epagri, 2010. 315 f. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/>>. Acesso em: 01 maio 2018.

EPAGRI/CEPA. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2011-2012. Florianópolis: Epagri, 2012. 182 f. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/>>. Acesso em: 01 maio 2018.

EPAGRI/CEPA. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2013-2014. Florianópolis: Epagri, 2014. 211 f. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/>>. Acesso em: 01 maio 2018.

EPAGRI/CEPA. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2014-2015. Florianópolis: Epagri, 2015. 156 f. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/>>. Acesso em: 01 maio 2018.

EPAGRI/CEPA. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016-2017. Florianópolis: Epagri, 2017. 203 f. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/>>. Acesso em: 01 maio 2018.

REVISTA DOS BAIRROS. Rio do Sul: O Rio-sulense Ltda, dez. 2007.

RIO DO SUL: Nossa história em revista. Rio do Sul: Continental, v. 4, set. 2003. Mensal.

3- SÍTIOS ELETRÔNICOS

AMAVI. Municípios Associados: Localização e distâncias. [20--]. Disponível em: <<https://www.amavi.org.br/municipios-associados/localizacao/>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

BASTOS, Ângela; CARNEIRO, Felipe. Sozinhas: Fenômeno Invisível. **Clicrbs.** Porto Alegre, 26 jun. 2017. p. 1-16. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/violencia_contra_mulheres_do_campo/sozinhas.html>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRASIL. INCRA. **Tamanhos das propriedades rurais:** Classificação dos imóveis rurais. [20--]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CHARLES CIMARDI (Rio do Sul). **Terreno Rural:** Opção 719. 2018. Disponível em: <<http://www.cimardi.imb.br/imoveis/2015>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

DEMAIS FM 107.9. Produtores de fumo fazem protesto no Alto Vale. **Demais FM 107.9,** Presidente Getúlio, 2011. Disponível em: <<http://www.radio1079.fm.br/noticia-abrir.php?uid=1131>>. Acesso em: 10 maio 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE. Até 12 mil produtores devem abandonar a fumicultura no Sul. **Folha ONLINE – Folha de São Paulo.** 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u112722.shtml>>. Acesso em: 26 set. 2018.

Fotografia compartilhada no *facebook* “Amba Albertina”, em 15 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=130202267885908&set=pb.100026884073857.-2207520000.1563586201.&type=3&theater>>. Acesso no dia: 04 fev.2019.

IMOBILIÁRIA RESITER (Rio do Sul). **Terreno Rural:** Opção 102. 2018. Disponível em: <<http://www.resiter.com.br/imovel/11794-terreno-para-venda-em-rio-do-sul-sc>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Agricultores esperam safra de fumo 40% maior no Alto Vale do Itajaí. **Jornal de Santa Catarina,** Santa Catarina, 14 fev. 2017. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2017/01/agricultores-esperam-safra-de-fumo-40-maior-no-alto-vale-do-itajai-9331043.html>>. Acesso em: 26 set.2018.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Fumicultores fazem protesto e bloqueiam entrada de empresa em Santa Catarina. **Canal Rural,** 2011. Disponível: <<https://canalrural.uol.com.br/noticias/fumicultores-fazem-protesto-bloqueiam-entrada-empresa-santa-catarina-16946>>. Acesso em: 10 maio 2019.

MAPA de Rio do Sul: vista ampliada. Rio do Sul: Bairro Albertina e Bairro Taboão, 2019. 1 mapa, color. Escala indeterminável. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Serra+Taboão,+Rio+do+Sul+-+SC>>. Acesso em: 05 maio 2019.

MAPA de Rio do Sul: vista ampliada. Rio do Sul: Serra do Taboão, 2019. 1 mapa, color. Escala indeterminável. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Serra+Taboão,+Rio+do+Sul+-+SC>>. Acesso em: 05 maio 2019.

POPULAÇÃO. **População Albertina - Rio de Sul.** 2013. Disponível em: <http://populacao.net.br/populacao-albertina_rio-do-sul_sc.html#>. Acesso em: 01 maio 2019.

POPULAÇÃO. **População Taboão - Rio de Sul.** 2013. Disponível em: <http://populacao.net.br/populacao-taboao_rio-do-sul_sc.html>. Acesso em: 01 maio 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, **Secretaria de Infraestrutura (Agricultura).** Rio do Sul, [20--]. Disponível em: <<https://riodosul.atende.net/#!tipo/pagina/valor/37>>. Acesso em: 26 set. 2018.

WASSOASKI, Edinei. Fumicultura: sob risco de extinção. **Correio do Norte**, Canoinhas, 01 Abr. 2011. Disponível em: <<http://www.jornalcorreiodonorte.com.br/editorias/rural/fumicultura-sob-risco-de-extin%C3%A7%C3%A3o-1.1607135/>>. Acesso em: 26 set. 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, María Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, p.113-124.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda; SCOTT, Patty (Org.). **Gênero e Geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, p. 157-182.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi,(Org.). **Fontes Orais**. São Paulo: Contexto, 2005, p.155-202.

ALVES, Eliseu. SILVA E SOUZA, Geraldo. MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Política Agrícola**, p.80-88, 2012. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/910778/1/Exodoesuacolaboracao.pdf>>. Acesso em: 19 ago.2018.

ALVES, Arilde Franco. **O caráter multifuncional da agricultura: um estudo de caso no município de Rio do Sul – Alto Vale do Itajaí-SC**. 2004. 140f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ARANTXA GUEREÑA (Reino Unido). Oxfam. **Terra, poder e desigualdade na América Latina**. Reino Unido: Oxfam, 2016. 12 p. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/terra_desigualdade-resumo_executivo-pt.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018.

ARENDE, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, p.201-216, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. **Mulheres camponesas do oeste catarinense: organização, trabalho, cuidado**. 2016. 122f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

BESSIN, Marc. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais.** São Paulo: Boitempo, 2016, p.235-246.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zarar Ed., 2001.

BONI, Valdete. **Produtivo e Reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares – um estudo da região oeste de Santa Catarina.** 2005. 99f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, Campinas, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/643>>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n.12, p.6-17, 2008. Disponível em: <<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CAMBRUZZI, Cláudia. **Continuidades e rupturas: as reelaborações das mulheres agricultoras familiares frente às novas ruralidades.** 2014. 211f. Tese (doutorado) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

CAMBRUZZI, Cláudia; RUBIM, Linda. O papel da mulher agricultora familiar na preservação da paisagem rural. **Fazendo Gênero 10**, Florianópolis, p.1-12, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372968105_ARQUIVO_ARTIGODECLAUDIACAMBRUZZIELINDARUBIM.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio.** Buenos Aires: CLASCO, 2011.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p.22-55, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8602.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2018.

_____. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas, p.9-38, 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria_carneiro.pdf>. Acesso em: 19 ago.2018.

CASTILHO E SILVA, Carolina Braz; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contexto rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010, p.183-208.

CIPRIANI, Maria de Lourdes Tamanini. **Representações sociais e perspectivas de vida de mulheres fumicultoras: articulando gênero e trabalho.** 1998. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação: Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

COLAÇO, Thaís Luzia; KLANOVICZ, Jó. Urbanização. In. DIRKESEN, Valberto; KLUG, João (Org.). **Rio do Sul: uma história**. Rio do Sul: Fundação Cultural de Rio do Sul, 2000, p. 121-151.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p.39-79, 2018. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310232018005>. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

DIONÍSIO, Ana Carolina. **Memórias de trabalho, veneno e fumaça: uma análise histórica sobre os impactos socioambientais da produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas (SC, 1970-2000)**. 2016. 199 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

DOSSE, François. História do tempo Presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 04, n. 01, p.05-22, 2012. Disponível em:

<<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2004. 533 p.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia et al (Org.). **Tempo presente & usos do passado.** Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2012. p. 67-100.

FIGURELLI, Mónica Fernanda. Ocupaciones y desterritorializaciones: repensar lo urbano y lo rural. In: WIGGERS, Raquel; RATIER, Hugo H; RODRIGUES, Cintya M. Costa (Org.). **Comunidades Rurais: organização, associações e lideranças.** Manaus: EDUA, 2012, p.119-157.

FILHO, José Luiza Alcantara; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v.4, n.7, p.63-85, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Se me deixar falar: trabalho da memória/memória do trabalho/trabalho e festa. In: Antonio Morga (org). **História das mulheres de Santa Catarina.** Chapecó: Argos, p.270-285, 2001.

GERHARDT, Cleyton. Os “rurais” e as “novas” ruralidades: problematizando questões. **29 Encontro Anual da ANPOCS**, p.1-26, 2005. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt21-19/3811-cgerhardt-os-rurais/file/>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo mundo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, 1999.

HECK, Rita Maria; LANGDON, Esther Jean Matteson. Envelhecimento, relações de gênero e o papel das mulheres na organização da vida em uma comunidade rural. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E.A (Org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, p.129-152.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v.15, p.208-233, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208/33802>>. Acesso em: 20 set. 2018.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, n.7, p.1-22, 2015. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p.111-153.

MARION, Aline Adriana; BONA, Aldo Nelson. A importância da mulher na agricultura familiar. **In focos**, p. 1-11, 2016. Disponível em: <<http://www.infocos.org.br/publicacresol/upload/trabalhosfinal/227.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MARQUES, Siomara Aparecida. Feminismo(s) e o conceito de gênero: algumas atribuições teóricas para os debates nos movimentos sociais de mulheres camponesas. In: BONI, Valdete et al (Org.). **Mulheres camponesas e agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017, p.71-88.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (Org.). **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: Ed. Presses Universitaires de France, 2000, p.1-7. Disponível em: <https://polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/advisaosexualdotrabalho_0.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

_____. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, p.17-26.

MARUANI, Margareth; MERON, Monique. Como contar o trabalho das mulheres? França, 1901-2011. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 59-70.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski De. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, Rio Grande, 2011, p.95-108. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/hist/article/view/2395>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (Org.) **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios – NEAG 10 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2017, p.179-189.

MOHR, Matheus Fernando; MOHR, Naira Estela Roesler. A insustentabilidade da agricultura no atual modo de produção. In: BONI, Valdete et al (Org.). **Mulheres camponesas e agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017, p.147-168.

MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p.225-250, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200005>. Acesso em: 15 jan. 2019.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Prof. História**, São Paulo, p.7-28, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 18 ago.2018.

OLIVEIRA, Márcia Botelho de; SILVA, Neuza Maria da; GOMES, Maria Carmen Aires. Transmissão de Herança e relações de gênero: notas para um roteiro de compreensão. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v.16, n.2, p.391-409, 2016. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/19873>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. v.5 n.28, jan/fev. 1987.

_____. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

_____. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira. SCHMIDT, Wilson (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, p.183-210.

_____. FAO, fome e mulheres rurais. **Dados**, v. 56, n.2, p.285-310, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582013000200002&script=sci_abstract&tlang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. A história oral e memória: movimentos sociais de mulheres camponesas. **História oral**, v.11, n.1-2, p.43-60, 2008. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=150>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa história. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100004&script=sci_abstract&tlang=pt>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. Historicizando o gênero. In: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora Unesp: Anpuh, 2008, p.163-188.

_____. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). **História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p.33-55.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. Introdução: Transformações da experiência do tempo e pluralização do presente. In: VARELLA, Flávia et al (Org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2012. p. 9-30.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. São Paulo: **Projeto História**, São Paulo, 1997, p.25-39. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). **História Oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p.67-72.

_____. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p.9-36, 2001. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10728/7960>>. Acesso em: 01 fev.2019

_____. Um trabalho de relações: observações sobre a história oral. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, v.7, n.13, p.182-195. 2017. Disponível em: <<http://www.trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/5306>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.31-42.

RAMBO, Nestor Francisco. **As novas ruralidades e as recentes alternativas da Agricultura Familiar no município de Itapiranga (SC)**. 2012. 228f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RATIER, Hugo Enrique. Re-construcción de lo rural como intento de salida de la crisis. Turismo y câmbios identitarios. In: WIGGERS, Raquel.; RATIER, Hugo Enrique. RODRIGUES; Cintya M. Costa (Org.). **Comunidades rurais: organização, associações e lideranças**. Manaus: EDUA, 2012, p.158-198.

REDIN, Ezequiel. **Família rural e produção de tabaco: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS**. 2015. 307f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em

Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

_____. Mulheres camponesas: experiências de geração. In: Antonio Morga (Org.). **História das mulheres de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2001, p.218-249.

SCHENATO, Stela. **Relações de trabalho e exploração: uma análise histórica da fumicultura em Rio do Sul no século XXI**. 2016. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro e Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. **Corpo e Cidadania**, Recife, 1990, p.1-35. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/download/2310/2032/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): Os colonos-operários. In: **Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Rio de Janeiro, 1982. p. 66 - 82. Disponível em: <<http://www.ppgasmn.ufrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/c7.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

_____. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, 1993, p.31-63. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6465>>. Acesso em: 15 set. 2019.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; DE OLIVEIRA, Sueli (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.121-136.

SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do "novo homem" e da "nova mulher" - Relações de Gênero e Subjetividades no devir MST - 1979/2000**. 2003. 343 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____. Escrever histórias do tempo presente. Algumas questões e possibilidades. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 9, p.257-276, 2006. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8117/6014>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

_____. História Oral e identidade narrativa: algumas questões para a pesquisa histórica. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; ÁVILA, Edna Ribeiro de Ávila;

BOROWSKI, Leonardo Braga (Org.). **História Oral: democracia, direitos e diversidade.** Porto Alegre: ISCMMA, 2018, p.71-88.

SILVA, Juniele Martins; HESPAÑHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Discussão sobre comunidade e características das comunidades rurais no município de Catalão (GO). **Soc. Nat.**, v.28, n.3, p.361-374, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320160303>>. Acesso em: 03 set.2018.

SILVA, Marineide Maria. **Trabalho, saúde e risco na fumicultura: um estudo de caso no município de Içara - SC.** 1999. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

_____. A fumicultura em Santa Catarina: discutindo a rentabilidade à luz das implicações sociais e econômicas. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Org.). **A agricultura e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003, p.99-124.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA Suely de (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perdeu Abramo, 2004, p.107-120.

_____. O cuidado na nova agenda de combate à violência no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França.** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 257-266.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Mulheres da terra: diásporas, memórias e relações de gênero. In: NADER, María Beatriz (Org.). **Gênero e racismo: múltiplos olhares.** Vitória: EDUFES, 2014a, p.121-136.

_____. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres.** Dourados: UFGS, 2014b.

_____. **Do silêncio à palavra:** histórias e memórias de mulheres na perspectiva de gênero no meio rural no nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2014c.

TOMASINI, Daniel. HOERHNN, Rafael Casanova de Lima e Silva. Atividades econômicas. In. DIRKESEN, Valberto; KLUG, João (Org.). **Rio do Sul: uma história.** Rio do Sul: Fundação Cultural de Rio do Sul, p. 153-173, 2000.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.

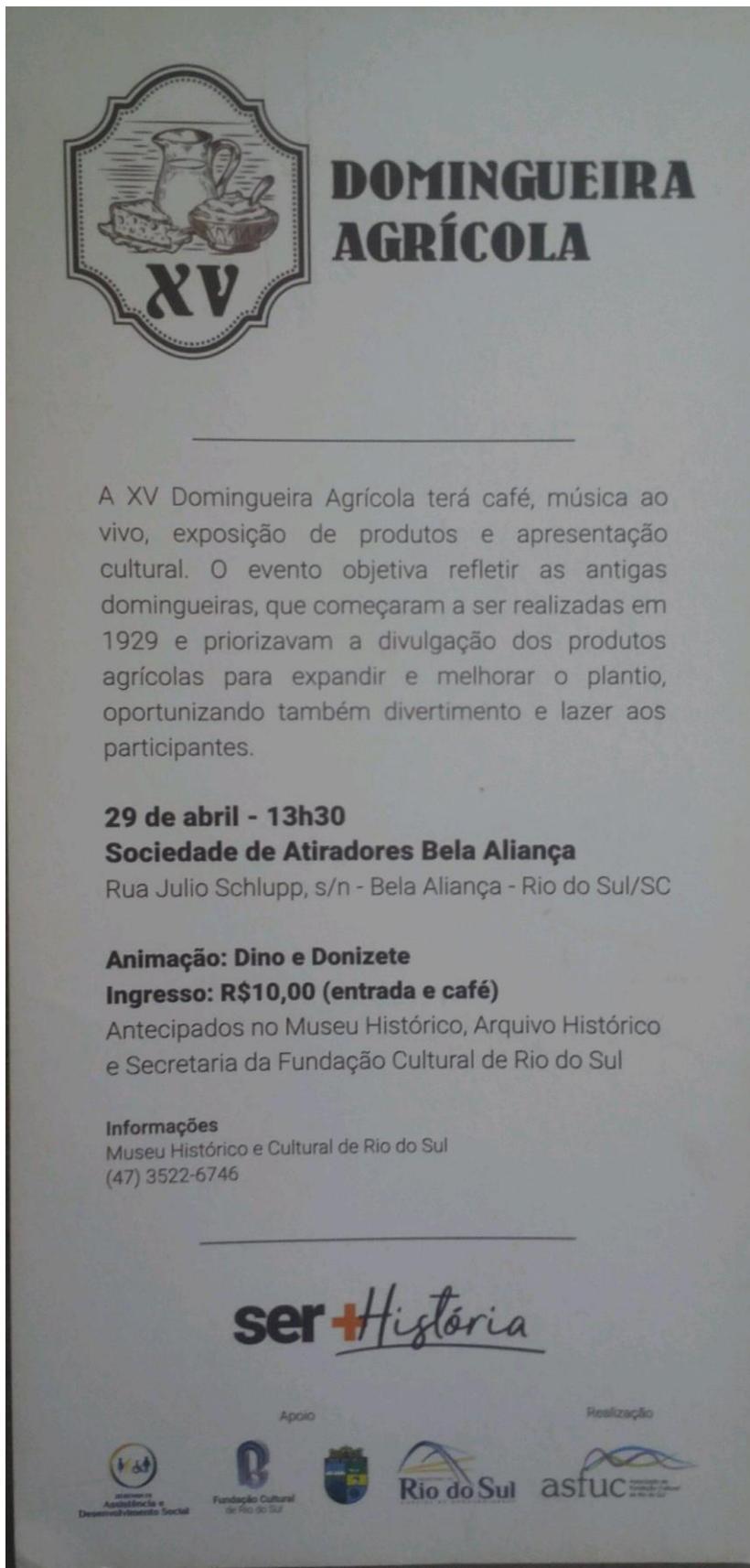
VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol. Introdução: as mulheres brasileiras no início do século XXI. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA Suely de (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perdeu Abramo, 2004, p.31-42.

ANEXOS

ANEXO A – Figura demonstrando a distribuição dos municípios do Alto Vale do Itajaí.



Fonte: AMAVI, 2018.

ANEXO B – Folder de divulgação do evento XV Domingueira Agrícola.

Fonte: ASFUC, 2018.

ANEXO C – Tabela de área plantada, produção e rendimento do fumo na microrregião de Rio do Sul

| | Área Plantada (ha) | Produção (t) | Rendimento (kg/ha) |
|-----------|--------------------|--------------|--------------------|
| 2005/2006 | 23.390 | 44.210 | 1.890 |
| 2006/2007 | 25.430 | 49.381 | 1.942 |
| 2007/2009 | 18.918 | 37.999 | 2.009 |
| 2008/2009 | 24.200 | 37.359 | 1.544 |
| 2009/2010 | 17.933 | 37.543 | 2.094 |
| 2010/2011 | 21.259 | 44.635 | 2.489 |
| 2011/2012 | 21.198 | 44.324 | 2.085 |
| 2012/2013 | 20.568 | 42.724 | 2.015 |
| 2013-2014 | 20.042 | 43.084 | 2.095 |
| 2014/2015 | 19.907 | 44.666 | 2.229 |
| 2015/2016 | 19.422 | 32.860 | 1.692 |
| 2016/2017 | 20.682 | 45.730 | 2.211 |

Fonte: EPAGRI/CEPA, 2009-2017.

ANEXO D – Tabela completa das entrevistadas e entrevistados (Continua)

| Comunidade | Nome fictício | Idade | Etnia/raça | Estado civil | Escolaridade | Nº de filhos | Religião | Profissão | Tamanho da propriedade | Número de residentes da propriedade |
|-----------------|---------------|---------|----------------|--------------|--------------|--------------|-------------|------------------------|------------------------|-------------------------------------|
| Serra do Taboão | Dolores | 60 anos | Brasileira | Casada | 4ª série | 4 | Católica | Agricultora aposentada | 9 hectares | 2 |
| Serra do Taboão | Laura | 20 anos | Brasileira | "Embolada" | 8ª série | 5 | Católica | Garçonne | Não sabia informar | 2 |
| Serra do Taboão | João | 60 anos | Brasileiro | Casado | 8ª série | 4 | Católico | Agricultor aposentado | 9 hectares | 2 |
| Serra do Taboão | Madalena | 57 anos | Branca | Casada | 6ª série | Não possui | Católica | Agricultora | 3 hectares | 2 |
| Serra do Taboão | Isabel | 53 anos | Branca | Casada | 4ª série | 3 | Católica | Agricultora aposentada | 6 hectares | 5 |
| Serra do Taboão | Joana | 29 anos | Brasileira | "Amigada" | Ensino médio | 6 | Católica | Agricultora | 20 hectares | 7 |
| Serra do Taboão | Tereza | 32 anos | Branca | Casada | Ensino médio | 2 | Católica | Agricultora | 32 hectares | 5 |
| Alto Albertina | Mafalda | 56 anos | Branca | Casada | Ensino médio | 2 | Católica | Agricultora | 13 hectares | 2 |
| Alto Albertina | José | 54 anos | Branco/alemão | Casado | 8ª série | 2 | Católico | Agricultor | 13 hectares | 2 |
| Alto Albertina | Marieta | 47 anos | Brasileira | Casada | 4ª série | Não possui | Agricultora | 3 hectares | 3 hectares | 8 |
| Alto Albertina | Severina | 60 anos | Brasileira | Casada | Ensino médio | 3 | Católica | Aposentada | 3 hectares | 3 |
| Serra do Taboão | Adelaide | 32 anos | Parda | "Ajuntada" | Ensino médio | 2 | Católica | Costureira | 9 hectares | 6 |
| Serra do Taboão | Leonor | 55 anos | Alemã | Casada | 1º grau | 2 | Católica | Dona de casa | 9 hectares | 6 |
| Alto Albertina | Malvina | 65 anos | Alemã | Casada | 1º grau | 3 | Católica | Aposentada | 3 hectares | 4 |
| Alto Albertina | Marcelina | 66 anos | Alemã/índigena | Casada | 4ª série | 2 | Católica | Agricultora aposentada | 20,7 hectares | 2 |

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

ANEXO D – Tabela completa das entrevistadas e entrevistados (Conclusão)

| | | | | | | | | | |
|-----------------|------------|---------|----------------|------------|----------------------|--------------|---|-------------|---|
| Alto Albertina | Lucila | 41 anos | Brasileira | Casada | 4 ^a série | 4 Luterana | Auxiliar de serviços gerais/agricultora | 48 hectares | 7 |
| Alto Albertina | Paulo | 45 anos | Alemã | Casado | 8 ^a série | 4 Luterano | Marceneiro/agricultor | 48 hectares | 7 |
| Alto Albertina | Leopoldina | 55 anos | Alemã/italiana | Casada | 4 ^a série | 3 Católica | Agricultora | 30 hectares | 3 |
| Serra do Taboão | Elsa | 44 anos | Alemã | Divorciada | 4 ^a série | 2 Evangélica | Costureira | 5 hectares | 3 |
| Serra do Taboão | Maria | 42 anos | Branca | Casada | 8 ^a série | 4 Católica | Costureira/agricultora | 21 hectares | 4 |
| Serra do Taboão | Mariana | 56 anos | Brasileira | Casada | 4 ^a série | 2 Luterana | Agricultora aposentada | 15 hectares | 7 |
| Serra do Taboão | Ana | 31 anos | Branca | Casada | Ensino médio | 2 Católica | Agricultora | 13 hectares | 4 |
| Alto Albertina | Helena | 69 anos | Alemã | Casada | 4 ^a série | 5 Católica | Agricultora aposentada | 25 hectares | 4 |
| Alto Albertina | Joaquim | 67 anos | Brasileiro | Casado | 4 ^a série | 5 Católico | Agricultora aposentado | 25 hectares | 4 |
| Serra do Taboão | Elisabete | 51 anos | Alemã/italiana | Casada | 4 ^a série | 3 Católica | Costureira/agricultora | 15 hectares | 3 |

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.